

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Reitor

Prof. Ruy Garcia Marques

Vice-Reitora

Prof^a. Maria Georgina Muniz Washington

Sub-Reitora de Graduação

Prof^a. Tania Maria de Castro Carvalho Netto

Sub-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa

Prof. Egberto Gaspar de Moura

Sub-Reitora de Extensão e Cultura

Prof^a. Elaine Ferreira Torres

Centro de Ciências Sociais

Prof. Domenico Mandarino

Instituto de Ciências Sociais

Prof^a. Maria Claudia Pereira Coelho

Prof. Ronaldo de Oliveira Castro

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Prof^a. Clara Maria de Oliveira Araújo

Prof. João Trajano de Lima Sento-Sé

ISSN 2317-1456

Interseções

REVISTA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES

ano 19 número 2
dezembro de 2017

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Interseções

Revista de Estudos Interdisciplinares

Interseções: revista de estudos interdisciplinares é uma publicação organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Seu objetivo é divulgar estudos baseados na interdisciplinaridade das ciências humanas, considerada indispensável para a reflexão sobre a realidade sociocultural dinâmica, cambiante e complexa do mundo contemporâneo.

Editores

Helena Bomeny, Maria Cláudia Coelho e Paulo D'Ávila

Assistente Editorial

Fabiola Cordeiro

Estagáriá

Maira Esteves

Diagramação

Metatexto Revisão e Editoração de textos

Publicação Semestral – 2017.2

Conselho Editorial

Anália Torres (Instituto Universitário de Lisboa)
Bernardo Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Cecília Loreto Mariz (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Carlos Aurélio Pimenta de Faria (Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais)
Cynthia Sarti (Universidade Federal de São Paulo)
Clara Araújo (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Clara Cristina Jost Mafrá (Universidade do Estado do Rio de Janeiro) – *in memoriam*
Clarice Ehlers Peixoto (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Cláudia Barcellos Rezende (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Guy Bellavance (Universidade de Quebec)
Hector Leis (Universidade Federal de Santa Catarina)
Helio R. S. Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Ítalo Moriconi (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
João Trajano Sento-Sé (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
José Machado Pais (Universidade de Lisboa)
José Reginaldo Gonçalves (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Josué Pereira da Silva (Universidade Estadual de Campinas)
Jurandir Freire Costa (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Leonardo Avritzer (Universidade Federal de Minas Gerais)
Luiz Eduardo Soares (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Luiz Flavio Costa (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Maria Josefina Gabriel Sant'Anna (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Maria Luíza Heilborn (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Marjo de Theije (Universidade Livre de Amsterdã)
Maurício Tenório-Trillo (Universidade de Chicago)
Myrian Sepúlveda dos Santos (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)
Nélida Archenti (Universidad de Buenos Aires)
Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (Universidade Federal de Pernambuco)
Ricardo Benzaquen de Araújo (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Roberto DaMatta (Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro)
Sergio Costa (Universidade Livre de Berlim)
Sidney Chalhoub (Universidade Estadual de Campinas)
Susana Durão (Universidade de Lisboa)
Valter Sinder (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

I61 Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares. – Ano 19, n.2 (2017)- .
- Rio de Janeiro: UERJ, NAPE, 1999-

Anual (1999), Semestral (2000)
Publicação do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UERJ.
ISSN 2317-1456

1. Ciências humanas - Periódicos. 2. Ciências Sociais - Periódicos. I. Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

CDU (30) 05

UERJ / REDE SIRIUS / PROTAT

Indexação:

Índice de Ciências Sociais do IUPERJ;

CLASE – Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades;

LATINDEX – Sistema regional de información en línea para revistas científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal;

EBSCO;

OPEN EDITION / Revues.org;

Cengage-Learning

Homepage: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/index>

Sumário

Dossiê Trânsitos intelectuais nas Américas

Organizadores: Helena Bomeny; João Marcelo Maia

Memória rota e outras memórias (Apresentação)..... 287

João Marcelo Maia; Helena Bomeny

DOI:

Sobre amizade e admiração (Depoimento)..... 290

Silviano Santiago

DOI:

Da cordialidade à *brega*: o veneno-remédio das culturas periféricas em Sérgio Buarque de Holanda, José Miguel Wisnik e Arcadio Díaz-Quñones 302

Pedro Meira Monteiro

DOI:

O exílio de Darcy Ribeiro e Ángel Rama: intelectuais, cultura e política na América Latina 320

Helena Bomeny; Alejandra Josiowicz

DOI:

Leituras em paralelo: a imaginação crítica de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo..... 347

Maria Caroline Marmerolli Tresoldi

DOI:

Antonio Candido: da integração do sistema à literatura contra o sistema 380

Ronaldo Oliveira de Castro

DOI:

Etnografia e ficção em perspectiva 411

Elaine Rodrigues Perdigão; Valter Sinder

DOI:

Artigos

De memorias largas y cortas: poder local y violencia en el Noroeste argentino 426

Ludmila da Silva Catela

DOI:

Os mercados e os dilemas da autenticidade. Uma análise do Mercado Central de Belo Horizonte 443

Luciana Andrade

DOI:

E a luta continua! #OCUPATUDO: potência e dilemas da ação política 463

Ana Luisa Fayet Sallas

DOI:

Tradições de agressividade, disciplina e sistema de internação de jovens em Alagoas (1980-2015)..... 483

Fernando Rodrigues

DOI:

Dois irmãos: no registro de memórias, a constituição da identidade514

Juracy Assmann Saraiva; Carlos Bões de Oliveira; Marinês Andrea Kunz

DOI:

Ensaio

A degeneração e a repetição da origem: análise da vivência mitológica da história nas sociedades melanésias 530

Robson Rocha de Souza Júnior

DOI:

Resenhas

A batalha pela alma política da Europa em tempos de crise 546

Daniel Campos de Carvalho

DOI:

Empreendedorismo violento. Ou como o “crime organizado” ajudou a construir o capitalismo na Rússia pós-soviética 552

David Maciel de Mello Neto

DOI:

Alcances e limites de *insights* do agonismo mouffeano para além das fronteiras nacionais..... 559

Fernanda Natasha Bravo Cruz

DOI:

Contents

Dossier Intellectual Transits in the Americas

Editors: Helena Bomeny; João Marcelo Maia

Shabby memory and another memories (Presentation) 287

João Marcelo Maia; Helena Bomeny

DOI:

About friendship and admiration (Testimony) 290

Silviano Santiago

DOI:

From Cordiality to *Brega*: the poisoning medicine of peripheric cultures in Sérgio
Buarque de Holanda, José Miguel Wisnik and Arcadio Díaz-Quñones 302

Pedro Meira Monteiro

DOI:

The Exile of Darcy Ribeiro and Ángel Rama: intellectuals, culture and politics in
Latin America 320

Helena Bomeny; Alejandra Josiowicz

DOI:

Parallel Readings: critical imagination in Roberto Schwarz and Beatriz Sarlo 347

Maria Caroline Marmerolli Tresoldi

DOI:

Antonio Candido: from the integration of the system to literature against the system 380

Ronaldo Oliveira de Castro

DOI:

Ethnography and Fiction in Perspective 411

Elaine Rodrigues Perdigão; Valter Sinder

DOI:

Articles

On short and long memories: local power and violence in Argentina's Northwest 426

Ludmila da Silva Catela

DOI:

Markets and Dilemmas of Authenticity. An Analysis of Central Market in
Belo Horizonte 443

Luciana Andrade

DOI:

And the struggle goes on! #OCCUPEVERYTHING: power and dilemmas of political action ... 463

Ana Luisa Fayet Sallas

DOI:

Traditions of aggressiveness, discipline and internship system of young people in Alagoas
(1980-2015)..... 483

Fernando Rodrigues

DOI:

Two Brothers: in the registration of memories, the construction of an identity514

Juracy Assmann Saraiva; Carlos Bões de Oliveira; Marinês Andrea Kunz

DOI:

Essay

Degeneration and repetition of origin: an analysis of mythological experience of history
in Melanesian societies..... 530

Robson Rocha de Souza Júnior

DOI:

Book Review

The battle for Europe political soul in crisis time 546

Daniel Campos de Carvalho

DOI:

Violent entrepreneurship. Or how the “organized crime” helped to build post-soviet
Russia capitalism..... 552

David Maciel de Mello Neto

DOI:

Scope and limits of the insights of mouffeian agonism beyond national frontiers 559

Fernanda Natasha Bravo Cruz

DOI:

Dossiê

Trânsitos intelectuais nas Américas

Memória rota e outras memórias

João Marcelo Maia*

Helena Bomeny**

Este dossiê nasceu de uma celebração. A Companhia das Letras lançou em 2016 o livro *A Memória Rota* de Arcadio Díaz-Quñones, professor em Princeton, crítico da cultura e da política na periferia do capitalismo e um dos intelectuais caribenhos mais importantes na interlocução entre Porto Rico e Estados Unidos. O livro foi lançado na Livraria Travessa com a presença do próprio autor e de dois intelectuais brasileiros, Silviano Santiago e André Botelho, cujas falas recuperavam o lugar dos intelectuais e os caminhos de diálogo e imaginação periférica em contextos de produção hegemônica. A noite foi regada de lembranças provocadas por traços e fragmentos do livro que ofereciam ao público, em verdade, o trajeto de intelectuais latino-americanos e caribenhos em ambientes que dinamizaram o intercâmbio entre a América do Norte com as Américas do Sul e Central. A atmosfera de tantos cruzamentos, encontros e imaginação especialmente mobilizados por Arcadio e Silviano em suas próprias trajetórias nos estimulou a montar este dossiê, no qual incluímos outras trajetórias, outros cruzamentos, paragens distintas com personagens que igualmente marcaram a história intelectual de nossos países periféricos.

* João Marcelo Maia é Professor e pesquisador do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV); e Doutor em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). É autor, entre outros, do livro premiado *A Terra como invenção: o espaço no pensamento social brasileiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 2008.

** Helena Bomeny é Professora Titular de Sociologia da Universidade do Estado do (UERJ); e Doutora em Sociologia pelo IUPERJ. É autora, entre outros, de *Darcy Ribeiro. Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001. E-mail: helena.bomeny@hotmail.com.

Silviano Santiago em sua abertura já nos insinua o traçado que iria percorrer a propósito da homenagem a Arcadio Díaz-Quiñones:

“só poderia sentar-me à mesa na Livraria da Travessa se retomasse, nas profundezas das suas raízes novo-mexicanas, um antigo e saudoso sentimento de amizade aos latinos. Pela admiração a um acadêmico porto-riquenho competente e engajado, eu revelaria a amizade que mantive e mantenho por um coletivo comunitário oprimido. Sentimento que sempre norteou meus passos no dia-a-dia da vida universitária, ainda que noutra e diferente nação. Admirava e admiro todos os profissionais que, por uma razão ou outra, são capazes de ir além da pesquisa própria e original, ir além da difusão do saber disciplinar, a fim de atrair e angariar o interesse da população ianque ou das instituições norte-americanas para os que delas necessitam, mas não as merecem pelo próprio valor”.

E foi o que fez à maneira sofisticada e erudita que marca seus escritos.

Pedro Monteiro, responsável pela tradução e organização do livro na edição brasileira, prolonga as notas de Silviano Santiago trazendo ao leitor a reflexão sobre possibilidades abertas pela imaginação periférica em contraposição aos descaminhos do mundo moderno. Propôs-se a mobilizar três momentos da produção crítica moderna e contemporânea, no Brasil e no Caribe, em que, nos adianta,

“os espaços periféricos parecem ter criado práticas sociais e culturais que resistem ao poder da norma. Para além de um elogio simplista das sociedades “híbridas” ou “mestiças”, pretendo perguntar, com Sérgio Buarque de Holanda, José Miguel Wisnik e Arcadio Díaz-Quiñones, pela noção de sujeito que emerge das experiências marginais”.

O diálogo entre intelectuais periféricos permanece no texto que trata do encontro entre Darcy Ribeiro e Ángel Rama, ambos mobilizados, em notas particulares, por responder aos desafios impostos pelos centros produtores da imaginação social aos nossos países latino-americanos. O exílio foi uma dimensão crucial na recuperação simbólica e política desses intelectuais e ganhou expressividade na escrita de Helena Bomeny e Alejandra Josiowicz.

O artigo de Maria Caroline Tresoldi, por sua vez, retoma as conexões entre pensadores periféricos ao comparar dois dos mais importantes críticos culturais do Cone Sul, Roberto Schwarz e Beatriz Sarlo. Seu texto

nos permite captar as formas pelas quais a literatura se transformou em peça-chave para desvendar os processos sociais do capitalismo nessas paragens do Hemisfério Sul.

Ronaldo Castro, professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPCIS) / UERJ, também se debruça sobre um conhecido intelectual brasileiro, Antônio Cândido. Em seu texto, Castro nos mostra como a análise dialética de Cândido traduz as desventuras do tema da formação nacional, conhecida obsessão dos intelectuais que pensaram o moderno em contextos não-centrais.

Finalmente, o texto de Eliane Perdigão e Valter Sinder sobre as aproximações entre ficção e etnografia fecha com maestria o dossiê. Ao se concentrarem em dois romances que jogam com as estratégias de verossimilhança antropológica ('Nove Noites', de Bernardo de Carvalho, e 'Os papéis do inglês', de Ruy Duarte de Carvalho), Perdigão e Sinder mostram como os debates em torno da etnografia nos permitem ver as assimetrias contidas em todo 'encontro colonial'.

No conjunto, o leitor será apresentado a uma viagem plural, mas coerente. Tomando como ponto de partida as reflexões de Arcádio e as provocações de Silviano Santiago, poderá navegar entre textos que produzem pontes e aproximações entre autores e tradições intelectuais tidas como periféricas. Ao final, esperamos que a leitura deste dossiê consiga estabelecer novas inquietações teóricas, o que evidenciaria a potência e a contemporaneidade do que conhecemos por 'pensamento social'. Não é outra a tarefa a que nos propomos.

Recebido em
outubro de 2017

Aprovado em
outubro de 2017

Sobre amizade e admiração (Depoimento)

Silviano Santiago*

O livro *Puerto Rican voices in English*, habilmente estruturado por Carmen Dolores Hernández, oferece uma série de relatos autobiográficos que demonstram que a literatura transita por tempos e espaços diversos, para os quais é ao fim contraditório imaginar uma cultura autossuficiente situada num único território, enquanto desmente qualquer ilusão de uma “integração” fácil à cultura norte-americana.

No saber institucionalizado nas universidades dos Estados Unidos, o lugar de Porto Rico é muito incerto. Como não é nem “latino-americano” nem “norte-americano”, termina por borrar-se. [...] A exclusão tem sido a norma. Arcadio Díaz-Quñones, *A memória rota*, pp. 99 e 237, respectivamente.

Quando da publicação em português dos ensaios do professor e crítico porto-riquenho Arcadio Díaz-Quñones, seus amigos e colegas cariocas decidiram organizar na Livraria da Travessa, no Leblon, uma mesa-redonda em sua homenagem. Na cidade em que ele raramente pôs os pés, todos queriam acolhê-lo do modo como ele gentil e fraternalmente os acolhia em Princeton, New Jersey. Queriam também comentar e adquirir *A memória rota* (Companhia das Letras, 2016), antologia organizada e traduzida por Pedro Meira Monteiro, seu colega de Departamento na Universidade de Princeton. Por coincidência, Pedro estaria a trabalho no Rio de Janeiro na data aprazada.

Ao receber o convite para participar da mesa-redonda, dei-me conta de que – quando eu estivesse aboletado lá no estrado e a observar as pessoas

* Silviano Santiago nasceu em 1936, em Formiga (MG). Sua vasta obra inclui romances, contos, ensaios literários e culturais. Doutor em Letras pela Sorbonne, começou a carreira lecionando nas melhores universidades norte-americanas. Transferiu-se posteriormente para a PUC-Rio e é, hoje, professor emérito da UFF. Seu último romance, *Machado* (2016), recebeu o Prêmio Jabuti de Melhor romance e Melhor livro do Ano. E-mail: silviano.santiago@gmail.com.

presentes – estaria fazendo parte de um grupo seletivo de profissionais a que por direito não pertencem. Apesar de ter ensinado em diversas universidades norte-americanas, nossos caminhos nunca se cruzaram. Não pertenciam, portanto, ao grupo dos bons amigos e das boas amigas cariocas (de nascimento ou por adoção, pouco importa) de Arcadio. De antemão, julguei esdrúxulo meu protagonismo em cerimônia tão simbólica e festiva. Por sincera e legítima autocrítica, considero-me mau protagonista e pior ator.

Simplesmente, não entendia o motivo do convite para a participação na mesa-redonda. Recusei-o com delicadeza.

O autor do convite, André Botelho, pediu-me que ponderasse. “Há outra e forte razão”, me disse, “para o convite. Razão menos centrada na amizade que colegas cariocas mantêm com o convidado porto-riquenho. Penso”, argumentou ele, “numa razão mais direcionada pelo que Arcadio representa nos ensaios reunidos, na docência em universidade norte-americana e, principalmente, no engajamento político na vida educacional e cotidiana dos seus compatriotas, imigrantes nos Estados Unidos da América”.

Fiquei de ponderar e de dar a resposta definitiva noutro dia. Combinamos: até lá, a terceira cadeira no estrado estaria sem ocupante. Que ele se sentisse livre para melhor escolha.

Tento detalhar o que se passou durante o período de dúvida e de reflexão. Vai parecer mais longo do que foi na realidade. Isso porque – em apoio à minha in/decisão – terei de discorrer sobre matéria de caráter pessoal que, naquela noite festiva, serviu para *abonar* (encontrei afinal o verbo) minha presença à mesa, ao lado do autor dos ensaios e do seu amigo André Botelho. Gosto de jogar às claras. Exposta oralmente, a matéria pessoal talvez possa ter algum interesse quando exposta em revista acadêmica. Se me alongo, ponha-se menos a culpa no caro André e mais na amiga e colega Helena Bomeny, autora de segundo e posterior convite. Helena quis que eu substantivasse em escrita o teor oral do depoimento. Obedeço-lhe.

Vamos a ele.

Iniciei o depoimento dizendo que me sentia como que de volta à juventude belo-horizontina, quando – solitário nas agrestes e montanhosas Gerais – açulava o desejo de participar de – de me inserir em grupos geracionais contemporâneos (a que não pertenciam de direito) que estreitavam os laços literários ou culturais com o abraço afetuoso e amigo. Por razões que não vêm ao caso, não havia como libertar-me da maldição que carrega o título

de filme interpretado por Jack Nicholson, “um estranho no ninho”. Meu fado, minha sorte. Uma foto dos anos 1950, que tinha recebido dos irmãos Haroldo e Augusto de Campos, me socorreu no passado e hoje volta a me socorrer. Nela, os dois poetas paulistas se abraçam a um terceiro, Décio Pignatari. Revejo-a mentalmente e relembro os versos escritos por Décio e dedicados a Haroldo e a Augusto, e – *por supuesto*, já que se tratava de estreitar os laços dos três – também a ele próprio, terceira pétala da “rosa d’amigos” concretista. Copio a estrofe e deslindo o encantamento mágico daquela noite festiva da amizade, na Livraria da Travessa:

Esta é a rosa d’amigos (dirás: redonda)
E o outro: É o Teatro Chinês
Com sua placa de argila
Onde a efígie se grava
Entre sonhos perenes
De rosas imortais.

Gosto de jogar às claras, afirmo antes. Disse ao André que não poderia considerar-me amigo do Arcadio. Aliás, o prefácio à tradução dos ensaios é prova cabal: libera aos olhos de qualquer leitor a imagem viva duma “rosa d’amigos” brasileiros de Arcadio, rosa de mil e uma pétalas que, por décadas, vem sendo cultivada no campus da Universidade de Princeton, ou, para ser mais exato, nos departamentos com disciplinas que mantêm estreita ligação com o nosso Brasil. Um estranho no ninho – sem dúvida.

Não era amigo (no sentido preciso e poético do termo) do Arcádio, mas desde o mês de setembro de 1962, quando deixei a condição de bolsista e doutorando na Sorbonne e fui ser professor concursado na Universidade do Novo México, em Albuquerque, fora bom amigo de muitos dos nossos irmãos hispano-americanos, grupo amplíssimo de acadêmicos e também de não acadêmicos (meros cidadãos norte-americanos, ou imigrantes), um grupo generoso a que dupla e legitimamente pertence Arcadio. Quando em 1964 me transferi de Albuquerque (New Mexico) para New Brunswick (New Jersey) e fui ensinar na Universidade Rutgers, transformei o afeto que me levava a manter relações amistosas com os descendentes de mexicanos, os *chicanos*, em moeda corrente na minha vida acadêmica e cotidiana na costa leste dos Estados Unidos.

Com a mesma disponibilidade sentimental dos dois anos anteriores, mas de posse de maior conhecimento da experiência do que significa ser *latino*

numa nação WASP, eu me aproximei dos porto-riquenhos e dos caribenhos, e dentro destes, dos dominicanos. A seu jeito e maneira, o estranho foi-se acomodando no ninho.

Disse, então, a André que só poderia sentar-me à mesa na Livraria da Travessa se retomasse, nas profundezas das suas raízes novo-mexicanas, um antigo e saudoso sentimento de amizade aos *latinos*. Pela admiração a um acadêmico porto-riquenho competente e engajado, eu revelaria a amizade que mantive e mantenho por um coletivo comunitário oprimido. Sentimento que sempre norteou meus passos no dia adia da vida universitária, ainda que noutra e diferente nação. Admirava e admiro todos os profissionais que, por uma razão ou outra, são capazes de ir além da pesquisa própria e original, ir além da difusão do saber disciplinar, a fim de atrair e angariar o interesse da população ianque ou das instituições norte-americanas para os que delas necessitam, mas não as merecem pelo próprio valor.

Minha amizade a Arcadio¹, disse a André, se revelaria – no depoimento oral – por variadas e interpostas pessoas. Sob a bandeira da admiração aos *latinos*, ela ganharia a forma e o conteúdo do nobre sentimento de amizade.

Sentado à mesa no pequeno auditório da Livraria da Travessa, no Leblon, eu pertenceria ao grupo de amigas e amigos de Arcadio. Eu seria o admirador.

Recalquei os versos da “rosa d’amigos”, *signée* pelos poetas concretos, e me aboletei nas *Poesias Completas* do pernambucano/carioca Manuel Bandeira, prefaciadas pelo casal Gilda e Antonio Candido de Mello e Souza. Assumi poemas e versos de Bandeira para – carioca e mineiramente – poder saudar com admiração o homenageado porto-riquenho da noite, Arcadio Díaz-Quñones. Copio alguns versos de Flag, como Gilberto Freire o chamava carinhosamente:

Louvo o Padre, louvo o Filho,
O Espírito Santo louvo.
Isso feito, louvo aquele
Que ora chega ao Rio de Janeiro
E no meio dos seus pares
Prima pela qualidade.

¹ Cf.: “Princeton, como Porto Rico, é para mim um lugar de amizades e afetos muito intensos, e de um longo diálogo com colegas, alunas e alunos que me inspiraram e me ensinaram muito” (*A memória rota*, p. 273).

Quem lhes fala não é amigo de Arcadio. Se o fosse, teria tido direito à palavra na vida acadêmica de Princeton e no prefácio ao livro de ensaios. Teria ganhado legítimo direito ao assento nesse estrado. Quem lhes fala é o admirador. Quem lhes fala é o admirador do Arcadio que – por interpostas pessoas e situações, quase todas perdidas no espaço/tempo da vida e hoje reencontradas na memória/saudade da imaginação – pôde melhor compreender e apreender não só a riqueza e a precisão nas análises históricas e literárias de *A memória rota*, como também a grandeza política e ideológica na beleza da escrita dos ensaios diligentemente reunidos e traduzidos pelo colega Pedro.

Ao assumir a fala da admiração, assaltam-me lembranças desengonçadas, anárquicas e fortes. Conto agora com a paciência e a simpatia dos leitores, assim como contei com a paciência e a simpatia dos ouvintes na Livraria da Travessa. Começo – como comecei – de maneira aleatória, embora precisa. Começo pela canção “Lamento borincano”, que escutei primeiramente na voz de Daniel Santos, cantor de dicção metálica e compassada, semelhante à do nosso Miltoninho, voz que depois foi perseguida nas vozes de Javier Solis (personagem do romance *Stella Manhattan*, onde canta seu *hit* maior, “Sombras”), de Chavela Vargas, *cantante mejicana* ressuscitada por Pedro Almodóvar em belos filmes, e, finalmente, de Caetano Veloso.

“Lamento boricano” era e é o hino nacional dos porto-riquenhos (*boricuas*) no exílio norte-americano e, pelo tema desenvolvido na letra, jorrou água em duas fontes da minha formação estrangeirada. Na antiga UFMG, os professores Rodrigues Lapa, de Literatura portuguesa, e Damien Saunal, de Francesa, dão-se as mãos.

Relembrava eu o *Mofina Mendes*, auto de Gil Vicente, e a fábula “La laitrière et le pot au lait”, de La Fontaine. Cito, primeiramente, cinco versos do “Lamento borincano”. Neles se evidencia o tema do *tópos* – o sonho que leva o caipira a crer na melhoria do padrão de vida da família, se o pequeno negócio no campo render o necessário e o indispensável, e algo mais, no mercado público da cidade mais próxima:

*Sale, loco de contento con su cargamento para la ciudad, ¡ay! para la ciudad.
Lleva en su pensamiento todo un mundo lleno de felicidad, ¡ay! de felicidad.
Piensa remediar la situación del hogar que es toda su ilusión así.*

*Y alegre, el jibarito va cantando así, diciendo así, pensando así por el camino,
si yo vendo la carga, mi Dios querido, un traje a mi viejita voy a comprar.*

O milagre da multiplicação dos pães e peixes, de que fala o Novo Testamento, lá está também na fábula de La Fontaine e no auto de Gil Vicente. Por ser menos conhecido, opto por citar Gil Vicente:

Vou-me a feira de Trancoso
logo, nome de Jesu,
e farei dinheiro grosso.
Do qu'este azeite render,
comprarei ovos de pata,
que é cousa mais barata
qu'eu de lá posso trazer:
e estes ovos chocarão,
cada ovo dará um pato,
e cada pato um tostão,
que passará de um milhão
e meo, a vender barato.

Disse-lhes que comecei a fala da admiração de modo aleatório e preciso. Na sua simplicidade, “Lamento borincano” fazia ressoarem minhas leituras acadêmicas em português e em francês, e tempos imemoriais. E tempos modernos e atualíssimos também. Abria os olhos do brasileiro afrancesado para a realidade que eles haviam visto no Novo México, a dos *wet-backs*, imigrantes que atravessavam o Rio Grande a nado, e a dos *chicanos* – *los pachucos* – aclimatados à agricultura na Califórnia. E os abria ainda para documentar o dia a dia dos porto-riquenhos e caribenhos na região leste dos Estados Unidos.

“O lamento *borincano* ganhava corpo e sangue nas primeiras incursões pelo pensamento anticolonial e pós-colonial em língua francesa, de que eram exemplo, para o neófito brasileiro em Paris, o Frantz Fanon de *Peau noire, masque Blanc* (1952), o Aimé Césaire do poema *Cahier d'un retour au pays natal* (1947) ou a revista *Présence africaine* (desde 1947). E ainda ganhavam reflexão nos *surveys* de literatura colonial brasileira que faziam parte do currículo de Literatura brasileira nas universidades em que ensina.

Ganham, ainda, escrita autobiográfica, sofrimento individual e coletivo, sentido e peso político e ideológico na leitura dos ensaios de *A memória rota*, de Arcadio, como o que expõe a justa e incontornável reflexão sobre o verbo *bregar*. Este verbo – Como vai a vida? *Vou levando* – substitui o milagre bíblico da multiplicação dos pães e dos peixes pela alta voltagem na apreensão de verbo banal e específico da fala popular dos porto-riquenhos

que traduz as artimanhas do trabalho semiescravo nas grandes metrópoles. *Ir levando* a vida, ou *bregar*, traduz o milagre da sobrevivência.

Copio importante passagem da análise de Arcadio. Nela, ele avança a ‘lógica do menos pior’ (p. 44), prevalente no raciocínio sobre o cotidiano nas classes populares porto-riquenhas em Nova York:

Bregar é, poder-se-ia dizer, outra ordem de saber, um método difuso e sem alarde para navegar a vida cotidiana, onde tudo é extremamente precário, cambiante ou violento, como foi durante o século XX para as emigrações porto-riquenhas e o é hoje, em todo o território da ilha (p. 38).

Bregar – acrescenta Arcadio posteriormente – ‘designa o que é ‘manejável’ com a destreza das mãos reais ou simbólicas’.

No auto de Gil Vicente, na fábula de La Fontaine e na canção do porto-riquenho Rafael Hernández, é forte a alegria decorrente do sonho de vida familiar mais confortável e prazerosa, que é apenas *momentânea*. O ganho com o trabalho duro leva o sonhador ao pulo pouco precavido – e é, por isso, que o bem-estar familiar almejado é sempre frustrante. O *lucro* não é para todos. Cito La Fontaine: “Perrette là-dessus saute aussi, transportée. / Le lait tombe; adieu veau, vache, cochon, couvée.”

A sombra do ‘Lamento borincano’ me perseguia e continuava a me perseguir na leitura do primeiro capítulo de *El laberinto de la soledad*, de Octavio Paz. Naquele capítulo, ‘El pachuco y otros extremos’, encontraria as primeiras sementes dum ensaio que escreveria décadas mais tarde sob o título de ‘O cosmopolitismo do pobre’.²

Volto a 1969. Admiro o colega Arcadio, como primeiro admirei e depois fui amigo do porto-riquenho Francisco (Paco) Pabón, quando o reencontro (ele também vinha de Rutgers University) na State University of New York at Buffalo. Eu estava contratado como *Associate Professor with tenure* pelo Departamento de Francês, e ele, no início da carreira, como *Assistant Professor* pelo Departamento de Espanhol e Português.

(No último departamento estava também a argentina Silvia Molloy que, posteriormente, fui encontrar como amiga de Arcadio em Princeton

² Cf.: “A *diáspora* é um processo social e cultural dramático, instaurando um mundo de *cultura rural no meio de uma cidade como Nova York*, coisa que hoje ocorre com mexicanos, guatemaltecos e outros que vêm direto de um mundo camponês” (*A memória rota*, 2016, p. 258 – grifo meu).

e na New York University. Vejam como, no fundo, a admiração pode ir tecendo uma fascinante rede subterrânea de amizades que pouco a pouco sobe à tona. Dessa rede fará parte a querida amiga e grande admiradora da literatura brasileira que é Florencia Garramuño, hoje professora na Universidad de San Andrés, em Buenos Aires. Florencia teve a tese de doutorado sobre romancistas do cone sul, *Genealogias culturales. Argentina, Brasil y Uruguay en la novela contemporánea*, orientada por Arcadio. Da página de agradecimentos, retiro estas palavras para compor outra profunda rosa d'amigos que sobe à tona: "Arcadio Díaz-Quñones, mi director de tesis, supo reconocer en los primeros balbuceos de este trabajo la 'gramática' con la cual se iría gestando este lenguaje; sin sus indicaciones bibliográficas y sus lecturas detenidas esta disertación habría seguido caminos tortuosos").

Retomo. Pertencendo eu a departamento de prestígio, o de Literatura francesa em tempos pós-estruturalistas,³ tendo posição hierárquica superior à do jovem colega caribenho, fui imediatamente acionado por Paco Pabón que, infeliz junto aos hispanistas canônicos, não escondia a intenção de fundar um alternativo Puerto Rican Studies Center, à semelhança do Black Studies Center, que tinha sido criado dentro do American Studies Program, pioneiramente fundado, por sua vez, pelo professor Lawrence (Larry) Chisolm e, então, dirigido por ele.⁴

Das palavras de Arcadio desentranho o melhor perfil que eu poderia ter escrito de Francisco Pabón nos idos de 1969. Copio Arcadio e me lembro do amigo Paco:

"Fui o primeiro de minha família, numerosíssima, a entrar na universidade. São realidades, não abstrações. [...] Os porto-riquenhos da migração - e chegaria a nossa vez, porque toda a família migrava - não eram sequer um tema na universidade em que estudei. Tudo o que acontecia a meu redor e que me dizia respeito, ou que era muito próximo de mim e de minha família, não era assunto de discussão e reflexão, exceto por alguns estudos especializados" (p. 259).

³ Era colega de Eugenio Donato, René Girard, Olga Bernal, John Simon, Raymond Federman, Thomas Kavanagh, Howard Bloch e tantos outros. Visitantes: Michel Foucault, Michel Serres, Roger Kempf, A. J. Greimas, etc. Em 1973, ocupei o posto de *Acting Chairman* do Departamento.

⁴ Falecido em 1998, Larry é lembrado pelo colega Kerry S. Grant, Decano de Artes e Letras da Universidade, como "a pioneer in the development of critical approaches to American culture and social activism".

Duas figuras importantes na governança da universidade vieram também em ajuda do porto-riquenho Paco. O decano de Artes e Letras, John P. Sullivan⁵, latinista de talento e especialista em Ezra Pound recém-chegado do Reino Unido (via Texas) e disposto a abrir as portas do *campus* universitário aos coletivos representativos de minorias, e o professor Albert (Albie) Michaels⁶, nascido em Buffalo e figura influente na comunidade e no Departamento de História.

É indispensável assinalar que a ambição de Pabón ganha também realce pelo apoio que recebe do grupo de estudantes *boricuas* Young Lords, liderados em New York por Felipe Luciano. Formam o núcleo inicial de estudantes e de artistas que, daí a três anos, estará se encontrando e se reunindo no centro cultural Nyurican Poets Café, situado no Lower East Side de Manhattan. Retomo palavras de *A memória rota* para apresentar-lhes os Young Lords:

“Como disse o escritor cubano Manuel Moreno Fraginals, a primeira coisa que o escravo perde é o nome. [...] Os Young Lords e os Black Panthers são exemplos de uma conjunção entre armas e letras, quando os guerrilheiros nomeiam-se a si mesmos, para então intervir na vida pública” (p. 252).

Não há como não citar essas observações agudas de Arcadio sobre o modo como o desenvolvimento de Porto Rico se empilha em cima de camadas de frustração humana, econômica e ideológica: “Vendo retrospectivamente, ocorreram dois processos simultâneos. Um é o êxodo da população para Nova York depois da guerra, dirigido pelo Estado; o outro é o projeto de industrialização, ou seja, o abandono do campo. O mundo rural passa a debilitar-se, e as cidades começam a encher. A literatura (Julia de Burgos, José Luis González, Pedro Juan Soto, René Marqués, Luis Rafael Sánchez, Pedro Pietri e outros) acompanha esse processo, assim como os artistas gráficos. A palavra ‘progresso’ é central, como o foi em diversos outros países” (p. 259).

⁵ Leia-se seu obituário no jornal *New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/1993/04/17/obituaries/john-p-sullivan-62-scholar-and-teacher.html>. Acesso em 14 de maio de 2017.

⁶ Um bom *portrait* do contraditório e fascinante Albie Michaels, escrito no ano de 2012, se encontra disponível em: http://artvoice.com/issues/v11n41/news_analysis.html. Acesso em 14 de maio de 2017.

Em setembro de 1970, estava fundado o Puerto Rican Studies Center na SUNY at Buffalo. Seus primeiros professores foram Francisco Pabón (*chairman*), Alfredo Matilla Rivas (filho de conhecido músico espanhol, exilado em Porto Rico) e o ativista brasileiro Abdias do Nascimento, indicado por mim. Como primeiro *Visiting Professor*, chegou da ilha o grande romancista porto-riquenho Pedro Juan Soto, autor entre outros do aclamado romance *Usmail*.

A figura de Abdias – que depois de ocupar o posto de *Full Professor* na universidade se aposentou e regressou ao Brasil para se tornar senador da República, retomando a carreira de ativista negro na política nacional – era, estrategicamente, ferramenta importante na elaboração teórica do grupo dissidente do Departamento de Espanhol e Português.

Compartilham todos da convicção de que o estudo do Caribe e de suas diásporas – tão complexas do ponto de vista econômico, cultural e linguístico – se enriquece com o diálogo sobre a cultura e a história da América Latina e, em particular, com a história do Brasil, então sob a ditadura dos militares. O conagraçamento foi tão feliz, que, mesmo sendo eu docente no Departamento de Francês, pudemos convidar ao *campus* de Buffalo figuras como Hélio Oiticica (apresentou-se na Albright-Knox Art Gallery no dia 27 de fevereiro de 1973) e Glauber Rocha (recebido pelo novo especialista em cinema, professor Gerald (Gerry) O’Grady⁷, ele apresenta seus filmes e fala a um auditório de uns 400 estudantes, tendo sido eu seu intérprete). Ali também foi encenada a peça *Arena conta Zumbi*, com o diretor Augusto Boal e atores do elenco original.

Chegado é o momento de citar versos do poeta porto-riquenho que mais me impressionou naqueles anos, Pedro Pietri, um “desquiciado”, a viver como o mago Antonin Artaud, como dizia amorosamente meu colega e amigo Luis Mario Schneider. Seu longo poema, “Puerto Rican Obituary”, lido em Buffalo numa das muitas vezes que por lá passou e publicado pela primeira vez na *Monthly Review*, em 1973⁸, é inesquecível

⁷ Para informação sobre o papel de Gerry em Buffalo e nos Estados Unidos da época, leia-se: <https://www.burchfieldpenney.org/artists/artist:gerald-o-grady/>. Acesso em 14 de maio de 2017.

⁸ Por ocasião da sua morte em 2004, a revista que o lançou publica o obituário do próprio poeta, de que extraio este trecho:

“‘Puerto Rican Obituary’ was first read in 1969 at a rally in support of the Young Lords Party, an anti-imperialist Latino youth group in New York. Like the Black Panther Party,

e será responsável pela atitude multilinguística iconoclasta (espécie de escrita à la *Macunaíma*, mas às avessas, já que com vistas ao cosmopolitismo da experiência política) que tomei ao escrever o romance *Stella Manhattan*. Neste, os idiomas se mesclam como se misturam as várias etnias e as várias nacionalidades na metrópole norte-americana, ou em qualquer metrópole do mundo moderno.

Juan
Miguel
Milagros
Olga
Manuel

*All died yesterday today
and will die again tomorrow
passing their bill collectors
on to the next of kin
All died
waiting for the garden of eden
to open up again
under a new management
All died
dreaming about america
waking them up in the middle of the night
screaming: Mira Mira
your name is on the winning lottery ticket
for one hundred thousand dollars
All died
hating the grocery stores
that sold them make-believe steak
and bullet-proof rice and beans
All died waiting dreaming and hating*

the Young Lords were community activists, supporting demands for fair and affordable housing and decent health care, and they ran free breakfast programs for children. They linked their neighborhood militancy to a program that called for the end of U.S. imperial adventurism in Vietnam and elsewhere, third world liberation, an end to the oppression of the poor and people of color, and the building of a socialist society. The Young Lords were destroyed by U.S. government provocations in the mid 1970s, but Pedro Pietri continued on as a radical activist and poet—he saw no distinction between these roles. Most notably he helped to found and sustain the Nuyorican Poets Café, an acclaimed center for oppositional arts and literature”.

Já falei demais. Peço-lhes desculpas pelo palavrório que a memória diz poderia ser infundável. O bom-senso recomenda, no entanto, atitude a ser tomada metaforicamente, apenas metaforicamente, a Camões:

Não mais, Musa, não mais que a Lira tenho
Destemperada e a voz enrouquecida.

Permitam-me que cale a voz da memória – rota – com estes versos premonitórios de Os Lusíadas:

O favor com que mais se acende o engenho
Não no dá a pátria, não, que está metida
No gosto da cobiça e na rudeza
Duma austera, apagada e vil tristeza.

Recebido em
maio de 2017

Aprovado em
junho de 2017

Da cordialidade à *brega*: o veneno-remédio das culturas periféricas em Sérgio Buarque de Holanda, José Miguel Wisnik e Arcadio Díaz-Quiñones¹

Pedro Meira Monteiro*

Resumo

O espaço periférico engendra fantasias poderosas, capazes de converter a periferia num centro produtor de alternativas para os descaminhos do mundo moderno. Reagindo ao otimismo dessa visão, procuro flagrar três momentos da produção crítica moderna e contemporânea, no Brasil e no Caribe, em que os espaços periféricos parecem ter criado práticas sociais e culturais que resistem ao poder da norma. Para além de um elogio simplista das sociedades “híbridas” ou “mestiças”, pretendo perguntar, com Sérgio Buarque de Holanda, José Miguel Wisnik e Arcadio Díaz-Quiñones, pela noção de sujeito que emerge das experiências marginais.

Palavras-chave

Sérgio Buarque de Holanda. José Miguel Wisnik. Arcadio Díaz-Quiñones. Culturas periféricas.

Abstract

Peripheral spaces can trigger powerful fantasies, which turn periphery into an imaginary source of alternatives for the modern world’s derailment. By critically reacting to such optimism, my goal is to analyze three moments in Brazilian and Caribbean modern and contemporary critical thought in which those peripheral spaces seem to have engendered cultural and social practices capable of resisting the power of norms. Far beyond a naïve appraisal of “hybrid” societies, it is my purpose to inquire, along with Sérgio Buarque de Holanda, José Miguel Wisnik and Arcadio Díaz-Quiñones, about the notion of a political subject that emerges from marginal experiences.

Keywords

Sérgio Buarque de Holanda. José Miguel Wisnik. Arcadio Díaz-Quiñones. Peripheric cultures.

¹ Este texto é uma versão da “conferência magna” proferida durante o XIV Congresso da Associação Brasileira de Literatura Comparada (ABRALIC), em Belém, no dia 30 de junho de 2015.

* Pedro Meira Monteiro é Doutor em Teoria e História Literária pela Unicamp e Professor titular de Literatura Brasileira na Princeton University. E-mail: pmeira@princeton.edu.

Introdução

Certo senso comum sugere haver semelhanças profundas entre países de tradição pós-colonial como Brasil e Cuba, onde o escravismo e a grande plantação são matrizes de formação de uma sociedade híbrida, em que a proximidade e o diálogo convivem com a exclusão e a violência. Conviria, entretanto, somar um pequeno território a esse mapa. Trata-se de Porto Rico, uma das ilhas mais ocidentais do Caribe, localizada ao lado da Hispaniola, a primeira grande ilha avistada por Colombo, onde hoje se encontram a República Dominicana e o Haiti. De Porto Rico vem a bela gravura da artista gráfica Consuelo Gotay, intitulada “A Arca de Noé”, concebida na década de 1970 e inspirada nos poemas de Luis Palés Matos, “Los animales interiores”.²



Mas antes ainda de percorrer esse mapa – imaginário, como todo mapa de leitura – faço um pequeno preâmbulo teórico e sentimental e parto de um incômodo. É intrigante que, ainda hoje, possamos nos flagrar defendendo as *vantagens da periferia*. Por que às vezes nos acreditamos melhores por não habitar aquilo que supomos ser o centro?

O mecanismo é muito conhecido, no plano psicológico: ao me sentir em perigo, invento um lugar em que a ameaça se desfaz. Tal sítio, afetivo e imaginário, pode coincidir com um lugar real, ou pode ser feito de nuvens.

² Agradeço a Consuelo Gotay a gentil permissão para reproduzir aqui a sua gravura.

Trata-se de uma espécie de ventre original, onde me sinto protegido. A imaginação poética é pródiga em criar ventres originais.

O mesmo mecanismo de compensação simbólica funciona no plano cultural. No caso do Brasil, um antiamericanismo renitente se traduz, com frequência, na ideia de que o lado de lá, dos pioneiros protestantes e dos modernos homens e mulheres de negócios, é um mundo desencantado (MEIRA MONTEIRO, 2015; MORSE, 1988). “Eles” (os americanos) não têm jogo de corpo, são frios, calculistas, etc. Nesse jogo especular, a “nós”, brasileiros, restaria a candura, o calor humano e a alegria. Uma boa análise sociológica e histórica desvanece imediatamente as fantasias bipolares, lembrando que a alegria e a candura mal escondem o classismo, o racismo, a incompetência e a corrupção, assim como, do outro lado, a frieza e a eficácia atribuídas aos norte-americanos ocultam a violência, a guerra, a vigilância, a exploração e toda uma tradição poética capaz, como nenhuma outra, de refletir sobre a solidão e a intimidade.

Ainda no plano cultural, como exemplo desse mecanismo de compensação simbólica, penso em Eduardo Lourenço, que se refere à forma como o cineasta alemão Wim Wenders identificou Portugal como “reserva do sonho” (LOURENÇO, 2001, p. 55-59). Nesse caso, a miséria pode ser escamoteada pela fábula de um tesouro oculto, que os portugueses insuspeitadamente guardariam. Tal tesouro periférico seria o “encantamento” que os outros europeus teriam perdido. O belo ensaio de Lourenço se refere à entrada de Portugal na União Europeia. No caso português, tanto melhor que o complexo de inferioridade tenha sido virado do avesso, e o futuro brilhante, quando o tesouro será reencontrado e plenamente gozado, tenha se convertido numa espera de largas consequências poéticas e políticas. Mas, com ou sem o Encoberto, diante da volta sempre protelada desse Rei que se perdeu nas areias do deserto, discute-se a provável vantagem de se habitar a periferia do mundo. É claro que o mito, no caso, oculta a violência colonial e pós-colonial.

Tais excursos devem servir para lançar uma sombra de suspeita sobre o sentimento de superioridade dos espaços periféricos. Mais que buscar as vantagens da periferia, ou mesmo a visão privilegiada dos seus intelectuais, valerá a pena perguntar o que as periferias, a um só tempo simbólicas e reais, produzem, no plano da vivência política. Que práticas engendram? Que técnicas do social, que pactos, que tipo de cultura política se desenvolve nesses espaços? E que fazer da rígida geografia que postula centro e periferia? Onde é mais cômodo estar? Numa periferia eternizada

pela imaginação? Ou a prática política, por si só, desvanece a ilusão da periferia?

* * *

Pretendo, inicialmente, lembrar Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil*, ensaio em que se postula o conceito da “cordialidade”, que funcionaria, segundo o crítico e músico José Miguel Wisnik, como um *fármaco*, ou um “veneno remédio” (HOLANDA, 2016; WISNIK, 2010). Por um lado, o homem cordial é supostamente capaz de estabelecer relações mais próximas com seus compatriotas, menos mediadas pelas regras frias da *pólis*. Por outro lado, essa mesma vantagem se converte em desvantagem, quando se trata de costurar a política no seu nível representativo, avesso ao personalismo mais estrito.

Num segundo momento, após discutir Sérgio Buarque de Holanda e José Miguel Wisnik, pretendo abordar uma palavra e um conceito de difícil tradução: o verbo *bregar*, que, na sua ductibilidade e riqueza semântica, mereceu um longo e iluminador ensaio do crítico porto-riquenho Arcadio Díaz-Quñones (DÍAZ-QUIÑONES, 2016). *Bregar*, em poucas palavras, é negociar, avançar sabendo recuar, contornar quando necessário, resguardar-se e furta-se ao conflito quando preciso. É também uma forma de navegar o arriscado terreno da política em situações periféricas, quando o sujeito é um cidadão incompleto, dotado de direitos nem totalmente estabelecidos, nem totalmente esclarecidos, não poucas vezes ameaçados por uma máquina política ensanduichada entre o passado colonial e, no caso específico de Porto Rico, a presença avassaladora dos Estados Unidos.

A *brega*, em suma, guarda algumas semelhanças estruturais – poéticas e políticas – com a cordialidade. Ambas têm o potencial de nos desviar da dureza da lei, destinando o sujeito à negociação direta, com a possibilidade de atenuar conflitos. Nesse sentido, a cordialidade e a *brega* são instrumentos regeneradores, como um remédio que vertesse sobre o tecido social. Mas, ao mesmo tempo, os dois instrumentos se convertem facilmente em veneno, porque, cada qual a seu modo, podem manter o sujeito num plano em que ele se furta ao choque, mantendo-se no restrito círculo de possibilidades que a sociedade de raízes coloniais e escravistas lhe oferece. No entanto, como veremos logo mais, a *brega* não é apenas evasiva. Há nela algo de propositivo, que se encontra menos presente, talvez, na cordialidade.

* * *

Começemos pela cordialidade. O conceito, que aparece em 1936 em *Raízes do Brasil* e é depois largamente retrabalhado para a segunda edição do livro, de 1948, foi criado por Sérgio Buarque de Holanda a partir de uma observação feita pelo poeta Rui Ribeiro Couto em correspondência com Alfonso Reyes, então embaixador do México no Brasil. A propósito, as raízes latino-americanas de *Raízes do Brasil* permitem notar que o “homem cordial” é uma expressão longeva, tendo figurado, talvez pela primeira vez numa língua ibérica, na referência do poeta nicaraguense Rubén Darío ao argentino Saenz Peña, antes ainda que este se tornasse presidente da Argentina, o que revela uma rica trama finissecular ibero-americana como pano de fundo de *Raízes do Brasil* (MEIRA MONTEIRO, 2015, p. 117-140). Além disso, os diálogos “interamericanos” que sustentam a imaginação das “raízes” do Brasil foi estudado, há alguns anos, por Robert Patrick Newcomb, num estudo em que o jovem Sérgio Buarque de Holanda é classificado como uma possível “*lost child of Rodó*”, numa referência ao amplo debate do arielismo nos círculos intelectuais latino-americanos (NEWCOMB, 2012).

Seja qual for a genealogia da expressão “homem cordial”, na sua origem está a imaginação de uma possível vantagem latino-americana sobre os prósperos Estados Unidos da América. Na leitura do escritor uruguaio José Enrique Rodó, Ariel, o gênio do ar, personagem de *A tempestade*, posta-se contra a ganância de Próspero, que governa a ilha imaginada por Shakespeare na aurora do colonialismo. Há que lembrar que Rodó vê os Estados Unidos com um misto de admiração e, sobretudo, desprezo, imputando-lhe uma insuportável combinação de materialismo e arrivismo (RODÓ, 2004).

Bem mais tarde, já na onda do desrecale localista dos anos 1960, é Caliban quem surge, ressignificado pelas lutas pós-coloniais, como uma saudável ameaça à arrogância e à neurose dominadora de Próspero. Mas em todos os casos, dos arielistas de fim de século aos calibanistas dos libertários anos 1960, trata-se de uma resposta ao poder e à gana dos Estados Unidos.

Voltemos, contudo, ao homem cordial. Sabe-se que a leitura da cordialidade prevalecente não é a de Sérgio Buarque de Holanda, mas sim a de Ribeiro Couto e a de Cassiano Ricardo, poeta e intelectual orgânico do Estado Novo (MEIRA MONTEIRO; SCHWARCZ, 2016). Para eles, e para muitos outros, nos dias de hoje, a cordialidade resume qualidades positivas: a bondade, a lhaneza, a proximidade com o outro, o calor humano, etc. São todas qualidades presentes não só em *Raízes do Brasil*,

mas também latentes na grande matriz interpretativa de Gilberto Freyre, para quem a dura dominação colonial teria sido “amaciada” pelo “óleo da mediação africana”, numa tese que, surgida na década de 1930, faria história, pendendo consideravelmente para a direita nas décadas seguintes. Contudo, se o luso-tropicalismo freyriano dos anos 1950 e 1960 encontrou guarida no imaginário salazarista, seria empobrecedor reduzir obras do porte de *Casa-grande & senzala* e *Sobrados e mucambos*, concebidas na década de 1930, a um laivo puramente reacionário (BENZAQUEN, 1994).

Se lemos *Raízes do Brasil*, encontramos, lá também, características inequivocamente positivas do brasileiro:

“Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o ‘homem cordial’. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influência ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal”.

(HOLANDA, 2016, p. 254)

Não me estendo sobre a senda, ou antes a larga avenida, que tal passagem abre no pensamento social brasileiro. Lembro apenas que, desde os românticos, no século XIX, até algumas das chamadas interpretações “modernistas” do Brasil, a chave explicativa se encontrava em questões como a felicidade ou a tristeza. O Brasil, em suma, se via diante da tarefa de guardar a alegria do mundo, ou então diante da constatação melancólica de sua incapacidade para a civilização. Se os retratos do Brasil se projetam sob a sina da alegria e da tristeza, talvez até hoje o país seja vítima de um lugar imaginário, presa de uma “promessa de felicidade”, como a chamou José Miguel Wisnik, pensando no poder sintético da bossa nova, no contexto nacional-desenvolvimentista da década de 1950 no Brasil (WISNIK, 2004, p. 213-239). No caso específico da cordialidade, ela se torna incompreensível sem a sombra de uma crônica incapacidade civilizatória. De um lado, promessa; de outro, descalabro.

A incapacidade civilizatória se condensa num impasse, que Sérgio Buarque de Holanda vai buscar na tragédia grega. Amparado numa leitura hegeliana de Sófocles, o ensaísta vê, no conflito entre Creonte e Antígona, a chave para a compreensão da formação do espaço público. Recordemos a

célebre passagem:

“O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos, uma integração de certos agrupamentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe, entre o círculo familiar e o Estado, uma gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. [...] Só pela transgressão da ordem doméstica e familiar é que nasce o Estado e que o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade. [...] Ninguém exprimiu com mais intensidade a oposição e mesmo a incompatibilidade fundamental entre os dois princípios do que Sófocles. Creonte encarna a noção abstrata, impessoal da Cidade em luta contra essa realidade concreta e tangível que é a família. Antígona, sepultando Polinice contra as ordenações do Estado, atrai sobre si a cólera do irmão [sic], que não age em nome de sua vontade pessoal, mas da suposta vontade geral dos cidadãos, da pátria”.

(HOLANDA, 2016, p. 245-246)

O Estado aqui é uma transcendência virtuosa, capaz de superar o espírito particularista da família, fundando a ética pública, a qual, na imaginação de Hegel, é simbolizada pelo irmão. Na *Fenomenologia do Espírito*, o irmão é aquele que deixa a casa e ocupa o espaço público, enquanto a irmã resguardaria os valores privados e os afetos, no âmbito da família (HEGEL, 1992, p. 18-26). Deixada apenas à sorte da irmã (Antígona), a cidade se torna espaço de realização dos laços familiares, embora, de uma perspectiva estritamente hegeliana, o Direito público, encarnado por Creonte, termina por ser desrespeitado.

Deixo de lado a violência dessa leitura de Hegel de que é vítima o próprio Sérgio Buarque de Holanda, que não à toa confunde o parentesco de Creonte e Antígona, considerando-os irmãos, quando, na verdade, são tio e sobrinha. Atenho-me apenas ao fato de que a tensão entre a família e o Estado se traduz numa prática política determinada, ou seja, numa cultura de relações e num horizonte de expectativas sobre a formação – ou mais propriamente sobre a *de-formação* – do espaço público. A confusão entre as esferas do público e do privado é tema muito antigo no pensamento social brasileiro e, como bem se sabe, encontra tradução quase imediata nas práticas cotidianas de invasão e desrespeito do espaço público – males, não custa nada lembrar, que atravessam as classes sociais.

Aquela idealizada e louvável atitude “aberta” e “calorosa” dos brasileiros inaugura então um paradoxo: ao viver as relações políticas como relações pessoais, aproximando-se do Outro sem as mediações do protocolo e da reverência, o homem cordial é incapaz de portar as máscaras da representação política. Afinal, no terreno da *pólis*, ordenado pelo zelo de Creonte (reinterpretado e valorizado por Hegel), todos seriam cidadãos, portadores dos mesmos direitos. Levando a questão ao limite, tal é o paradoxo da igualdade: promovida a equalização, abolem-se as preferências e as repugnâncias, para que se desmontem também as hierarquias de sangue. No entanto, as linhagens e a hierarquia de sangue não são apenas o produto do Antigo Regime. Para “amar”, sugere Sérgio Buarque, é preciso escolher e preferir uns sobre os outros.

O homem cordial, em *Raízes do Brasil*, não é apenas bondoso, nem mesmo afável. Diante da impessoalidade da lei geral, ele está sempre prestes a criar uma lei própria, um *privilégio* em potencial, dando vazão ao puro arbítrio do sujeito. Aqui se explica, ademais, a *sobranceria* como característica do “homem ibérico”, no início de *Raízes do Brasil*. É verdade que, escorados em Kafka e Agamben, sabemos que a lei sempre é arbítrio. No entanto, no quadro do pensamento liberal em que se inscreve *Raízes do Brasil*, há uma diferença entre a lei geral, da *pólis*, e a lei privada, da família. Para essa imaginação, sempre que o Direito for moldado pela vontade particularista da família, corre-se o risco de que o tecido político seja rompido, ou – de uma perspectiva ainda liberal – corre-se o risco de que o monstro do autoritarismo mostre sua cabeça.

Numa leitura radicalmente liberal, o “homem cordial” seria uma ameaça à formação do espaço público, em que as diferenças, idealmente, são resolvidas por um jogo de máscaras. A *representação*, no caso, determina papéis e marca a impossibilidade de acolher ou proteger o Outro diretamente, sem mais mediações, como se ele fosse um amigo ou irmão. Levando tal retrato da política ao seu extremo, o político liberal, imune a beijos ou à imersão no corpo místico da coletividade, seria pura máscara, protegida contra o sangue e os afetos. A cordialidade se reafirma então como benfazeja, quando se trata de devolver, às relações humanas, seu lastro afetivo e pessoal, tornando-se, entretanto, lesiva, quando o lastro dessas relações não deixa que a pessoa se apague diante do cidadão, o que marca uma larga reflexão sobre o espaço público no Brasil, que tanto rende para a crítica universitária e jornalística. Mas quem é o cidadão senão aquele que, ao resguardar-se do arbítrio das relações pessoais, guardou a

lei dentro de si?

A internalização da lei é o grande tema de Sérgio Buarque de Holanda. Contudo, a interiorização da norma é o outro lado da moeda de um insistente elogio dos espaços não regradados, que se furtam ao centro da lei, isto é, que sabem contornar a tirania da regra. É como se as práticas geradas em espaços periféricos dependessem, justamente, de um jogo sinuoso com a lei, ocultando-se diante dela, quando necessário, e criando uma zona cinza em que a letra da lei é um dito e um não dito, um ser e não ser simultâneos. Na interessante imagem de Altair Martins, trata-se de uma “civilização do atalho” (MARTINS, 2014).

* * *

Recapitulando, a cordialidade é tão boa quanto ruim, deixando-se compreender plenamente se tomarmos em consideração um debate candente à época em que se gerou *Raízes do Brasil*: a tensão entre a *ordem* e a *desordem*. Sabemos que o elogio da desordem e o desapego à norma grassam na tradição literária e no pensamento no Brasil. Os exemplos são inúmeros, e o próprio Sérgio Buarque de Holanda não esteve imune a esse veneno, ou talvez a esse remédio. A propósito, quando José Miguel Wisnik analisou a experiência brasileira à luz do futebol, em *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*, o que estava em questão, em seu diálogo com o autor de *Raízes do Brasil*, era justamente o balanço entre a ordem e a desordem. Tal balanço teria dado forma a um dos primeiros romances da literatura brasileira, as *Memórias de um sargento de Milícias*, de Manuel Antonio de Almeida. Contudo, sabemos que a interpretação da *forma* desse balanço entre ordem e desordem se deve a Antonio Candido, grande amigo e editor de Sérgio Buarque de Holanda, e orientador de José Miguel Wisnik na Universidade de São Paulo. Mas deixemos as genealogias de lado.

Em traços esquemáticos, Antonio Candido viu, no romance do século XIX, um balanço irresolúvel entre a ordem cívica e a desordem lúdica, como se o nosso herói vivesse entre esses dois polos, incapaz de estacionar num deles. O que o crítico tira dessa fórmula é um resultado surpreendente, porque o polo da desordem, isto é, do desvio em relação à lei geral, acaba por ganhar acento positivo, dentro daquilo que se cunhou, celebrenemente, como a “dialética da malandragem”. Para compreender tal passo, convém ouvir o próprio José Miguel Wisnik e perceber que a imagem do Brasil que aí se forja parece requerer o outro lado do espelho de Próspero. Isto é, a

projeção do Brasil depende da imagem reversa dos Estados Unidos:

“Foi exatamente isso que Antonio Candido viu no livro [de Manuel Antonio de Almeida], de cuja análise extraiu [...] uma interpretação de surpreendente acento positivo: sua atmosfera produziria um encantador ‘mundo sem culpa’ de ânimo democrático e tolerante, avesso a estigmatizações e caça a bruxas. [Candido] compara o caráter excludente de sociedades puritanas, como a norte-americana monorracial e monorreligiosa (onde a forte introyeção da lei endureceria o indivíduo e o grupo, conferindo certa identidade e resistência, mas desumanizando as relações), com o caráter potencialmente dialógico e aberto da sociabilidade espontânea no Brasil (onde o abrandamento dos choques entre a norma e a conduta desafogaria os conflitos de consciência permitindo maior aceitação do outro). Assim, naquele momento de ditadura em que foi escrito o texto [1970], a ‘dialética da malandragem’ (e o decorrente ‘mundo sem culpa’ ao qual está associada) aparece a Antonio Candido como vantagem sobre a ética protestante e o espírito do capitalismo e como um ‘trunfo para a hipótese de nos integrarmos num mundo mais aberto’ (conforme a resenhou Roberto Schwarz). Inspirado pela leitura das *Memórias de um sargento de milícias*, Antonio Candido opta, pois, pela tônica afirmativa da ambivalência sérgio-buarquiiana e introduz no paradigma uspiano um inusual elogio das peculiaridades brasileiras natas”.

(WISNIK, 2010, p. 424)

É preciso entender o laboratório em que Wisnik testa e compõe as ideias. Ele vinha se referindo, em seu livro, a uma espécie de tríptico da interpretação do Brasil, composto, em primeiro lugar, pela visão crítica e ácida de Caio Prado Jr. sobre a colonização portuguesa na América; em segundo lugar, pela visão edulcorada e feliz da malemolente civilização tropical em Gilberto Freyre; e, finalmente, como um terceiro e indecidível termo, nem veneno nem remédio, nem solução nem descalabro, nem futuro glorioso nem fim do mundo, surge a “ambivalência sérgio-buarquiiana”, operando como o “fármakon” a que se referiria, em chave distinta, Jacques Derrida (MEIRA MONTEIRO, 2015, p. 179-199).

Há um detalhe adicional, fundamental na geografia afetiva e ideológica na qual se inscreve o próprio Wisnik. Quando fala num “paradigma uspiano”, ele está se referindo à presença soberana de Caio Prado Jr. na interpretação da sociedade brasileira, compreendida como ainda atada a suas raízes coloniais, oferecendo farta matéria para a análise que

prevaleceria nos corredores da Universidade de São Paulo, embora não só ali, a partir das décadas de 1950 e 1960:

“Sob o realismo minucioso e implacável do seu crivo produtivista, Caio Prado Júnior não vê lugar para o despontar de alguma produção cultural original. [...] Reconhecemos na [sua] visão não só uma perspectiva individual, mas também a fundação de um paradigma de abordagem do Brasil, com a sua linhagem crítica correspondente, na qual tem um lugar central a sociologia paulista e uspiana. Nesta, a ênfase recairá na identificação do atraso e do deslocamento brasileiro na ordem mundial, sem privilégio para originalidades culturais populares, consideradas pouco relevantes no quadro econômico e político. O diagnóstico produzirá uma teoria da dependência e uma análise da condição periférica [claras referências a Fernando Henrique Cardoso e Roberto Schwarz]. Se aplicado ao futebol, investe o seu tônus desmistificador na análise das condições socioeconômicas que cercam o esporte, sem chance para a contemplação de redentoras ‘gingas’ e ‘jeitos de corpo’ – e sem atribuir relevância à singularidade da imbricação cultural”. (WISNIK, 2010, p. 409-411)

Em suma, a “ambivalência sérgio-buarquiana” é injetada na máquina da interpretação, de modo a desemperrar o seu desenvolvimento ciclotímico, que oscilava entre a solução freyriana, no polo positivo, e a solução caiopradiana/uspiana, no polo negativo. Somente aí compreendemos a presença de Antonio Candido como *orientador* de um novo caminho, ao destacar em Sérgio Buarque de Holanda aquela inclinação à desordem que faz, do homem cordial, alguém que dribla a lei, como Garrincha ou Pelé driblavam um adversário inoportuno.

A questão, aqui apenas apontada, é que, em *Veneno remédio*, Wisnik não forma nas fileiras freyrianas, embora o seu “tropicalismo” insista, teimosa e alegremente, em manusear a ambivalente poção buarquiana, recusando-se a ver, na postura solta diante da técnica, algo como uma incompetência crônica diante do mundo moderno.³ Como se, em bom estilo ensaístico,

³ A questão regressou, em chave polêmica, nas investidas recentes de Jessé Souza, que atribui a Sérgio Buarque de Holanda a criação de uma tradição “colonizada até o osso”, supostamente limitada a uma matriz interpretativa que não leva em conta os contextos “institucionais e históricos da ação social” (SOUZA, 2015).

sua análise protelasse indefinidamente o momento de cristalização de uma fórmula. Se atentarmos para o título de seu livro (*Veneno remédio*), tudo fica em suspensão, como uma pergunta que não cala, ou como a fórmula incompleta de uma poção que ainda não foi chacoalhada até o final.

A questão, insisto, está na relação com a lei e na possibilidade de oscilar diante dela, enfrentando-a obliquamente, ou então simplesmente se desviando dela, pegando talvez o “atalho” de Altair Martins, que é também, diga-se de passagem, o atalho da própria ficção.

* * *

Pensando no plano linguístico – simultaneamente poético e político –, este é o momento próprio para lembrar a *brega*. Numa primeira aproximação, a *brega*, como a vê Arcadio Díaz-Quiñones, é “um método difuso e sem alarde para navegar a vida cotidiana, onde tudo é extremamente precário, cambiante ou violento”. Essa é a primeira das muitas definições provisórias com que o sentido da *brega* é cercado, levando àquilo que o crítico vai nomear, não sem um misto de admiração e ironia, “a arte de *bregar*”.⁴

Valho-me aqui de minha própria tradução ao português, que sintomaticamente empaca diante da palavra que dá título ao ensaio: *bregar*. O equivalente em português, *brigar*, manteve da origem etimológica – que do italiano antigo *brigare* leva a incertas origens celtas – apenas o sentido de *afrontar* e *lutar*, enquanto no léxico insular de Porto Rico e de certas regiões do Caribe hispanófono, bem como em Nova York e nas grandes cidades da diáspora porto-riquenha, a expressão *bregar* ganhou espessura e se tornou signo de uma luta a meias, ou de algo que eu traduziria como a “arte de furtar-se”, brincando com o título polêmico da obra luso-brasileira que foi um dia atribuída erroneamente ao Padre Vieira, *A arte de furtar*. Traduziria, não fosse o fato de que *bregar* pode significar tanto *evitar* o conflito, quanto, ao mesmo tempo, indicar o reconhecimento efetivo do momento em que o sujeito deve se impor. A arte de *bregar* não é, portanto, puramente evasiva. Ela é quase sempre elíptica, mas não é simples retraimento. Em suma, o

⁴ Retomo aqui, adaptando-a, a introdução que escrevi para *A memória rota* (DÍAZ-QUIÑONES, 2016).

sujeito da *brega* não se furta à luta. Não se trata, portanto, de uma simples arte de furta-se.

A *brega* pode ser vista como uma sutil e complexa técnica de navegação nas águas de uma sociedade de raízes coloniais, que sistematicamente recusa um lugar claro para a maioria de seus cidadãos, cuja cidadania, aliás, é um problema irresolúvel, como bem sugere o estatuto de Porto Rico como “Estado Livre Associado”, ou “Commonwealth” dos Estados Unidos.

No ensaio sobre a arte de *bregar*, intitulado “De como e quando *bregar*”, logo de início, a *brega* se anuncia como uma arte da negociação de sentidos, espécie de dispositivo que cria ambivalências, exigindo, portanto, uma nova decifração do seu significado a cada novo contexto em que ela se insere:

“Diante da saudação ritual e cortês, ‘*Cómo estás* [como vai?], muitos porto-riquenhos respondem lacônica ou brincalhonamente com uma frase aprendida que parece um mote a glosar: ‘*Aquí, en la brega* [Aqui, na brega]’. Não é uma forma de ser. É uma forma de estar e não estar, um tipo não preciso de luta, uma negociação entre a ausência e a presença. Há situações que se consideram pouco propícias ou impossíveis, e então o tom muda e se escuta a frase: *Yo con eso no brego* [Eu com isso não brego]”.

(DÍAZ-QUIÑONES, 2016, p. 38)

Há limites para a *brega*, e desde já fica claro que ela não tem a pretensão de encerrar o “caráter nacional” de uma coletividade, cujo estatuto nacional, aliás, se encontra em suspenso há muito tempo, como no caso de Porto Rico.

Outra palavra de difícil tradução – central para a discussão da *brega* –, que mereceu uma nota explicativa na tradução que fiz do ensaio de Díaz-Quñones, é *cimarrón*. *Cimarrón*, ou *cimarrones*, refere-se fundamentalmente aos fugitivos, e a palavra poderia ser entendida, talvez, como equivalente do português *quilombola*, ou seja, o habitante do quilombo, ou daquilo que no Caribe hispânico viria a chamar-se *palenque*. Em termos bem amplos, é também uma referência a espaços não inteiramente regulados, ou com uma regulação própria, gerados historicamente numa sociedade na qual a presença de piratas, contrabandistas e escravos tornava central a figura do fugitivo. O *cimarrón*, nesse sentido, contém toda a história do encontro de europeus, nativos e africanos no espaço insular do Caribe.

Ressalto ainda que os ensaios de Arcadio Díaz-Quñones têm a música e a poesia como um sutil pano de fundo, e a arte de *bregar* é também uma arte da fuga – em mais de um sentido. Talvez mesmo pudéssemos dizer que a

forma ensaística, quando levada à sua máxima altura, nos faz recordar que é impossível pensar sem utilizar contrapontos. A sociedade, nesse duplo sentido, é uma invenção a várias vozes. Como uma tecnologia complexa que jamais tivesse ganhado um manual de instruções, a arte de *bregar* é definida ainda como uma “metáfora estratégica”, no sentido que lhe atribui Kenneth Burke: uma ação capaz de mover aquele que escuta. O aspecto dialógico da *brega* é fundamental e, não à toa, Arcadio Díaz-Quiñones evoca William James, Ludwig Wittgenstein, Mikhail Bakhtin, Erving Goffman, Luis Palés Matos, Hannah Arendt, o mítico jogador de baseball Victor Pellet (ou Vic Power), Judith Ortiz Cofer, e mesmo Luis Muñoz Marín, o governador “populista” de Porto Rico, todos convocados a dizer algo sobre o caráter “contingente” que torna a *brega* – e a própria linguagem – o palco por excelência da luta política.

Resta refletir sobre o caráter dessa luta. Sendo contingente, situacional, transitória, como que flutuando em torno da lei – siderada por ela, sendo-lhe ao mesmo tempo resistente –, a *brega* é, como se lê no ensaio, a arte do “não trágico”, ou do “não épico”. São lutas, mas lutas diárias e silenciosas, que ganham expressão em gestos mínimos, muitas vezes decisivos e cheios de sentido, mas quase nunca capazes de se estabilizar numa gesta heroica. Trata-se de uma poética da resistência, feita de negociações sutis e muitas vezes inconscientes, permitindo pensar num paralelo com aquilo que Alfredo Bosi chamou de “dialética da colonização” (BOSI, 1992). Isto é, do seio da relação de dominação, e sem que as posições de dominado e dominador necessariamente se alterem, surge a voz de um “Outro”, destinada a se atualizar no plano oral, eventualmente passível de ser estilizada na literatura. Como se a virtualidade do sujeito exposto à “condição colonial” se atualizasse nesses momentos frágeis e irrepetíveis que marcam a resistência, ou, em termos de sabor gramsciano, seriam esses momentos de realização propriamente contra-hegemônica.

Não me estendo sobre a presença dos poemas de Luis Palés Matos na imaginação ensaística de Arcadio Díaz-Quiñones. Lembro, no entanto, do verdadeiro desespero deste tradutor diante do *ten-con-ten* de Palés, uma expressão rara e explosiva, que se poderia compreender como afirmação da delicadeza, mas também como um “balanço” e um negaceio. Aliás, “ginga” seria uma boa tradução para *ten con ten*, não fosse o fato de que a *ginga* se associa frequentemente, no Brasil, a uma noção edulcorada da “bossa” como traço nacional e essencial. Em suma, creio que o léxico da capoeira, ou mesmo do futebol, acabaria pondo a perder o aspecto dialógico que está no

texto de Díaz-Quiñones. Exagerando um pouco nas tintas, é possível supor que o vocabulário da capoeira e do futebol, em que se contemplam a *ginga* e o *jeito*, foi “sequestrado” pela ideologia do Estado Novo, apontando para o caráter não violento que é apenas uma face, talvez nem mesmo a mais importante, daquilo que a arte de *bregar* propõe.

A *brega*, mesmo quando contempla a retirada e o desvio, a elipse e o drible, carrega uma espécie de proposição, ou de sentido positivo, que está na manutenção delicada, nem trágica nem heroica, da vida. É uma batalha contra a guerra, ou contra a morte do sujeito. Trata-se de um sujeito, o da *brega*, que se equilibra – tão humana e dignamente quanto possível – na corda bamba das relações assimétricas. Quem *brega* sabe estar jogando com um adversário mais forte: as instituições, o preconceito, o racismo, as barreiras de gênero, a própria linguagem. Em português, poderíamos dizer que somente *brega* aquele – ou aquela – que brinca com o perigo, porque conhece a força do inimigo e sabe que só pode dobrá-lo à custa de gestos muitas vezes ambíguos, cujo sentido é resvaladiço. Quem *brega* não quebra as estruturas nem rompe o tecido social, mas aprende a respirar, numa navegação complexa e arriscada.

* * *

Para finalizar, reforço a ideia de que é a noção do sujeito, especificamente do *sujeito* político, que se discute por meio de palavras como a cordialidade e a *brega*. Nos dois casos, o sujeito se afirma exatamente quando explora o espaço aberto por suas próprias limitações. No caso da *brega*, seu poder está, paradoxalmente, na exploração dos limites impostos por sua própria impotência, e na compreensão, não apenas no plano racional, da força maiúscula daquilo que o determina. Não à toa, o diálogo com a psicanálise está sempre latente, quando se trata da *brega*. Já o “homem cordial” carrega uma ambivalência perversa, porque, ao mesmo tempo em que insiste em ser promessa, ele encerra um círculo vicioso: quando referido à posição dominada, o lastro pessoal acaba por jogá-lo para baixo, e ele dificilmente se ergue diante do Outro que o aplasta; quando referido à posição dominante, o homem cordial expressa a cegueira diante do Outro, uma vez que a lei só serve para o círculo de apaniguados, deixando de fora os que não aceitam o alto preço da sua proteção nem sempre benigna.

O sujeito da *brega*, poderíamos talvez dizer, nem sempre se encolhe diante do espaço público. Ele (ou ela) mede o terreno e arrisca com sabedoria. Ou

seja, joga com o território que lhe é familiar, mas nunca se entrega àquilo que é completamente desconhecido. Seu avanço é feito de sucessivos recuos e desvios, de movimentos que resistem a um desenho claro. Insisto que se trata de um dispositivo de ambivalência, com um fundo propositivo, quase sempre. Nesse *quase* reside o aspecto trágico de uma forma de lutar que por vezes se torna um verdadeiro mecanismo de defesa:

“Em Chicago ou na ilha, a concisa expressão *hay que bregar* [tem que se *bregar*] pode ser uma exortação a produzir ideias e iniciativas, inclusive com certa militância, com o fim de confrontar políticas, condutas e desafios técnicos. No entanto, em outro contexto, e como outras duplicidades da vida porto-riquenha, pode ser uma frase morta que se diz para desconectar-se e manter as aparências, uma frase que nem começa nem termina, e que apenas gira sobre si mesma. Interessa essa brega não épica, que permite seguir adiante com a vida por conta da necessidade de salvar algo do naufrágio”.

(DÍAZ-QUIÑONES, 2016, p. 68-69)⁵

Para aqueles de nós que estamos para cá da fronteira imaginária que nos separa dos heróis, convém entender que a expressão do desejo do sujeito dominado é sempre, pela própria razão da sobrevivência, uma afirmação a meias, negociada no tecido às vezes duro, às vezes macio, das relações sociais.

Pensando nas dinâmicas da política, convém discutir o fato decisivo de que, mesmo e sobretudo no plano social, a realização do desejo é sempre uma fantasia fadada ao fracasso. Afinal, o desejo vive no intervalo entre a virtualidade da promessa e a atualidade de um caminho possível. Num resumo apertado, tanto o homem cordial quanto o sujeito da *brega* vivem nesse caminho incompleto, que é o de uma política do desejo. Entretanto, os que concebem a política como *vitória* não supor que esse “meio do caminho” é apenas a desculpa para um desejo falhado, como se o sujeito que se afirma a meias fosse um incapaz.

No entanto, o que se está dizendo aqui é que a potência do sujeito está exatamente na sua maior ou menor capacidade de se afirmar

⁵ Díaz-Quiñones, Arcadio. *A memória rota*, op.cit.

incompletamente. Os que concebem a política como a arte da vida talvez possam recordar, com Sérgio Buarque de Holanda, José Miguel Wisnik e Arcadio Díaz-Quiñones, que o desejo é uma ponte tesa e instável que só existe no momento em que é percorrida. Não se trata de alcançar o remédio no fim da ponte, nem de engolir o veneno de um caminho áspero, mas de encontrar um modo de vida, e talvez um novo conceito do político, entre os dois.

O sujeito, em suma, avança exatamente quando recusa a épica da ação, mergulhando-a no tempo instável da vida real. Só assim nos salvamos do naufrágio, levando o que conhecemos do velho mundo, deixando-o um pouco para trás, para que a história se inicie, de novo, a cada dia

Referências

- BENZAQUEN DE ARAÚJO, Ricardo.
(1994). *Guerra e paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34.
- BOSI, Alfredo.
(1992). *Dialética da colonização*. São Paulo, Companhia das Letras.
- DÍAZ-QUIÑONES, Arcadio.
(2016). *A memória rota: ensaios de cultura e política*. Trad. Pedro Meira Monteiro. São Paulo, Companhia das Letras.
- HEGEL, Georg W. F.
(1992). *Fenomenologia do Espírito*. Trad. Paulo Meneses. Petrópolis, Vozes.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de.
(2016). *Raízes do Brasil*. Ed. crítica, org. Pedro Meira Monteiro, Lília Moritz Schwarcz. São Paulo, Companhia das Letras.
- LOURENÇO, Eduardo.
(2001). *A Nau de Ícaro e Imagem e miragem da lusofonia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- MARTINS, Altair.
(2014). *Terra avulsa*. Rio de Janeiro, Record.
- MORSE, Richard M.
(1988). *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. Trad. Paulo Neves. São Paulo, Companhia das Letras.
- MEIRA MONTEIRO, Pedro.
(2015). *Signo e desterro: Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo, Hucitec / e-galáxia.
- MEIRA MONTEIRO, Pedro; SCHWARCZ, Lília Moritz (Orgs.).
(2016). Uma edição crítica de *Raízes do Brasil*: o historiador lê a si mesmo. In: Sérgio Buarque de Holanda; *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras. p. 11-26.
- NEWCOMB, Robert P.
(2012). *Nossa and Nuestra América: Inter-American Dialogues*. West Lafayette, Purdue University Press.
- RODÓ, José Enrique.
(2004). *Ariel*. Madrid, Cátedra.
- SOUZA, Jessé.
(2015). *A tolice brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo, Leya. E-book.

WISNIK, José Miguel.

(2010). *Veneno remédio: o futebol e o Brasil*.
São Paulo, Companhia das Letras.

(2004). *Sem receita: ensaios e canções*. São
Paulo, Publifolha.

Recebido em

abril de 2017

Aprovado em

maio de 2017

O exílio de Darcy Ribeiro e Ángel Rama: intelectuais, cultura e política na América Latina

Helena Bomeny*
Alejandra Josiowicz***

Resumo

O texto trata do encontro de dois intelectuais, o brasileiro Darcy Ribeiro, antropólogo, ficcionista e intelectual público e Ángel Rama, crítico literário, escritor e ensaísta uruguaio. O encontro foi provocado pelo exílio de um deles, seguido do exílio de outro. Os exílios de Darcy Ribeiro (1922-1997) e Ángel Rama (1926-1983) se deram em momentos distintos e em países diferentes. O de Darcy Ribeiro começa no Uruguai em 1964. Data dali seu encontro com Ángel Rama. Permanece em Montevideu até 1968, quando retorna ao Brasil acreditando em notícias sobre a liberalização do regime político decorrente do Golpe de 1964. As autoras tratam do percurso de ambos, das afinidades e, especialmente, do que os distingue como intelectuais comprometidos com a reflexão sobre seus países tendo o exílio como vetor central.

Palavras-chave

Intelectuais. Exílio. Nação.

Abstract

This paper approaches the relationship between Darcy Ribeiro - anthropologist, writer and intellectual - and Ángel Rama - literary critic, writer and essayist. They met as a consequence of each one's exile, which happened in different moments and countries. Ribeiro's exile began in Uruguai in 1964, where he met Ángel Rama. Ribeiro stayed in Montevideu until 1968, when he returned to Brazil after hearing news about the softening of the political regime implemented in 1964 following the military coup. The paper discusses these authors' trajectories and the affinities between them, and particularly their status as intellectuals committed to reflecting about their countries' dilemmas in relation to the experience of exile.

Keywords

Intellectuals. Exile. Nation.

* Helena Bomeny é Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e Professor Titular de Sociologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É autora, entre outros, do livro *Darcy Ribeiro. Sociologia de um indisciplinado*. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001.

** Alejandra Josiowicz é Doutora em Spanish and Portuguese pela Princeton University. Atualmente, realiza Pós-doutorado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV). E-mail: alejandra.josiowicz@gmail.com.

Introdução

Este texto trata do encontro de dois intelectuais provocado pelo exílio de um deles, seguido do exílio de outro. Os exílios de Darcy Ribeiro (1922-1997) e Ángel Rama (1926-1983) se deram em momentos distintos e em países diferentes. O de Darcy Ribeiro começa no Uruguai em 1964. Data dali seu encontro com Ángel Rama. Permanece em Montevidéu até 1968, quando retorna ao Brasil acreditando em notícias sobre a liberalização do regime político decorrente do Golpe de 1964. Três meses após sua chegada, em dezembro de 1968, o governo militar decretou o Ato Institucional N.5, documento que instaura o período mais violento da ditadura. Darcy Ribeiro é preso, até que, em 1969, absolvido dos crimes pelos quais havia sido acusado, foi “convidado” pelos militares para deixar o Brasil. O exílio agora será na Venezuela, onde novamente se encontra com Ángel Rama. Curto período. Em 1970 deixa a Venezuela, seguindo para o Chile e o Peru, retornando ao Brasil definitivamente em 1976. Esse período entre 1964 e 1976 constitui a que poderia ser considerada sua experiência latino-americana mais forte, com consequências fundamentais para a ampliação do universo reflexivo sobre o Brasil, consolidando nele o que cultivava como pertencimento latino-americano.

Por seu lado, Ángel Rama sai do Uruguai em 1970 para lecionar na Universidade de Porto Rico e já não poderá voltar até sua morte abrupta em 1983. Experimentou nos treze anos que passou entre Porto Rico, Venezuela, Estados Unidos e França o deslocamento, a instabilidade e a falta de pertencimento a uma comunidade cívica. Na sua extensa produção de ensaios, artigos e livros no período sobre a literatura e a cultura na América Latina, Rama questionou o que chamou várias vezes de “nacionalismo provinciano”, em favor de uma aspiração latino-americanista e de um ideário cosmopolita. Em 1973, o golpe militar no Uruguai o encontra lecionando na Universidade de Venezuela, após uma estada de dois anos na Universidade de Porto Rico, após a qual deveu adotar a nacionalidade venezuelana. Em 1978, viaja aos Estados Unidos e trabalha em várias universidades, no Middlebury College, na Universidade de Maryland e na Universidade de Princeton. Tendo solicitado o visto permanente para trabalhar na Universidade de Maryland, seu pedido foi rejeitado pelas autoridades do país, pelo que decidiu trasladar-se à França, graças ao oferecimento de uma bolsa Guggenheim. Entre 1973 e 1983, ano de seu falecimento em um acidente aéreo, a trajetória e o pensamento

de Rama revelam a centralidade cada vez maior da questão do exílio como estruturante de sua concepção do intelectual, ligada à progressiva dissolução da rede de sociabilidade e interlocução latino-americana da qual ele fez parte, mas também à importância de sua experiência transnacional e, especificamente, seu contato com intelectuais latino-americanos exilados, como é o caso de Darcy Ribeiro.

Ainda que em momentos e espaços distintos, Rama e Ribeiro coincidem não só em vários pontos de suas trajetórias, mas também no cultivo de uma ideologia latino-americanista que, no caso de Ribeiro, se intensifica a partir de 1964, com sua experiência fora do Brasil. Em Rama, o comprometimento com o horizonte latino-americano havia começado antes, dada sua participação, desde 1959, na revista *Marcha*, de ideologia latino-americanista, além dos laços que estabeleceu com Antônio Candido desde inícios de 1960.¹ Mas o que talvez seja ainda mais central para este trabalho: em ambos, a incidência da questão do exílio e sua relação com a experiência da derrota. Edward Said já relacionou a figura do intelectual com a condição do exilado: é aquele que toma distância de construções de identidade demasiado fixas ou essencialistas e que tem a habilidade de mediar entre dinâmicas étnicas, religiosas e políticas diferentes e, inclusive, opostas, ao interior da vida social, sem por isso tornar-se alheio a ela.² O exílio é central para Darcy Ribeiro e Ángel Rama, como condição biográfica mas também metafórica, dado seu ajustamento sempre incompleto, na fronteira, como migrantes ou viajantes entre as culturas e as sociedades. Nesse sentido, analisamos não só a produção escrita, mas também a trajetória biográfica desses intelectuais, entendendo vida e trajetória como interagindo em forma dinâmica, conjugando o público com o privado, o intelectual com o pessoal, o comunitário com o biográfico, e apontando para o contexto político mais amplo. Os governos ditatoriais que se instauraram em vários países da América Latina no período e a modernização autoritária que eles acarretaram causaram a debilitação dos departamentos universitários e dos

¹ Ver, sobre o tema: ROCCA, Pablo. *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: Dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo, Banda Oriental, 2006. Capítulo 6, "Antonio Candido y Ángel Rama". Ver também: *Un proyecto latino-americano. Antonio Candido & Angel Rama. Correspondencia*. Ed. Pról.; e notas de Pablo Rocca. Montevideo, Ed. Estuario, 2016.

² SAID, Edward. *Representations of the Intellectual*. New York, Vintage books, 1994. Dentre a longa tradição teórica sobre o pensamento intelectual sobre o exílio (não faremos uma listagem extensiva por questões de espaço) é importante ressaltar o texto recente: BURKE, Peter, *Exiles and Expatriates in the History of Knowledge, 1500-2000*. Waltham, Brandeis Univ. Press, 2017.

espaços de inserção institucional, o que teve como consequência o exílio de muitos intelectuais nas décadas de 1960 e 1970, em vários países da América Latina e nos Estados Unidos. Tanto Darcy Ribeiro quanto Ángel Rama foram mobilizados pelo modo como os intelectuais desse momento posicionaram-se diante do fracasso dos projetos das esquerdas na América Latina e da emergência de regimes ditatoriais. O momento da derrota implica a necessidade de enfrentar, de tramitar a melancolia, o luto, a ruína das utopias.³ Segundo Rama, a “literatura da derrota” pode se revelar ainda mais produtiva para pensar a relação entre literatura e política do que a cultura das utopias e das celebrações.⁴ No caso de Darcy Ribeiro - e isso é o que mais nele atrai Rama - a derrota tramita-se a partir de um impulso polêmico, quase messiânico, que não perde sua carga utópica, o que, ao fim e ao cabo, acaba repolitizando a reflexão sobre a cultura.⁵

Tomamos a biografia intelectual como gênero e modelo teórico-metodológico que aponta para as contradições e particularidades na autonomização e profissionalização dos intelectuais na época.⁶ E que também ajuda a recuperar a centralidade das redes e da sociabilidade entre os intelectuais, tanto no interior do âmbito latino-americano quanto com relação aos Estados Unidos. Partimos de gêneros de tipo autobiográfico (diários, cartas e memórias), além de ensaios, nos quais os intelectuais refletem sobre si mesmos, criam e recriam imagens de si mesmos e redes de sociabilidade.⁷ Na chave da sociologia dos intelectuais, seguimos a

³ Sobre o tema da “derrota” nas produções culturais e literárias da pós-ditadura, ver: Idelber Avelar. *The Untimely Present: Post-dictatorial Latin American Fiction and The Task of Mourning*. Durham, Duke Univ. Press, 1999.

⁴ RAMA, Ángel. “La riesgosa navegación del escritor exiliado”. *Nueva Sociedad*. Nro. 35. Março-abril 1978, p. 99-100.

⁵ Exemplar do que se mantém em Darcy Ribeiro a despeito das derrotas é sua própria declaração apaixonada: “Fracassei em tudo o que tentei na vida. Tentei alfabetizar as crianças brasileiras, não consegui. Tentei salvar os índios, não consegui. Tentei fazer uma universidade séria e fracassei. Tentei fazer o Brasil desenvolver-se autonomamente e fracassei. Mas os fracassos são minhas vitórias. Eu detestaria estar no lugar de quem me venceu”. Disponível em: www.contextolivre.com.br/2013/11/darcy-fracassei-em-tudo-o-que-tentei-na.html. Acesso em agosto de 2017.

⁶ DOSSE, François. *O desafio biográfico. Escrever uma vida*. São Paulo, Edusp, 2009.

⁷ Dada a maior atenção que a crítica tem dado aos ensaios mais extensos de Ángel Rama, como *Rubén Darío y el modernismo* (1970), *Transculturación narrativa en América Latina* (1982), *La ciudad letrada* (1984) e *Las máscaras democráticas del modernismo* (1985), preferimos analisar materiais que conjugam a reflexão sobre o intelectual - sobretudo no caso de ensaios menos conhecidos da última etapa de sua produção - com textos de caráter autobiográfico, como é o caso do diário e as cartas.

linha da exploração histórico-cultural, que tem apontado para os discursos e posições anti-intelectualistas de uma fração dos intelectuais latino-americanos das décadas de 1960 e 1970: definimos o anti-intelectualismo como categoria teórica, característica do contexto das décadas de 1960 e 1970, que caracteriza a posição ideológica adotada por certos intelectuais radicais, que priorizavam o valor da política e sua lógica de eficácia e instrumentalidade por sobre a especificidade da própria atividade intelectual e a produção científico-cultural.⁸

Isso nos leva a uma das diferenças fundamentais entre Ribeiro e Rama: enquanto eles compartilhavam receios similares diante da especialização e da profissionalização que veem simbolizadas na academia norte-americana, divergem no modo pelo qual cada um concebe o papel do intelectual. Ángel Rama pensou o intelectual a partir da ambivalência entre dois modelos: por um lado, com Karl Mannheim, considerou os intelectuais como capazes de perspectiva crítica, independente e sintética a respeito dos dilemas da sociedade como um todo.⁹ Por outro lado, seus textos também deixam transparecer uma posição mais próxima de Antonio Gramsci, sobretudo na sua teorização do papel orgânico de novas camadas de intelectuais a respeito das classes populares.¹⁰ Em sua perspectiva, o intelectual seria ao mesmo tempo um dissidente, dono de uma visão sintética e inovadora de sua sociedade, e um sujeito inserido ativamente na vida prática, ligado em forma orgânica a certos grupos sociais, cujas circunstâncias compartilha. No caso do Ribeiro há uma recuperação do intelectual político, engajado, preocupado com as necessidades sociais e resistente à profissionalização. No entanto, para ambos a universidade latino-americana constitui lugar de tensão entre modelos opostos: um guiado pelo modelo profissionalizado inspirado na academia norte-americana, especializado e desprovido de

⁸ Sobre a ideologia anti-intelectual, ver o capítulo 5 “Cuba, patria del antiintelectual latinoamericano”. In: GILMAN, Claudia. (2003). *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI. Segundo Florencia Garramuño, esse olhar anti-intelectual caracterizaria *A cidade Letrada*. Ver GARRAMUÑO, Florencia (2006). *El árbol y el bosque: La ciudad letrada y su concepto de poder*. *Prismas*, n.10. pp. 195-197.

⁹ Ángel Rama leu e anotou abundantemente os *Ensaio de Sociologia da Cultura de Mannheim*, com especial atenção à segunda parte, O problema da Intelligentsia, texto que o influenciou poderosamente. RUFINELLI, Jorge. (1993). Ángel Rama, Marcha y la crítica literaria latino-americana en los 60s. *Casa de las Américas*, vol. 34, n.192.

¹⁰ GRAMSCI, Antonio. (2001). *Cadernos do cárcere*. vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

responsabilidade social; outro politizado, inserido na sociedade, para o qual conhecimento e política são inseparáveis.

O exílio de um intelectual político

A trajetória política de Darcy Ribeiro sofreu uma inflexão com o golpe de 31 de março de 1964. Na chefia da Casa Civil do governo João Goulart desde junho de 1963, Darcy se mantinha na capital federal acompanhando de dentro do Planalto os desdobramentos de uma crise política que se agravava na exata proporção em que o governo avançava. Os bastidores do golpe, a atmosfera dos conchavos, o crescimento conspiratório, civil e militar, o desmonte do apoio ao governo por parte dos próprios militares que compunham as forças do Estado, as lideranças de direita personificadas em próceres da República, a intransigência das forças sindicalistas que imprimiam uma feição radicalizada aos movimentos sociais, tudo isso compôs a narrativa memorialística de Darcy em *Golpe e Exílio*, publicação que integra a coleção “Darcy no Bolso” (Editora UnB, 2010). Brasília, a nova capital, era sua conhecida principalmente pelo obstinado envolvimento com a criação da Universidade. E também o Palácio do Planalto era espaço por ele transitado por já ter ocupado o Ministério da Educação desde agosto de 1962, quando deixava a reitoria da Universidade de Brasília, substituído por Anísio Teixeira (1900-1971), até sua nomeação para a Casa Civil em 1963.

Darcy foi um dos poucos membros do governo que ensaiou organizar uma resistência em defesa do regime democrático. João Goulart declarou que não resistiria, reconhecendo que não havia condições para tanto. “Brizola fez o que podia”, completa Darcy, “para forçar Jango à luta armada com o auxílio das tropas sediadas no Rio Grande do Sul e do povo gaúcho. Ele não quis. Exilou-se. No dia 4 de abril, internou-se no Uruguai” (RIBEIRO, 2010, p. 68) O relato de Darcy dá conta de que se manteve no Palácio até que não mais pudesse “(...) Fiquei no meu posto de chefe da Casa Civil, passando pito e dando ordens incumpríveis...”, até ser lembrado pelos novos agentes de que não tinha mais prerrogativas de governo, que já estavam sob novas ordens. As lembranças se esticam:

“Os oficiais me olhavam assombrados sem coragem de insistir em que eu saísse. As pessoas que eu chamara, Zé de Catão, meu amigo de infância, e frei Mateus, vice-reitor da UnB, me olhavam com espanto. Iracema sorria, tentando me alegrar. Aquela era

minha hora de chumbo. Hora que eu preferia estar morto a sofrê-la: a hora do derrotado. Não disse palavra. Lá fiquei mudo, me roendo. Nem pensar ordenadamente pensava. Só sentia uma dor surda que retesava meus músculos, estirava meus nervos e me deixava pronto para disparar. Para onde? Para nada!”.
(RIBEIRO, 2010, p.71).

Foi de fato uma resistência inútil. O Ato Institucional n.1, de 9 de abril de 1964, destituiu os direitos políticos de Darcy Ribeiro, além de demitilo de seus cargos de professor da Universidade do Brasil e de etnólogo do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Começava assim uma nova fase de vida, não mais no Brasil, mas no exílio, levando com ele a indignação, a inquietude, o engajamento intelectual e a paixão política de que nunca se distanciou. O trajeto até Montevidéu é descrito com os tons da aventura, dos riscos nem sempre calculados, e de parcerias inestimáveis, como a do amigo Rubens Paiva - morto mais tarde pela violência brutal da tortura pela ditadura - que o resgatou do velho apartamento de reitor da UnB onde procurou se abrigar, a despeito da poeira acumulada. Em trajeto cumprido com percalços do imprevisto, nosso personagem chega a um hotel em Montevidéu, quando, dois dias depois, foi procurado por Mario Cassinone, reitor da Universidade da República, única do Uruguai, nos seus 150 anos de vida. Combinou uma entrevista e o contratou como professor de Antropologia em regime de dedicação exclusiva. “Era o exílio, a nova vida que se abria à minha frente.”

Difícil glamurizar a experiência do exílio por mais intensos que tenham sido os contatos estabelecidos e as experiências ali vividas, por mais ganhos intelectuais que um olhar à distância possa provocar na imaginação dos atores quando de lá olham de forma particularmente distinta suas próprias terras de origem. “O exílio é uma experiência terrível, sobretudo para brasileiros. Temos um país tão grande e variado, tão cheio de sumos, seivas e cores que ser tirado daqui é um desterro. Para todos os exilados, exílio é sofrimento” - na avaliação certa de Darcy Ribeiro. Como estada não programada, o exilado leva consigo o que já tem à mão. O que não depende de planejamento prévio, talvez até por contingências imprevistas, o que foi vivido mais proximamente à retirada de seu país. Além disso, como nos ensinou Ángel Rama, “no es una conjugación fácil. La palabra exilio tiene un matiz precario y temporero: parece aludir a una situación anormal, transitoria, algo así como un paréntesis que habrá de cerrarse con el puntual retorno a los orígenes.” O que não foi planejado, o que é precário

e temporário obriga os atores a apressadamente arranjar seus pertences, materiais e intelectuais, com o que for possível na pressa. Este nos pareceu ser um ponto forte na recuperação do sentido que se pode atribuir ao exílio de Darcy Ribeiro. Em sua bagagem, de forma absoluta, o que mais recentemente o mobilizara de corpo e alma: a invenção de uma universidade, concebida como “uma universidade moderna capaz de, além de cumprir as tarefas correntes de ensino e pesquisa, completar a cidade-capital com o núcleo científico e cultural, que não lhe pode faltar, e, ainda, proporcionar aos poderes públicos a indispensável assessoria no campo do planejamento e da assistência técnica e científica”, conforme anunciou o presidente João Goulart na mensagem presidencial. Uma universidade filha da utopia e de um sonho de reparação (BOMENY, 2016). Sonho, movido pela aura e magia de fundação de um país com a ousadia cultural de uma universidade; reparação de um experimento abortado por força do autoritarismo do Estado Novo fechando por decreto, em 1939, a Universidade do Distrito Federal (UDF), então Rio de Janeiro, onde circulavam, além de professores estrangeiros convidados, nossos educadores pioneiros, Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro, entre outros. Duas universidades, duas capitais ofendidas pela força da repressão.

Darcy associou ao magistério de Antropologia a oportunidade de pensar o que qualificou civilização americana. Pensar o Brasil no contexto latino-americano; defender a América Latina como parte de uma utopia de integração cultural e política muito própria de parcela importante de intelectuais latino-americanos. Eram tempos de reforma também no Uruguai. Reforma universitária, como a que vinha ocupando a pauta intelectual brasileira sem ainda uma expressão nacional mais consolidada, como acabou acontecendo em 1968, e para a qual a experiência de Brasília, em muitas dimensões, foi modelo. Descentralizar, extinguir o sistema de cátedra, flexibilizar estruturas de modo a autorizar invenções e estimular a imaginação científica. Uma aposta da razão liberta como solução para quebrar estruturas obsoletas. Darcy Ribeiro encontrou no reitor que o capturou no hotel em Montevidéu motivação para promover a discussão no Uruguai. O primeiro trabalho tratou disso, de animar o seminário sobre reformas da universidade. A UnB se impunha soberana! Darcy conduziu as discussões levando o projeto da UnB, comparando-o com o que encontrava na Universidade do Uruguai, mas não só. Atuou com igual empenho na Venezuela, no Chile e no Peru. As conferências que proferia a propósito das reformas foram publicadas em livro *La universidad latinoamericana*, editado

na Venezuela, no Chile e no México, tendo recebido na edição brasileira o título *A universidade necessária*. Ter transitado pelos países irmãos influenciou, de forma nítida, a produção do próprio Darcy. Angel Rama registra a presença dos brasileiros exilados reconhecendo a influência que eles próprios receberam dos países por onde passaram:

“Dentro de este grupo hay uno que hizo una experiencia inédita, cuyos resultados futuros pueden ser de los más ricos. Se trata del grupo intelectual brasileño, que a la caída del régimen de João Goulart, a manos de los militares (1964), se distribuyó entre los países hispanoamericanos, el cual está ahora en un proceso de reincorporación progresiva a la vida del Brasil. Fue una experiencia inédita, pues el Brasil vivió de espaldas a la América española y ésta a su vez vivió entre la ignorancia o el temor de ese país desconocido que parecía tan grande y amenazador en las cartas geográficas. A pesar de pertenecer al común denominador de América Latina han sido muy escasas las comunicaciones culturales o políticas entre Brasil e sus vecinos. Estos intelectuales descubrieron la existencia de Hispanoamérica, no sólo en sus singularidades políticas sino también en sus modos culturales: Mario Predroza en Chile, Ferreira Gullar en Buenos Aires, Darcy Ribeiro en Montevideo, Francisco Julião en México, si por un lado se constituyeron en embajadores de una cultura ignota ante los grupos políticamente afines, por la otra hicieron experiencias de culturas desconocidas...”¹¹

Universidade e transformação do mundo. O livro do exílio publicado posteriormente no Brasil – *A universidade necessária* – é exemplar do cruzamento que marcou a década intelectual dos 60 entre política e cultura. E, em uma dimensão importante para esta reflexão, a interlocução fortalecida entre intelectuais latino-americanos na convivência no exílio. O livro é talvez a expressão mais visível da saída de uma reflexão nacional para um aporte de América Latina. Darcy leva para o exílio a memória de todo o processo de discussão que fez da Universidade de Brasília o exemplo, posteriormente considerado na Reforma Universitária de 1968 no Brasil, a despeito de todos os processos de ruptura a que esteve sujeita já no início do regime militar. A UnB simbolizava a possibilidade de combinar

¹¹ “La riesgosa navegación del escritor exiliado”. *Nueva Sociedad*. Nro. 35. Março-abril 1978, p. 99-100.

ciência, imaginação e mobilização política. Universidade comprometida com a utopia de um país novo, responsável por redesenhar uma estrutura considerada obsoleta, autoritária, excludente e assentada em procedimentos rígidos e centralizadores. O vínculo entre modernização e transformação social com experiência universitária constituiu-se bandeira na instauração da universidade. Missão explícita, exposta aos que aceitavam o desafio de construí-la no espaço ainda vazio da nova capital. Um sonho que dependeria da vontade política dos atores envolvidos no processo de construção da universidade cultivada em suas especialidades como cientistas, artistas plásticos, arquitetos, cineastas e intelectuais.

A fala de Darcy no Prólogo à edição brasileira não deixa dúvida a respeito do papel mobilizador que a juventude desempenharia no ambiente universitário. Esse segmento da população traduzia o que potencialmente se esperava nessa combinação de cultura e política: rebeldia orientada para transformação, alimentada pela consciência dos efeitos perversos da estrutura classista, repressiva e embrutecedora sobre a experiência social. Nas nações subdesenvolvidas – em nosso cenário latino-americano –, a rebeldia é “uma forma de expressão da sua inconformidade com o atraso de suas sociedades”. (RIBEIRO, 2010, p. 2) Nas desenvolvidas, tal rebeldia “aponta contra as sombrias perspectivas que se lhes abrem de amarga acomodação às chamadas ‘sociedades de consumo’”. Completa Darcy:

“Trata-se, nos dois casos, de posturas essencialmente políticas e radicais que não se propõem apenas superar alguns arcaísmos da universidade e do regime, mas se lançam contra a estrutura de poder a que ambos servem, com a deliberação de transformá-la revolucionariamente”.
(RIBEIRO, 2010, p. 3).

Os jovens compõem a vanguarda desse movimento, primeiro por sua condição privilegiada perante a juventude de trabalhadores. Formam eles uma camada socialmente privilegiada. Segundo, e não menos importante, a atitude de rebeldia revolucionária é “ativada por sua educação, também privilegiada, que lhe faculta uma consciência lúcida sobre o caráter retrógrado da ordem vigente”. O combate tem um sentido de urgência. São jovens da mesma geração que serão jovens por pouco tempo, e apenas por um tempo determinado poderão se envolver na cruzada proposta à sua atuação. Eles próprios serão capturados pela moeda da vida, disciplinando-se pelo trabalho, contraindo compromissos familiares fora

de seu ambiente original sob proteção dos pais, respondendo à dinâmica competitiva da vida profissional.

“Fundada nestas motivações profundas, de natureza estrutural e ideológica e no seu caráter geracional, a rebeldia estudantil tende a aprofundar-se e a generalizar-se cada vez mais, bem como a reiterar-se pela renovação constante de seus contingentes. Por isso mesmo, ela representará um papel relevante na luta pela edificação de novos tipos de sociedades mais justas e mais igualitárias”.

(RIBEIRO, 2010, p. 4)

Se o ponto de partida é a universidade – ambiente onde transita a juventude movida por uma consciência dada pela condição de educando – o círculo só se completaria com o envolvimento da sociedade mais ampla, de amplas camadas da população nos debates e nas lutas em uma universidade politizada. Esta é a fala que traduz fortemente o sentimento de que se apossou Darcy Ribeiro na apresentação da edição brasileira, escrito movido pela distância, assinado em Montevidéu, no emblemático Maio de 1968.

A crise das universidades em nossos países latino-americanos foi enfeixada no que Darcy Ribeiro classificou como fruto de um pêndulo que se move entre duas políticas básicas, não apenas distintas, mas opostas, sustentadas com maior ou menor lucidez por todos os universitários: “modernização reflexa e crescimento autônomo”. São categorias de análise importantes que de alguma maneira habitaram a reflexão de intelectuais como Guerreiro Ramos em período semelhante. De que maneira países subdesenvolvidos desenhariam políticas de desenvolvimento (e a política universitária é central em um projeto dessa natureza) tendo como quadros de referência os países centrais, portadores de autonomia e capacidade de acumulação econômica e científica que muito os separam dos periféricos? Desconhecer os modelos? Negar-se ao avanço científico? Transportá-los acriticamente como saída ao nosso próprio subdesenvolvimento? Procurar com o modelo universitário desempenhar um papel ativo no esforço de superação do atraso nacional seria a indicação mais recomendada por Darcy, o que não se resolve por decreto, ao contrário, exige esforço intelectual, consciência e vontade política. O modelo tradicional contra o qual o livro pretende arguir resulta da interação “espontânea dos fatores dentro da universidade” que permite perfilar uma política modernizadora que em certos segmentos da vida universitária poderá florescer graças

à impetuosidade de seus dirigentes. Processo irregular deixaria outros setores da universidade defasados pela razão inversa.

“A política modernizadora aspira apenas a reformar a universidade de modo a torná-la mais eficiente no exercício de funções conservadoras dentro de sociedades dependentes e sujeitas à espoliação neocolonial. A política autonomista aspira a transfigurar a universidade como um passo em direção à transformação da própria sociedade, a fim de lhe permitir, dentro de prazos previsíveis, evoluir da condição de um “proletário externo” destinado a atender as condições de vida e de prosperidade de outras nações, à condição de um povo para si, dono do comando de seu destino e disposto a integrar-se na civilização emergente como uma nação autônoma”.

(RIBEIRO, 2010, p. 10)

O exílio do intelectual crítico

Para entender a centralidade da condição – metafórica e biográfica – do exílio –categoria fundamental para a consideração dos impasses e dos dilemas culturais e sociais da América Latina –, na última etapa da trajetória e da produção de Ángel Rama, isto é, entre 1970 e 1983, devemos começar retornando ao contexto histórico imediatamente anterior. Entre 1959, ano da Revolução Cubana, e a década de 1970, período no qual se estabeleceu, consolidou e quebrou uma trama de intensa sociabilidade letrada que definiu uma época na história político-literária do continente, Ángel Rama ocupou um lugar central como núcleo de uma série de espaços de associação, organizador de coleções editoriais, fundador de revistas e participante em colóquios.¹² Rama foi um dos intelectuais referentes e constitutivos dessa rede, conformada por criadores e críticos culturais da América Latina, seja em seu papel como diretor da seção literária da Revista uruguaia *Marcha* entre 1959 e 1969, de perfil editorial latino-americanista, ou como parte do

¹² Como a crítica argentina Claudia Gilman já estudou em seu livro *Entre la pluma y el fusil, Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*, a comunidade intelectual que se criou nessas décadas atravessou as fronteiras da nacionalidade e encontrou na Revolução Cubana um horizonte de abertura e pertencimento; eles criaram uma agenda intelectual em torno de um ideal que tentou conjugar a eficácia da ação política com a produção e difusão do primeiro cânone de literatura latino-americana de alcance mundial. Ver: GILMAN, Claudia. (2003). *Entre la pluma y el fusil. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina*. Buenos Aires, Siglo XXI.

Comitê de Colaboração da Revista Cubana “Casa de las Américas” (revista central na promoção e difusão da Revolução Cubana) entre 1964 e 1971.¹³ Na sua extensíssima produção de ensaios, artigos e livros no período, Rama expressou uma aspiração latino-americanista e um ideário internacionalista e cosmopolita,¹⁴ assim como também sua defesa de uma ideia de intelectual crítico e autônomo perante as demandas de qualquer regime político, inclusive de ordem revolucionária, o que explica seu apoio, mas também sua distância com respeito à Revolução Cubana.¹⁵

No entanto, já a partir de 1974, momento em que começa a escrever seu diário pessoal, a trajetória e o pensamento do Ángel Rama revelam a progressiva dissolução dessa rede de sociabilidade e interlocução latino-americana, a perda de sua própria capacidade para gerenciá-la, ao mesmo tempo em que tem lugar o abandono da crença na inevitabilidade da revolução pelos intelectuais do período. O que resulta interessante para os objetivos deste trabalho é ver como foi que, nos anos de seu exílio, entre 1977 e 1983, sua concepção do intelectual entra em crise. É tanto o papel do intelectual crítico, ligado à realidade social e suas necessidades, que entra em crise, como a própria ideia de cidadania no contexto do exílio, uma cidadania que se define pelo pertencimento a uma comunidade intelectual não só nacional, mas, sobretudo, latino-americana e, inclusive, cosmopolita. Iremos nos deter em algumas questões relativas à biografia intelectual e também à produção de Ángel Rama, que consideramos importantes para dar conta da crise de sua concepção do intelectual. Enfatizaremos especificamente sua relação com os intelectuais brasileiros, sobretudo com Darcy Ribeiro, o que nos pareceu sintomático de suas concepções e de sua trajetória.

¹³ Em 1971, Rama se desvinculou da revista devido ao chamado “caso Padilla”, escândalo que teve como centro o escritor cubano Heberto Padilla e que provocou a oposição de muitos intelectuais e escritores ao regime. Ver: GILMAN, Claudia. (2012). “Enredos y desenredos de Ángel Rama y Emir Rodríguez Monegal”. *Nuevo Texto Crítico*. N. 24-25.

¹⁴ Sobre la cuestión del cosmopolitismo en Ángel Rama, ver: JOSIOWICZ, Alejandra. (2008). *Redes universales para la crítica latinoamericanista: Rama relee a Martí junto a Rimbaud. Colorado Review of Hispanic Studies*, v.6. p.25-38; e (2004). Ángel Rama y el ensayo cosmopolita. *Otra Travesía*, v.17. p.71-80.

¹⁵ Sobre o tema, ver também: GILMAN, Claudia. (2015). Un llamado de atención sobre ideas recibidas. *Cuadernos de Literatura*. Vol. XIX. N. 37.

Ángel Rama encontra-se lecionando na Escola de Letras da Universidade Central de Venezuela quando acontece o golpe de Estado militar no Uruguai, em 1973. Antes, em 1970 e até 1972, Rama esteve em Porto Rico, onde lecionou na Universidade de Porto Rico, Campus de Rio Piedras, estabeleceu relações com vários intelectuais da ilha, como Nilita Vientós Gastón, Rosario Ferré e Arcadio Díaz Quiñones, entre outros, colaborou em várias publicações e participou de conferências e bancas.¹⁶ Rama se tornaria difusor e divulgador da cultura porto-riquenha na América Latina, através da Biblioteca Ayacucho, que incluiu volumes sobre Luis Palés Matos, Eugenio Maria de Hostos e Manuel Zeno Gandía: a partir de sua visão interligada e transnacional da cultura latino-americana.

Já na Venezuela, o governo ditatorial do Uruguai rejeitou sua solicitação de passaporte, razão pela qual foi compelido a adotar a nacionalidade venezuelana. Lá, graças à prosperidade econômica experimentada no país, fruto dos ganhos do petróleo e graças ao apoio do então presidente, Carlos Andrés Pérez, Ángel Rama dirigiu, a partir de 1974, a Biblioteca Ayacucho, na qual canalizou seu projeto de uma cultura latino-americana como superação da “falta de comunicação” entre os países.¹⁷ Com o pretexto da fundação e da organização do plano da coleção, iniciou um diálogo com uma série de intelectuais latino-americanos. Para nomear só alguns deles, Leopoldo Zea, Roberto Fernández Retamar, Arturo Roig, Arcadio Díaz Quiñones, Darcy Ribeiro, Berta Ribeiro, Sergio Buarque de Holanda e Antonio Cândido. Ángel Rama já tinha colaborado com Darcy Ribeiro em um projeto editorial no Uruguai.¹⁸ Após sua chegada ao país como exilado, Ribeiro tinha começado a lecionar como professor na

¹⁶ Ver o dossiê da revista *Sin nombre* (San Juan, Puerto Rico) 1984, sobre Marta Traba e o artigo de Rosario Ferré, “Tres escritores puertorriqueños hablan sobre Ángel Rama” *Hispanérica*, v. 13, n. 39, 1984. pp. 61-65, que inclui testemunhos de Nilita Vientós Gastón, Enrique Laguerre y Manuel Maldonado Denis. Rama também escreveu um prólogo ao livro de José Luis González, *En Nueva York y otras desgracias* (1993). Agradecemos a Arcadio Díaz Quiñones pelas referências e pelo relato sobre a passagem de Rama por Puerto Rico e sua influência sobre os intelectuais porto-riquenhos.

¹⁷ RAMA, Ángel. (2001). *Diario (1974-1983)*. Caracas, Ed. Trilce.

¹⁸ Sobre a colaboração de Ángel Rama e Darcy Ribeiro, ver: ROCCA, Pablo. (2015). Ser (ou tornar-se) latino-americano: sobre o diálogo entre Darcy Ribeiro e Ángel Rama (p. 45-50). In: Pablo Rocca; Haydée Ribeiro (Orgs., estudos e notas); *Diálogos latino-americanos. Correspondencia entre Ángel Rama, Berta e Darcy Ribeiro*. São Paulo, Ed. Global. E também: RIBEIRO, Haydée. (2005). A cultura na perspectiva de Darcy Ribeiro e Ángel Rama. *Via atlântica*, n. 8.

Faculdade de Humanidades e Ciências de la República em 1964, na cátedra de Antropologia Social e Cultural. Vários de seus cursos eram abertos ao público geral: Rama e outros intelectuais os frequentavam. Foi nesse momento que Rama e Ribeiro criaram e organizaram a *Enciclopedia uruguaya. Historia de la civilización uruguaya*, coleção de 63 fascículos que saiu entre 1968 e 1969, dedicada à difusão da história, a cultura, a política e as ciências sociais do Uruguai, com a qual colaboraram historiadores, sociólogos, críticos de arte e literatura e economistas. Distribuída a preços acessíveis e destinada a um público amplo, a enciclopédia era vendida em livrarias e bancas de jornal, ao estilo de outras coleções em fascículos do período.¹⁹ Como o crítico Pablo Rocca já apontou, as contribuições de Ribeiro para a Enciclopédia ajudaram a desviar o projeto do caráter nacionalista e o colocaram frente a frente com questões latino-americanas. Antes, em 1964, o semanário *Marcha* tinha publicado uma entrevista com Ribeiro feita por Rama com o título “Darcy Ribeiro: una generación brasileña.” Nela, Ribeiro é apresentado como intelectual brasileiro exilado, por um lado, mas também como parte da geração de cientistas sociais do país que possibilitaram o amadurecimento das ciências sociais no Brasil e levaram sua visibilidade e relevância ao plano internacional. Ribeiro os caracteriza como uma geração com consciência crítica da realidade brasileira, engajada na luta pela transformação da nação e fortemente determinada pelo espaço da universidade; eles teriam criado uma ciência social própria, como instrumento de ação sobre a realidade social, que integraria a cultura brasileira, abrindo-a aos olhos do mundo.²⁰ Ribeiro aparece no artigo como exilado, vozeiro e representante das ciências sociais brasileiras no exterior.²¹

Mas o interesse de Rama pelo diálogo com o Brasil ganhou ainda mais importância no contexto do projeto da Biblioteca Ayacucho. Já para a reunião inicial, convidou Darcy Ribeiro, Caio Prado Júnior, Carlos Drummond de Andrade e Antônio Cândido. Mas, devido ao impedimento imposto

¹⁹ ROCCA, Pablo. (2015). Ser (ou tornar-se) latino-americano: sobre o diálogo entre Darcy Ribeiro e Ángel Rama. In: Pablo Rocca; Haydée Ribeiro (Orgs., estudos e notas); *Diálogos latino-americanos. Correspondência entre Ángel Rama, Berta e Darcy Ribeiro*. São Paulo, Ed. Global.

²⁰ RIBEIRO, Darcy: una generación brasileña. *Marcha*. 29 de maio de 1964. XXV, n. 1207.

²¹ Darcy Ribeiro teve impacto importante na Argentina através da edição de *As Américas e a Civilização* em 1969 pela Centro Editor da América Latina. Ver entrevista a Renzo Pi Hugarte citada em: Ribeiro, Haydée. (2005). A cultura na perspectiva de Darcy Ribeiro e Ángel Rama *Via atlântica*, n. 8.

pelo governo militar à saída de Caio Prado, Rama decidiu continuar a colaboração à distância, e solicitou de Darcy Ribeiro e Antônio Cândido a elaboração de uma lista de obras literárias, históricas, sociológicas e antropológicas representativas do Brasil. Como resultado, Rama planejara publicar uns vinte títulos em tradução, incluindo textos de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Graciliano Ramos, Capistrano de Abreu, Sílvio Romero, Joaquim Nabuco, Manuel Antônio de Almeida, Caio Prado Júnior, Lima Barreto, Machado de Assis, Euclides da Cunha, Guimarães Rosa, com prólogos e cronologias de Gilda de Mello e Souza, Antonio Candido, Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão, Alfredo Bosi, entre outros. Consciente de seu papel de difusor da cultura brasileira na América hispânica, Rama afirma em carta a Berta Ribeiro: “creio que vou ganhar minha medalha de reconhecimento por parte da cultura brasileira, pelo meu esforço para torná-la conhecida entre os hispano-falantes”.²² O diálogo com Darcy e Berta Ribeiro também se tornou importante para o projeto concebido por Rama de relacionar o discurso literário com a antropologia (pioneiro do que seriam, alguns anos mais tarde, os estudos culturais latino-americanos): cita ambos no seu livro *Transculturación narrativa en América Latina*, dedicado a Darcy Ribeiro e ao antropólogo John Murra (estudioso do império incaico) como “antropólogos de nossa América”.²³

Para o projeto da Biblioteca Ayacucho, Rama encomenda a Darcy Ribeiro a elaboração do prólogo de *Casa Grande e Senzala*, no qual devia apresentar o livro para o público hispano-americano, assim como uma cronologia de Gilberto Freyre e uma da história do Brasil.²⁴ (Vale a pena ressaltar que cada volume continha uma cronologia em três colunas, dedicadas ao autor e sua obra, à história do país, da América Latina e do mundo.) Ángel Rama corrige e modifica o prólogo e a cronologia elaborados por Ribeiro, dado que os considera “indiscretos”, “imprudentes”, carentes de algumas informações intelectuais importantes, algo “irreverentes” e pouco objetivos, diminui

²² Carta de 4 de outubro de 1976. In: ROCCA, Pablo; COELHO, Haydée Ribeiro (Org. estudos e notas). *Diálogos latino-americanos*. Correspondência entre Ángel Rama, Berta e Darcy Ribeiro. São Paulo, Ed. Global. p. 135

²³ RAMA, Ángel. *Transculturación narrativa en América Latina*. México, Siglo XXI, 1982.

²⁴ FREYRE, Gilberto. (1977). *Casa Grande y Senzala*. Caracas: Ed. Ayacucho. Pról. e cronologia de Darcy Ribeiro.

os comentários e modifica algumas informações que julga arbitrárias.²⁵ Mesmo com as diferenças metodológicas que ele expressa a respeito de seus trabalhos, chegando a afirmar, ironicamente, “eu sempre disse que os livros de antropologia de Darcy Ribeiro eram romances fascinantes”,²⁶ Ribeiro não deixa de funcionar para Rama como um modelo de intelectual latino-americano.²⁷ Assim, em carta de 1981, solicita-lhe um ensaio para uma antologia do pensamento latino-americano do século XX que estava organizando e afirma: “estou decidido a que você seja a última voz, a do futuro, nesse volume (...). Martí abriu um tempo nosso, profeticamente, e é você quem deve ser a voz profética deste momento revolto, cético, desesperançado, para acender de novo a confiança de todos nós. Não há ninguém que possa fazê-lo senão você. Como dizem os mexicanos, ándele pues.” E continua: “Em um artigo para os americanos, sobre exílios, mostro você como o principal exemplo de integração que conheci nessas décadas, com o qual quase justifico indiretamente os ditadores”.²⁸ Como se vê, Ribeiro é, para Rama, exemplo de uma voz “profética”, a voz “do futuro”, da retomada da “confiança” no latino-americano, em um momento de ditadura e derrota intelectual. É precisamente na sua condição de exilado, unida à sua concepção da integração da cultura latino-americana, ao mesmo tempo utópica e “ardentemente polêmica”, que Ribeiro se torna um intelectual paradigmático para Rama.

O artigo sobre exílio que Rama menciona na sua carta já tinha sido publicado anteriormente, em 1974, em um número da Revista venezuelana *Nueva Sociedad* dedicado às produções culturais e intelectuais dos latino-americanos no exílio, que incluía artigos do uruguaio Eduardo Galeano, do argentino Noé Jitrik, do chileno Ariel Dorfman e do paraguaio Augusto Roa

²⁵ Rama observa, sobre seu trabalho de correção do prólogo de Ribeiro: “por alguns momentos pensei que tinha ocupado o lugar de Berta e que apenas me restava, como a ela, a tarefa de escrever diretamente para você os livros”. ROCCA, Pablo; RIBEIRO, Haydée (Orgs., estudos e notas). *Diálogos latino-americanos*. Correspondência entre Ángel Rama, Berta e Darcy Ribeiro. São Paulo, Ed. Global. p. 81.

²⁶ ROCCA, Pablo; RIBEIRO, Haydée (Org., estudos e notas). *Diálogos latino-americanos*. Correspondência entre Ángel Rama, Berta e Darcy Ribeiro. São Paulo, Ed. Global. p. 115.

²⁷ No plano da coleção da Biblioteca, também se encontrava a publicação do livro de Darcy: *As Américas e a Civilização*, que viria a ser publicado só após a morte de Rama, em 1992.

²⁸ Carta de 15 de abril de 1981. ROCCA, Pablo; RIBEIRO, Haydée (Orgs., estudos e notas). *Diálogos latino-americanos*. Correspondência entre Ángel Rama, Berta e Darcy Ribeiro. São Paulo, Ed. Global. p. 99.

Bastos, além de autores do Peru e da Nicarágua.²⁹ No ano de 1981, Rama republicou o texto para um novo dossiê sobre exílio que organizou para a revista norte-americana *Review: Literature and Arts of the Americas* – a qual veiculava traduções de textos literários e artigos de diferentes países da América Latina. O dossiê sobre o exílio na América Latina também incluiu um texto de Julio Cortázar: “The Fellowship of Exile”, um de Augusto Roa Bastos, “The Exiles of the Paraguayan Writer” e outro de Fernando Alegria sobre o mesmo tema.³⁰

De fato, em numerosos artigos desses anos, assim como em seu diário pessoal e suas cartas, Rama reflete sobre o exílio intelectual latino-americano, tema que o preocupava em um sentido tanto teórico quanto pessoal. Examinaremos inicialmente a questão no seu diário, para depois passar aos artigos. Rama escreveu o diário entre 1974 e 1983, período que abarca sua estada na Venezuela, nos Estados Unidos, e brevemente na França, até sua morte. Nesses cadernos, ele escreve muito intensamente sobre a condição do exílio: expressa a experiência de instabilidade, insegurança e deslocamento decorrente das múltiplas mudanças pessoais e profissionais, da carência de passaporte, de residência e, sobretudo, de pertencimento a uma comunidade nacional e cívica. Mas o exílio vai além de uma experiência profissional ou pessoal: também define seu posicionamento intelectual no contexto da Guerra Fria. Assim, opõe-se aos intelectuais que reproduziam de modo acrítico o discurso da Revolução Cubana: é crítico da atuação de Roberto Fernández Retamar e de Julio Cortázar, enfatizando a necessidade de independência e autonomia do intelectual diante do poder político. Mas também desconfia da vida acadêmica universitária dos Estados Unidos, receoso de viver “com os poderes gringos invisíveis sobre uno”³¹, e preocupado com o que percebe como um afastamento do mundo, uma “especialização da ação intelectual”, uma falta de compromisso com a sociedade que “queda fora, mais além dos limites do campus”.³² Esse complicado posicionamento resulta em uma espécie de entre-lugar, que Rama cria para si mesmo: entre ideologias, tradições de pensamento,

²⁹ O dossiê levou o título América Latina: ¿una literatura exiliada?. *Nueva sociedad* N. 35. Março-Abril 1978.

³⁰ *Review: Literature and Arts of the Americas*. n. 30. Sept.-Dec.1981.

³¹ *Diario (1974-1983)*. Caracas, Ed. Trilce, 2001. p. 77.

³² *Diario (1974-1983)*. Caracas, Ed. Trilce, 2001. p. 70.

posições éticas e modos diferentes e até opostos de pensar a atividade intelectual.

Tudo isso o coloca em um espaço restrito, paranoico e claustrofóbico. Em Caracas, sente-se rejeitado pelo meio intelectual venezuelano, que julga xenófobo, corrupto e provinciano, e escreve: “Vivo con la sensación del acosado (...) Y me temo que si eso cambiara sentiría que ya es tarde y que no me podrán consolar de lo que me han hecho padecer. Bien caro me han cobrado el pan del exilio.”³³ Em vários momentos do diário, Rama denuncia a posição defensiva ligada ao culto do passado tradicional e folclórico e a um provincianismo falso e populista, e afirma a necessidade de novos equilíbrios culturais que relacionem as identidades nacionais com as tendências culturais modernas e cosmopolitas.³⁴ Esse tipo de considerações também determina seu posicionamento como intelectual. Assim, Rama sente-se representante de uma comunidade intelectual latino-americana que, em lugar da defesa de uma autenticidade idiossincrática, propõe o diálogo entre o local e a modernidade cosmopolita. Identifica-se com o venezuelano, tutor e mentor de Bolívar, e também exilado Simón Rodríguez, sobre o qual afirma:

“Duele su triste vida y acompaña. Esos decenios por escuálidas ciudades americanas, sin recuerdos, atendiendo pobres negocios, viviendo de la caridad; esa muerte en un caserío ecuatoriano, río arriba, con los dos baúles llenos de papeles y nada más; esa continua frustración de pensar mejor que nadie y no ser oído, ni atendido ni respetado; esa inteligencia, condenada por tal, en medio del caos, los apetitos desatados, la garrulería, la confusión. Todo define al intelectual en una América cruda, mal amasada”.³⁵

A passagem define a condição do exílio como determinante do intelectual latino-americano: aquele que não tem inserção fixa nas instituições nem espaço social, pobre, desprovido de reconhecimento, cuja

³³ *Diario (1974-1983)*. Caracas, Ed. Trilce, 2001. p. 78.

³⁴ Afirma: “Sólo un desarrollo armonioso y valiente de ambas coordenadas, con lo que ello implica de tenaz esfuerzo para dominar la cultura del mundo presente, permitirá integrar la nacionalidad, desprenderla del provincianismo, sin por eso perder la identidad fundamental. Y de paso disolver la resistencia al elemento extranjero, reconociendo su calidad de heraldos de ese mundo presente y dotándolos de una fuerte y sabrosa impregnación local.” *Diario (1974-1983)*. Caracas, Ed. Trilce, 2001. p.83.

³⁵ *Diario (1974-1983)*. Caracas, Ed. Trilce, 2001. p. 112.

única possessão é a própria perspectiva crítica, alheio aos desejos e ânsias dos outros cidadãos. O caráter imaturo do meio latino-americano, “cru”, “mal amassado”, pareceria determinar essa condição do intelectual como exilado. No entanto, os anos que passou nos Estados Unidos, logo após sua renúncia à Escola de Letras da Universidade Central de Venezuela em 1978, no Middlebury College, nas Universidades de Maryland e Princeton, não lhe trazem reconhecimento nem inserção institucional. Pelo contrário, queixa-se da “mesquinhez” do ambiente intelectual, que julga pobre e reducionista, e dos professores: “¿por qué se dedican a la literatura y al arte, si nada tienen que ver, orgánicamente, con ellos?” (RAMA, 2001, p. 127), e os chama “jibarizadores de lo bello, de lo fuerte, de lo verdadero.” (RAMA, 2001, p. 128). Contrasta aquele ambiente com o modelo de intelectual-professor que observou na Universidade de Campinas, durante uma viagem de dez dias que fez para um colóquio organizado por Antônio Cândido, do qual se sente imediatamente partícipe: “ponen pasión y juegan su vida en lo que dicen (...). Están vivos en el curso arrollador del arte y el conocimiento: eso es central para ellos, es el sentido de la vida. Y las cosas no están separadas, el arte, el deseo, la política, el júbilo y el miedo, son todas cosas que van juntas, con el agregado de que exigen como pago la gracia.” (Idem, p.128). Essa concepção apaixonada, vital, da tarefa intelectual como inseparável da política, da cultura e da própria experiência subjetiva está no centro de seu modelo de intelectual crítico, cuja produção resulta politizada e até estetizada. Essa concepção contrasta com as observações de Rama nos Estados Unidos. Lá vê os professores “recluídos”, “perdidos do mundo em um ghetto intelectual” (p. 135). Escreve:

“Como si estuvieran fuera de la corriente principal de la cultura del país, contemplándola y examinándola a veces, ignorándola frecuentemente, ligados entre sí con otros ghettos similares en diversos puntos del mundo. Es, en el fondo, la diferencia con los intelectuales latinoamericanos que no han alcanzado ese grado de especialización quizás, y que en definitiva son profesores porque son escritores y a veces por añadidura políticos y cumplen simultáneamente todas las funciones en el centro de la vida social, estatuyendo el principio de reverencia al intelectual como guía, maestro, estudioso, profeta, y, en ocasiones, hombre de acción”. (RAMA, 2001, p. 136).

Rama analisa o fenômeno não como decorrente de níveis ou graus de especialização ou desenvolvimento dos países, mas de modelos culturais

distintos: o anglo-saxão, especializado, afastado da sociedade e conectado a outras comunidades autônomas e equivalentes, e o latino, herdeiro do modelo francês, no qual o intelectual é tanto homem de saber quanto homem de ação, professor, escritor, político, nunca desligado de seu entorno social. Ao mesmo tempo em que é crítico dos intelectuais politizados que encarnam qualquer sentido profético e paternalista, Rama sente-se um “outsider” na academia norte-americana, com seus critérios de profissionalização e competição. Quando assiste a uma palestra de Júlio Cortázar em Paris, confessa-se “abominado dos escritores metidos a políticos: acabam fazendo mal as duas coisas”. Acusa-o de dizer obviedades sobre os regimes militares, sobre o socialismo como simples panaceia, sobre os escritores engajados e sobre as bondades políticas do regime cubano. E afirma:

“a mi me volvió a plantear esta espina sobre los prejuicios que estos intelectuales ignorantes de la realidad social, económica y política de nuestros pueblos provocan en las jóvenes generaciones que creen en ellos (porque son buenos escritores no porque sean políticos buenos) y están dispuestos a aceptar sus juicios. La extrapolación es evidente: aprovechando la autoridad ganada en el campo de la “literatura pura” se la usa para impartir una doctrina sobre asuntos que le son enteramente ajenos y donde no ha habido prueba de ningún tipo de competencia o conocimiento serio. Desgraciado equívoco. He conocido sus desgraciadas consecuencias en el pasado y nada parece que ellas hayan contribuido a hacer más serias y responsables las palabras políticas que hoy siguen pronunciando los intelectuales”.³⁶

O problema que percebe no discurso de Cortázar não tem a ver simplesmente com sua falta de informação a respeito da situação política, econômica e social, mas, sobretudo, com o alargamento da legitimidade que o escritor conseguiu no terreno literário, instrumentado na esfera política. Trata-se do dilema intelectual que nasce com o célebre “J'accuse!”, de Émile Zola. Não é das mediações simbólicas e das suas competências específicas que o intelectual precisa partir para viabilizar seu discurso?, pergunta-se Rama. Caso contrário, arrisca-se a uma posição paternalista e arbitrária, como aquela de Cortázar. Mas se o problema, no caso latino-americano,

³⁶ RAMA, Ángel. (2001). *Diario (1974-1983)*. Caracas: Ed. Trilce. p. 154.

é a extrapolação política da autoridade intelectual, na academia norte-americana seria o esvaziamento dos debates, a extrema profissionalização e a especialização do conhecimento:

lo normal es que los profesores no intercambien nada, a pesar de la complicadísima estructura de seminarios, coloquios y diálogos (...) Cada uno está en lo suyo y a veces pienso que tienen miedo, que eso es lo dominante, porque preservan lo que hacen de todo debate que pueda ponerlo en peligro. O quizás de ilegítimas apropiaciones: el propio Claudio [Velis] me repetía hoy “eso de la ciudad letrada publicalo ya en algún artículo” para registrar el copyright.³⁷

Ángel Rama percebe a internalização pelos intelectuais da noção das ideias como mercadorias, com foco nos benefícios materiais e simbólicos derivados da propriedade intelectual, mais do que nos processos de seu debate e produção. Nesse caso, trata-se de uma atividade intelectual sem eficácia social e sem significação política, marcada pela atitude competitiva e individualista. É claro que parte das reflexões de Rama estão ligadas ao sentimento de culpa, vivido por muitos intelectuais do período, e da necessidade de vigilância diante do suposto perigo de ser cooptado pelos Estados Unidos. Seu posicionamento perante modelos opostos do intelectual o coloca em um espaço duplamente exiliado.

Se no *Diário* Rama deixa transparecer um posicionamento duplamente reticente, nos artigos publicados nesses anos leva ainda mais além sua elaboração da condição do intelectual no exílio. Assim, no ensaio “La riesgosa navegación del escritor exiliado”, publicado pela primeira vez em espanhol, em 1978, e, mais tarde, em inglês em 1981, com o título “Founding the Latin American Literary Community”, estabelece um paralelo entre os escritores exilados por causas políticas, devido aos regimes ditatoriais, e as populações migrantes por causas econômicas. Equipara ambas migrações – a dos profissionais e professores e a dos operários e camponeses – como diásporas latino-americanas, movimentações entre países latino-americanos e fora da América Latina que estariam ligadas a uma equivalente conjuntura econômica, social e política. Através dessa relação entre intelectuais exilados e trabalhadores migrantes, considera

³⁷ RAMA, Ángel. (2001). *Diario (1974-1983)*. Caracas: Ed. Trilce. p. 140.

o exílio como processo social abrangente, do qual participariam tanto trabalhadores, operários e camponeses, quanto profissionais, professores e técnicos especializados. Desse modo, a condição do exílio determinaria um novo modo transnacional de pensar a cidadania e os cidadãos, que começariam a circular por comunidades espalhadas em nível planetário.

Seria só a partir do exílio e da emigração, causada pelos regimes ditatoriais, que grupos inteiros de intelectuais latino-americanos teriam descoberto a “América indígena”, a “América negra”, e que se teria acelerado o intercâmbio entre os intelectuais de diferentes países, criando-se uma visão integrada do continente. O exemplo paradigmático seria o caso dos intelectuais brasileiros exilados, que haveriam estabelecido comunicações culturais inéditas com a América Hispânica:

Pienso que un libro imaginativo y talentoso como *Las Américas y la Civilización*, de Darcy Ribeiro, hubiera sido imposible sin estos largos años de exilio que le permitieron recorrer y vivir por años en diversos países y zonas del continente. Del mismo modo la experiencia en las artes plásticas de Pedroza, en la poesía de Ferreira Gullar, en las ciencias políticas de Julião.³⁸

Darcy Ribeiro funciona, mais uma vez, como modelo do intelectual latino-americano exilado, “vivendo em países e diversas áreas do continente”, “descobrimo” ou redescobrimo a América Hispânica e estabelecendo laços culturais entre esses países e o Brasil. Se anteriormente toda visão integradora da América Latina teria provindo da Europa ou dos Estados Unidos, graças ao exílio seria possível criar novas percepções do conjunto, enfatizando circunstâncias econômicas, sociais e culturais comuns.

O tipo de produção decorrente do exílio, segundo Rama, estaria ligada com a derrota, “literatura” de derrotados, ainda mais profícua que a militante anterior. Nesse sentido, o exilado se contrapõe à figura sacralizada, heroica e politizada do intelectual que se pretende elevado por sobre a sociedade, “vão” e “exibicionista”. Esses escritores-políticos, segundo Rama, acabam sendo “maus escritores e maus políticos”. Em lugar de guia indiferenciado ou porta-voz de um partido, o intelectual deveria contribuir partindo de suas circunstâncias – as do exílio – e sem abandonar seu “campo específico”

³⁸ RAMA, Ángel. *Nueva sociedad*, n. 35. Março-abril 1978. p. 99-100.

e as necessidades da sua comunidade – exilada e migrante. De fato, ele assinala três públicos para os quais escreveria o escritor-intelectual no exílio: o do país receptor, o de seu país de origem e o da diáspora, sendo o último o mais relevante. A aliança estratégica traçada por Rama entre o intelectual exiliado e as populações migrantes responde justamente à intenção de conjugar produção cultural e responsabilidade social, retomando a eficácia social da tarefa intelectual, e evitando a sacralização ou a visão paternalista e partidária do intelectual. O exílio seria, para ele, a circunstância que permitiria ao intelectual crítico cumprir seu papel junto à comunidade.

Rama desenvolveu mais, em outros ensaios, suas reflexões sobre a produção de uma literatura derrotada no exílio, assim como dos distintos públicos aos que podia estar destinada.³⁹ Nesses anos, também escreveu uma série de artigos de intervenção sobre os “dissidentes” e a “dissidência” dos intelectuais exilados do regime comunista soviético, críticos de suas diretivas ideológicas. Esse tipo de “dissidência”, que supera as barreiras nacionais e abre-se ao âmbito intelectual transnacional, parecia-lhe fundamental para repensar o papel das esquerdas na América Latina.⁴⁰ De fato, a condição do exilado tornou-se ainda mais intensa nos dois últimos anos de sua vida, devido à polêmica aberta pela rejeição de seu visto nos Estados Unidos.

Mas o que interessa particularmente para nossos propósitos é a ambivalência que aparece no seu modelo de intelectual exilado: ao mesmo tempo em que é capaz de perspectiva crítica e potencial transformador, partindo dos recursos intelectuais próprios de seu campo disciplinar e de sua coerência interna, o intelectual está ativamente inserido na vida prática, é militante e prometeico, ligado de modo mais ou menos orgânico com as circunstâncias nas quais vivem os trabalhadores migrantes. É essa ambivalência a que explica sua admiração pelo modelo da Universidade de Campinas e pela figura de Antonio Candido, que operou como o outro grande mediador de sua visão do Brasil, ao mesmo tempo em que torna inteligível a centralidade da figura de Darcy Ribeiro (que também lhe gerava irritação acadêmica e disciplinar) como modelo de intelectual exilado, cujo caráter prometeico o tornaria uma figura fundamental para

³⁹ RAMA, Ángel (1993). Las últimas novelas de Donoso. La metamorfosis del exilio latinoamericano. In: *La riesgosa navegación del escritor exiliado*. Montevideo, Arca.

⁴⁰ Trata-se de um conjunto de artigos publicados no jornal venezuelano “El Universal” com o título de “Los disidentes”.

uma futura (e utópica) integração latino-americana. Inclusive quando partem de pertencimentos disciplinares diferentes – a crítica literária e a antropologia – Ángel Rama e Darcy Ribeiro aparecem como unidos pela experiência do exílio dentro e fora da América Latina, e pela reflexão sobre o modelo de intelectual e seu papel dentro e fora da universidade.

Exílio, exílios

O percurso feito pelas trajetórias desses dois intelectuais nos permitiu um contato com questões variadas e, em algum sentido, profundamente ligadas ao tempo presente. No caso de Darcy Ribeiro, já há registro dos embates que provocou e que enfrentou com relação ao processo de institucionalização das Ciências Sociais no Brasil contra o que a virulência de nosso intelectual não fez qualquer cerimônia.⁴¹ Sua volta ao Brasil em meados dos anos 70 encontrou parcela significativa dos intelectuais brasileiros mobilizados em torno de instituições e programas de Pós-Graduação montados em moldes que mais se assemelhavam ao que ele próprio criticara em seu antinorte-americanismo. Não se tratava mais de apenas um choque de gerações – já que os mais novos não o reconheceram como alguém que ocupasse liderança intelectual em seu campo de atuação. A resistência ultrapassava o limite geracional. Dizia respeito a uma discrepância entre o modelo de profissionalização das Ciências Sociais e a concepção que cultivara em seu distanciamento quando no exílio.

No caso do Rama, a centralidade da categoria do exílio para entender as ambivalências de sua concepção do intelectual, entre a crítica e a militância, revela-se tanto na sua produção ensaística menos frequentada pela crítica quanto em seus escritos pessoais, diário e cartas. O legado dos problemas postos por eles, isto é, a relação entre saber universitário e política, dilemas da profissionalização e da especialização do intelectual e a dívida da própria instituição universitária perante a sociedade ainda são da mais sensível atualidade. A experiência do exílio fortaleceu esse tipo de percepção do lugar desses intelectuais na vida cultural de seus países, e a volta do exílio criou, em alguma dimensão, um exílio da própria condição de intelectual na comunidade acadêmica. Este foi, indiscutivelmente, o caso de Darcy

⁴¹ BOMENY, Helena (2001). *Darcy Ribeiro*. Sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte, Editora UFMG.

Ribeiro no Brasil. Ángel Rama, precursor involuntário das possibilidades e dos problemas dos estudos culturais nos Estados Unidos, é, ainda hoje, objeto tanto de modismos quanto de argutas críticas que apontam para os dilemas teórico-metodológicos de sua obra.⁴²

Uma última nota, à guisa de conclusão, foi inevitável depois desse percurso. Encontrar outros personagens que, de espaço distinto, encontraram também entre latino-americanos uma espécie de pátria intelectual. A interlocução de Richard Morse, o historiador norte-americano exilado em própria terra, com esses intelectuais latino-americanos, brasileiros em particular, amplia o sentido de exílio que nos motivou a escrita deste texto. Se os sentimentos são semelhantes – isolamento, deslocamento, privação, desterro, sofrimento, incomunicação – o espaço geográfico onde afloram pode ser externo ou interno, o que nos deixa com a convicção de que são múltiplos e nem sempre controláveis os efeitos da interação humana ou da falta dela, e, em nosso caso, da interlocução intelectual ou seu impedimento.

Referências

- AVELAR, Idelber.
(1999). *The Untimely Present: Post-dictatorial Latin American Fiction and The Task of Mourning*. Durham, Duke Univ. Press.
- BOMENY, Helena.
(2001). *Darcy Ribeiro*. Sociologia de um indisciplinado. Belo Horizonte, Editora UFMG.
- BURKE, Peter
(2017). *Exiles and Expatriates in the History of Knowledge, 1500-2000*. Waltham, Brandeis Univ. Press.
- DOSSE, François.
(2009). *O desafio biográfico*. Escrever uma vida. São Paulo, Edusp.
- FERRÉ, Rosario.
(1984). Tres escritores puertorriqueños hablan sobre Ángel Rama. *Hispamérica*, v. 13, n. 39, pp. 61-65.
- FREYRE, Gilberto.
(1977). *Casa Grande y Senzala*. Pról. Y cronología de Darcy Ribeiro. Caracas, Ed. Ayacucho.
- GARRAMUÑO, Florencia.
(2006). El árbol y el bosque: La ciudad letrada y su concepto de poder. *Prismas*, n.10, pp. 195-197.
- GILMAN, Claudia
(2012). Enredos y desenredos de Ángel Rama y Emir Rodríguez Monegal. *Nuevo Texto Crítico*. N. 24-25.
- GILMAN, Claudia.
(2003). *Entre la pluma y el fusil*. Debates y dilemas del escritor revolucionario en América Latina. Buenos Aires, Siglo XXI.
- GILMAN, Claudia.
(2015). Un llamado de atención sobre ideas recibidas. *Cuadernos de Literatura*. Vol. XIX. n. 37.

⁴² Ver: Dossiê La ciudad letrada hacia una historia de las elites intelectuales en América Latina. *Prismas*. n. 10, 2006.

- GRAMSCI, Antonio.
(2001). *Cadernos do cárcere*. vol. 2. Os intelectuais. O princípio educativo. Jornalismo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- JOSIOWICZ, Alejandra.
(2014). Ángel Rama y el ensayo cosmopolita. *Outra Travessia*, v.17, p.71-80.
- JOSIOWICZ, Alejandra.
(2008). Redes universales para la crítica latinoamericanista: Rama releo a Martí junto a Rimbaud. *Colorado Review of Hispanic Studies*, v.6, p.25 38.
- RAMA, Ángel.
(2001). *Diario (1974-1983)*. Caracas, Ed. Trilce.
- RAMA, Angel.
(1993). "La riesgosa navegación del escritor exiliado". *Nueva Sociedad*. Nro. 35. Março-abril 1978, p. 95-105..
- RAMA, Ángel.
(1982). *Transculturación narrativa en América Latina*. México, Siglo XXI.
- RAMA, Ángel e CANDIDO, Antonio. *Un proyecto latino-americano. Antonio Candido & Angel Rama*. Correspondencia. Ed. Pról.; e notas de Pablo Rocca. Montevideo, Ed. Estuario, 2016
- RIBEIRO, Darcy.
(2010). *Darcy no bolso*. Brasília, Editora UnB.
- RIBEIRO, Darcy
(1964). Una generación brasileña. *Marcha*. 29 de maio de 1964. XXV, n. 1207.
- RIBEIRO, Haydée.
(2005). A cultura na perspectiva de Darcy Ribeiro e Ángel Rama. *Via atlântica*, n. 8.
- ROCCA, Pablo.
(2006). *Ángel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil: Dos caras de un proyecto latinoamericano*. Montevideo, Banda Oriental.
- ROCCA, Pablo; RIBEIRO, Haydée Coelho (org.).
(2015). *Diálogos latino-americanos*. Correspondencia entre Ángel Rama, Berta e Darcy Ribeiro. São Paulo, Ed. Global.
- RUFINELLI, Jorge.
(1993). Ángel Rama, Marcha y la crítica literária latino-americana en los 60s. *Casa de las Américas*, vol. 34, n.192.
- SAID, Edward.
(1994). *Representations of the Intellectual*. New York, Vintage Books.

Recebido em
fevereiro de 2017

Aprovado em
março de 2017

Leituras em paralelo: A imaginação crítica de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo¹

Maria Caroline Marmerolli Tresoldi*

Resumo

Ao perquirirem as origens das tensões e ambivalências que marcam os processos sociais e culturais no Brasil e na Argentina, os nomes de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo se destacam no cenário da crítica literária e cultural contemporânea. Articulando literatura e sociedade, estética e política, e conjugando crítica e sociologia, o crítico brasileiro e a crítica argentina construíram, cada qual ao seu modo, projetos versáteis para sentir, pensar e atuar em seus países. Considerando a relevância teórica de seus ensaios para a teoria literária e para as ciências sociais, assim como as reflexões acerca da modernidade e do capitalismo vistos de uma de suas periferias, o artigo acompanha, em um primeiro momento, a trajetória intelectual de ambos, e delinea princípios teóricos e metodológicos a partir dos quais são pensados seus projetos críticos. Em seguida, são analisados alguns ensaios de Schwarz sobre Machado de Assis e de Sarlo sobre Jorge Luis Borges, escritores-chaves nas literaturas brasileira e argentina. O objetivo desse segundo movimento analítico é perceber como a problemática da “periferia” continua desafiando nossa imaginação crítica e sociológica, estimulando diferentes respostas artísticas e intelectuais, cuja potencialidade é qualificar o “moderno” a partir de outro ponto de vista e parar de se questionar “que horas são?”.

¹ Este texto baseia-se em alguns resultados parciais obtidos em minha pesquisa de mestrado “Olhares periféricos: crítica e sociologia no ensaísmo de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo”, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, processo 2016/02711-0. Uma versão inicial do artigo foi apresentada no Simpósio de Pesquisas Pós-Graduadas de Pensamento Social no 40º Encontro Anual da ANPOCS, em outubro de 2016, e algumas notas foram debatidas no VI Ateliê de Pensamento Social, realizado na FGV, em novembro de 2016. Pelos generosos comentários nesses encontros gostaria de agradecer a Helena Bomeny, João Marcelo Maia e Antonio da Silveira Brasil Junior. Agradeço também a orientadora, Mariana Miggiolaro Chaguri, e aos colegas Camila Teixeira Lima e Henrique Pereira Braga, que leram o texto em diferentes momentos. Os equívocos, evidentemente, são de minha inteira responsabilidade.

* Maria Caroline Marmerolli Tresoldi é graduada em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e mestranda em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da mesma universidade. E-mail: carolinetresoldi@gmail.com.

Palavras-chave

Roberto Schwarz. Beatriz Sarlo. Literatura e Sociedade. Periferias.

Abstract

Due to their investigations on the origins of the tensions and ambivalences underlying social and cultural processes in Brazil and Argentina, the names of Roberto Schwarz and Beatriz Sarlo stand out in the scenario of contemporary literary and cultural criticism. Through articulations between literature and society, aesthetics and politics, both critics have built, each in their own way, versatile projects for feeling, thinking and acting in their respective countries. This paper takes into account the theoretical relevance of their essays for both literary theory and sociology, as well as their reflections upon modernity and capitalism as seen from these countries' peripheral positions, in order to trace their intellectual paths and to outline the main theoretical and methodological principles on which their critical projects rest. Following this brief outline comes an analysis of some of Schwarz' writings on Machado de Assis and Sarlo's essays on Jorge Luis Borges, focusing on their place as master writers at the periphery of capitalism. This analytical move intends to identify some of the ways through which the issue of periphery still challenges our critical and sociological imagination, serving as a stimulus to different artistic and intellectual responses whose potential is to look at the category of "modernity" from another point of view, in order to stop asking "what time is it?"..

Keywords

Roberto Schwarz. Beatriz Sarlo. Literature and Society. Peripheries.

Introdução

“Ninguém sabe melhor do que tu, sábio Kublai,
que nunca se deve confundir a cidade com o discurso que a
descreve. No entanto, há uma relação entre ambos”.

Ítalo Calvino

Com essa epígrafe, Antonio Candido abre seu livro *O discurso e a cidade* (2010 [1993]). Ela arma metodologicamente o problema ao qual o crítico brasileiro se dedicou a partir do momento em que começou a trilhar um caminho das ciências sociais à teoria e crítica literária: existe a sociedade e existem formas de se falar sobre ela, dentre as quais a literatura; e há uma correlação entre essas formas. Nesse sentido, a tarefa do *crítico*, para Candido, é encontrar as mediações entre a realidade do mundo e do ser e

as narrativas ficcionais, e, tal como o sábio, não confundir a realidade social com a exposição estética da realidade nas obras literárias.

Não são todos os críticos das obras de arte em geral, e das obras literárias em particular, que têm a ambição de perceber como o recado do escritor ou do artista é construído “a partir do mundo”, e “gera um mundo novo, cujas leis fazem sentir melhor a realidade originária” (CANDIDO, 2010, p.9). Há tradições na crítica literária que estudam o texto apenas tomando a linguagem e a estrutura narrativa como focos de análise, a partir das quais podem ser desdobrados os estilos dos autores e das escolas literárias.² A proposta de Candido, a contrapelo, é fazer uma “crítica integradora”, por intermédio da qual se reivindique a autonomia dos textos literários, mas também na qual “a natureza, a sociedade e o ser” se façam presentes, já que os leitores e os públicos, no mais das vezes, têm a impressão de estar em contato “com realidades vitais”, de estar participando e aprendendo com o que leem ou veem, como se estivessem envolvidos nos problemas figurados pelas obras (CANDIDO, 2010).

A questão enunciada e trabalhada por Antonio Candido é uma inspiração teórico-metodológica para este trabalho, pois, assim como existe a literatura e a sociedade, também existe a crítica (literária, cultural, estética) e a sociologia, e para alguns críticos há uma *imbricada* relação entre elas. Entre os críticos que problematizam as mediações entre literatura e sociedade, combinando a crítica e a sociologia como pontos de vista, encontram-se, além de Antonio Candido – que é um dos principais formuladores dessa relação no pensamento latino-americano ao lado do uruguaio Ángel Rama, do peruano Antonio Cornejo Polar, dos argentinos Adolfo Prieto e David Viñas etc. –, o crítico brasileiro Roberto Schwarz e a crítica argentina Beatriz Sarlo.

Articulando literatura e sociedade, estética e política, Schwarz e Sarlo, que são mais ou menos “herdeiros” dessa geração de críticos, procuraram elaborar uma análise histórica do presente, tensionando com questões do nosso tempo os nexos de sentido entre processo social, vida intelectual e “condição periférica”. Considerando a relevância teórica de seus ensaios

² Trata-se, em particular, das leituras formalistas e algumas linhas dos estruturalistas (muito presentes no momento em que Antonio Candido escreve entre 1960 e 1980), que propõem a exegese de textos literários, apostando, como observa Said (1983), em uma “sacralidade do texto”.

para os estudos literários e para as ciências sociais, que se desdobram em importantes reflexões acerca da modernidade e do capitalismo vistos de uma de suas periferias, o artigo acompanha algumas aproximações e finas diferenças no percurso formativo que trilharam e em algumas análises que desenvolveram ao longo das últimas décadas.

Busca-se, em particular, acompanhar os itinerários intelectuais do crítico brasileiro e da crítica argentina, mapeando suas formações acadêmicas, as influências teóricas e metodológicas a partir das quais formulam seus temas e problemas de pesquisa, e o contexto histórico-social no qual se inseriram. Por meio desse primeiro movimento analítico – que leva em consideração a complexa e imbricada relação entre as trajetórias intelectuais e os processos sociais mais amplos nos quais as ideias são formuladas (cf. BASTOS; BOTELHO, 2010) –, procura-se perceber como transitam entre a crítica e a sociologia e desenham projetos críticos versáteis para sentir, pensar e atuar em seus respectivos países.

Em seguida, visa-se recuperar trabalhos de Schwarz e Sarlo sobre os escritores mais estudados por ambos, Machado de Assis e Jorge Luis Borges, respectivamente. O objetivo desse segundo movimento analítico, tensionando passado e presente, é observar como a problemática da “periferia”, nas linhas propostas por João Marcelo Maia (2009, 2011), continua desafiando nossa imaginação sociológica e vai assumindo diferentes sentidos nas obras de artistas, escritores e intelectuais – adquirindo contornos heterogêneos, complexos, por vezes ousados e originais.³

³ É importante notar, de início, que a ideia de “periferia” é *rotinizada* no final dos anos de 1940, a partir dos estudos da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Com a ideia, procurava-se explicar uma relação econômica e política desigual entre os países “centrais”, no qual o sistema capitalista se originou e estaria mais desenvolvido; e os países “periféricos”, cujo progresso técnico era limitado aos setores a partir dos quais se produziam matérias-primas para o centro, configurando um capitalismo “mais tardio” (cf. RICUPERO, 2011). Nessa linha, centro e periferia expressam uma relação de interdependência, mas com caráter assimétrico. As ideias de periferia e centro, no entanto, envolvem um conjunto de relações complexas e conflitivas não apenas em termos econômicos, políticos e geográficos, mas também na produção e circulação das ideias e das formas culturais e artísticas (cf. GINZBURG, 1989). Esse recorte será explorado ao longo do artigo, mas por ora vale assinalar que a referência às “experiências periféricas” diz respeito a países como o Brasil e a Argentina, que em algum momento estiveram subordinados à divisão internacional do trabalho (seja econômico, seja intelectual e/ou cultural).

Crítica e sociologia como *pontos de vista*

“O crítico precisa ter a atualidade bem agarrada pelos chifres”.
Walter Benjamin

Os ensaios de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo, de certo modo, estão inseridos em um contexto no qual os trabalhos oriundos de uma linha expressiva da crítica literária, no Brasil e na Argentina, dialogavam com temas de pesquisa das ciências sociais praticadas nesses países, em que se pese, particularmente, os problemas de formação cultural e da modernização das sociedades (cf. JACKSON; BLANCO, 2014). Os dois críticos, de maneiras diferentes e quase inversas, transitaram entre os caminhos da crítica (literária e cultural) e da sociologia – tanto em suas formações acadêmicas quanto em suas preocupações teóricas e temáticas.

A trajetória acadêmica do crítico brasileiro, por exemplo, insere-se no campo intelectual das ciências sociais e, em seguida, no dos estudos literários. Nascido em 1938, na Áustria, apenas com alguns meses de idade imigrou ao Brasil com seus pais, intelectuais de esquerda e judeus, que fugiam do nazismo. Embora tenha vivido na infância e na adolescência imerso na linguagem e na cultura alemãs, foi superando a tensão dividida entre os dois idiomas e as duas culturas que escolheu investigar as peculiaridades e as fontes das contradições da sociabilidade brasileira.

Schwarz entrou em 1957 para o curso de Ciências Sociais na Universidade de São Paulo (USP), quando as discussões sobre o país estavam na ordem do dia. Na ocasião, o crítico participou como aluno do “Seminário de Marx”, iniciativa de um grupo de jovens professores que se reuniram entre o final da década de 1950 e início de 1960 para ler *O Capital* de Karl Marx, e aos poucos desenvolveram modos de interpretar os sentidos do atraso e do progresso no Brasil (SCHWARZ, 1999).⁴

Além da experiência no seminário para estudar um autor pouco ensinado nas salas de aula das universidades brasileiras, as discussões que tiveram influência em sua formação foram os debates travados com Antonio

⁴ Os jovens professores da empreitada foram José Arthur Gianotti, da Filosofia; Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni, das Ciências Sociais; Paul Singer, da Economia; Fernando Antonio Novais, da História, entre outros; e os alunos mais assíduos nas reuniões do grupo eram, além de Schwarz, Michael Löwy, Bento Prado Jr. e Francisco Weffort. Sobre o tema, ver: SCHWARZ, 1999.

Candido. Schwarz conheceu o professor em 1958, no último ano em que ele ministrou aulas como assistente de Fernando Azevedo na Cadeira de Sociologia II. No ano seguinte, em 1959, Candido aceitou o convite para lecionar literatura brasileira na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis, no interior do estado de São Paulo, passando oficialmente das ciências sociais à crítica literária. O jovem aluno, mirando-se em seu exemplo, foi fazer uma visita ao professor para pedir conselhos, “pois gostava mesmo era de literatura” (SCHWARZ, 2012b, p.284).

Desiludido com os rumos que as ciências sociais tomavam na Universidade de São Paulo, cuja linha principal estava afinada com pesquisas quantitativas, com os levantamentos de dados e as tabulações,⁵ Schwarz mirava olhava com admiração para o grupo paulista que fizera parte da revista *Clima* (1941-1944), muitos dos quais seus professores, já que os jovens estudantes em torno desse grupo, como recorda Heloísa Pontes (1998), experimentaram as artes, a cultura e a realidade brasileira conjugando um ensaísmo crítico com questões a altura do rigor universitário da época. Enveredando para os caminhos dos estudos literários, Schwarz começou a colaborar, ainda durante a graduação, com o Suplemento Literário do jornal *Última Hora*, e posteriormente, a convite de Antonio Candido, com o Suplemento Literário d’ *O Estado de São Paulo*.

Como para ensinar em Letras era necessário um título apropriado, Candido aconselhou que Schwarz fizesse um mestrado em literatura no exterior. Assim, entre os anos de 1961 e 1963, Schwarz se pós-graduou em Literatura Comparada na Universidade de Yale, e no retorno ao Brasil em maio de 1963, tornou-se assistente de Antonio Candido na cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP, inaugurada sob a coordenação do professor em 1961. A rotina desse curso, como conta Davi Arrigucci Jr., também assistente de Candido, tinha como objetivo pensar as imbricações entre literatura e sociedade, e misturava uma “parte teórica” sobre a natureza e a função da literatura, e outra “prática”, com a análise de importantes textos literários. Na parte teórica havia introdução aos estudos literários, e eram discutidos textos de Georg Lukács, Walter Benjamin, Theodor Adorno, Erich Auerbach, autores do *New Criticism*, autores ligados

⁵ Naquele momento, no final de 1950, os trabalhos eram orientados pela perspectiva de Florestan Fernandes e impulsionavam a pesquisa empírica e monográfica, de modo a se contrapor com o ensaísmo das décadas anteriores e estabelecer um padrão “mais científico” para as ciências sociais (cf. JACKSON, BLANCO, 2014).

à escola estilística, os formalistas russos e norte-americanos, estudos de literatura e psicanálise, entre outros. Na parte prática, por sua vez, eram lidos os principais autores da literatura mundial como Edgar Allan Poe, Henry James, Gustave Flaubert, James Joyce etc.; e da literatura brasileira, em particular, Machado de Assis, Mário de Andrade, Graciliano Ramos, Guimarães Rosa e Clarice Lispector.

Entre 1964 e 1968, Schwarz foi assistente de seu “mestre-Açu Acê” e ministrou aulas nessa Cadeira, além de ter participado ativamente da vida intelectual brasileira (assistindo peças de teatro, filmes e participando de passeatas). Também animou uma nova versão do “Seminário de Marx”, com jovens alunos e colegas. Entretanto, no final de 1968, Schwarz pediu um afastamento de suas atividades na universidade em decorrência da repressão da ditadura militar brasileira aos intelectuais de esquerda. O afastamento pedido por Schwarz, que culminou em sua demissão em 1972, ocorreu por sua militância de resistência à ditadura, em particular porque era membro do comitê da revista *Teoria e Prática*, que começou a ser elaborada em 1967 na USP, mas foi encerrada pela censura antes de seu quarto número, em meados de 1968.

Nessa revista, que procurava criar um espaço crítico que diminuía na imprensa, Schwarz escreveu, tanto em seu nome como no pseudônimo de Bertha Dunkel, textos ligados à literatura e ao marxismo, traduziu o texto sobre sociologia da música de Adorno e procurava intelectuais e artistas para colaborar na revista. Em uma dessas procuras, em visitas ao Rio de Janeiro, Schwarz entrou em contato com poetas cariocas que produziam uma poesia de enfrentamento – que ficaria conhecida como “poesia marginal” ou “Geração do Mimeógrafo” – dentre os principais, Francisco Alvim, Antônio Carlos de Brito (Cacaso) e Ricardo de Carvalho Duarte (Chacal).⁶ Com uma

⁶ Informação concedida à pesquisadora em conversa com Roberto Schwarz em 08/12/2016. A aproximação do crítico com esses poetas não é aleatória, já que ele também escrevia poesias de resistência e contracultura, que foram publicadas, por intermédio de Chacal, em *Corações Veteranos* (1975) e na antologia *26 poetas hoje* (1976), organizado por Heloísa Buarque de Hollanda. O conjunto dessas poesias acaba colocando o crítico como uma espécie de “poeta marginal honorário”. Em 1959 Schwarz já havia publicado algumas poesias, compiladas em *Pássaro na Gaveta* (1959). Além das poesias, destaca-se também, em sua produção literária, a dramaturgia *A lata de lixo da história* (2014 [1977]), escrita quando Schwarz era perseguido pela ditadura e se refugiava na casa de amigos na passagem de 1968 para 1969. Inspirado em Bertolt Brecht, em Nicolau Maquiavel e nos personagens d’ *O Alienista* de Machado de Assis, Schwarz procura figurar em sua peça os “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira, mostrando que o passado brasileiro de desmandos autoritários teimava em não passar (cf. SCHWARZ, 2014).

participação ativa na revista, a polícia passou a procurar Schwarz. Para não ser preso, começou a se esconder na casa de amigos por alguns meses, e em seguida, no início de 1969, decidiu deixar o país rumo à França.

Em sua estadia em Paris, conviveu com colegas e intelectuais exilados, com os quais fez contatos para conseguir trabalhos temporários. Entre 1970 e 1973 ficou encarregado do curso de Literatura Brasileira na Universidade de Paris VIII, e a partir de 1973 realizou seu doutoramento em Estudos Latino-Americanos, defendendo sua tese “Forma literária e processo social nas origens do romance brasileiro” em 1976 – publicada no ano seguinte no Brasil com o título *Ao vencedor as batatas*.

No retorno ao Brasil em 1978, Schwarz foi contratado como professor de Teoria Literária no Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), por intermédio de Antonio Candido, então coordenador do Instituto, onde permaneceu até sua aposentadoria em 1992. Como professor, durante a década de 1980, fez parte da comissão brasileira que organizou reuniões no país e no exterior em torno da “Historia de la literatura latinoamericana”. De modo paralelo às atividades acadêmicas, Schwarz integrou o comitê da revista *Novos Estudos Cebrap* (1981 -), que surgiu com o objetivo de intervir no espaço público no contexto da redemocratização brasileira. Schwarz firmou, inclusive, o primeiro editorial da revista no ano de 1981, intitulado “Amor sem uso”, em que finaliza com a frase “a situação é péssima, excelente para fazer uma revista”.⁷

A trajetória acadêmica de Beatriz Ercilia Sarlo Sabajanes, por sua vez, é dedicada aos estudos literários, mas há uma aproximação com a “sociologia” no decorrer de sua formação. Nascida em 1942, em Buenos Aires, Sarlo é descendente de famílias de imigrantes de diferentes origens. Do lado materno, de italianos e espanhóis, que tiveram alguma ascensão social, principalmente por meio da educação; e do lado paterno, de “criollos antigos”. Na infância e na adolescência aprendeu francês e estudou em um colégio inglês de excelência, marcado por padrões pedagógicos que não eram comuns na Argentina (cf. SARLO, 2009).

Anos mais tarde, no início da década de 1960, ingressou na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires (UBA), no curso de

⁷ Após a aposentadoria, Schwarz continuou presente no debate público, seja na universidade, participando de encontros e proferindo conferências, seja fora dela, escrevendo para jornais e debatendo temas ligados à cultura e à política brasileiras.

Filosofia, mas, como percebeu que seus interesses se voltavam aos assuntos literários, abandonou a Filosofia e passou para o curso de Letras. Durante os anos na faculdade, em um momento de grande efervescência intelectual, cultural e política na universidade e fora dela, Sarlo estabeleceu contato com Jaime Rest – professor adjunto da Cadeira de Literatura Inglesa, cujo titular era Jorge Luis Borges – que debatia obras de críticos culturais, como Raymond Williams e Richard Hoggart. No entanto, segundo a crítica, não foi nas “salas de aula” que ocorreu sua “formação”: antes, teriam sido decisivas a sociabilidade nos entornos da faculdade, com os “intelectuais-livreiros” franceses, os grupos de estudos de estruturalismo e da obra de Roland Barthes, a convivência em museus e em institutos de teatro e de artes, bem como com os colegas que tinham alguma militância política no peronismo de esquerda (SARLO, 2009).

No último ano de graduação, em 1966, com as dificuldades de se inserir profissionalmente, Sarlo desenvolveu atividades junto ao grupo Editorial Universitário de Buenos Aires (Eudeba), que, contudo, sofreu intervenção do Golpe de Estado de 1966. Dirigido por Boris Spivacow, as atividades desenvolvidas pelo grupo migraram alguns meses depois para Centro Editor de América Latina (CEAL), que foi criado pelo antigo diretor da Eudeba com o objetivo militante de organizar coleções de livros (de artes, de literatura e teatro, de história, de política, de economia, de ciências sociais, de humanidades etc.) com preços acessíveis às camadas populares.

Após obter seu título de graduação com um trabalho inicial sobre Juan María Gutiérrez e a crítica literária na Argentina, a trajetória de Sarlo é marcada pelo intenso debate cultural e político argentino, mas às margens da universidade, que sofria com a censura e intervenção da ditadura militar.⁸ Durante a década 1970, além do trabalho na preparação de coleções de literatura, crítica literária e ensaios sociológicos para o CEAL, Sarlo atuou em revistas literárias e culturais argentinas que construía espaços de notável fermentação intelectual.

No período de 1972 a 1976, Sarlo fez parte oficialmente da revista *Los Libros*, trabalhando na preparação de resenhas de livros dedicados à crítica

⁸ Quando se inicia a ditadura militar em 1966, o governo sancionou uma lei que permite a intervenção direta nas universidades, proibindo atividades políticas e reprimindo atividades suspeitas. Muitos professores e pesquisadores (mais ou menos de esquerda) renunciaram aos seus cargos, e alguns precisaram, inclusive, recorrer ao exílio. Nesse contexto, as atividades de pesquisas ficam restritas a poucos grupos nas universidades e principalmente fora delas, “em circuitos privados”, como editoriais e revistas.

literária e ao pensamento social argentino. A revista, que começou a ser publicada em 1969 sob a direção de Héctor Schmucler, é uma das principais responsáveis pela introdução do estruturalismo e do *New Criticism* na Argentina, e teve como objetivo apresentar as novidades do mundo editorial, fosse ele argentino, latino-americano ou europeu. Em seus primeiros números, a revista se dedicou apenas às resenhas de livros publicados no mercado editorial argentino, mas, segundo Carlos Altamirano (2017), com a politização da sociedade argentina no início de 1970, as páginas de *Los Libros* começaram a registrar ensaios sobre os acontecimentos políticos, acentuando um vínculo entre crítica, estética e política (cuja inspiração passava a ser diversa, com a incorporação, por exemplo, do marxismo, da semiologia e da psicanálise etc.)

Em 1973, Sarlo, juntamente com Ricardo Piglia e Carlos Altamirano, assumiu a direção da revista, em seu vigésimo-nono número. Nesse momento *Los Libros* deixa de ser uma revista voltada apenas a resenhas e crítica de livros para se “politizar em uma linha de esquerda revolucionária” identificada com o marxismo, e mais especificamente, com o maoísmo (cf. ESPOSITO, 2015). Entre 1973 e 1976, houve um pequeno intervalo entre as ditaduras militares argentinas, mas no decorrer do ano de 1976, a sociedade e a própria revista se tornaram cada vez mais polarizadas. Diante de rachas internas, Sarlo, Piglia e Altamirano deixaram a revista. Eles saíram pouco antes do novo Golpe de Estado de 1976, que depôs o peronismo, e acabaram, segundo Altamirano (2017), “se salvando de uma forte repressão”, uma vez que os militares entraram no escritório onde a revista era editada e “colocaram pressão” naqueles que permaneceram por lá

A experiência adquirida no comitê editorial de *Los Libros* foi fundamental para o projeto coletivo que se inicia em 1978 em torno da revista *Punto de Vista*. Com o encerramento de *Los Libros*, Beatriz Sarlo, Carlos Altamirano, Ricardo Piglia e outros intelectuais de esquerda, formaram um grupo de estudos informal sobre a literatura produzida na Argentina, que ficou conhecido como “El Salón Literario”. Eles tinham, de acordo com Altamirano (2017), tanto um impulso militante quanto a ideia de juntar os colegas contrários à ditadura e retomar a atividade intelectual que estava paralisada. Após pouco mais de um ano nesse grupo de estudos de poesia e literatura, surgiu a ideia de organizar uma revista, e receberam o apoio da organização de esquerda “Vanguardia Comunista”, que ajudou o financiamento e distribuição dos três primeiros números.

Foi assim que *Punto de Vista* surgiu de modo marginal em março de

1978, com a aposta de permanecer fiel às responsabilidades sociais dos intelectuais, divulgando questões da história literária e intelectual argentina, promovendo debates culturais, bem como servindo de espaço para a atualização dos novos métodos críticos e teorias sociais que surgiam. Como a sociedade argentina ainda era controlada pelo Estado autoritário, que impunha restrições aos intelectuais de esquerda, nos primeiros números da revista os ensaios muitas vezes não apresentam os nomes de seus autores, ou os textos são assinados por pseudônimos. Apenas no décimo-segundo número, em 1981, o grupo de intelectuais que dirigia a revista é oficialmente apresentado, dentre os quais Maria Teresa Gramuglio, Carlos Altamirano, Hugo Vezzetti, Ricardo Piglia e Beatriz Sarlo – diretora da revista de seu início até o encerramento em 2008.

O editorial que apresenta o grupo defende a liberdade do pensamento crítico e a ampla circulação de ideias na Argentina, elementos que caracterizam os primeiros números da revista durante o regime militar. Esses primeiros números colocaram em circulação diversos materiais, tais como: análises de autores-chaves para a literatura e a historiografia argentina; resenhas de obras literárias que estavam sendo lançadas (ou traduzidas); observações sobre teorias sociais contemporâneas, notadamente trabalhos de Pierre Bourdieu; comentários sobre filmes (nacionais ou estrangeiros); entrevistas com importantes intelectuais latino-americanos (como Antonio Candido, Ángel Rama e Antonio Cornejo Polar) ou ingleses (como Raymond Williams e Richard Hoggart); textos que debatiam o vínculo entre prática intelectual e política; reflexões acerca da cultura popular e da cultura de esquerda (e suas relações com as variações do peronismo) etc.⁹ Ao trazer novidades para a cena intelectual argentina, a revista foi se firmando, na perspectiva de Sarlo (2017), como um novo “campo intelectual”.¹⁰

⁹ Vale notar que os primeiros números da revista podem ser compreendidos do ano de 1978 até 1983, quando se abre um novo momento da revista, com a incorporação de intelectuais que retornavam do exílio.

¹⁰ Em conversa com Sarlo (2017), ela argumentou que no processo de redemocratização da sociedade argentina, entre 1983 e 1984, o suplemento “Cultura y Nación”, do jornal *Clarín*, utilizou a ideia de novo “campo intelectual” argentino para se referir à revista. A expressão, cuja referência se encontra na obra de Pierre Bourdieu, foi considerada uma vitória entre os integrantes de *Punto de Vista*, uma vez que eles foram responsáveis por colocar em circulação traduções da obra do sociólogo francês. Os integrantes da revista se orgulhavam e acreditavam dar um passo adiante em relação à geração da revista *Contorno* (1953-1959), composta principalmente pelos críticos David Vinãs e Adolfo Prieto, considerada a maior referência entre eles para pensar a cultura e a literatura argentinas.

Além de se configurar como espaço para a atuação intelectual e divulgar teorias que pouco circulavam para um público mais amplo, as experiências adquiridas nos grupos editoriais e nas revistas, em particular em *Punto de Vista*, serviram para Sarlo e para seus colegas como uma forma de pós-graduação (SARLO, 2009), devido a um projeto de estudo sistemático acerca dos modos de se falar sobre literatura e sociedade / cultura e política e, mais especificamente, sobre os desafios de pensar a formação da literatura argentina. Foi nesse período que revisaram leituras em torno da crítica literária e cultural de inspiração marxista (como Jean-Paul Sartre, Antonio Gramsci, Georg Lukács, Theodor Adorno, Raymond Williams), e traduziram nomes como do sociólogo francês Pierre Bourdieu.

Com a redemocratização da sociedade argentina, e concomitantemente a atuação em *Punto de Vista* e no Centro Editor, Sarlo foi convidada a concursar à Cátedra de Literatura Argentina II, no curso de Letras da Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Quando ingressou na universidade como professora, em 1984, a crítica tinha um currículo qualificado por ela de “particular”, uma vez que saiu da universidade em 1966 e realizou uma trajetória em circuitos que não eram caracterizados pelas especialidades acadêmicas (SARLO, 2017). A partir daquele momento passava a dirigir teses de doutorado sem ter feito uma tese, e dava aulas com a experiência adquirida em cursos clandestinos que ela e seus colegas de *Punto de Vista* organizaram durante a ditadura.¹¹

Na UBA, Sarlo ensinou literatura argentina inspirando-se nas leituras realizadas nos “circuitos alternativos” dos quais fez parte, fazendo com que tais leituras ganhassem um “canal institucionalizado” (SARLO, 2017). Além dos formalistas russos e dos estruturalistas (notadamente Roland Barthes) que eram seus objetos de formação na época da graduação, entre os autores que figuravam entre suas sugestões de leituras estavam Walter Benjamin, Raymond Williams, Pierre Bourdieu, Antonio Candido, Jean-Paul Sartre, Antonio Gramsci etc. Os autores argentinos estudados vão de Domingo Faustino Sarmiento aos clássicos do século XX, como Ezequiel Martínez Estrada, Victoria Ocampo, Jorge Luis Borges, Roberto Arlt, Julio

¹¹ Os resultados mais sistematizados de seu primeiro projeto de pesquisa individual se encontram no livro *El império de los sentimientos* (2011 [1985]), amparado com bolsa de pesquisa em Nova York, entre 1982 e 1983. Esse livro, segundo Sarlo (2017), a qualificou para assumir a Cátedra de Literatura Argentina na Universidade de Buenos Aires e foi apresentada como uma espécie de tese de doutoramento.

Cortázar, Juan José Saer etc.¹²

Acompanhando alguns momentos-chave das trajetórias de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo, nota-se que, filhos de imigrantes, ambos tiveram uma formação diferenciada na infância e na adolescência, que os permitiu pensar seus países com um duplo olhar: de dentro da experiência brasileira e argentina, com um olhar para fora, incorporando a tradição cultural europeia. Também chama atenção o caminho *quase inverso* que trilharam. Enquanto Schwarz teve uma *formação acadêmica formal* e sua trajetória intelectual esteve ligada à universidade, perfazendo um caminho das ciências sociais à crítica literária; Sarlo, com uma formação em Letras e “mais irregular” em circuitos intelectuais alternativos, foi se aproximando do ponto de vista sociológico em *leituras informais e coletivas* para aprofundar os diálogos entre a produção das ideias, sua circulação e os processos sociais mais amplos.¹³

Em que se pese as diferenças entre os caminhos que os críticos trilharam e os contextos periféricos nos quais estão inseridos, ambos vão construindo, cada qual com um conjunto de inspirações teóricas, modos de se falar sobre a sociedade a partir da literatura (ou outros objetos de cultura). A noção de *crítica* com a qual trabalham em seus ensaios, livros e notas de intervenção em jornais e revistas, lembra a proposta de Walter Benjamin (1999), para o qual, mais do que interpretação, a crítica reconstrói e, se necessário,

¹² Desde sua aposentadoria na UBA em 2003, Sarlo tem participado de encontros e seminários em diversos países para falar sobre cultura e política na Argentina e na América Latina. Além disso, tornou-se figura constante nos periódicos e nos programas de televisão para debater problemas contemporâneos (notadamente questões políticas de seu país).

¹³ Nesse ponto é interessante notar um dado de pesquisa curioso. Vinda da área de Letras, nas grandes livrarias de Buenos Aires (quando há corredores de livros dedicados à crítica literária e aos chamados “ensayos argentinos”), os escritos de Beatriz Sarlo muitas vezes figuram entre as prateleiras da sociologia. Mesmo porque, a aproximação de Sarlo com temas caros a sociologia a leva para o campo da cultura, não se centrando apenas na análise literária, mas também nas formas em que a cultura vai se manifestando na sociedade argentina em movimento. Essa é uma característica de livros como *El imperio de los sentimientos* (2011 [1985]), *Modernidade Periférica* (2010 [1988]), *La imaginación técnica* (1992), *Encenas de la vida posmoderna* (1994), *La máquina cultural* (1998), *Tiempo Presente* (2001), *Tiempo Pasado* (2005), entre outros. A análise da cultura, pensada em termos mais amplos, também aparece na obra de Roberto Schwarz, que ora se dedica a olhar a arquitetura, ora o teatro ou o cinema, em ensaios que compõem os livros *O pai de família e outros estudos* (2008a [1978]), *Que horas são?* (2012c [1987]), *Seqüências Brasileiras* (1999) e *Martinha versus Lucrecia* (2012). No caso do crítico brasileiro, contudo, a interpretação social via literatura, e especialmente a partir e por meio da obra machadiana, ganha centralidade.

complementa as obras analisadas. Apesar dessa afinidade eletiva, como se sabe, entre os diferentes críticos (e distintas tradições intelectuais) que se propõem a ler literatura e sociedade uma na outra, os encaminhamentos teórico-metodológicos possuem finas diferenças. Isso ocorre também entre Schwarz e Sarlo, sendo o primeiro mais próximo de um projeto crítico de inspiração marxista, e não por acaso seu ensaísmo é qualificado como “dialético”; enquanto a segunda mais próxima aos chamados Estudos Culturais, e tendo notas classificadas como ensaísmo “sociológico” ou “cultural”. Para qualificar mais atentamente esse ponto, vale chamar atenção para as principais inspirações mobilizadas nos trabalhos de ambos e os pontos de partida metodológicos a partir dos quais constroem seus ensaios.

No caso do crítico brasileiro, perquirindo as pistas deixadas tanto em seu Memorial (1986) como no prefácio de *Um mestre na periferia do capitalismo* (2012d [1990]), observa-se três principais linhas de inspiração para suas reflexões literárias: (i) os pontos de vista sobre a experiência do romance na literatura brasileira desenvolvidos por Antonio Candido; (ii) a interpretação histórico-sociológica das formas praticada pela “tradição contraditória” formada por Lukács, Adorno, Benjamin e Brecht; e (iii) as explicações históricas feitas por Erich Auerbach a partir dos textos literários.

Do ponto de vista teórico-metodológico, o crítico é claro quando ao seu alicerce: o estudo social das formas literárias. A partir da ideia de “forma”, mobilizada tanto por seu professor Antonio Candido quanto pela tradição “contraditória”, Schwarz (2012c, p.141) anuncia a tarefa do crítico como “a capacidade de construir o processo social em teoria”, mediante uma análise dialética das formas literárias e do processo social, uma vez que “antes de intuída e objetivada pelo romancista, a forma que o crítico estuda foi produzida pelo processo social, mesmo que ninguém saiba dela”. Assim, o crítico precisa descobrir (isto é, pressentir e depois explicar), na constelação de temas e de problemas figurados nos romances, aqueles que são os mais significativos do processo histórico, ou seja, *as formas* que contêm as mediações (estéticas e sociais) a partir das quais é possível sentir a “totalidade” da vida social. Para desvendar o processo social figurado nas obras literárias, o crítico se inspira em análises desenvolvidas por integrantes do “Seminário de Marx” e por outros trabalhos realizados na Universidade de São Paulo que procuravam entender o “atraso” do país como parte da atualidade do capitalismo mundial (cf. RICUPERO, 2013; TRESOLDI, 2017).

No que se refere aos trabalhos de Sarlo, por outro lado, suas inspirações teóricas e metodológicas para a análise da literatura (e de modo mais amplo da cultura) são, por assim dizer, mais “diversificadas”. A crítica argentina salienta no prefácio de *Modernidade Periférica* (1988) a importância decisiva que os ensaios de Roland Barthes, Raymond Williams e Walter Benjamin têm na construção de suas notas sobre literatura, cultura e política. Com o sugestivo título *Plan de operaciones* (2013), Sarlo reúne no livro um conjunto de ensaios em que aponta alguns pensadores (e algumas ideias e conceitos) que servem como um “baixo contínuo” em seus escritos – os quais, mesmo que não sejam citados, sustentam seus argumentos – dentre os quais, novamente Barthes e Benjamin, mas também Jorge Luis Borges, Susan Sontag, Pierre Bourdieu e outros autores da órbita da Teoria Crítica, como Adorno. Além desse conjunto de “dívidas intelectuais”, Antonio Candido é uma figura sempre lembrada por ela, bem como as tradições intelectuais argentinas, em particular os críticos David Viñas e Adolfo Prieto, vinculados a revista *Contorno*, que abriu novos caminhos para a intelectualidade de esquerda na Argentina.

A partir e por meio desse vasto conjunto de autores, de temas, conceitos e problemas teórico por eles elaborados, Sarlo olha para o campo intelectual de seu país com vistas a procurar continuidades e descontinuidades entre as tradições. Ao longo de sua trajetória é possível identificar diferentes momentos nos quais ela se questiona sobre modos e possibilidades de se ler a literatura, e sua preocupação se concentra no “caráter social do texto literário”, já que a literatura figura elementos centrais do mundo social. Em linhas gerais, a crítica observa que em um mundo laico, “abandonado por deuses”, não há muitos outros discursos que possam ter rendimento analítico como a literatura, a arte e as matérias da cultura, ou seja, há uma aposta central nas artes e na cultura como vias para construção de projetos para uma reforma progressista da sociedade.¹⁴

¹⁴ As primeiras reflexões de Beatriz Sarlo sobre os modos de se falar sobre literatura foram desenhadas em alguns livros compilados e escritos por ela e Carlos Altamirano entre 1977 e 1983. No Centro Editor de América Latina, eles organizaram *Literatura y Sociedad* (1977) e redigiram *Conceptos de Sociología Literaria* (1980). O primeiro livro é precedido de uma introdução na qual os críticos explicam o que seriam trabalhos produzidos em torno de uma “sociologia da literatura”, e são selecionados textos de Georg Lukács, Lucien Goldmann, Pierre Bourdieu, entre outros, como exemplares na tarefa de problematizar as relações entre literatura, cultura e sociedade. O segundo escrito, por sua vez, é um compêndio dos léxicos importantes

Considerando as diferentes inspirações teóricas de Roberto Schwarz e de Beatriz Sarlo, sugere-se que é a partir e por meio do diálogo com esse conjunto de autores – isto é, a partir de “trocas” (literárias, teóricas e empíricas) –, que ambos desenham seus próprios projetos críticos de investigação social e cultural. Com programas de pesquisa que possuem pontos de contato, mas também suas finas diferenças, interessa notar que se tratam de *ensaístas independentes*, cuja originalidade crítica é olhar para os desafios teóricos e os dilemas empíricos de seus respectivos contextos “periféricos”, procurando construir *um “espaço novo” para a “crítica”*, cujas linhas de força reverberam as tradições estabelecidas.¹⁵ É a partir dessa imaginação crítica que se debruçam sobre o estudo de Machado de Assis e Jorge Luis Borges, escritores-chaves das literaturas brasileira e argentina.

para o estudo nesse campo de trabalho. Além desses pequenos livros, ao redor da revista *Punto de Vista* os críticos desenvolveram projetos autônomos, com “marcas acadêmicas”, e de longa investigação, reunidos mais tarde em *Literatura / Sociedad* (1983) e *Ensayos argentinos: de Sarmiento a la vanguardia* (2016 [1983]). O conjunto destes escritos, embora diferentes entre si, fiam-se na tarefa comum de refletir sobre “o caráter cultural-simbólico do social por meio da literatura”. O primeiro livro expressa, já em seu título, a dívida intelectual com Antonio Candido, de que o tecido das perspectivas sociais é indissociável do ato de elaboração da crítica. No apêndice do livro é incluído um texto do crítico brasileiro como um exemplo de “leituras sociológicas” que Sarlo e Altamirano procuram levar a sério em seus trabalhos de crítica literária. Além do ensaio de Candido, reúnem também textos do uruguaio Ángel Rama e do argentino David Viñas, de modo a estabelecer um circuito de afinidades eletivas para pensar as mediações entre literatura e sociedade no cenário latino-americano. O segundo livro, por sua vez, é composto por um conjunto de ensaios em que os autores pensam o processo literário argentino, as questões da cultura letrada no país e da formação da identidade nacional como tema e como problema no decorrer do século XX.

¹⁵ Toma-se emprestada a ideia de Edward Said (1983), segundo a qual os textos são “mundanos” e as afiliações teóricas fazem parte da “mundaneidade do texto”. Seguindo essa linha, nenhuma geração se constrói de um marco zero e, portanto, os autores e escritores ressoam e reverberam as tradições intelectuais com as quais dialogam. Mas, ao mesmo tempo, um novo olhar crítico para o mundo e para os textos tem a capacidade de construir “algo novo”. Nesses termos, apontar algumas das “trocas” que os críticos “periféricos” estabelecem com outros autores é uma via para observar como se leem e se reinventam no chão latino-americano, quer dizer, brasileiro e argentino, teorias literárias e sociais produzidas a partir de outros contextos. Mesmo porque, o escritor e o intelectual latino-americano, nas linhas propostas por outro crítico brasileiro que dialoga criticamente com Schwarz, está sempre pensando “a partir de uma meditação silenciosa e traiçoeira” das formalizações textuais e da experiência europeia, aderindo-as, recusando-as ou combinando-as, mas criando “algo novo” (cf. SANTIAGO, 2000).

Periféricos por comparação

“Se queres ser universal, começa por pintar a tua aldeia”.

Leon Tolstói

Talvez a aproximação mais instigante que se pode estabelecer entre Roberto Schwarz e Beatriz Sarlo é que ambos se dedicaram ao estudo de dois escritores fundamentais da literatura de seus países. Enquanto Schwarz tem nos *romances* de Machado de Assis, produzidos no final do século XIX no Brasil, seu objeto empírico de estudo, Sarlo se dedica à análise dos *contos* de Jorge Luis Borges, escritos na primeira metade do século XX na Argentina. Esses escritores, centrais na literatura de seus países, ocupam posições diferenciadas, já que Machado é considerado quase uma unanimidade no cânon brasileiro, enquanto Borges desperta “amor e ódio”, “denúncia e fascínio” em seu país, para usar as expressões de Sarlo (2005). De certo modo, os críticos se inserem nos debates e nas polêmicas suscitadas por diferentes leituras sobre os escritores, sejam leituras nacionais ou estrangeiras.

Além disso, é igualmente instigante a ideia de “periferia” aparecer no título dos principais trabalhos de ambos: *Um mestre na periferia do capitalismo* é publicado em 1990 por Roberto Schwarz, como continuidade de *Ao vencedor as batatas*, de 1977; e *Jorge Luis Borges: um escritor na periferia*, é publicado por Sarlo em 1993,¹⁶ a partir de questões colocadas em *Modernidade Periférica*, de 1988 (os grifos são meus). Mais do que um termo no título de seus livros, esse artigo argumenta que as ideias sobre a “periferia” (ou “as periferias”) é um dos fios condutores a partir do qual os críticos investigam seus objetos de estudo. Senão, vejamos.

Nos ensaios *Ao vencedor as batatas* (2012a [1977]) e *Um mestre na periferia do capitalismo* (2012d [1990]), Schwarz parte da impressão de que a ironia ou o humor de Machado de Assis seriam “brasileiros”. Para o crítico, essa não era uma visão corrente nas leituras feitas sobre os romances machadianos, uma vez que o escritor fluminense era considerado “o maior” mas “o menos brasileiro” dos escritores (cf. SCHWARZ, 2008b). Com essa hipótese, no

¹⁶ O livro foi publicado primeiramente em inglês, com o título *Jorge Luis Borges: a writer on the edge*. No mesmo ano foi vertido e revisto pela autora para a edição argentina, sob o título de *Jorge Luis Borges, un escritor en las orillas*. Na tradução do livro ao português foi utilizada a ideia de periferia para não perder o sentido atribuído por Sarlo, e por Borges, em que se articula não apenas o âmbito urbano, mas também o social, o político e o cultural.p. 369.

primeiro livro o crítico analisa o início do romance brasileiro nas obras de José de Alencar e da primeira fase de Machado, e no segundo, demonstra como a forma machadiana se alterou em “uma segunda fase” e o romancista se tornou um dos grandes cânones da literatura brasileira.

Para introduzir o estudo dos primeiros romances brasileiros, Schwarz problematiza qual é a “matéria local” que dá suporte a literatura, o que significa analisar os impasses e os dilemas enfrentados pela sociabilidade brasileira após o processo de Independência (1822). Nessa sociabilidade, no argumento do crítico, combinavam-se as lógicas do ideário liberal europeu – como “a autonomia da pessoa, a universalidade da lei, a cultura desinteressada, a remuneração objetiva, a ética do trabalho etc.” –, com uma sociedade composta por escravos e por homens livres pobres que dependiam do favor da classe proprietária. A combinação de liberalismo, escravidão e relações de clientela, de acordo com Schwarz, produziam uma sensação de aparente contradição da modernidade que tomava forma no país, ou melhor, produziam uma “comédia ideológica”, que nos integrava a “ordem moderna” por uma via de acesso marcada pela desigualdade extenuante, pela exclusão e tendo nos privilégios e no favor “nossa mediação quase universal” (SCHWARZ, 2012a, p.16). É esse o chão histórico que, nas palavras do crítico, Machado de Assis soube ordenar na segunda fase de sua obra.

Os primeiros romances do escritor e de seus predecessores indicam, no entanto, que a “importação do romance” no país, em particular sua via realista, caminhou com dificuldades, já que os “grandes temas” que marcavam a forma do romance europeu, como “o cortejo de sublimes viscondessas, arrivistas fulminantes, ladrões ilustrados, ministros epigramáticos, príncipes imbecis, cientistas visionários”, não combinavam com a “cor local” (SCHWARZ, 2012a, p.37). Um dos exemplos da dificuldade de “aclimatação” dos romances são as obras de José de Alencar, nas quais os núcleos das personagens não convivem no mesmo plano da narrativa, já que ora fazem parte de um universo interessado nos problemas do liberalismo, das ciências, ora fazem parte do mundo da escravidão e das relações de favor.

Os romances machadianos da chamada “primeira fase”, como *Ressurreição* (1872), *A mão e a luva* (1874), *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1878), também trabalham com uma certa “incongruência” entre a forma do romance europeu e a matéria local brasileira, mas, para Schwarz, o arranjo formal já guarda alguma diferença com Alencar, uma vez que eles trazem

na composição a marca da dependência do país e de uma formação social particular, aliados a um deliberado e desagradável conformismo. Se, num primeiro momento, os contos machadianos eram marcados pela ideologia liberal, “ávidos pelas ideias de progresso e de igualdade”, Schwarz observa seus primeiros romances já se alimentam da ideologia antiliberal, de modo que as generalizações libertárias próprias ao individualismo romântico estão à margem dos livros, que retratam algumas das injustiças e dos impasses sociais do país.

O conjunto desses romances, para Schwarz, avança em uma crítica ao paternalismo e as relações sociais construídas pela mediação do favor, mas como assume “o ponto de vista dos dependentes”, corrigindo as injustiças sociais na vida privada, não desnudam a complexidade do caráter arbitrário e violento do paternalismo. A partir do romance *Memórias Póstumas de Brás Cubas* (1880), na leitura que Schwarz desenvolve em *Um mestre*, Machado de Assis provoca uma inversão. Percebendo que as classes proprietárias detinham a “posição forte” na sociedade e expressariam por meio de suas relações a “totalidade da vida social”, Schwarz observa que Machado passa a assumir “o ponto de vista dos de cima”, encarando o arbítrio paternalista não apenas a partir da perspectiva dos dependentes, cuja posição fraca e limitada não os liberta da lógica de clientela, mas formalizando esteticamente o destino que o indivíduo burguês traçava na periferia.

A preocupação de Machado em ser “homem de seu tempo” e “de seu país”, segundo Schwarz (2012d), faz com que o escritor “capte e dramatize” o movimento contraditório que conduz a estrutura do país na forma de um narrador volúvel – que põe o figurino do gentleman moderno, tira-o e volta a colocá-lo –, adotando uma posição “insustentável” de dominação de classe no país, ao mesmo tempo de “aceitação comum”. Trata-se de “narrador voluntariamente inoportuno e sem credibilidade” (SCHWARZ, 2012d, p.19, grifos do autor), que busca chamar a atenção de todas as formas, com artifícios, provocações que se sucedem, tomando a graça e a profanação como afronta – da qual a ideia de “defunto autor” é exemplar. Sendo cínico e irônico em alguns casos, indiscreto ou charlatão em outros, o narrador parece um camaleão que muda de assunto, de opinião, de estilo em cada frase.

A desfaçatez do narrador machadiano, ao combinar formas arcaicas e modernas, desigualdades e privilégios, demonstram, na leitura de Schwarz, que a ligação do Brasil com o “mundo moderno” se dava de maneira pouco civilizada, *aparentemente atrasada*, mas com um atraso ancorado

em ideias, ornamentos e instituições modernas, “o que naturalmente mostrava o progresso por um flanco inesperado” (SCHWARZ, 2012d, p. 37). Afinal, sem querer abrir mão do “Ocidente progressista e culto” (isto é, da norma), as elites brasileiras tampouco queriam abrir mão “da prática do favor e do trabalho escravo” (isto é, da infração), compondo um “quadro de ambivalências” que se faz sentir em todas as esferas da vida social. Percebendo esse quadro de ambivalências, misturando a estrutura romanesca com inspiração em diversos procedimentos – como a forma biográfica, a forma do romance romântico e o naturalismo –, Machado produz, no argumento de Schwarz, sua originalidade *crítica, complexa, dialética e negativa*.

Em relação às interpretações da obra de Jorge Luis Borges, Beatriz Sarlo começou a desenhá-las no livro *Modernidade Periférica* (2010 [1988]). Partindo de uma visão corrente de que Borges pouco (ou nada) teria a ver com a história nacional argentina, a crítica buscará desconstruí-la em *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia* (2008a, [1993]), demonstrando como esse escritor se ocupou dos temas nacionais desde a juventude, já que, ao se intrigar com o progresso vertiginoso e com a decadência de bairros tradicionais de Buenos Aires, formalizou aquela experiência em seus contos e escritos, articulando tais experiências às formas mais consagradas da literatura ocidental.

As primeiras leituras mais sistematizadas de Sarlo sobre Jorge Luis Borges aparecem em *Modernidade Periférica*, livro que busca compreender a modernidade europeia e o que Sarlo qualifica de “diferença rio-platense”. Nesse trabalho, a crítica argentina acompanha a modernização acentuada e acelerada de Buenos Aires entre os anos de 1920 e 1930, e as formas através das quais o Modernismo se manifestou. Na leitura da crítica, essa cidade, que muitos viajantes consideram monótona, é um acontecimento para Borges, e ele procura nomear as “ausências” e os “fantasmas” da cidade que conheceu em sua infância, ou, em outros termos, o escritor procura olhar para as “margens” entre a cidade moderna – inspirada em ornamentos e ideias da modernidade europeia – e a planície dos pampas.

Observando tanto aspectos estéticos presentes nas literaturas produzidas nas primeiras décadas do século XX, quanto a dinâmica da vida intelectual apresentada em revistas de grande circulação nas cidades argentinas, Sarlo indica que a modernidade que toma forma em Buenos Aires está livre dos “constrangimentos nacionais”, o que, em alguma medida, guarda um aspecto positivo. Ocorre, no entanto, que essa modernidade (política

e cultural) é marcada por uma insensibilidade com a problemática local, funcionando como um “universalismo vazio”. Nesse sentido, o conceito de “modernidade periférica” arma o problema de compreender o modo como arcaico e moderno, campo e cidade, nacional e estrangeiro, imbricam-se nos processos de modernização pelos quais a Argentina passou no início do século XX.

As “periferias” analisadas por Sarlo no livro, a real e as simbólicas, permitem construir o argumento de que esses processos de modernização misturavam intensa urbanização – com projetos urbanos de diferentes países europeus e das cidades de Chicago e de Nova York –, alfabetização, crescimento da mídia impressa etc., com contradições de fundo, indicando uma aparente “inadequação das ideias importadas”. Dentre as principais contradições, segundo Sarlo, o Estado e as instituições se deslocam na “direção das margens do crime” ou “socialmente para cima”, na direção do “mundo dos senhores”, que continuam praticando o duelo como “privilegio cultural de classe” (cf. SARLO, 2010). Em outras palavras, a cidade de Buenos Aires, uma grande capital da “periferia” de um capitalismo em expansão, compõe-se de fragmentos copiados da realidade europeia ou norte-americana, nos quais as formas e ideias foram aclimatadas “à força” em um ambiente político, cultural e social distinto do qual foram pensadas.

A consequência desse processo de modernização acentuado, no argumento da crítica, é a formação de uma “cultura de mesclas”, tema que repercute na literatura local de diferentes modos e é amplamente abordado no interior do argumento borgeano, que apresenta resoluções formais para os dilemas que se apresentam em torno do local e do universal, posicionando-se com “astúcia, nas margens, nas dobras, nas zonas obscuras das histórias centrais” (SARLO, 2010, p.92). A biografia de Borges, como narra Sarlo em *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*, é plasmada pelas perguntas: “o que fazer com o fato de ser argentino?”, “como é possível escrever literatura na Argentina?”. Essas questões que alimentam os primeiros escritos, contos e ensaios do autor entre os anos de 1920 e 1930, se fazem sentir na ficção de Borges até seus últimos livros de 1970 e dão “tom nacional” a sua literatura.

Na infância e adolescência, durante a Primeira Guerra Mundial, Borges é educado na Suíça e é formado pelos livros ingleses da biblioteca familiar. Olhando para um passado *criollo*, Sarlo (2008a) argumenta que Borges quer evitar as armadilhas da literatura local, que só produzia uma “literatura particularista”, mas, ao mesmo tempo, não renuncia à densidade cultural de sua nação periférica: formada nas sagas familiares, nas guerras civis, nas

lutas entre índios e brancos. Instalados nas *orillas*, ou seja, entre campo e cidade, nas margens entre a cultura de uma “nação periférica” e a cultura ocidental, entre diferentes gêneros literários, entre diferentes línguas, e se sentido estrangeiro em todos os espaços, a originalidade operada por Borges é armar uma problemática cultural para esse “lugar excêntrico” que é seu país (SARLO, 2008a).

Se as “*orillas*” representam um espaço geográfico entre as planícies e as primeiras casas de Buenos Aires em 1900, ou seja, entre campo e cidade; não deixam de ser também um espaço social, político e cultural ocupado por uma nação nova e “periférica”, na qual vão se imprimindo marcas de distância – mas também de imitação – da cultura europeia. Em outros termos, um espaço permeado por tensões ideológicas, históricas e estéticas. Do mesmo modo que as “*orillas*” são importantes para as formalizações estéticas operadas por Borges, “às margens” / “a periferia” assume uma função heurística na obra de Beatriz Sarlo, aparecendo como tema e como problema: não se referem apenas a um lugar geográfico, elas configuram também um *modo* de olhar para a heterogeneidade que constitui os projetos sociais e políticos da modernidade.¹⁷

Acompanhando os argumentos de Schwarz e de Sarlo, nota-se que Machado e Borges refletem, cada um à sua maneira, ao seu tempo, em seu país e em sua língua, sobre os dilemas e as tensões entre as ideias e formas europeias e a empiria local, de modo que suas obras se tornam materiais para compreender as respectivas sociedades: *periféricas*, em que arcaico e moderno se interpenetram e formam “nossa” modernidade. A possibilidade de interpretar o país a partir de suas obras se deve ao fato de que esses escritores, ao lerem a tradição literária anterior de seus países, cuja característica principal era figurar “a cor local”, procuraram superar as armadilhas criadas por tais tradições, reivindicando a “universalidade das

¹⁷ É possível perceber uma espécie de “duplicidade” sobre a problemática da “periferia” nos escritos de Sarlo aqui recuperados (duplicidade que, vale chamar atenção, não aparece na obra de Roberto Schwarz). Jogando com o tema da composição da população argentina por meio da imigração e da modernização das cidades, Sarlo sinaliza “às margens” / “as *orillas*”, como tema central a ser enfrentado para compreender a formação nacional de seu país. Não obstante, “a periferia” (de um capitalismo em expansão, de modo semelhante ao do crítico brasileiro) aparece também como problema teórico para diferenciar a modernidade europeia daquela que toma forma no “Río de la Plata”, isto é, a periferia também é o espaço em que o moderno e atrasado se combinam de modo necessário. Costa se baseia no artigo de Kramer (1991).

matérias”, sem, entretanto, deixar de olhar para seu tempo histórico e seu país. O que significa, do ponto de vista estético, formalizar tanto a problemática nacional quanto as múltiplas *trocas* do local com outras culturas e suas assimilações (em que se pese especialmente a cultura ocidental, herança de dos processos de colonização). Em termos mais amplos, Machado e Borges, em seus contextos periféricos distintos e em tempos também diferentes, tensionam os dilemas entre o local e o universal, o nacional e o cosmopolita e, por isso, seriam escritores-chaves na “periferia” do capitalismo.

Nesse ponto, considerando que as ideias operam como “forças sociais reflexivas” (cf. BASTOS; BOTELHO, 2010), circunscribe-se como hipótese de leitura que, na análise desenvolvida por Schwarz e Sarlo, a ideia de “periferia”, por um lado, refere-se um *lugar social* – a um só tempo um espaço físico, político e cultural – a partir do qual o escritor brasileiro e o argentino produziram suas obras. Por outro lado, essa ideia assume uma conotação para além do espaço, expressando-se, para os críticos, como um *desafio analítico*. Dito de outro modo e em uma chave de leitura preliminar, sugere-se que a ideia de periferia possui uma dupla dimensão na interpretação social e literária que os críticos fazem das obras de Machado e Borges: é tanto um *espaço social* em que se desenvolveu uma certa forma do capitalismo, resultado de um processo de colonização, como é um *meio* pelo qual se pode compreender a heterogeneidade da experiência da modernidade.¹⁸

De modo mais preciso, na leitura de Schwarz, Machado produziu uma forma literária para explicar as particularidades da experiência brasileira nos Oitocentos, interpretando a sociedade em sua heterogeneidade, dependência, desigualdade e especificidade diante do quadro geral traçado pelo capitalismo. Nessa interpretação, a modernidade no Brasil não alimenta ilusões, “ela só lhe aumenta a miséria, pois, sem elogiar o atraso, desqualifica o progresso de que aquele faz parte” (SCHWARZ,

¹⁸ Toma-se emprestada, de certo modo, a perspectiva levantada por Elide Rugai Bastos (2002), segundo a qual a problematização da periferia como *método de análise* da realidade social é cara ao pensamento tecido pela “escola sociológica paulista”, em particular, por Florestan Fernandes e o grupo de seus assistentes (perspectiva do qual Schwarz é em parte tributário). No argumento da autora, a partir dos anos de 1960 o termo assume uma conotação para além do espaço, tornando-se um desafio metodológico para pensar os sentidos da emancipação (e seus obstáculos estruturais) nas margens do sistema. Utilizando esse aporte teórico-metodológico se “compreende os conflitos sociais em sua heterogeneidade”, levando em conta “a dinâmica arcaico-moderno e pobreza-riqueza”, e considerando que a partir da periferia se verifica os princípios que estruturam o movimento da sociedade (BASTOS, 2002, p. 198).

2012d, p.185-186). Em linha semelhante, Sarlo atenta para o fato de que não há escritor mais argentino do que Borges. Escrevendo em um encontro de caminhos e cruzamentos da tradição ocidental com a tradição rio-platense, ele se interrogou “como ninguém sobre a forma da literatura numa das margens do Ocidente”, fazendo das “*orillas*”, das margens, da periferia, “uma estética” (SARLO, 2008a, p.16). Por isso, sua obra não se instala, segundo a crítica, nem no *criollismo* vanguardista de seus primeiros livros nem na erudição heteráclita de seus contos, falsos contos, ensaios e falsos ensaios. Ao contrário, nos escritos de Borges se encontram a “consciência de mescla” e a nostalgia de uma literatura (europeia) que um latino-americano nunca vive de todo como “natureza original” (SARLO, 2008a).

Nota-se, então, que nas interpretações tecidas pelos críticos, os dilemas e tensões entre local e universal, o “centro” e as “periferias” são explorados a partir da leitura de Machado e de Borges, sendo que o primeiro localiza suas obras no final do século XIX no Brasil, na passagem do Império à República, da escravidão ao trabalho livre; enquanto o segundo escreve em meados do século XX na Argentina, olhando para um processo de imigração, de rápida modernização e urbanização das cidades. Tratam-se de “*contextos periféricos*” analisados em *diferentes tempos*, mas o que interessa assinalar, para fins de comparação, é que Schwarz e Sarlo tomam o capitalismo e a modernidade, respectivamente, como *processo social* (ou seja, como um movimento geral e global), e analisam as tensões, oscilações e ambivalências desse movimento, que nas “periferias” produzem diferentes nexos de sentidos no conjunto da vida social, não apenas no passado, mas no presente das sociedades.

Chama atenção que os debates de Schwarz, em diálogo com seus colegas do “Seminário de Marx”, estão inseridos na tentativa de compreender o processo de reprodução estrutural do sistema capitalista, no qual a ideia de “atraso” é circunscrita aos avanços da sociedade do capital, de modo que o desenvolvimento brasileiro (mas também de outras ex-colônias) só pode ser marcado pela “modernização do atraso”. O que configura, tomando o todo, um “desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo”. Sarlo, por sua vez, situa o debate sobre “modernidade periférica” a partir da perspectiva colocada nos trabalhos de Carl Schorshe (*Viena fin-de-siècle*, 1979) e de Marshall Berman (*Tudo que é sólido desmancha no ar*, 1982), e procura acompanhar o modo como as ideias, as formas e os ornamentos europeus vão sendo aclimatados no cenário rio-platense – observando a construção de uma “cultura de mesclas”, tema que repercute nos chamados “estudos culturais latino-americanos”. Noutras palavras, se no caso estudado pelo

crítico brasileiro busca-se compreender o que ocorre com as ideias liberais quando somadas à escravidão e às relações paternalistas, no caso estudado pela crítica argentina, visa-se compreender como as grandes cidades incorporaram centenas de imigrantes europeus e lidam com o passado “*criollo*”, criando um cenário de metamorfoses, cuja principal característica é a cópia, a imitação, a bricolagem – sem que, obviamente, da “cultura” periférica não se produzam soluções originais.

A partir dessas interpretações de Machado e de Borges, Schwarz e Sarlo dialogam não apenas com o debate no interior da tradição intelectual e da crítica literária de seus respectivos países, mas também com a crítica internacional. Em relação à crítica de seus países, procuram explicar a grandeza do clássico nacional, demonstrando que a composição literária dos escritores se faz por meio da formalização artística de uma certa experiência social. No plano da crítica internacional, tecem críticas às leituras que “universalizaram os autores”, mediante as quais a reputação internacional é estabelecida apenas pela “qualidade estética” de suas obras. Isso porque a “universalização” de certos autores, para Schwarz, faz com que eles apareçam como uma superioridade que foge à regra, e o sucesso internacional vem “de mãos dadas com o desaparecimento da particularidade histórica”, de modo que “o autor entra para o cânon, mas não o seu país, que continua no limbo” (SCHWARZ, 2012b, p.22). No argumento de Sarlo, por seu turno, a reputação mundial de Borges “o purgou-o de nacionalidade”, desconsiderando os autores e os contextos com os quais dialogou e com os quais promoveu suas rupturas literárias.

O problema da “universalização” dos autores, a partir dos pontos de vista traçados de modo tímido por Sarlo e radicalizado na leitura de Schwarz,¹⁹ demonstram que as questões e as dinâmicas que envolvem a consagração de obras e autores, não se prendem apenas a indagações estéticas e disputas no terreno do método de análise da literatura. Ao

¹⁹ É curioso notar que o livro de Sarlo sobre Jorge Luis Borges é resultado de conferências proferidas no exterior. Nas palavras da crítica: “o livro resulta de quatro conferências que dei na Universidade de Cambridge. (...) Ao falar precisamente ali, e em inglês, sobre Borges, tive uma sensação curiosa. No âmbito daquela universidade inglesa, uma argentina falava de um escritor argentino que hoje todos consideram ‘universal’ (...)” (SARLO, 2008a, p.13-14). O trecho inicia o ensaio de Schwarz “Leituras em Competição” (2006), reunido em *Martinha versus Lucrecia* (2012), na qual são discutidas as circunstâncias estéticas – mas também sociais e políticas – a partir das quais um autor como Machado é alçado à posição de cânone na literatura mundial.

contrário, a “consagração” literária (e teórica) também faz parte de “jogos de poder” em que se constroem as interpretações sobre os processos históricos. Nesse sentido, para falar como Schwarz, essas questões “têm uma dimensão política na geografia do mundo contemporâneo”, e uma dessas dimensões é o que o crítico brasileiro chama de “luta inconclusa” da ex-colônia por sua formação moderna, contra o subdesenvolvimento, o atraso, a marginalidade, a exclusão, a desigualdade etc. (CF. SCHWARZ, 2012b).

Ora, o que se coloca em questão por essa chave de leitura é a percepção de que as obras literárias (e culturais) também precisam ser compreendidas em seu contexto histórico, e que a crítica literária e a crítica de arte não são alheias à reflexão social, pelo contrário, são partes substantivas das interpretações. Nesse sentido, a presença de uma “cor local” nas obras de Machado e Borges não é mera ornamentação estilística e deve ser pesquisada em suas múltiplas conexões de sentido. Por isso, para os críticos, falar em “formas universais” (como são classificados os textos de Machado e Borges nas universidades centrais) só faz sentido se essas formas derem conta das matérias locais, ou seja, se retirarem as “matérias locais” de seu confinamento histórico e mostrar a constelação social, política e cultural de problemas que elas formam. Justamente nessa direção, a ideia de “periferia” – que aparece tanto em Schwarz quanto em um dos sentidos atribuídos por Sarlo – passa a ser não apenas uma “condição social”, mas também um desafio teórico e metodológico fundamental para problematizar e interpretar o chão histórico no qual certas obras foram pensadas.

Ao apostar nessas leituras de Machado de Assis e Jorge Luis Borges, sugere-se que na interpretação tecida pelos críticos se valoriza a periferia como um *lugar* indispensável (embora não exclusivo ou preferencial) para compreender o movimento geral da sociedade contemporânea. Se o cientista social e crítico literário brasileiro aposta na “viagem das ideias” e busca problematizar o descompasso entre as ideias produzidas no centro do capitalismo com a empiria do processo social periférico; a crítica argentina constrói – com finas diferenças e respeitando o primado de seu objeto – uma certa *leitura em paralelo*, na medida em que se utiliza da ideia de “modernidade periférica” como categoria analítica que permite delinear as tensões e os conflitos inevitáveis entre as diferentes culturas e sociedades. Nesses termos, assim como Machado e Borges não reduzem localismo e universalismo a essências particulares, Schwarz e Sarlo pensam e problematizam teoricamente o moderno e a periferia, ambos articulados

a partir e por meio de suas diferenças e desigualdades – que desnudam as contradições sociais, culturais, políticas e econômicas do desenvolvimento capitalista.

Pensando a periferia nesses termos, além de reconhecer que o lugar de onde se fala não é neutro e que existem diferentes respostas do que é ser periférico, há um duplo efeito para as ideias. Por um lado, é possível avançar na crítica ao universal como categoria, demonstrando (uma vez mais) que o moderno não tem um conteúdo fixo e ele também “está aqui” – como chama atenção Richard Morse (1988) ao falar sobre o “Novo Mundo”. Por isso, não faz sentido se questionar sobre a “hora histórica do país dependente”, tema tão caro ao pensamento social e político produzido no contexto latino-americano. Dito de outro modo, a potencialidade das ideias colocadas em circulação pelos críticos concorre ativamente para olhar o moderno (e também o periférico) a partir de outro ponto de vista, desnaturalizando a história universal e reconhecendo a complexidade das histórias locais.

Por outro lado, ao se questionar sobre cânones interpretativos a partir da “periferia” (Schwarz) e das margens (Sarlo), esse outro ponto de vista permite enfrentar a problemática do “descentramento da teoria” ou de seu “alargamento”, discussão em voga nas ciências sociais contemporâneas. Sem desconsiderar o hífen que liga historicamente “periferias” e centro, trabalhos como os de Schwarz e de Sarlo, a partir de diferentes prismas, permitem qualificar as assimetrias de poder que perpassam a produção e circulação do conhecimento em escala planetária. Se há novos modelos de relação cultural e intelectual entre os centros e as periferias no contexto da globalização, ainda é necessário perquirir as consequências dos efeitos diversos que as “ideias centrais” podem assumir em diferentes contextos. Diante disso, sugere-se que as formulações do crítico brasileiro e da crítica argentina podem oferecer ferramentas teóricas e metodológicas para interpelar o debate contemporâneo sobre a polarização do conhecimento entre países centrais e periféricos, uma vez que apontam, para usar as ideias de João Marcelo Maia (2009, p. 190), a importância de interpretar a matéria local associada à problemática da modernidade política, isto é, pensar “o moderno e o global de forma descentrada, sem reduzir a periferia a simples receptáculo do centro”.

Em poucas palavras, sugere-se como chave de leitura preliminar que, a partir dos pontos de vista de Schwarz e de Sarlo, temos pistas e indícios de como problematizar as dinâmicas mais gerais do capitalismo e da

modernidade vistas a partir das margens. Assim, a figura programática de Machado de Assis e de Jorge Luis Borges, homens do seu tempo, que pensam os problemas de seus respectivos contextos, é reafirmada por Roberto Schwarz e por Beatriz Sarlo por meio da figura de um *ensaísta crítico*, revelando a atualidade (analítica, teórica e metodológica) que os estudos comparados e produzidos a partir de contextos periféricos podem conferir à teoria social contemporânea.

Considerações Finais

“Um bom mapa vale mil palavras, dizem os cartógrafos,
e eles estão certos: porque ele produz mil palavras:
levanta dúvidas, ideias. Coloca novas questões e nos
força a buscar novas respostas.”

Franco Moretti

A despeito das diferenças entre as formações intelectuais de Schwarz e de Sarlo, é possível pensá-los como ensaístas independentes, que com imaginação crítica – e vinculados a importantes linhagens intelectuais de seus países (e para além deles) – não se circunscrevem às “especialidades” acadêmicas em sentido restrito, sem delas se desfazerem. Mesmo porque, no trabalho de ambos, é possível notar que o lugar da crítica é o presente histórico (construído sempre em relação com o passado, mas não deixando de olhar também para o futuro). Nesse sentido, é sugestivo olhar para a participação de Schwarz e Sarlo nas revistas em que fizeram parte em diferentes momentos de suas trajetórias intelectuais.

O crítico brasileiro fez (e continua fazendo) parte das revistas *Teoria e Prática* (1967-1968) e *Novos Estudos Cebrap* (1981 -), enquanto a crítica argentina foi uma das principais intelectuais ligadas aos projetos das revistas *Los Libros* (principalmente entre 1972 e 1976) e *Punto de Vista* (durante os noventa números em que a publicação foi lançada, entre 1978 e 2008). Em ambos os casos, tratam-se de um conjunto de publicações que procuram encontrar um *lugar para a crítica*, em contextos sociais marcados seja pela repressão aos intelectuais de esquerda (no contexto das ditaduras militares), seja no processo de redemocratização da sociedade a partir dos anos de 1980 (processos que até hoje não foram completados no Brasil e na Argentina).

A interface entre a produção das ideias e os processos sociais é diferente

nos dois contextos periféricos em que os críticos estão imersos, notadamente considerando a dinâmica da vida universitária. Mas há, em ambos os casos, a procura por *espaços críticos* em que se possa ler e discutir sobre temas e questões centrais que respondam, de algum modo, às dinâmicas da vida nacional. Não por acaso, Schwarz (2016) diz que “a crítica era viva na revista: uma atividade estimulante e exigente”, ao se referir à *Teoria e Prática*; enquanto Beatriz Sarlo (2008b) observa que *Punto de Vista* “foi a maior e mais constante influência sobre [sua] vida”, afinal, foi o espaço de diálogo coletivo e de formação de uma geração de críticos.

Recuperando Theodor Adorno, Edward Said (2004), que se sente um intelectual “fora do lugar”, argumenta que a casa própria, depois dos horrores da Segunda Guerra Mundial, tornou-se uma mercadoria descartável, e por isso “o exílio” é uma maneira de fugir do “mundo administrado”. Aqui, nota-se que há diferentes exílios reais e simbólicos para os intelectuais: o exílio do país que sente como seu (no caso de Schwarz, quando precisou deixar o Brasil na ditadura), mas também o exílio da universidade (no caso de Sarlo, que ficou às margens dos circuitos acadêmicos por quase duas décadas), o que estimula diferentes tentativas de se *encontrar um espaço para a crítica*, de se lutar pela prática de uma crítica política da cultura e pensar formas de resistir aos problemas sociais de seus contextos.

Seguindo essa trilha argumentativa, o *ensaio* pode, metaforicamente, ser pensado como um exílio para o crítico brasileiro e para a crítica argentina. Ainda que o ensaio seja uma prática comum entre diferentes vertentes da crítica literária, os sentidos que o ensaio assume nos trabalhos de Schwarz e Sarlo permite tomar como hipótese que, com o ensaio, eles saem do “mundo administrado” e *encontram a sociedade*. Ser ensaísta, no caso de Schwarz, é uma atitude provocadora, na medida em que ele se forma no momento de institucionalização da Sociologia como disciplina específica, e aposta na perspectiva dialética aventada por Adorno (2003), de que escreve ensaisticamente “quem compõe experimentando”, “quem vira e revira o seu objeto, quem o questiona e o apalpa, quem o prova e o submete à reflexão”. Com o ensaio, Schwarz se liga não apenas a essa “tradição contraditória” da crítica literária e cultural marxista, como também ao professor Antonio Candido e aos membros da revista *Clima* (1941-1944). Ser ensaísta, no caso de Sarlo, é se vincular a uma tradição intelectual que procura pensar a “Argentina como problema” – prática ligada aos intelectuais como Adolfo Prieto, David Viñas e outros – e refletir sobre como se formou certa cultura letrada e se começou a produzir imagens sobre o país; sem deixar de lado a

proposta de tomar o ensaio como um modo de ataque e de defesa na prática de uma cultura política, cujos novos contornos foram delineados também pela geração de intelectuais que dirigiu *Punto de Vista*.

No conjunto de seus ensaios, portanto, Schwarz e Sarlo ressoam as inspirações teóricas das quais alimentam seus projetos críticos, mas não deixam de construir algo novo, no qual pensam os desafios das sociabilidades construídas nos trópicos. Os trabalhos de ambos sobre Machado de Assis e Jorge Luis Borges, “marginais no centro e cosmopolitas nas margens”, para usar uma formulação cara a Sarlo, configuram esses momentos decisivos de suas trajetórias. De um lado, porque os tornaram reconhecidos internacionalmente e elevaram a uma nova fase a recepção crítica das obras de escritores-chaves do Brasil e da Argentina. De outro lado, porque os escritores analisados pelos críticos servem como uma instância para duvidarem do “localismo do local” e do “universalismo do universal”, como diz Schwarz (2012d), e pensarem os desafios empíricos e teóricos para analisar o hífen histórico que liga o centro e suas periferias.

Por fim, vale apontar que, ao levantar essas inquietações de pesquisa e recuperar críticos que não necessariamente compõem os currículos de Sociologia, propõe-se a construção de um movimento *às avessas*, delineado por Bernardo Ricupero (2013) em seu estudo sobre o crítico brasileiro. Se Schwarz e Sarlo incorporam instrumentos analíticos e teóricos tomados de empréstimos da Sociologia em suas notas críticas, talvez possamos fazer movimento inverso de integrar ferramentas da crítica literária e cultural nos pontos de vistas sociológicos, de modo não apenas a descrever e explicar os processos sociais contemporâneos preocupados com métodos bem definidos, mas também avançar com certa ousadia em novas proposições para uma agenda de pesquisa cuja preocupação seja a produção de um pensamento crítico e normativo. Trata-se, em outras palavras, de levar a sério a proposta de uma *sociologia crítica*, como propõe Josué Pereira da Silva (2017), reconhecendo que a teoria social avança com proposições mais democráticas quando ela incorpora as demandas sociais e políticas das “periferias” (sejam elas reais ou simbólicas) e ressignifica criticamente os cânones ocidentais, criando, assim, novos mapas teóricos e normativos para sentir, pensar e agir na sociedade contemporânea.

Referências

- ADORNO, Theodor W.
(2003). *Notas sobre literatura*. Madrid, Akal Ediciones.
- ALTAMIRANO, Carlos.
(2017). *Conversa com Carlos Altamirano: cenas da vida intelectual argentina*. Entrevista concedida a Maria Caroline Marmerolli Tresoldi e Flavia Xavier Merlotti Paniz. *Tempo social*. São Paulo, v. 29, n. 3, p. 333-348.
- ARRIGUCCI JR., Davi.
(2011). Entrevista com Davi Arrigucci Jr. Entrevista concedida a Luiz Carlos Jackson, Fernando Pinheiro Filho e Gustavo Sora. *Tempo social*. São Paulo, v. 23, n. 2, p. 163-188.
- BASTOS, Elide Rugai.
(2002). Pensamento Social da Escola Sociológica Paulista. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira, 1970-2002*. v. IV. São Paulo / Brasília – DF, ANPOCS / Ed. Sumaré / CAPES.
- BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André.
(2010). Para uma sociologia dos intelectuais. *Dados*. Rio de Janeiro, v. 53, n. 4, p. 889-919.
- BENJAMIN, Walter.
(1999). *O Conceito de Crítica de Arte no Romantismo Alemão*. São Paulo, Iluminuras.
- BORGES, Jorge Luis.
(1975). *Prólogos com on prólogo de prólogos*. Buenos Aires, Torres Agüero Editor.
- CANDIDO, Antonio.
(2011). *Literatura e sociedade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.
(2010). *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.
(2007). *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos 1750-1880*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.
- ESPOSITO, Fabio.
(2015). La crítica moderna en Argentina: la revista Los Libros (1969-1976). In: *Orbis Tertius*. v. XX, nº21, p. 1-8.
- GINZBURG, Carlo.
(1989). *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa / Rio de Janeiro, Difel / Bertrand Brasil.
- JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro.
(2014). *Sociologia no espelho: ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina (1930-1970)*. São Paulo, Editora 34.
- MAIA, João Marcelo.
(2011). Ao Sul da Teoria: A atualidade teórica do pensamento social brasileiro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 71-95.
(2009). Pensamento brasileiro e teoria social: notas para uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.24, n. 71, p.155-196.
- MORETTI, Franco.
(2014). *O Burguês*. São Paulo, Três Estrelas.
- MORSE, Richard.
(1988). *O espelho de Próspero: cultura e ideias nas Américas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- OLMOS, Ana.
(2004). Práctica intelectual y discurso crítico en la transición: Punto de vista y Novos Estudos del Cebrap. *Revista Iberoamericana*. v. LXX, n. 208-209, p. 939-955.
- PONTES, Heloisa.
(1998). *Destinos mistos: os críticos do Grupo Clima em São Paulo (1940-1968)*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RICUPERO, Bernardo.
(2013). O lugar das ideias: Roberto Schwarz e seus críticos. *Sociologia & Antropologia*, v.03, n.06, p. 525-556.

- (2011). O lugar do centro e da periferia. In: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lília; *Agenda brasileira: temas de uma sociedade em mudança*. São Paulo, Companhia das Letras.
- SAID, Edward.
(2004). *Fora do lugar: memórias*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (1983). *The world, the text and the critic*. Cambridge, Harvard University Press.
- SANTIAGO, Silviano.
(2000). *Uma literatura nos trópicos*. Rio de Janeiro, Rocco.
- SARLO, Beatriz.
(2017). *Conversa com Beatriz Sarlo*. Entrevista concedida a Maria Caroline Marmerolli Tresoldi. (mimeo).
- (2013). *Plan de operaciones*. Chile, Ediciones Universidad Diego Portales.
- (2010). *Modernidade periférica: Buenos Aires 1920 e 1930*. São Paulo, CosacNaify.
- (2009). Entrevista com Beatriz Sarlo. Entrevista concedida a Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson. *Tempo Social*, v. 21, n. 2, p. 133-150.
- (2008a). *Jorge Luis Borges, um escritor na periferia*. São Paulo, Iluminuras.
- (2008b). Final. *Punto de Vista*, nº 90, p. 3-4.
- (2007). *Escritos sobre literatura argentina*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina.
- (2005a). *A paixão e a exceção: Borges, Eva Peron, Montoneros*. São Paulo / Belo Horizonte, Companhia das Letras / Editora da UFMG.
- (2005b). *Tiempo pasado: cultura de la memoria y primera persona*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina.
- (2001). *Tiempo presente: notas sobre el cambio de una cultura*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Argentina.
- (1998). *La maquina cultural: maestras, traductores y vanguardistas*. Buenos Aires, Planeta Argentina.
- (1994). *Escenas de la vida posmoderna: Intelectuales, arte y videocultura en la Argentina*. Buenos Aires, Ariel.
- (1992) *La imaginacion tecnica: sueños modernos de la cultura argentina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Vision.
- (1985). *El imperio de los sentimientos: narraciones de circulación periódica en la Argentina (1917-1927)*. Buenos Aires, Catalogos Editora.
- (1981). Editorial do Consejo de Dirección. *Punto de Vista*, ano IV, n.12, p.2.
- SARLO, Beatriz; ALTAMIRANO, Carlos.
(2016). *Ensayos argentinos: de sarmiento a la vanguardia*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores.
- (1983). *Literatura/Sociedad*. Buenos Aires, Hachette
- (1980). *Conceptos de sociología literária*. Buenos Aires, CEAL.
- (1977). *Literatura y sociedade*. Buenos Aires, CEAL.
- SCHWARZ, Roberto.
(2016). *Conversa com Roberto Schwarz*. Entrevista concedida a Maria Caroline Marmerolli Tresoldi (mimeo).
- (2014). *A lata de lixo da história: chanchada política*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2012a). *Ao vencedor as batatas: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo, Editora 34.
- (2012b). *Martinha versus Lucrecia*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2012c). *Que horas são?* São Paulo, SP: Companhia das Letras.

- (2012d). *Um Mestre na Periferia do Capitalismo*: Machado de Assis. São Paulo, Editora 34.
- (2008a). *O pai de família e outros estudos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (2008b). Ao vencedor as batatas. 30 anos: crítica da cultura e processo social. Entrevista concedida a André Botelho e Lilia Schwarcz. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 67, p. 147-194.
- (1999). *Seqüências Brasileiras*. São Paulo: Companhia das Letras.
- (1997). *Duas meninas*. São Paulo, Companhia das Letras.
- (1986). *Memorial* (acompanhando o pedido de reclassificação de Robert Schwarz). Universidade Estadual de Campinas.
- SILVA, Josué Pereira da.
(2017). O que é crítico na sociologia crítica? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 32, n. 93, p.1-18.
- TRESOLDI, Maria Caroline Marmeroli.
(2017). Forma europeia e matéria local brasileira: a viagem das ideias e a crítica-sociológica de Roberto Schwarz. In: Sílvio Camargo e Josué Pereira da Silva (orgs.); *A teoria crítica na multiplicidade de suas vozes*. São Paulo, Annablume.
- WAIZBORT, Leopoldo.
(2007). *A passagem do três ao um*. São Paulo, Cosac Naify.

Recebido em

maio de 2017

Aprovado em

junho de 2017

Antonio Candido: Da integração do sistema à literatura contra o sistema

Ronaldo Oliveira de Castro*

Resumo

Em *A formação da literatura brasileira*, de 1959, Antonio Candido apresenta o processo através do qual a literatura nacional teria se constituído enquanto sistema. O processo de construção do sistema literário opera, na argumentação desse livro, como uma espécie de fermento da própria nação: construir a nação aparecia como uma missão que caracterizava uma aspiração constitutiva desse sistema literário. Em ensaios posteriores, escritos durante a ditadura militar a atitude de Candido diante do fenômeno literário apresenta algumas diferenças significativas, a ênfase não é mais posta na construção do sistema, do cânone ou da ordem literária. Não busca mais mostrar como diferentes autores e obras se integram no interior do mesmo sistema literário. Os ensaios irão explorar não a integração sistêmica, mas como alguns textos ou se contrapõem às características predominantes do sistema, ou questionam aspectos da construção da ordem (literária ou nacional) que eram tomados como pressupostos na argumentação de *Formação da literatura brasileira*.

Palavras-chave

Literatura. Literatura brasileira. Ensaio. Antonio Candido.

Abstract

In *A formação da literatura brasileira*, originally published in 1959, Antonio Candido outlines the process through which national literature would have become constituted as a system. The building process of the literary system operates in this book's argument as a kind of yeast of the nation itself: to build the nation is an act portrayed as a mission, in itself a key feature of this literary system. In later essays, written during military dictatorship, Candido's attitude in face of the literary phenomenon presents several relevant differences: emphasis is no longer placed on the construction of the system, the canon or the literary order. He no longer seeks to show how different authors and works are integrated into the same literary system. These essays do not explore the systemic integration; rather, they examine the way in which some texts either counter the system's main characteristics or question aspects of the building

* Ronaldo Oliveira de Castro é sociólogo e professor do Instituto de Ciências Sociais da UERJ (ICS-UERJ). E-mail: ronالدooliveiradecastro@gmail.com.

of the (literary or national) order which were until then taken for granted in the argument developed in *Formação da literatura brasileira*.

Keywords

Literature. Brazilian literature. Essay. Antonio Candido.

A formação da literatura e a nação

Antonio Candido, na *Formação da literatura brasileira*, discute a constituição de algo que irei definir como a ordem literária nacional, um cânone que não apenas reúne textos que integram uma tradição como interação com o processo de construção da nação. Se as histórias da literatura do século XIX tomam a nação como anterior ao texto e como um ente que deveria nele se imprimir (cf. COSTA LIMA, 1992), a perspectiva de Candido, na *Formação*, ressalta um projeto no qual a nação não seria anterior à literatura, mas ambas se envolvem num processo simultâneo de edificação nacional e literária. Para o autor, há um projeto político de construção nacional que se revela na ideia, desenvolvida durante o Romantismo, de que a independência do Brasil deveria se manifestar em suas belas letras. Essa ideia seria uma chave para a compreensão da formação da literatura no Brasil. A construção da nação, fenômeno do século XIX, se torna um fator que orienta a análise que o autor realiza dos períodos precedentes, em sua tentativa de expressar literariamente a realidade local

“O leitor perceberá que me coloquei deliberadamente no ângulo dos nossos primeiros românticos e dos críticos estrangeiros que, antes deles, localizaram na fase arcádica o início da nossa verdadeira literatura, graças à manifestação de temas, notadamente o Indianismo, que dominarão a produção oitocentista. Esses críticos conceberam a literatura do Brasil como expressão da realidade local, e ao mesmo tempo, elemento positivo na construção nacional”.

(CANDIDO, 1959, p. 25).

A ideia de sistema literário apresentada em *Formação* pode ser compreendida como um recurso para compreender a relação entre literatura e sociedade, em que a *função social* da primeira possui três dimensões.

Primeiro, a literatura seria uma fonte de cultura individual; segundo, ela seria fermento da cultura nacional e, por fim, seria uma forma de atualização da cultura ocidental nos trópicos. A formação do sistema literário nacional teria se dado a partir de uma síntese de tendências universalistas e particularistas, ou seja, tendências que buscavam como o Arcadismo construir uma literatura moldada por padrões universalistas e outras tendências que, como o Romantismo, almejavam expressar a singularidade local. Apesar de representarem momentos distintos da dialética entre universalismo e particularismo, os árcades e os românticos poderiam ser pensados como integrantes de um movimento mais amplo. Ainda que esteticamente os dois estilos se afastem, sua “vocação histórica os aproxima” (CANDIDO, 1962, p. 16). Para Candido, a unidade fundamental entre os dois períodos não estaria na estética, mas na forma como a literatura é concebida, na “missão” literária que os dois “momentos” decisivos da formação literária brasileira assumiram. Esse senso de missão seria uma característica que, para o autor, aproximaria os dois estilos e que poderia ser pensado como uma tradição constitutiva do sistema literário, que se definiria pelo desenvolvimento de uma tradição, no sentido de uma “transmissão de algo entre os homens [...]”. Sem esta tradição não há literatura como fenômeno de civilização” (CANDIDO, 1959, p. 24).

O sentido do conceito de formação apresentado pelo autor estaria na constituição dessa tradição¹, na elaboração do sistema literário. Esse sistema seria elaborado pela articulação do triângulo autor-obra-público. A literatura brasileira se constituiria com o Arcadismo porque, com este, ela teria tomado as dimensões de um sistema “nacional” que permitiria a consolidação do mencionado triângulo, desenvolvendo a possibilidade de transmissão das obras produzidas tanto no espaço quanto no tempo, produzindo a tradição que permitiria reconhecer a produção literária local como uma literatura nacional. Antes do sistema literário, teriam ocorrido apenas “manifestações literárias”, pois a literatura propriamente dita

¹ Neste ponto pode-se constatar uma proximidade entre Candido e Sílvio Romero, pois este último, em *A literatura brasileira e a crítica moderna*, já definia a literatura como um fenômeno de tradição. Para esse autor literatura não se define pela existência de autores que produzem “sem relação entre si, que levaram uma vida mental sem antecedentes e consequentes em seu país”, mas “há literatura [...] sempre que num povo encontra-se a consciência de si mesmo e uma mais ou menos extensa rede disso que chamarei tradições mentais, vazadas em algum produto da imaginação” (ROMERO, 1880, p. 93-94). Note-se a semelhança entre a posição de Romero e a distinção entre manifestações e sistema literário realizada por Candido.

depende da integração do sistema.

A formação de um sistema literário integrado possibilitaria um maior desenvolvimento da literatura. Esta deixaria de ser a produção de sujeitos isolados, formando uma espécie de ambiente cultural partilhado de onde cada autor partiria para suas próprias realizações. Esse ambiente permitiria que o público também se desenvolvesse. O sistema literário seria uma atmosfera cultural na qual, através das obras, não só o público entraria em contato com os autores, mas também estes se comunicariam entre si, seriam herdeiros uns dos outros. Essa atmosfera poderia ser pensada como uma fonte de valores culturais para o conjunto da sociedade brasileira. Em suma, o sistema é tradição. O entrelaçamento das ideias de tradição e sistema permite ao autor, no contexto da *Formação*, explorar tanto os aspectos estruturais do sistema literário quanto tomá-lo como base para o desenvolvimento cultural dos indivíduos, inclusive como condição para o processo de autoformação dos autores, que se dá a partir do diálogo com a tradição.

A *Formação* é a história da constituição dessa tradição. É a história da produção da ordem literária como contribuição para a consolidação da ordem nacional. Deste modo, não aparecem no texto referências a obras ou interpretações que se desviavam desse projeto de construção da literatura e da nação. Mais do que isso, a concepção de literatura que caracterizaria esse processo seria marcada pela adequação do texto literário à sociedade e ao leitor, o texto teria que preencher as expectativas formuladas pelo ideal de construção nacional, e para isso teria que se conformar aos horizontes do leitor, sem tentar transgredi-los. A consciência de estar fazendo “a nação ao fazer a literatura” (CANDIDO, 1962) produziria uma concepção bastante específica dessa última. O nacionalismo literário teria representado para o autor um fator restritivo da imaginação, pois, comprometido com a ideia de missão, o escritor brasileiro exerceria aquilo que, mais tarde, Costa Lima (1984) chamou de um veto ao ficcional.

A ideia de missão, representando o predomínio da função social, implicaria a redução da mais autêntica função da literatura, a função estética. Todavia, na *Formação* não há uma crítica sistemática ao “controle do imaginário”. Pois se o senso de missão reduziu o contato com o imaginário, tendo como efeito a produção de uma literatura que não transcende o real, pretendendo descrever mais do que criar, a dimensão empenhada, o compromisso com a ideia de missão, também teria dotado a literatura de uma responsabilidade com a construção do país, desenvolvendo uma espécie de

postura militante por parte do escritor brasileiro, comprometendo-o com a vida nacional. Se “esta participação [do escritor] foi frequentemente um empecilho, do ponto de vista estético, tanto quanto foi, noutros casos, uma inestimável vantagem” (CANDIDO, 1962, p. 18). O privilégio da ideia de nação coloca o fator social em primeiro plano.

A consciência de fazer a nação ao fazer literatura não seria exclusiva dos literatos, a própria crítica brasileira a teria incorporado. Para o autor, o ponto de partida da crítica no Brasil sempre foi a concepção da literatura como expressão e peça de construção nacional, e propõe que seu livro seja entendido como um estudo do “sentido” e da “validade histórica dessa velha concepção cheia de equívocos”, como uma “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura” (CANDIDO, 1959, p. 51). É fácil imaginar que equívocos seriam esses, pois estariam associados à questão já discutida da restrição à imaginação. A ideia de missão, característica do sistema, faz da literatura simultaneamente reveladora e produtora do real. Ao descrever o real, essa literatura se integra ao processo de formação da nação.

Se o autor, por um lado, adota como perspectiva a construção da nação e da ordem literária nacional, por outro a literatura é pensada como uma forma através da qual o “espírito do ocidente” veio habitar o novo mundo. O livro de Candido é mais do que a anunciada “história dos brasileiros no seu desejo de ter uma literatura”, é também a história de como o Brasil integrou-se aos valores ocidentais. Esses valores europeus fecundam a produção literária e a própria cultura brasileira, enriquecendo-as, e a elas se incorporando. Esse argumento já se encontrava presente no *Ensaio sobre a música brasileira* (1928) de Mário de Andrade. Nesse *Ensaio*, defende-se a ideia de que o contato com tradições culturais mais refinadas contribui para o desenvolvimento da música e da própria cultura brasileira, tornando-as mais sofisticadas. A particularidade brasileira se entrelaça, segundo Mário, à universalidade da cultura europeia, que contribui para acentuar e tornar mais elaborados aspectos da própria cultura brasileira.

Candido e de Mário de Andrade percebem a cultura brasileira como algo que se cultiva a partir da interação entre uma dimensão interna e uma externa. Candido percebe o processo de constituição do sistema literário como um *aperfeiçoamento* da cultura coletiva e, conseqüentemente, do indivíduo que, através da literatura, desenvolve sua personalidade e visão de mundo. O sistema é descrito como *tradição*, que incorpora o passado como portador de um espírito que constitui o presente e que permanece significativo. A tradição integra a modelagem do presente, pois ela fornece

conteúdos através dos quais os indivíduos se cultivam.

Na *Formação* há um eixo que articula a história a partir da ideia de nação com o processo de integração do Brasil à cultura ocidental. Neste sentido, Candido afirma que seu livro apresenta o processo de constituição do sistema literário como uma síntese entre tendências particularistas e universalistas, de modo que o conceito de nação é eleito como instrumento privilegiado para a compreensão do processo histórico de constituição da literatura, e esta, por sua vez, articula-se com valores universais que conectariam o Brasil à Civilização Ocidental.

A ideia de uma síntese entre correntes universalistas e particularistas se revela, a princípio, na contraposição entre os dois momentos decisivos do processo de formação do sistema literário brasileiro. Candido apresenta o Arcadismo como representante da primeira corrente, enquanto o Romantismo representaria a segunda. A estética arcádica orientada por padrões universais teria enraizado a literatura ocidental na colônia ao incorporar a produção intelectual local aos modelos europeus tradicionais, “ou seja, a um sistema expressivo, segundo o qual se havia forjado a literatura no Ocidente” (CANDIDO, 1959-II, p. 11). No Arcadismo, a particularidade local é expressa numa linguagem universal, e é justamente essa universalidade que está em destaque. O índio ou a paisagem tropical adquirem poeticidade quando podem ser apresentados através de uma linguagem clássica, que revela que, também nesta parte do mundo, se vivenciam os problemas fundamentais do homem.

Ao contrário dos árcades, que submetem o particular a uma forma de expressão universal, os românticos pretendem valorizar a cor local, acentuar a originalidade e são tributários do nacionalismo. Os românticos buscam exprimir o particular através de sua própria singularidade, a ênfase recai sobre o que diferencia, enquanto os árcades buscavam mostrar que, por trás das diferenças aparentes, poder-se-ia encontrar os grandes temas da arte ocidental. Porém, essas duas correntes estariam em continuidade no que diz respeito aos temas, e, principalmente, em relação à produção de uma literatura empenhada na construção da nação. Neste sentido, opera-se uma síntese entre os dois momentos: os árcades transplantam para o Brasil a linguagem literária europeia, e os românticos buscam expressar a singularidade; o particularismo sucede ao universalismo. Todavia, o argumento de Candido sobre o Romantismo logo se desdobra. O Romantismo é, sobretudo, um movimento europeu, e, neste sentido, a busca do singular corresponde à inserção da literatura nacional numa

tendência “universal”. No momento em que o autor nota de forma mais acentuada a identificação da literatura com a afirmação do nacional, conclui que, parcialmente, a busca da singularidade corresponde à adesão que os autores nacionais fazem a um movimento da cultura europeia. A ideia de que um país independente deveria ter uma literatura também independente é proveniente do Romantismo europeu.

Essa tese romântica, com todas as suas afinidades com as aspirações de um país que há pouco proclamara sua independência, levanta um outro problema que aflige os românticos brasileiros, pois, para estes, a literatura deveria ser expressão da nação, de modo que o país deveria, também no campo das letras, possuir independência em relação a Portugal, dele se diferenciando. O Romantismo seria neste sentido uma “verdadeira declaração de independência literária”. O problema é como sustentar essa reivindicação de autonomia se a língua permanece a mesma. Ou seja, quais seriam os critérios que sustentariam a ideia de uma literatura brasileira ao invés de uma literatura em língua portuguesa produzida no Brasil, como defendia Álvares de Azevedo, para quem “a individuação literária depende da linguística” (CANDIDO, 1959-II, p. 305). Eu diria que a resposta que, segundo a *Formação*, os românticos brasileiros dão a essa questão é a mera reafirmação de seu postulado: a literatura é a expressão da nação, como somos um povo independente, temos uma literatura independente, ou o que dá no mesmo, a independência da nação é prova da independência da literatura. O critério decisivo para a definição da literatura é político, é o surgimento da nação. Ao assumir o ponto de vista dos românticos, o autor concebe a expressão literária como um campo privilegiado para “a demonstração do sentido da existência social”².

Para efeito de comparação, tome-se a *História da literatura portuguesa* de Antonio José Saraiva e Oscar Lopes, cuja primeira edição antecede em dez anos a *Formação*. Para esses autores, a história da literatura portuguesa é a história da constituição da língua portuguesa através da literatura, o português literário. Assim, o leitor acompanha a história da língua desde sua diferenciação do latim até o chamado neorrealismo português. Concebendo a história da literatura como história da língua literária, foi possível, ao mesmo tempo, construir a especificidade do objeto e inseri-lo

² A expressão é de Furet, que a aplica a História, disciplina que, na França posterior à Revolução de 1789, se converteria numa narrativa do desenvolvimento da nação (1979).

no conjunto da cultura europeia, pois o português literário se constitui a partir de uma cultura e de uma história comum, que vai se diferenciando na constituição dos diversos idiomas. Assim, um problema que afligia Candido na *Formação* é resolvido facilmente no texto de Saraiva e Lopes: a literatura portuguesa faz parte das literaturas europeias, a história de cada uma dessas seria o processo de sua diferenciação, que se dá sem que se percam os vínculos que perfazem a unidade.

Contudo, se a literatura é entendida fundamentalmente a partir da língua, surge um problema que seria justamente a relação entre as letras portuguesas e brasileiras. É preciso responder como é possível sustentar a especificidade se o idioma é o mesmo. A resposta dos autores portugueses é fazer da nação um segundo critério que, junto com a língua, garantiria a especificidade da literatura. Deste modo, apesar de partilharem o mesmo idioma, constituiriam literaturas diferentes em função do critério “nação”, e, como Candido, Saraiva e Lopes sustentam, no caso dos tempos da colônia, é difícil e anacrônico definir se autores como Gonzaga ou Cláudio Manuel são portugueses ou brasileiros, mas se deveria tomar a Independência como marco simbólico da separação das duas literaturas. A postura é muito semelhante à assumida por Candido, que usa o termo “literatura comum” para afirmar o entrelaçamento destas até meados do século XIX (cf. CANDIDO, 1959, p. 28).

Se para Candido a literatura brasileira é um galho da portuguesa, pode-se dizer que suas histórias até certo momento formam uma unidade, e a própria continuidade linguística sustentaria essa ideia. No entanto, não é a língua o critério decisivo para pensar a especificidade da literatura na *Formação*. Se fosse, Candido teria que enfrentar a questão de como o idioma literário se transforma ao longo da experiência colonial, justificando sua separação do português literário da antiga metrópole. O critério decisivo na *Formação* é sociológico, a formação do sistema literário de dimensões nacionais. Na *História da literatura portuguesa*, a ideia de nação era um operador subordinado que permitia, numa espécie de sintonia mais fina, postular a especificidade da literatura portuguesa em relação à brasileira, já que sua diferenciação das outras literaturas europeias se dá à medida que cada uma dessas participa da elaboração de um idioma literário específico, como se a história das letras europeias fosse a narrativa do processo de constituição de uma série de línguas literárias a partir da literatura latina.

Se o principal critério de distinção é a formação do português literário, ou o desenvolvimento dos diversos idiomas literários europeus a partir

de um fundo comum, ainda é preciso separar as literaturas portuguesa e brasileira, e é aí que entra o critério sociológico no próprio Antonio José Saraiva. Se o autor poderia sustentar a tese da diferenciação da língua nos dois países e defender a especificidade sem recorrer ao conceito de nação, é outro problema, mas parece que ele não considerava a variação linguística entre os dois países tão significativa a ponto de ser decisiva nessa questão, perspectiva que Candido partilha e que talvez pudesse explicar o predomínio do sociológico na *Formação*, apesar de o crítico inúmeras vezes defender que o fator estético ou a função total subordina a função social, pois se um critério linguístico não separa as literaturas portuguesa e brasileira, o critério nacional o faz.

Num texto escrito em 1987, *Iniciação à literatura brasileira*, Antonio Candido reafirma que esta pertence organicamente ao conjunto das literaturas ocidentais, acrescentando que estas “foram se constituindo lentamente, ao mesmo tempo em que se formavam os respectivos idiomas” (CANDIDO, 1999, p. 11). Se no caso europeu a língua, a literatura e a sociedade se formaram conjuntamente, o mesmo não aconteceu no Novo Mundo, para onde teriam se transplantado línguas e literaturas já formadas. A literatura chega ao Brasil com a língua portuguesa já desenvolvida, deixando claro por que, para Candido, a história da literatura brasileira não poderia ser uma história da língua, pois essa teria ocorrido em Portugal e chegaria concluída ao Brasil, onde o idioma literário, ou como diz o autor, a “palavra culta do Ocidente”, precisou assumir “novos matizes para descrever e transfigurar a realidade” (CANDIDO, 1999, p. 13).

Excluindo a língua como fator constitutivo da especificidade da literatura brasileira, pois a diferença é apenas uma questão de nuances, variações na forma de expressão, que são resultantes da nova situação, resta o critério sociológico, que permite operar a “síntese” das tendências particularistas e universalistas, garantindo a singularidade da literatura brasileira ao mesmo tempo em que a inscreve na tradição literária europeia.

“A sociedade colonial brasileira não foi, portanto (como teria preferido que fosse certa imaginação romântica nacionalista), um prolongamento das culturas locais, mais ou menos destruídas. Foi transposição das leis, dos costumes, do equipamento espiritual das metrópoles. A partir dessa diferença de ritmos de vida e de modalidades culturais formou-se a sociedade brasileira, que viveu desde cedo a difícil situação de contacto entre formas primitivas e formas avançadas, vida rude e vida requintada.

Assim, a literatura não “nasceu” aqui: veio pronta de fora para transformar-se à medida que se formava uma sociedade nova”. (CANDIDO, 1999, p. 12).

A sociedade colonial não é pensada como prolongamento das culturas locais ou africanas, ou como um equilíbrio de antagonismos entre estas e os padrões europeus. Para Candido, ela teria sido a transposição de modelos metropolitanos que formavam nos trópicos uma sociedade à europeia, a formação da literatura seria parte do processo através do qual a linguagem culta do Ocidente se impôs sobre o Novo Mundo, garantindo que o difícil contato entre as formas avançadas e primitivas de cultura se resolvesse pela dominação e legitimação dos padrões europeus. Essa perspectiva já aparecia na *Formação*, em que a literatura, principalmente através das associações literárias do século XVIII, aparece como um instrumento usado para dominar a cultura de cunho popular, que coexistia com a cultura erudita de matriz europeia que se pretendia impor. As associações:

“no caso da colônia brasileira [...] representavam neste sentido, um reforço da política de imposição da cultura erudita de tipo europeu, em detrimento das manifestações de cunho popular, que assumiam relevo ameaçador em certos casos. Há mesmo vários exemplos de coexistência das duas culturas em certas comemorações, revelando a concorrência e a necessidade de consolidar a de tipo europeu”. (CANDIDO, 1959, p. 75).

Solidária do processo de colonização, a literatura nos trópicos veicula os valores ocidentais. Note-se que Candido não está pensando a literatura como a expressão de uma cultura miscigenada, ou como resultado do diálogo entre diferentes tradições. Se aqui aparecem duas culturas, uma tenta subordinar a outra, e o sistema literário que se constitui se enraíza no campo erudito da cultura.

Enquanto forma de transmissão de valores ocidentais no contexto colonial, a literatura pode ser pensada como um dos meios através dos quais o “espírito do ocidente” encontra uma “nova morada” nesta parte do mundo (cf. CANDIDO, 1959, p. 10). E esse processo se consolida através da formação do estado nacional, a instituição que materializaria o projeto de constituição de uma sociedade ocidental nos trópicos. A literatura brasileira se distingue da portuguesa porque participa do processo de formação da nação, entrelaçando os conceitos de literatura (através do sistema literário)

e o conceito de nação.

Em *Formação da literatura brasileira* encontra-se uma concepção de literatura como parte integrante do processo de constituição do social, uma concepção de literatura como um artifício, um instrumento que termina por consolidar uma tradição. Nessa perspectiva, a nação não é anterior à literatura, como uma essência que esta exprimiria, também não se trata da história da constituição de um sistema cultural que se *acrescentaria* ao sistema social. Na *Formação*, literatura e nação, sistema cultural e social se desenvolvem simultaneamente, a nação não está nem antes nem apenas depois daquilo que Candido chama de sistema literário, está durante.

No prefácio à primeira edição de *Formação da literatura brasileira* já é possível perceber a ideia da literatura como instrumento de um processo civilizador. A literatura brasileira contemporânea é apresentada como algo recente que se formou a partir da portuguesa, e que, por sua vez, forma os indivíduos através de sua incorporação à cultura ocidental.

Conceber a literatura como fonte de civilização parece implicar, para o autor, o reconhecimento dos padrões universais que a regiam e que possibilitariam que a cultura brasileira se desenvolvesse articulando-se à cultura europeia, de modo que as particularidades locais seriam variações no interior do projeto civilizador, uma atualização específica do espírito ocidental.

Além da ordem: os ensaios posteriores a 1964

O processo discutido em *Formação da literatura brasileira* pode ser entendido a partir de duas dimensões que se superpõem, ambas relacionadas ao conceito fundamental que dá título ao livro. A formação é a *Bildung* da cultura nacional, um processo através do qual a tradição ocidental e a “realidade” local se interpenetram numa articulação entre o universal e o particular, que permite que a atmosfera cultural brasileira se torne mais densa, constituindo sua própria tradição, vinculando gerações e transmitindo o passado para o presente, como um espírito que, apesar das diferenças, é constituído por valores significativos para a contemporaneidade (cf. SAPIR, 1924, p. 325). Mas a formação seria também a história da construção da ordem literária nacional, que se entrelaça à produção da ordem social. O autor, na *Formação*, afirma que, durante a colônia, a literatura, através dos grêmios e associações, atuou “reforçando a cada passo a estrutura vigente de dominação [sendo] um reforço da política de imposição da cultura erudita

de tipo europeu, em detrimento das manifestações de cunho popular, que assumiam relevo ameaçador em certos casos” (CANDIDO, 1959, p. 75). Em *Literatura de dois gumes* (1969) e na *Introdução à literatura brasileira* (1999), Candido retoma a ideia de que a literatura no Brasil exerceu a função de impor a cultura dominante, participando do processo de dominação e subordinação político-social.

No ensaio de 1968, *Esquema de Machado de Assis*, o tema da formação como *Bildung* e como construção da ordem está presente, mas há também a percepção de que a obra de Machado teria níveis mais profundos que mantêm uma relação mais crítica com a realidade social do que o cânone estabelecido na *Formação*. A obra de Machado de Assis, por baixo de uma camada epidérmica, que teria permitido perceber no autor apenas um “ironista ameno”, porém “elegante”, possui dimensões que o revelam como “o criador de um mundo paradoxal, o experimentador, o desolado cronista do absurdo” (CANDIDO, 1968, p. 24). Revelando uma compreensão profunda tanto dos “sigilos da alma” quanto das estruturas sociais, Machado de Assis desmistificaria o seu mundo através de uma visão ao mesmo tempo “terrível” e “lúcida” (cf. CANDIDO, 1968, p. 37). A literatura de Machado não parece se enquadrar, totalmente, no conceito de arte de agregação, que é a arte que, para Candido, atua como um fenômeno de integração social, reforçando os valores coletivos. Seria possível, portanto, encontrar uma outra relação entre a literatura e a ordem social que não esteja marcada pela “integração”..

Da mesma forma que a relação entre a literatura de Machado com a ordem difere do modelo de integração defendido na *Formação*, outros ensaios de Candido possibilitam encontrar movimentos na literatura brasileira do século XIX que destoam do projeto de construção da ordem. *A educação pela noite*, *Dialética da malandragem* e *De cortiço a cortiço* são textos privilegiados para identificar um movimento que se contrapõe àquele realizado na *Formação*, pois, ao invés de buscar a ordem e a coerência, nesses textos o autor percebe na literatura uma contracorrente que entra em conflito com a norma, sem que o sistema possa absorver ou neutralizar a diferença. Essa neutralização, na *Formação*, pode ser percebida através da estratégia de leitura que Candido desenvolve para demonstrar a articulação de Álvares de Azevedo ao sistema, autor que à primeira vista se afastaria da literatura empenhada na construção da nação.

A segunda geração romântica, à qual esse poeta pertencia, era formada por escritores “mais voltados para o próprio coração (segundo o conselho

de Musset) do que para a pátria, Deus ou o povo, como os da primeira e terceira gerações” (CANDIDO, 1959-II, p. 134). Seria de se esperar que essa segunda geração se inserisse de modo distinto no sistema literário ou que a ele fosse contraposta. Contudo, quando o autor apresenta as características definidoras desse grupo, e que seriam a falta de equilíbrio, o culto da improvisação, a pressa, a inspiração ardente, uma sensibilidade adolescente, não deixa de acrescentar que:

“Mas como estas características correspondem de certo modo às do brasileiro, e como a atmosfera do tempo fez com que eles se manifestassem em alto grau de concentração, o seu valor é grande para a nossa literatura, como expressão de uma sensibilidade local. Imitadores de Byron, Musset, Esproceda (...) participam por aí da corrente geral do romantismo europeu, a que deram todavia matizes expressivos do nosso modo de ser”.

(CANDIDO, 1959-II, p. 137).

Se num primeiro momento essa geração de românticos parece se afastar do sistema por carecer do senso de missão que teria atravessado a literatura brasileira, logo se revela a integração desses autores ao movimento de formação, pois as peculiaridades que exibiam representavam uma espécie de condensação das características dos brasileiros. A pretensão de expressar as camadas mais profundas da alma, exibida por esses poetas mais intimistas, associava-os às correntes do modernismo europeu, que buscavam uma sondagem do interior do homem, mas, ao seguir esse modelo, revelavam uma forma de sensibilidade própria ao brasileiro, pois se a palavra de ordem era revelar as camadas mais profundas da alma, os poetas locais, inevitavelmente, encontraram através da pesquisa lírica características, formas de expressão de sentimentos, toda uma economia de afetos que distinguia o brasileiro. Sem pretender exprimir a singularidade da pátria, em virtude de seu individualismo mais acentuado, esse grupo romântico que, ao invés de tematizar a nação, experimentava formas líricas de expressão do eu, terminava por expressar a particularidade do modo de ser brasileiro, integrando-se, também, ao sistema. Revelando seus sentimentos através da lírica, não poderiam deixar de revelar o Brasil, pois esses sentimentos são distintivos do brasileiro.

Além disso, o nacionalismo literário era tão forte que os jovens da segunda geração romântica “manifestariam verdadeiro remorso ao sobrepor-lhe os problemas estritamente pessoais ou ao deixá-la pelos

temas universais e os cenários de outras terras” (CANDIDO, 1959-II, p. 16). Álvares de Azevedo aparece como o autor mais eloquente para manifestar essa relação ambígua da segunda geração romântica com o nacionalismo, pois o remorso teria adquirido dimensões estéticas no Macário. Neste texto, o poeta, mais interessado nos seus dramas íntimos do que na construção da nação, desdobra-se em dois personagens também poetas, um defensor do nacionalismo e, o outro, seu crítico. De acordo com Candido, o personagem Macário, que critica a artificialidade do indianismo, contestando a ideia de que o poeta estaria obrigado a lidar com temas nacionais, representaria a própria posição de Álvares de Azevedo. Através de seu personagem, o autor questionaria uma série de temas e atitudes que teriam, segundo o argumento da *Formação*, contribuído para gerar e consolidar o sistema.

Esse poeta seria um crítico do nacionalismo literário que havia sido hegemônico durante o processo formativo, mas se integrava ao sistema ao questionar esse nacionalismo. Assim, a produção destoante é inserida no conjunto do sistema, porque ela simplesmente não pôde ignorar a problemática comum que constituía a literatura brasileira. Ao assumir uma posição sobre o nacionalismo literário, ainda que contrária a este, Álvares de Azevedo situava-se, através do debate, no interior da tradição que se constituía. Neste sentido, para incluir o poeta, o sistema é apresentado como um campo de debates, como Álvares de Azevedo assumiu uma posição sobre o tema central que constituía o campo, passava a integrá-lo. Se, ao invés de criticar o nacionalismo literário, o autor o tivesse ignorado, talvez permanecesse fora da ordem cuja gênese se investigava.

No ensaio a *Educação pela noite*, também dedicado a Álvares de Azevedo, encontra-se uma abordagem distinta daquela presente na *Formação*. O autor é apresentado como um “antinacionalista decidido em termos de literatura” que mantém uma “atitude destoante do esforço central da crítica do tempo” (CANDIDO, 1981, p. 14). Até aqui nada de muito diferente em relação ao texto de 1959. Contudo, a análise combinada de *Macário* com *Noite na taverna* leva o autor a caracterizá-los como uma espécie de “anti-Bildungsroman”, que tomando a noite como uma espécie de estado de sensibilidade, de disposição do espírito e não apenas como um fato externo, realiza uma espécie de “educação pela noite”, pelo lado sombrio, pelas trevas da alma, diz o autor, que opera a “liberação das potências recalçadas no inconsciente” (CANDIDO, 1981, p. 18). Candido interpreta a *Noite na taverna* como uma continuação de *Macário*. No final desse último texto, Satan mostra a Macário, através de uma janela, um

grupo de pessoas embriagadas, que seria o mesmo grupo embriagado que se encontra, contando histórias, na *Noite na taverna*. As histórias do grupo corresponderiam a uma exploração das fronteiras dúbias que constituem o homem – onde começa o homem, onde termina o animal; em que ponto a paixão se torna ferocidade, onde o instinto sucede a alma. A matéria das histórias “parece concebida e escolhida por Satan como episódio duma espécie de anti-*Bildungsroman*, que ele propusesse para a formação (às avessas) do seu pupilo” (CANDIDO, 1981, p. 16). Uma antiformação através do qual o “homem procura conhecer o segredo da sua humanidade por meio da desmedida, na escala de um comportamento que nega todas as normas” (CANDIDO, 1981, p. 16). Através das cinco narrativas que constituem a *Noite na taverna* revelar-se-iam as desarmonias da condição humana e a fragilidade das normas sociais, preparando o terreno para uma “pedagogia satânica” que cultiva o “lado escuro do homem”. As normas não passam de frágeis convenções, e o espírito humano é dobrado por desejos ferozes e instintos irresistíveis que levam ao desvario, à crueldade e ao crime.

Ao longo do texto, Candido reconhece que essa leitura insere Álvares de Azevedo nas correntes sombrias do Romantismo internacional – *Noite na taverna* seria um “romance negro”. A “educação pela noite” libera desejos inconscientes reprimidos pelas normas que constituem a civilização. Embora Candido não formule desse modo, sua análise, especialmente no que se refere à *Noite na taverna*, opõe o desejo à civilização, cujos parâmetros precisam ser violados para que aquele se satisfaça. Nesta perspectiva, as normas são percebidas fundamentalmente a partir de seu aspecto repressivo, e não produtivo, como seria possível dizer da *Formação*, na qual o projeto de construção da nação e o sistema literário se entrelaçam.

Em *A educação pela noite* a ênfase é posta sobre a tensão que *Macário* e *A noite na taverna* instauram entre as normas e o desejo, entre as forças repressivas e o inconsciente. A “pedagogia satânica” não é recuperada pelos valores estabelecidos, mesmo que a entrega aos desejos em *Noite na taverna* tenha consequências trágicas, estas não reforçam as normas, não são a prova de que as regras não deveriam ser violadas, não figuram como expiação para a transgressão. Os desenlaces trágicos não anulam a “educação pela noite”, o ser humano permanece dilacerado, tomado por fortes desejos, que frágeis convenções tentam conter.

Isso não significa que Candido estivesse rompendo ou abandonando a tese elaborada por ele em *Formação*. Em *Literatura de dois gumes* (1969),

Candido acentua a relação entre literatura e controle social, adotando uma linguagem mais radical do que aquela empregada na *Formação*, que, contudo, expressa o mesmo processo de construção e consolidação da ordem. E além dessa retórica mais crítica, que coloca ênfase em aspectos opressivos, há também uma outra diferença aparecendo no texto: a apreensão da literatura como um fenômeno de dois gumes: “a literatura foi atuante na imposição dos padrões culturais, e a seguir como fermento crítico capaz de manifestar as desarmonias da colonização” (CANDIDO, 1969, p. 172).

O texto literário seria, segundo o autor, dotado de uma “ambiguidade” que permitiria sua conversão num instrumento capaz de dar “voz aos que não poderiam nem saberiam falar em tais níveis de expressão” (CANDIDO, 1969, p. 178). Em *Literatura de dois gumes*, a ambiguidade do verbo literário transforma-se num possível instrumento de contestação social, à medida que permite que vozes que foram silenciadas na sociedade encontrem um canal de expressão.

A *Dialética da malandragem* é o texto mais significativo para pensar esse movimento em direção a uma literatura que não “constrói” a ordem.. Esse ensaio caracteriza o livro de Manuel Antonio de Almeida, *Memórias de um sargento de milícias*, como um romance malandro no qual os personagens respirariam a atmosfera de um “mundo sem culpa”, no qual seria possível circular da esfera da ordem para a da desordem e reverter o movimento, num vai e vem contínuo entre o universo oficial das regras e leis para um mundo de prazeres ilícitos, num movimento pendular entre a ordem e a desordem. De acordo com Candido, o autor do romance acompanha com simpatia esse oscilar dos personagens entre os dois polos, suspendendo o juízo moral que corresponderia à ótica da classe dominante, que aspiraria a implantar a ordem na sociedade brasileira. O autor não valorizaria no texto o campo da ordem como portador de uma lógica que deveria se impor sobre o mundo, a fim de reduzir ao máximo os espaços marcados pela irracionalidade. Pelo contrário, esses espaços desordenados permanecem em equilíbrio com a esfera da ordem.

Discutindo o *corpus* da literatura brasileira contemporânea das *Memórias*, Candido retoma a perspectiva de que essa literatura se engajava no processo de construção da nação através das mais variadas tentativas de disciplinar a sociedade:

“Um dos maiores esforços das sociedades, através da sua organização e das ideologias que a justificam, é estabelecer a

existência objetiva e o valor real de pares antitéticos, entre os quais é preciso escolher, e que significam lícito ou ilícito, verdadeiro ou falso, moral ou imoral, justo ou injusto, esquerda ou direita política e assim por diante. Quanto mais rígida a sociedade, mais definido cada termo e mais apertada a opção". (CANDIDO, 1970, p. 47-8).

Construir a nação passaria pela construção desses pares de opostos e do estabelecimento de valores morais excludentes. A literatura brasileira do século XIX, investindo nos processos de integração da sociedade, participaria dessa tentativa de estabelecer esses pares antitéticos. Se não há civilização sem repressão, uma sociedade mais rígida seria aquela que permite pouca transigência na interpretação das normas estabelecidas, definindo-as com grande precisão e definindo um campo de valores positivos que deveriam ser assumidos por todos, com pouca margem de manobra. Se a literatura brasileira aparece, no ensaio, envolvida com esse processo de instauração de normas, o romance de Manuel Antonio permanece estranho a essa tentativa de civilizar o país, revelando uma relação distinta com os valores oficiais, pois, ao invés de tomá-los seriamente, mantém com eles uma atitude jocosa. A dialética da ordem e da desordem dissolve a rigidez das normas oficiais ao colocá-las em contato com a atmosfera que deveriam reprimir. A lei, a ordem, a norma se combinam a formas de comportamento transgressores, que tendem a negar o caráter absoluto a que elas aspiram.

Ao contrário da sociedade puritana norte-americana, em que cada coisa encontra o seu lugar num espaço moral plasmado pela lei, nas *Memórias* nada é inteiramente positivo ou negativo, e os extremos não geram, por sua rígida oposição, uma sociedade moral como a puritana, mas se dissolvem num "mundo sem culpa". Esse romance também destoaria das tentativas de construção da ordem ao deslocar seu centro de gravidade da cultura oficial para a cultura popular, num movimento contrário à instauração do "projeto civilizador", que supõe o progressivo controle da cultura popular pelas esferas sociais mais elevadas. Mergulhando na cultura cômica popular, o romance encontraria afinidades com o universo cultural brasileiro, marcado por uma atitude de "tolerância corrosiva, muito brasileira, que pressupõe uma realidade válida para lá, mas também para cá da norma e da lei" (CANDIDO, 1970, p. 53).

Um dos pontos altos desse ensaio é a comparação entre *A letra escarlata* e as *Memórias*. Chamando a atenção para o romance de Samuel Hawthorne, e também para o drama das feiticeiras de Salém, Candido pretende contrapor

as experiências culturais brasileira e norte-americana. Na formação dos Estados Unidos a partir das colônias puritanas, a lei, civil e religiosa, esteve presente moldando o comportamento dos indivíduos dentro de limites bastante estreitos dados pela “força punitiva do castigo exterior e do sentimento interior do pecado” (CANDIDO, 1970, p. 50).

A *Letra Escarlate* provavelmente traduz para Candido esse processo de formação histórico através do qual tanto o indivíduo quanto o grupo se endurecem de modo a construir uma identidade muito forte, mas que provocaria uma espécie de desumanização das relações com os outros, sejam estes os membros de outros grupos, sejam aqueles que, inicialmente pertencendo ao grupo, revelam-se não eleitos através do pecado. Neste último caso estaria Hester Prynne, a personagem do livro de Hawthorne, condenada a exibir um “A” escarlate em suas roupas como sinal de seu pecado, o adultério.

De certa forma, esse modelo rígido buscava limitar a espontaneidade regulando ao máximo a conduta cotidiana. A falha individual traria consigo graves conflitos internos além da possibilidade de punição pela comunidade. Teríamos uma sociedade obcecada com a regra moral e que exigiria que os indivíduos vivessem suas vidas como se estivessem caminhando sobre uma linha reta da qual não poderiam se desviar sem sofrer severas consequências, uma sociedade moldada por princípios que podem ser encontrados no ascetismo cristão (WEBER, 1905). No interior de uma concepção que percebe no *status naturae*, a submissão do homem a instintos irracionais que o tornam preso a sua própria natureza, a ordem moral seria, no final das contas, a garantia de que os indivíduos poderiam se tornar livres, permitindo que o homem submetesse suas ações a princípios éticos, desenvolvendo um autocontrole racional de sua conduta (cf. WEBER, 1905, p. 102). A ascese através da qual os impulsos são reprimidos seria um instrumento através do qual o homem constrói um sólido domínio moral sobre si mesmo, tornando-o capaz de subordinar os desejos, deixando de ser um escravo das paixões. A repressão dos instintos seria para o puritano, e para seus herdeiros, uma condição para a liberdade³.

³ A ideia de que a liberdade é condicionada pode ser paradoxal, ainda mais se sua condição é a repressão dos instintos, mas para o puritano não há paradoxo algum, pois o homem em *status naturalis* não é livre, mas prisioneiro dos instintos e do pecado (cf. WEBER, 1905, p. 205). A liberdade seria a capacidade de se colocar acima das paixões.

“[Já] no Brasil, nunca os grupos ou os indivíduos encontraram efetivamente tais formas; nunca tiveram a obsessão da ordem senão como princípio abstrato, nem da liberdade senão como capricho. As formas espontâneas da sociabilidade atuaram com o maior desafio e por isso abrandaram os choques entre a norma e a conduta, tornando menos dramáticos os conflitos de consciência”.

(CANDIDO, 1970, p. 50-1).

As diferenças se relacionariam ao “mecanismo das respectivas sociedades”, ou a estruturas profundas que teriam se produzido historicamente. Assim, de um lado estaria uma sociedade que através de uma “fraternidade enganadora” agia de modo a constituir-se como um “grupo idealmente monorracial e monorreligioso”. Uma sociedade fundada na igualdade, que seria, no entanto, uma espécie de igualdade de seita, ou seja, aqueles que não apresentassem determinadas características consideradas como essenciais pelos “iguais” seriam excluídos da comunidade⁴. E, de outro lado, a sociedade brasileira, que teria de fato incorporado o “pluralismo racial e depois religioso à sua natureza mais íntima” (CANDIDO, 1970, p. 51).

Mais flexível que coerente, a sociedade brasileira também comportaria dentro de si projetos de normalização, de civilização, entendidos como substituição da flexibilidade pela coerência. E a literatura brasileira da época, como já mencionado, estaria predominantemente envolvida com a tentativa de disciplinar a sociedade, que resultaria numa proliferação, em seus textos, de símbolos repressivos que deveriam limitar ou domesticar os impulsos que poderiam comprometer a civilização. Neste ponto, as referências a Alencar no ensaio são tão significativas quanto à abordagem de *A letra escarlate*.

“N’O *guarani*, a força do impulso vital, a naturalidade dos sentimentos, só ocorre como característica dos vilões ou, sublimados, no quadro exuberante da natureza –, isto é, as forças que devem ser dobradas pela civilização e a moral do

⁴ Novamente Tocqueville pode ser esclarecedor. Depois de informar que em algumas colônias a falta aos cultos implicaria pagamento de pesadas multas, afirma que em outras se “chega a ponto de prescrever severas penas e até mesmo condenar à morte os cristãos que queiram adorar a Deus de uma forma diferente da sua” (TOCQUEVILLE, 1835, p. 38-39).

conquistador, das quais D. Antônio de Mariz é um paradigma e o índio romântico um homólogo ou um aliado. (...) Repressão mutiladora da personalidade é ainda o que encontramos noutros romances de Alencar, os chamados urbanos, como *Lucíola* e *Senhora*, onde a mulher oprimida da sociedade patriarcal confere ao enredo uma penumbra de forças recalçadas. Em meio de tudo, a liberdade quase feérica do espaço ficcional de Manuel Antônio, livre de culpabilidade e remorso, de repressão e sanções interiores, colore e mobiliza o firmamento do Romantismo (...).
(CANDIDO, 1970, p. 49-50).

O contraste com Alencar e a literatura da época se estenderia à própria linguagem. Mesmo num romance crítico como *Senhora*, Alencar não comunicaria um senso de realidade, porque seu estilo teria se construído a partir de uma linguagem convencional e restrita a um grupo social. Já Manuel Antônio construiria um romance que no próprio plano do estilo mergulharia na cultura cômica popular dissolvendo as pretensões normativas das “ideologias” do século XIX.

“Esta [cultura cômica popular ou a “irreverência popularesca”] se articula com uma atitude mais ampla de tolerância corrosiva, que pressupõe uma realidade válida para lá, mas também para cá da norma e da lei, manifestando por vezes no plano da literatura sob a forma de piada devastadora, que tem certa nostalgia de valores mais lídimos, enquanto agride o que, sendo hirto e cristalizado, ameaça a labilidade, que é uma das dimensões fecundas do nosso universo cultural.

Essa comicidade foge às esferas sancionadas da norma burguesa e vai encontrar a irreverência e a amoralidade de certas expressões populares. (...) Ela amaina as quinas e dá lugar a toda sorte de acomodações (ou negações), que por vezes nos fazem parecer inferiores ante uma visão estupidamente nutrida de valores puritanos, como a das sociedades capitalistas; mas que facilitará a nossa inserção num mundo eventualmente aberto”
(CANDIDO, 1970, p. 53).

Candido, a partir das *Memórias* constrói a imagem de um universo cultural brasileiro antipuritano, maleável, irreverente, e que apresentaria uma série de características em comum com a descrição da cultura cômica popular feita por Bakhtin (1965). As *Memórias* teriam afinidades com o processo de carnavalização, que Bakhtin entende como uma forma de interação, através da qual elementos que estariam aparentemente em

oposição, como o corpo e o espírito, o alto e o baixo, o sublime e o vulgar, o trabalho e a festa, a seriedade e o riso, são relacionados de forma a revelar a ambivalência desses termos. Nesse processo ocorre uma espécie de revitalização, pois o mergulho dos aspectos mais sérios da cultura no “baixo material e corporal”, que caracteriza a cultura cômica popular, equivaleria a uma forma de regeneração, como se o envolvimento de certos aspectos da cultura nos temas do corpo, do sexo, da comida, por ângulos que não são experimentados nos níveis mais elevados da sociedade, pudesse atuar como um ventre que engole, enterra, mas restitui à vida. As normas mais rígidas são dissolvidas e reelaboradas, num processo que, como disse Candido, “amaina as quinas” e produz acomodações inesperadas entre esses valores que pareciam incomunicáveis. A carnavalização busca a maleabilidade e revela a aspiração por formas de sociabilidade orientadas “por valores mais lídimos” (CANDIDO, 1970, p. 53).

O autor propõe que as *Memórias* têm correspondências com a experiência dos homens pobres livres, com uma visão do mundo construída a partir de um enraizamento muito particular na vida social. Por essa razão, o romance de Manuel Antônio se afasta do projeto comum da literatura brasileira de sua época, que, mesmo na *Dialética*, poderia ser definido nos termos da *Formação*, pois nesse ensaio o *corpus* literário brasileiro é contraposto às *Memórias*, pois estaria envolvido com o projeto de disciplinar a vida nacional. Nesse sentido, a perspectiva de Alencar, como apresentada no ensaio, se aproximaria da experiência do mundo de outro grupo social, aquele comprometido com a construção da ordem. Assim, se, como disse o autor, num livro como *Lucíola*, a personagem feminina “confere ao enredo uma penumbra de forças recalçadas” (CANDIDO, 1970, p. 50), que explodem na sua “sensualidade desenfreada” (CANDIDO, 1959-II, p. 207), o enredo conduz ao controle dessas forças, que devem ser reprimidas, não liberadas. *Lucíola* é um romance que se movimenta da transgressão para a ordem, unilateralmente. Não há a via de mão dupla que caracteriza as *Memórias*, já que a sensualidade excessiva de “Lucíola” é substituída pela “santidade” de “Lúcia”, pecadora arrependida e penitente.

Na *Dialética da malandragem*, Candido coloca em cena uma forma de cultura popular que se contrapõe a determinados projetos de construção da ordem, que corresponderiam a uma relação distinta com o mundo social. E propõe que a visão de mundo particular expressa nas *Memórias* teria se integrado à cultura nacional. Contudo, não seria um traço cultural que daria conta do que é o Brasil em sua totalidade, mas uma espécie de

fragmento que permite uma visão particular do todo. Se o ensaio contrapõe as *Memórias a A letra escarlate*, a dialética da malandragem ao puritanismo, há uma oposição interna no interior da própria sociedade brasileira, entre o *corpus* da literatura nacional e o romance em questão, entre a experiência social de um grupo particular com a de outras camadas sociais. Ou seja, a dialética da malandragem não revela a visão que o autor tem da sociedade brasileira, revela uma imagem possível dessa sociedade, construída, segundo o autor, a partir de uma experiência particular da vida social.

Em *De cortiço a cortiço* (1991), Candido apresenta uma imagem do Brasil que difere tanto daquela que podemos apreender na *Formação*, quanto daquela presente na *Dialética da malandragem*. Em *O cortiço* de Aluísio Azevedo, o mundo do trabalho e da exploração econômica dissolveriam a fábula do mundo sem culpa, da sociedade “malandra”. Ao invés da atmosfera um tanto carnavalesca que caracteriza as *Memórias*, *O cortiço* é marcado, segundo Candido, pelo trabalho, que aparecerá ao mesmo tempo como modo de disciplinar asceticamente o meio natural e social e como forma de exploração.

Tomando como ponto de partida um dito popular do final do século XIX que equiparava portugueses, negros e burros, “para português, negro e burro três pés: pão para comer, pano para vestir, pau para trabalhar”, Candido relaciona a perspectiva desenvolvida na *Dialética da malandragem* com a que norteia *O cortiço*. O mundo sem culpa pertenceria à visão de mundo e às práticas sociais dos homens livres pobres, que, situados entre as classes dirigentes e os escravos, sonhavam com estratégias de sobrevivência que lhes permitissem viver a boa vida, escapando da necessidade de trabalhar. Na análise de Candido, o dito que equiparava portugueses, negros e burros traduziria não só atitudes racistas, como uma recusa ao trabalho e um certo despeito ou mesmo ódio pelo português, que trabalharia como um negro escravo, mas que poderia enriquecer. Branco livre, o brasileiro pensaria o trabalho como uma mácula, o português tornava-se alvo, porque, além de ser mais branco, abraça o trabalho de tal modo que o converte em fator de enriquecimento. Além de odioso, esse estrangeiro é um personagem ambíguo, pois trabalha como um inferior, é branco e enriquece, colocando-se num nível economicamente elevado.

“O brasileiro livre que riu dele (do português) pela piada e o dichote fica, como se dizia no tempo, “a ver navios”, porque tendia à boa vida e, nessa sociedade que fingia prolongar as

ordens tradicionais, o trabalho era o ovo de Colombo que permitia ascender e desvendar cada vez mais a sua verdadeira divisão em classes econômicas”.
(CANDIDO, 1991, p.130).

Contudo, em *O cortiço*, dois elementos anticivilizatórios, a “raça” e a natureza tropical, aparecem em *O cortiço* oferecendo resistência à construção da ordem.

“No Brasil, quero dizer n’*O cortiço*, o mestiço é capitoso, sensual, irrequieto, fermento da dissolução que justifica todas as transgressões e constitui em face do europeu um perigo e uma tentação. Por isso, não espanta que João Romão encarasse e manipulasse essa massa inquietadora com o desprezo utilitarista dos homens superiores de outra cepa”.
(CANDIDO, 1991, p. 139).

A raça é um fator anticivilizatório porque a sensualidade do mestiço atua como solvente das disciplinas civilizadas, representando uma tentação para o europeu, que, se não conseguir vencê-la, será por ela dominado. A natureza também é uma ameaça a ser vencida, posto que a “natureza brasileira” “desempenha papel essencial como explicação dos comportamentos transgressivos, como combustível das paixões e até da rotina fisiológica”. No romance de Aluísio Azevedo, a natureza tropical seria “incompatível com a ordem e a ponderação dos costumes europeus” (CANDIDO, 1991, p. 138).

Cercados pela sensualidade mestiça, que tem seus efeitos potencializados pelo clima, os portugueses, que desejam “fazer a América”, encontrariam na dedicação ascética ao trabalho a única proteção contra as seduções do clima e da “raça”. Esse é o caso do personagem João Romão, que, em sua ascensão, explora tanto a natureza quanto a “massa inquietadora” que habitava o cortiço. Seu “desprezo utilitarista” lhe permite resistir às potências anticivilizatórias, submetendo-as a seu projeto de acumulação de capital, ou seja, “civilizando-as”.

Se os portugueses, contudo, aparecem como agentes civilizadores, nem todos conseguem resistir aos perigos e tentações dos trópicos. Como o português Jerônimo que se apaixona pela “mestiça” Rita Baiana:

“Tudo culmina numa aceitação triunfal da natureza, num gosto crescente pela “luz selvagem e alegre do Brasil”. Por isso, quando

lamenta a perda do marido que foge com a baiana, a sólida Piedade de Jesus, sua mulher, levanta os punhos cerrados para um céu que não é instância divina, tão diversa como diz da paisagem tranquila de sua terra, que não favorecia aos sentimentos desvairados”.

(CANDIDO, 1991, p. 141).

De acordo com Candido, a dinâmica d’*O cortiço* pode ser pensada como um jogo do espontâneo e do dirigido. O espontâneo corresponderia à tendência para uma organização social não disciplinada, representada pela sociabilidade inicial do cortiço, que sucumbe, até com prazer, às pressões do meio e da raça. O dirigido seria por sua vez representado pela atuação de um projeto racional capaz de submeter essas duas potências dissolutoras. Aqueles que se entregam ao espontâneo, à sensualidade da natureza e dos mestiços não mais se distinguem destes últimos, e também terminam explorados e dominados.

Nessa interpretação de Candido, a atmosfera d’*O cortiço* é muito similar à que se respira em *Retrato do Brasil*. A raça e o meio estão marcados pela mesma desmedida que potencializou a cobiça e a luxúria dos colonizadores e que teria se reproduzido através do tempo, convertendo-se numa constante nacional. A fadiga e o excesso, a luxúria e a melancolia poderiam ser utilizadas para caracterizar a interpretação que Candido faz da imagem que esse romance apresenta do Brasil. A grande diferença em relação a Paulo Prado é que, na interpretação de Candido, o fator dirigido parece ser capaz de ir enfrentando e explorando o espontâneo, de modo que seu projeto racional pode se estabelecer sem a necessidade de um evento catastrófico, como uma guerra ou uma revolução, que permita recomeçar a história brasileira, eliminando os males legados pela experiência colonial.

Paulo Prado também recorre ao caso norte-americano, pensando-o a partir da experiência puritana, caracterizada por fortes valores morais que teriam permitido construir uma próspera sociedade. O autor constrói essa imagem dos Estados Unidos para dispor de um modelo que se contraponha à efervescência e à fragmentação características, segundo sua visão, da sociedade brasileira. O modo como Candido interpreta João Romão permite dizer que esse personagem encarna atitudes que se aproximam da conduta puritana, ainda que ele não se oriente pelo código moral que a norteava. Em seu pragmatismo, o personagem representaria uma antítese à imagem efervescente e fragmentada que caracterizaria o Brasil de *O cortiço*. A interpretação de Candido desse romance coloca em cena uma visão do Brasil muito semelhante àquela construída por Prado, contudo, encontra no

personagem português que resiste às tentações do ambiente um substituto para o puritano enquanto agente disciplinador, capaz de submeter a “natureza” e a “raça” ao projeto de acumulação de capital.

Na interpretação de Candido, o cortiço seria “um Brasil em miniatura” (CANDIDO, 1991, p. 137), um Brasil que aparentemente está em contradição com a sociedade apresentada nas *Memórias de um sargento de milícias*. O autor resolve a diferença indicando que, enquanto as *Memórias* têm afinidades com a visão de mundo dos homens livres da primeira metade do século XIX, *O cortiço* aproxima-se do pessimismo dos intelectuais brasileiros do final desse mesmo século, que julgavam a mestiçagem e o clima como entraves à construção da civilização no Brasil.

Tanto o ensaio sobre as *Memórias* quanto este sobre *O cortiço* operam com imagens do excesso, da desmedida como marcas da sociedade brasileira apresentada nos romances. Enquanto no primeiro os excessos, inclusive os sexuais, garantem a harmonia e o final feliz, no segundo estes se manifestam, sobretudo, rebaixando a vida social. O polo que o autor chama de espontâneo é constituído por formas de sociabilidade quase lúdicas e de certa forma livres que se revelam frágeis diante do projeto civilizador que o polo dirigido representa.

No ensaio sobre *O cortiço*, a análise de Candido aponta para uma visão do Brasil em que o excesso, o descontrole e a irracionalidade estariam presentes o tempo inteiro, representando obstáculos que, a partir da ótica do projeto de civilizar o país, ou simplesmente de acumular capital, teriam que ser subordinados. Ainda segundo o autor, como no romance a desmedida, resultante do clima e da sensualidade da “raça”, domina o brasileiro, ela só pode ser vencida por estrangeiros, que em virtude do mencionado “desprezo utilitarista por homens de outra cepa”, resistiriam à sedução tropical e submeteriam os brasileiros aos seus projetos.

No ensaio sobre as *Memórias*, a imagem da desmedida pode ser percebida de forma positiva, redimindo a vida social, enquanto em *O cortiço*, a *hybris* rebaixa, inferioriza⁵. Se cada um desses textos produz uma imagem distinta do país, talvez não seja impróprio sugerir que o autor esteja discutindo ou apresentando fabulações distintas sobre este. Os ensaios seriam

⁵ Tomo a ideia de *hybris*, da desmedida, possuindo potencial tanto para rebaixar quanto para redimir relações do estudo de Ricardo Benzaquen de Araújo sobre Gilberto Freyre (ARAÚJO, 1994).

tentativas de compreender “invenções” diversas do Brasil. Cada ensaio é a experimentação de uma forma de pensar a nação que aparece na literatura. Cada uma dessas formas poderia ter afinidades com perspectivas e práticas sociais presentes na sociedade, revelando um vínculo entre a literatura e a experiência do mundo.

Enquanto na *Formação* explorava-se um caminho que implicava a exclusão de concepções alternativas, já que todo cânone se estabelece por exclusão, em alguns ensaios de Candido percebe-se um movimento em direção a sentidos do texto que escapam do sistema. A tese defendida na *Formação* supõe que os textos literários se integram coerentemente num sistema, excluindo as manifestações do fenômeno literário que não se adequassem à ordem. Em ensaios posteriores à *Formação*, Candido explorou dimensões da literatura que não se integravam coerentemente à perspectiva da construção da ordem literária nacional. Deste modo, o autor pôde “ouvir” vozes, em alguns textos, que não eram coerentes com a ideia do sistema. E como o autor sempre buscou na literatura vínculos com a experiência do mundo, o gênero ensaio permitiu a maleabilidade para explorar diferentes imagens da sociedade brasileira, diferentes visões de mundo, que poderiam ter afinidades com modos distintos de inserção na vida social.

Uma dialética negativa?

“Se minha alma pudesse firmar-se, eu não me ensaiaria, decidir-me-ia.”

(MONTAIGNE, 1588, III, II, p. 28)

Logo, em alguns ensaios, Candido experimentou uma forma de abordagem do texto literário que, se não desconstruía o argumento da *Formação*, dele divergia. O tema desse livro é a integração da literatura num sistema coerente que contribuía para a consolidação da cultura e da identidade nacional.

Nos ensaios discutidos, especialmente na *Dialética da malandragem*, a ordem está presente como um contraponto, um fundo contra o qual se destacam textos que tinham faces diversas daquelas que caracterizavam o sistema. É evidente que, sem a suposição de que o *corpus* da literatura brasileira tenta disciplinar a sociedade, a dialética da ordem e da desordem se descaracterizaria, pois o próprio Candido supõe que esse texto representa uma tendência distinta daquela que seria predominante nos romances

brasileiros do século XIX.

Em *De cortiço a cortiço* o tema da ordem também pode ser encontrado no caso não associado à formação do cânone, mas como uma ordem repressiva que tenta conter a indisciplina tropical, como um projeto de racionalização, que civiliza ao mesmo tempo em que transforma pessoas em objetos que possibilitam a acumulação de capital. Pode-se dizer que a interpretação que Candido faz de *O cortiço* capta duas imagens negativas do Brasil, de um lado uma imagem semelhante àquela que Paulo Prado construiu em *Retrato do Brasil*. Uma imagem segundo a qual este seria um país marcado pelo excesso, onde a sedução da natureza potencializa a sedução das “raças” exóticas para o branco europeu, contribuindo para que a cobiça e a luxúria do aventureiro português dos primeiros séculos da colonização se tornassem uma marca na *psiché* do brasileiro, inviabilizando a construção de uma autêntica sociedade. A outra imagem se refere ao próprio processo civilizador em curso no país, um processo que se dá através da acumulação capitalista, que reprime as forças anticivilizatórias e impõe a ordem como meio de maximizar a exploração econômica.

Contudo, não se trata apenas da afirmação de que os trópicos abrandam a disciplina europeia e de que a sensualidade das “raças inferiores e mestiças” ameaça dissolver o autocontrole do indivíduo europeu. Mesmo na *Formação* aparece a ideia de que os trópicos têm que ser disciplinados pela civilização europeia, só que esse processo de contenção dos fatores anticivilizatórios seria, neste livro, algo claramente positivo. É preciso conter tendências mais dissolventes ou anárquicas para que se consolide a nação. Ou seja, a perspectiva da *Formação* apresenta explicitamente o processo de colonização como o processo civilizador que promove a integração da colônia à cultura ocidental, preparando o terreno para a difusão de valores universais representados por essa cultura. O autor assume sem ironia, hesitação ou ambiguidade o ideal da civilização⁶. No ensaio sobre

⁶ Costa Lima (1992) sustenta que, na *Formação*, Candido opta por uma atitude descritiva, que frequentemente “termina por endossar o que descreve” (COSTA LIMA, 1992, p. 167). Creio que este seria o caso no que diz respeito à avaliação do processo colonizador/civilizador. Candido opta por expor o processo tal qual ele se constituiu no Brasil, considerando que seu livro não seria o lugar para julgar este processo, mas para considerá-lo “realisticamente” como um dado. De acordo com Costa Lima, a descrição em Candido “será o meio de conciliar os contrários. Em consequência, sem que o explicite, o historiador termina por endossar o que descreve” (COSTA LIMA, 1992, p. 167).

O *cortiço*, a questão se constrói de um outro modo: os dois lados do dilema, a civilização e a barbárie, são apresentados como problemáticos, nenhum dos dois é apresentado como inteiramente positivo. Não se trata do conflito entre a indesejável barbárie tropical e um processo civilizador que difunde a razão ocidental, pois este último é, antes de tudo, um processo repressivo de acumulação de capital.

No enredo da *Formação*, a ordem da civilização é um valor positivo que orienta a análise, que busca compreender como a literatura compôs no Brasil uma cultura de tipo ocidental. Neste sentido, o processo é visto de um ângulo positivo, a partir de um ideal social⁷: a construção do sistema e a formação da nação. Cada texto é pensado a partir de sua correspondência ao ideal, e, neste sentido, a abordagem da *Formação* tem algo de normativo, como a exclusão das “manifestações literárias” anteriores ao Arcadismo revela.

A literatura, neste livro, é pensada fundamentalmente como uma expressão do ideal de construção da nação e revela como em dois momentos fundamentais, o Arcadismo e o Romantismo, esse ideal começou a se desenhar e adquiriu crescente nitidez. O ideal social que orienta o enredo, a tendência histórica que conjugava literatura e nação levam à apresentação da experiência literária basicamente através da noção de coerência, ou de integração sistêmica, o que equivale a tomar como um critério decisivo, na avaliação do texto, o grau de sua adequação à ordem. No enredo da *Formação* a literatura não poderia aparecer como uma radical contestação das normas, pois mesmo a contestação arcádica se dá a partir de um ideal normativo, que a coroa ou a administração portuguesa estaria violando, não os colonos. Porém, ainda que se reconheça nesse movimento a ruptura com algumas normas, não configura uma autêntica crise de valores, pois os árcades internalizaram os mais avançados ideais ocidentais de sua época e lançam as bases sobre as quais se construiria a literatura no Brasil. Eles não representam uma cultura em crise, mas um momento de afirmação de conceitos e juízos que atravessariam a literatura brasileira. E esta só poderia integrar-se em sistema se, de algum modo, estivesse em contato com o ideal

⁷ Retiro a noção de ideal social da crítica que Merquior faz à concepção de arte e literatura de Lukács. Para Merquior, o critério decisivo utilizado por Lukács, a partir de *História e consciência de classe*, para avaliar a obra de arte seria um ideal social, que define que “a obra será tanto melhor quanto mais acompanhe a *saúde* da sociedade” (MERQUIOR, 1969, p. 82).

formulado, que a vinculava à construção da ordem nacional. À *Formação*, poder-se-ia aplicar o juízo de Merquior sobre Lukács: “o valor da arte se confunde com a *saudável* realidade que ela apresenta” (MERQUIOR, 1969, p. 83).

Se na *Formação* temos a articulação da literatura com um ideal social, constituindo critério essencial no entendimento de cada texto, em *De cortiço a cortiço* falta justamente essa articulação que permitia integrar os dois processos formativos, da nação e da literatura. Ao invés da boa ordem ou da saúde social, que Radcliffe-Brown (1935) traduz sob o conceito de *eunomia*, conceito que permitiria que o sistema literário fosse solidário da ordem social, esse ensaio parece fazer da experiência literária uma forma de problematização da experiência do mundo, que questiona o próprio equilíbrio do sistema.

Na leitura d’*O cortiço*, não há um ideal a que se apegar, o texto representa uma crise, pois nem a natureza tropical e a sensualidade mestiça, por um lado, nem o projeto civilizador em curso, por outro, representam alternativas positivas do ponto de vista do crítico. *De cortiço a cortiço* pensa seu objeto como se este se constituísse sob o signo da negatividade, como uma contestação do existente.

Encontra-se, portanto, nos ensaios de Candido, a partir do final da década de 1960 e início da de 1970, uma atitude diante da literatura distinta daquela que caracterizou a *Formação*. A ênfase não está mais na construção de um cânone, na demonstração do vínculo entre a construção da literatura e a construção da nação. *Formação* é escrita numa perspectiva totalizante, pois supõe fazer a história do sistema literário que já teria se formado e integrado. Cada texto analisado por Candido no livro se integra ao processo de constituição da literatura e da nação. Embora os textos não possam ser explicados pelo contexto histórico exclusivamente, talvez essa mudança de atitude em relação ao literário, que se torna mais sensível à diferença, explora em diferentes romances perspectivas distintas sobre a sociedade brasileira e possa ser relacionada à ruptura à democracia ocorrida com a ditadura de 1964.

Formação pôde relacionar literatura e sociedade numa dialética “afirmativa”, que integra o texto literário à totalidade não apenas do sistema, mas da própria formação da nação, como um processo positivo, emancipador, apesar de tudo. Com a ditadura militar, a integração à totalidade revelaria, na verdade, uma face repressiva. O ensaio, enquanto forma, torna-se um gênero que permite a Candido explorar o que há de

contestador na literatura, o que permanece fora da ordem, não se encaixa no sistema. Ao invés de um cânone que se integra a partir de uma missão comum e se confunde com o processo de formação da nação, o ensaio permitiu explorar diferentes ângulos, revelar o heterogêneo, colocar em questão o que permanecia fora da ordem, abordando o fenômeno literário em busca de múltiplas sondagens críticas do real.

Referências

- ADORNO, Theodor
(1994). O ensaio como forma. In: Theodor Adorno; Sociologia. *Coleção Grandes Cientistas Sociais* (Gabriel Cohn Org.). São Paulo, Ática.
- ANDRADE, Mário.
(1928). *Ensaio sobre a música brasileira*. São Paulo, Livraria Martins Editora.
- ARAÚJO, Ricardo Benzaquen de.
(1994) *Guerra & paz: Casa-grande & senzala e a obra de Gilberto Freyre nos anos 30*. Rio de Janeiro, Editora 34.
(1988). *Ronda noturna: narrativa, crítica e verdade em Capistrano de Abreu*. Estudos históricos 1.
- BAKHITIN, Mikhail
(1993). *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. Brasília / São Paulo, UnB / Hucitec.
- CANDIDO, Antonio
(1957 [2000]). A literatura e a vida social. In: *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo, Publifolha.
- CANDIDO, Antonio.
(1959 e 1959-II [1997]). *Formação da literatura brasileira*. 2 volumes. Belo Horizonte, Editora Itatiaia.
- CANDIDO, Antonio.
(1997). Prefácio à 2ª edição. *Formação da literatura brasileira*. 2 volumes. Editora Itatiaia, Belo Horizonte.
- CANDIDO, Antonio.
(1999). *Introdução à literatura brasileira* (conferência de 1987). Campinas, Humanitas.
(1995). Esquema de Machado de Assis. In: Antônio Cândido; *Vários Escritos* (terceira edição revista e ampliada). São Paulo, Duas Cidades.
(1970 [1993]). Dialética da malandragem. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades.
(1991 [1993]). De cortiço a cortiço. In: *O discurso e a cidade*. São Paulo, Duas Cidades.
(1969 [1987]). Literatura de dois gumes. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática.
(1981 [1987]). A educação pela noite. In: *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo, Ática.
- COSTA LIMA, Luiz.
(1984). *O controle do imaginário*. São Paulo, Brasiliense.
- COSTA LIMA, Luiz.
(1992). Concepção de história literária na *Formação*. In: Luiz Costa Lima; *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo, Companhia das Letras.
- FURET, François.
(1975 [S/D]). Da história-narrativa à história-problema. In: François Furet; *A oficina da história*. Lisboa, Gradiva.

- (1979 [S/D]). O nascimento da história. In: François Furet; *A oficina da história*. Lisboa, Gradiva.
- LACAPRA, Dominick.
(1982). Rethinking intellectual history and reading texts. In: LACAPRA, Dominick ; KAPLAN, Steven. (Ed); *Modern European intellectual history: reappraisals e new perspectives*. Cornell University Press, Ithaca and London.
- MERQUIOR, José Guilherme.
(1969). *Arte e sociedade em Marcuse, Adorno e Benjamin*. Rio de Janeiro, Guanabara / Tempo Brasileiro.
- MERQUIOR, José Guilherme.
(1979). O Texto como resultado (notas sobre a teoria da crítica em Antonio Candido). In Arinos, Afonso et all: *Esboço de figura: homenagem a Antonio Candido*. São Paulo, Duas Cidades.
- PRADO, Paulo.
(1997). *Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira*. São Paulo, Companhia das Letras.
- RADCLIFFE-BROWN, A. R.
(1978). Sobre o conceito de função nas ciências sociais. In: *Estrutura e função na sociedade primitiva*. Petrópolis, Vozes.
- ROMERO, Sílvio.
(1880 [2001]). A literatura brasileira e a crítica moderna. In: Luiz Antonio Barreto (Org.); *Literatura, história e crítica*. Sergipe / Rio de Janeiro, Editora UFS / Imago.
- (1888 [2001]). *História da literatura brasileira* (Edição Comemorativa). Sergipe / Rio de Janeiro, Editora UFS / Imago.
- SAPIR, Edward.
(1924 [S/D]). *Culture genuine, and spurious*. Selected writings of Edward Sapir in language, culture and personality. In: David Mandelbaum (Ed). Los Angeles, University of California Press – Berkeley.
- SARAIVA, Antonio José; LOPES, Oscar.
(1956). *História da literatura portuguesa*. Lisboa, Editora Europa América.
- TOCQUEVILLE, Aléxis.
(1835 [1987]). *A democracia na América*. Belo Horizonte / São Paulo: Itatiaia / Edusp.
- WEBER, Max.
(1905 [1990]). *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Lisboa, Editorial Presença.

Recebido em
setembro 2017

Aprovado em
outubro de 2017

Etnografia e ficção em perspectiva

Elaine Rodrigues Perdigão*

Valter Sinder**

Resumo

A junção de dados históricos-etnográficos com elementos da ficção constitui possibilidades outras de escrever um texto. Neste ensaio, a partir da leitura dos romances histórico-etnográficos - *Nove noites* de Bernardo Carvalho, e *Os papéis do inglês* de Ruy Duarte de Carvalho, dedicamos especial atenção à perspectiva do escritor que, como o interessado etnógrafo, está a desvendar entre o corriqueiro e o cotidiano alguma explicação mais profunda sobre a humanidade. No centro do processo de ver o mundo e escrever alguma coisa sobre ele, está o sujeito que fala, sujeito que escreve, pois, a partir de sua experiência, muito íntima, podemos identificar alguma aderência à coletividade. Os sujeitos que falam estão a discursar sobre as contradições de si, as situações a que estão submetidos. Eles estão a falar por si. Questionamos: O que suas escritas nos fazem ouvir?

Palavras-chave

Etnografia. Ficção. Verdade.

Abstract

The combination of historical-ethnographic data and fictional elements constitutes new possibilities on writing a text. In this essay, stemming from readings of historical-ethnographic novels - *Nove noites* by Bernardo Carvalho, and *Os Papéis do inglês* by Ruy Duarte de Carvalho - a special attention is given to the writer's perspective, as the concerned ethnographer who is on path to discovering, among the mundane, a deeper explanation of humanity. In the core of the process, observing the world and writing about it at the same time, is the subject who speaks and writes from a personal and very intimate experience, allowing us to identify

* Elaine Rodrigues Perdigão é Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e especialista em Educação à Distância no Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) do Rio de Janeiro (RJ). E-mail: elaineperdigaooster@gmail.com.

** Valter Sinder é Professor Associado e pesquisador do Departamento de Antropologia do Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e do Departamento de Ciências Sociais da PUC-Rio. E-mail: vsinder@hotmail.com.

some adherence to the collective. The subjects who speak are addressing contradictions of themselves and the situations they are exposed to. They are speaking for themselves. The question is: what can we hear from their writings?

Keywords

Ethnography. Fiction. Truth.

Introdução

Cada um lê os poemas como pode e neles entende o que quer, aplica o sentido dos versos à sua própria experiência acumulada até o momento em que os lê.”

Bernardo Carvalho

“O que há de ser preciso para escrever, em primeiro lugar, senão achar que vale a pena porque tem destinatário?”

Ruy Duarte de Carvalho

São variadas as formas de se observar o universo social, seja através da observação participante, do registro histórico, da investigação jornalística, ou da poesia e da música, e essa captura do real, como nos indicou Hal Foster (2014), não distingue substancialmente o etnógrafo do artista.

Entender a cultura como um texto, na medida exata de sua interpretação, supõe que a tarefa do etnógrafo seja tanto *textualista* como *esteticista* (FOSTER, 2014), operada por meio de “paradigmas discursivos de diálogo e polifonia” (CLIFFORD apud FOSTER, 2014), na qual vão se agregar distintas formas de representação e apropriação simbólica ressignificadas pela Arte, pela Literatura, pela História, pela Etnografia.

Os romances *Nove noites* de Bernardo Carvalho (2002, 2006) e *Os papéis do inglês* de Ruy Duarte de Carvalho (2001, 2007) são narrativas que jogam com a realidade e a ficção. Seus autores manipulam os fatos reais misturando-os às suas próprias lembranças, depositando, ainda, suas subjetividades e memórias, alternando momentos dignos de um realismo jornalístico com passagens literárias envolventes.

A junção de dados históricos/etnográficos com elementos da ficção constitui possibilidades outras de escrever um texto. Os romances põem em evidência a linha tênue entre verdade e falsidade, tornando mais

significativa a subjetividade do autor como elemento fundante do texto, pois, a partir dela, são refeitas memórias, reestabelecidas associações, são reconectadas pessoas a lugares, etapas de um processo autoral fortemente ancorado na experiência do sujeito que escreve.

Neste ensaio, ao caminhar pela vizinhança literária, dedicamos atenção à perspectiva do escritor que, como o interessado etnógrafo, está a desvendar entre o corriqueiro e o cotidiano alguma explicação mais profunda sobre a humanidade. Aonde queremos chegar ao aproximar o escritor de um romance ao etnógrafo? A leitura da vida, do mundo e das pessoas exige cuidado, olhar atento, exige a sensibilidade de transpor para a escrita alguma coisa que desperte o leitor. Se no romance o autor manipula a verdade com despreensão, o etnógrafo lida com a ficcionalidade oferecida em seu relato como um percalço. No centro do processo de ver o mundo e escrever alguma coisa sobre ele, está o sujeito que fala, sujeito que escreve, pois, a partir de sua experiência, muito íntima, podemos identificar alguma aderência à coletividade. Os dois autores, Bernardo Carvalho e Ruy Duarte de Carvalho – homens do Terceiro Mundo –, estão a expor a fragilidade de sua condição de sujeitos que falam de uma periferia. Esse novo sujeito não é aquele branco ocidental discursando sobre o exótico a partir de relatos maravilhosos. Os sujeitos que falam estão discursando sobre as contradições de si, as situações a que estão submetidos. Eles estão a falar por si. O que suas escritas nos fazem ouvir?

Nove noites, por Bernardo Carvalho

A morte misteriosa de um jovem antropólogo é a cena primeira do texto. É relatada por um narrador ainda desconhecido, como uma carta endereçada a alguém. Reconhecemos nomes. Nomes de antropólogos. Cerca de dez páginas nos fazem crer na leitura de um texto que, apesar da verossimilhança, estaria construindo personagens não reais. Mas o jovem suicida existiu. Não estava mais claro na narrativa o que era fato ou ficção. Estava tudo entrelaçado no texto, incluindo a biografia do próprio autor. Essa indistinção entre verdadeiro e falso compõe todo o suspense do romance. Seria uma estratégia do próprio autor?

“A verdade está perdida entre todas as contradições e os disparates. ‘Quando vier à procura do que o passado enterrou, é preciso saber que estará às portas de uma terra em que a memória

não pode ser exumada, pois o segredo, sendo o único bem que se leva para o túmulo, é também a única herança que se deixa aos que ficam, como você e eu, à espera de um sentido, nem que seja pela suposição do mistério, para acabar morrendo de curiosidade. Virá escorado em fatos que até então terão lhe parecido incontestáveis. Que o antropólogo americano Buell Quain, meu amigo, morreu no dia 2 de agosto de 1939, aos vinte e sete anos. (...) As histórias dependem antes de tudo da confiança de quem as ouve, e da capacidade de interpretá-las. (...) Assim são os homens. Ou você acha que quando nos olhamos não reconhecemos no próximo o que em nós mesmos tentamos esconder?''.

(CARVALHO, 2006, p. 6-8)

Ainda surpreendidos com as circunstâncias sinistras da morte de Buell Quain, vamos sendo guiados pelas linhas de Bernardo Carvalho em direção a uma viagem ao passado. Cartas, fotografias e depoimentos intentam reconstruir os últimos meses de vida do antropólogo antes de sucumbir à morte na presença de dois índios no Alto Xingu. A fotografia de Buell estampada na página do livro desperta ainda mais curiosidade. Trata-se de duas fotos, provavelmente tiradas antes de sua prematura morte. Revelam um jovem bonito de olhos e cabelos castanhos. O autor – Bernardo Carvalho (Rio de Janeiro, 1960) – reúne, assim, fragmentos do real, que conferem uma outra dimensão ficcional à narrativa *Nove Noites*. Ele incorpora trechos de uma descrição etnográfica a um relato romanceado. O suicídio parece instigar o autor na busca de uma verdade sobre os acontecimentos. Toda a estranheza causada pelas circunstâncias da morte desperta uma investigação: entrevista com antropólogos que conheceram Buell, acesso aos arquivos de Heloísa Alberto Torres, diretora do Museu Nacional, responsável por receber e orientar o grupo de antropólogos brasileiros, todo um arsenal de informações para descobrir quem foi Buell Quain e o que o levou ao suicídio.

“Ninguém nunca me perguntou, e por isso também não precisei responder. Todo mundo quer saber o que sabem os suicidas. No início, deixei-me levar pela suposição fácil de que aquela só podia ser uma morte passional e concentrei a minha busca nesses vestígios. Devia haver outra pessoa envolvida. Ninguém pode estar totalmente só no mundo. Tinha que haver uma carta em que ele revelasse os seus desejos e sentimentos. Na manhã de 8 de março de 1939, enquanto esperava as mulas e os mantimentos para a caminhada de seis dias até a aldeia de Cabeceira Grossa,

Quain aproveitou para pôr em dia a correspondência, sentado à máquina de escrever. Pretendia isolar-se na aldeia por um período inicial de três meses. Não podia contar com a eventual ida de um mensageiro ou portador nesse meio-tempo. Não pensava em voltar a Carolina antes de junho. Li três dessas cartas. A mais longa era endereçada a Ruth Landes, sua colega de Columbia que estava no Brasil estudando o candomblé”.

(CARVALHO, 2006, p. 23)

Temos aqui dois planos de narrativas: a primeira é a de Manoel Pena, personagem criado pelo autor por inspiração em uma das pessoas que tinham convivido com Buell Quain em sua trajetória no Brasil. A segunda é a do próprio escritor fundamentada em suas investigações – atestando, assim, a autoridade da sua fala – e em sua biografia pessoal (durante a infância, o autor costumava frequentar a fazenda do pai na região amazônica onde tivera contato com os índios). Percorrendo as páginas do livro, somos informados por ambos os narradores: enquanto Manuel Pena registra uma fala no passado, mas endereçada ao futuro – na qual registra um conhecimento, uma sabedoria local – Bernardo Carvalho entra com a descrição dos fatos e registro dos acontecimentos; ele parte do presente para remontar o passado. Esses dois planos comportariam ficção e realidade na narrativa?

O livro de Bernardo Carvalho confirmaria que a tensão entre ficção e realidade se dissolveria na medida em que constituem duas possibilidades de narrar um acontecimento. O modo como os dois planos de narrativa estão dispostos confere uma outra dimensão e abordagem do real que não abandona o rastro da ficcionalidade. O autor parte da história para alcançar outras possibilidades de real, neste caso, não deixa de ser uma estratégia comunicativa.

“Se faço as contas, vejo que foram apenas nove noites. Mas foram como a vida toda. A primeira, na véspera de sua partida para a aldeia. Depois, mais sete durante a passagem por Carolina em maio e junho, quando vinha à minha casa em busca de abrigo, e a última quando acompanhei pelo primeiro trecho de sua volta à aldeia, quando pernoitamos no mato, debaixo do céu de estrelas. A última noite foi por minha conta e da minha imaginação ao longo de nove noites. (...) É preciso entender que cada um verá coisas que ninguém mais poderá ver. E que nelas residem as suas razões. Cada um verá as suas miragens. (...) bebeu comigo e me contou que procurava entre os índios as leis que mostrariam ao mesmo tempo o quanto as nossas são descabidas e um mundo no

qual por fim ele coubesse? Um mundo que o abrigasse?”.
(CARVALHO, 2006, p. 41-42)

“Buell Quain também havia acompanhado o pai em viagens de negócios. Quando tinha catorze anos, foram a uma convenção do Rotary Club na Europa. Visitaram a Holanda, a Alemanha e os países escandinavos. E daí em diante nunca mais parou de viajar. Mas se para Quain, que saía do Meio-Oeste para a civilização, o exótico foi logo associado a uma espécie de paraíso, à diferença e à possibilidade de escapar ao seu próprio meio e os limites que lhe haviam sido impostos por nascimento, para mim as viagens com o meu pai proporcionam antes de mais nada uma visão e uma consciência do exótico como parte do inferno”.
(CARVALHO, 2006, p. 57).

As coincidências se estabelecem entre o personagem da obra (Buell Quain) e o autor, Bernardo de Carvalho. A proximidade com o exótico, as sensações e experiências advindas do contato com o diferente parecem unir ambos de forma íntima. O narrador Bernardo está dedicado a remontar o passado, a reconstruir pequenos fragmentos de memórias para dar um desfecho à vida de Buell de forma mais digna daquela que resultou no seu suicídio. Nesse processo, não deixa de ser curioso o fato de que a estranheza com os índios, e até certa repulsa, seja experimentada tanto por Bernardo quanto por Buell (comprovada numa carta endereçada à sua colega Ruth Landes). Está expressa de forma sutil a atitude etnocêntrica como que a deixar subtendido uma mensagem. E qual seria? – Buell, para se descobrir, precisava descobrir um outro.

Bernardo estava em busca de Buell, mas não deixou de encontrar nele um pouco de si. Culturas tão distintas, mas unidas pela experiência com os índios, tal qual um roteiro etnográfico que registra as vivências e os contatos. O próprio processo de construção da identidade do narrador se dá a partir da sua visão do outro. Quando Bernardo decide percorrer o caminho que Buell fizera antes para descobrir a razão do suicídio, ele se depara com as mesmas frustrações e dilemas no contato com os índios. E à medida que as histórias de Buell e Bernardo se cruzam, a questão da identidade vai se tornando mais visível, porém não menos complexa. É a partir da convivência com os índios, do choque cultural estabelecido, das reticências e silêncios, das estranhezas e repulsas, que podemos identificar as semelhanças entre os narradores-etnógrafos, sobretudo, a partir dessa condição de etnógrafo.

As aventuras de uma etnografia malsucedida, os dissabores do convívio com os índios, o temor com os rituais de iniciação, são todos esses documentos de um repertório antropológico. Tornando ainda mais séria sua postura de etnógrafo, o narrador Bernardo contempla questões sobre o parentesco, sobre paternidade, utiliza referências da área, como o antropólogo Claude Lévi-Strauss, observa o comportamento dos índios, toda uma inclinação etnográfica a autenticar o que está sendo relatado. A atitude de Bernardo não seria uma tentativa de reviver a jornada etnográfica de Buell? A leitura de *Nove noites* nos convida a buscar a identidade do antropólogo, encontramos-la em Bernardo e Buell, e, nessa busca, todo o mistério, encontros e desencontros, passado e presente costuram o suspense da trama. Em *Nove noites*, o romance etnográfico se apresenta como um modo de ler e interpretar costumes de culturas distantes, as personagens não deixam de ser representativas de estilos de vida distintos, elas se desprendem de figuras imaginárias para serem, de certo modo, agentes da história. O romance propicia esse diálogo tenso e tênue entre o “eu” e um “outro”, em que as diferenças e semelhanças contornam os caminhos trilhados pela narrativa. Não há um desfecho para o romance. A morte de Buell permanece em suspenso, e o mito do suicídio não fora desvendado.

O encontro com o suposto filho de Buell confere à trama uma saída menos traumática e mais ficcional. Seria uma alternativa de leitura para um final sem conclusões? Ficção e não ficção compunham o repertório da narrativa até o seu final, revelando que tal oposição binária se desfaz no entrelaçamento do enredo. Há um momento na narrativa em que o narrador Manuel Pena nos oferece uma resposta – ainda que precária – para compreender por que Buell se matou de forma tão violenta, sendo capaz de cortar o próprio corpo diante de dois índios. Na resposta se revela a inquietude do ser, há algo de assustador quando se busca uma verdade sobre si, as surpresas que esse descobrimento traz seriam dolorosas demais para Buell.

“(…) Perguntei aonde queria chegar e ele me disse que estava em busca de um ponto de vista. Eu lhe perguntei: “Para olhar o quê?”. Ele responde: “Um ponto de vista em que eu não esteja no campo de visão”. (...) Porque ele nunca estaria no seu próprio campo de visão, onde quer que estivesse, ninguém nunca está no seu próprio campo de visão, desde que evite os espelhos. (...) De certo modo, ele se matou para sumir do seu campo de visão, para deixar de se ver”.

(CARVALHO, 2006, p. 100).

***Os papéis do inglês*, por Ruy Duarte de Carvalho**

Na narrativa de Bernardo Carvalho, a etnografia se insinua como um processo de elaboração autoral e subjetivo, por pleitear a contingência de se estar num lugar e de ser afetado por ele e todas as mediações que envolvem a experiência de campo (como a relação com as coisas e os outros nem sempre amistosas) e, sobretudo, as consequências das relações pessoais que incidem sobre o etnógrafo. Nesta apreensão fugidia e precária da realidade do campo, é compreensível que o etnógrafo venha se valer de recursos ficcionais para oferecer imagens e sentidos ao leitor e, com isso, a compreensão sobre o outro. A ficção, portanto, torna-se um duplo da etnografia, outra vertente, outro modo de dizer sobre o outro, não menos pessoal, não menos verídico. *Nove noites* é um romance que possui aguda sensibilidade etnográfica do autor Bernardo Carvalho quando justapõe camadas da realidade e da ficção de forma que descobrir o que é essencialmente um ou outro perde o sentido. Sobre essa proximidade da etnografia com a ficção outro romance se conecta ao romance de Bernardo Carvalho: trata-se de *Os papéis do inglês*, de Ruy Duarte de Carvalho¹.

Entre ambos os romances, há uma série de contiguidades, continuidades, desdobramentos, que aproximam seus autores de maneira peculiar. A publicação de *Nove noites*, em 2002, acontece pouco tempo depois do lançamento de *Os papéis do inglês* (2000), cuja resenha foi publicada por Bernardo Carvalho no jornal *Folha de São Paulo*². O escritor brasileiro define

¹ Poeta, cineasta e antropólogo, o angolano Ruy Duarte Carvalho (1941-2010) dedicou-se a escrever romances tecendo linhas íntimas entre a Antropologia e a Literatura. Participou da luta pela libertação da Angola, lugar que marca sua narrativa de forma especial. A África é o sentido e o despertar de toda a produção do angolano. É também seu ponto de partida. No romance *Desmedida* (2010), Carvalho recupera os laços entre África e Brasil, percorrendo a trilha da historiografia e da literatura de João Guimarães Rosa e Euclides da Cunha. Em relato autobiográfico, confessa: “Pelo menos duas consequências maiores para o meu percurso biográfico terão resultado desta configuração das coisas: a primeira é que o lugar onde vim ao mundo sempre constituiu para mim, desde que me lembro a ruminar nas coisas, uma referência de exílio; a segunda é que tudo quanto pela vida fora se me foi revelando e determinando lugar no mundo, sempre acabou por ocorrer de maneira imediata, vivida, empírica, in vivo, a exigir, às vezes, e sem ser pela mão fosse do que ou de quem quer que fosse, opções e ações de vida ou de morte no pleno desenrolar dos acontecimentos” (Retirado de Cotovia). Disponível em: <<http://www.buala.org/pt/ruy-duarte-de-carvalho/uma-especie-de-habilidade-autobiografica>>. Acessado em Outubro de 2015.

² Ver: CARVALHO, Bernardo. (2001). A ficção hesitante (Resenho de *Os papéis do inglês*, de Ruy Duarte de Carvalho). In: *Folha de São Paulo*, 6 de janeiro, 2001. Acessado em Outubro de 2015.

a obra do antropólogo angolano como uma “narrativa autorreflexiva das mais peculiares e originais”, fazendo do “cruzamento entre antropologia e literatura um gênero próprio”. E prossegue sobre a abordagem do autor em aproximar etnografia e ficção: “É, portanto, pela ficção que o autor antropólogo procura um caminho e uma resposta criando sua própria versão para narrá-la à ‘destinatária’”. Uma ficção hesitante que, informada pela Antropologia, preza o princípio de que *mais que o achado vale sempre a busca*”.

Em *Os papéis do inglês*, o suicídio de um outro antropólogo abre a narrativa com o suspense e mistério que ronda o acontecido. *Os papéis do inglês* estão a revelar alguma coisa sobre os acontecimentos do ano de 1923.

“A narração daquela história que prometi contar-te, a do suicídio de um Inglês no interior mais fundo da Angola e nesta África concreta de que tu, e todo o mundo, tão pouco realizam no exacto fim deste século XX fora de um imaginário nutrido e viciado por testemunhos e especulações que afinal se ocupam mais do passado europeu que do africano”.

(CARVALHO, 2007, p. 12)

A escrita é feita para uma “destinatária que se insinua e instala no texto” e revela distintos planos da narrativa numa espécie de textos dentro de textos em que se conjugam a crônica de Henrique Galvão (cronista português do período colonial), fonte historiográfica, e, de outro, um narrador antropólogo, alter ego de Ruy Duarte de Carvalho, que se dispõe a contar a história a partir de uma viagem pelo interior da Angola em busca dos papéis que foram abandonados. A descoberta desses documentos poderia revelar o que aconteceu com o inglês: desiludido da profissão de antropólogo, Archibald Perkins parte em viagem para a África como caçador, mas um episódio irrompe numa reação violenta e mortal do inglês, que mata um caçador grego às margens do rio Kwando, na fronteira com a atual Zâmbia, e depois dispara tiros contra todos do acampamento e, por fim, a si mesmo.

Archibald Perkins e Buell Quain são dois antropólogos que se suicidam em condições misteriosas. Quais as razões dos suicídios? Esta é a pergunta-chave que mobiliza a escrita e a viagem de seus narradores em busca de pistas, relatos, fragmentos para desvendar o que se passou e, nessa busca, os narradores vão se confrontar com circunstâncias inesperadas, biografias e outros personagens que temperam a trama com doses investigativas

a surpreender o leitor. Nesta jornada de viagens e descobertas, vão se desenhando lugares, pessoas e culturas como que a oferecer um retrato *bricolado* de informações, histórias e representações muito além do registro factual para compor, também, um registro ficcional da realidade. Ao descobrirmos um pouco sobre Perkins e Quain, inevitavelmente, descobrimos sobre seus criadores, os alter egos de Ruy Duarte e Bernardo Carvalho, respectivamente, as duas primeiras personagens são a razão de autodescoberta dos segundos.

E por meio desse enigma antropológico, em que a aventura etnográfica constitui o enredo principal, coincidem histórias de convivências e conflitos, experiências e encontro. A disciplina entra em perspectiva em *Os papéis do inglês* não apenas pela marca da prática de campo, com relatos e transcrições de informantes, como também é marcada pela citação aos grandes nomes da disciplina, como os dos antropólogos James Frazer e Radcliffe-Brown. O último merece na trama o seguinte destaque: “espécie de super-homem, e esforça-se, a um ponto que é difícil imaginar, por viver estritamente segundo um plano que a sua razão e a sua vontade trançaram. Acha que em tudo é preciso introduzir estilo e aspira à permanente consciência de cada gesto”. (CARVALHO, 2007, p. 53)

Archibald Perkins abandona a Antropologia em meio a um período de transição da própria disciplina em que Radcliffe-Brown personifica esse processo de mudança:

“Estava a passar-se, com ele [Radcliffe-Brown], da antropologia puramente histórica à da análise sincrônica, quer dizer, àquilo que em breve viria a se designar funcionalismo. Mas estava também a criar-se, caso não fosse ultrapassada a indiferença que iria instalar-se pelos desenvolvimentos históricos e pela mudança, um novo impasse à antropologia. E era isso que Archibald Perkins divisava já”.

(CARVALHO, 2007, p. 49)

A mudança demarcava a necessária distância entre a Antropologia Social e o estudo biológico do homem, e designou-se a etnografia como “o registro descritivo de sociedades sem escrita e ao de etnologia o tratamento da reconstrução da sua história, enquanto ao estudo comparativo das instituições passava a competir a designação de antropologia social”. (CARVALHO, 2007, p. 49)

A consolidação da Antropologia coincide com as investidas coloniais de uma África tornada como objeto de análise, assim exposta, decifrada para ser domesticada. É nesse ponto que a entrada do antropólogo Ruy Duarte se faz presente para acenar a uma crítica sobre os africanistas britânicos que lecionavam em cursos de “*applied anthropology*” destinados a administradores das chamadas “áreas tribais”. “E mesmo Radcliffe-Brown, que repugnava já pela atenção às sociedades instaladas no seu presente, estava ainda a ver só nessas mesmas sociedades um mero objecto exposto à observação dos sábios”. (CARVALHO, 2007, p. 51)

E é curioso que Perkins seja uma espécie de dissidente. Apartado da Antropologia, ele segue numa viagem exploratória à África, mas munido de outras intenções. É que lá, em terras africanas, há de esconder um tesouro, um verdadeiro achado, e a busca a que se dedica o inglês é uma investida solitária e amarga, resultado de um drama com o próprio pai e a separação da mulher. Assim como Quain, o traço do indivíduo, suas personalidades e características psíquicas oferecem um contorno íntimo e subjetivo de personagens que estão a revelar, talvez, alguma coisa de seus narradores? Afinal, o que querem os narradores de *Os papéis do inglês* e *Nove noites* ao investir num outro? Parece-nos que estão querendo a saber sobre si mesmos...

Ruy Duarte de Carvalho com exímio talento de escrita costura os muitos fragmentos da narrativa em citações e diferentes modalidades discursivas de maneira que o leitor se questiona constantemente sobre quais os rumos que a trama irá tomar, bem como se questiona sobre quem está falando e se está autorizado a dizer. Afora isso, desponta a África em meio a investidas coloniais e as diferentes representações que se fazem em torno dela. O autor manipula as muitas ideias sobre o continente africano, oferecendo alguma intimidade e solidariedade ao lugar para reconstituir as visões que se tem da África e, nesta medida, a narrativa assume uma marca estritamente pessoal e política. Com essa estratégia de narrativa, o romance rompe com representações naturalizadas sobre a África para visibilizar diferentes e conflitantes visões de mundo, devolvendo ao leitor alguma inquietação e certo constrangimento.

Assim como Archibald Perkins, que em meio a um desgaste acadêmico rompeu com os intentos de exploração do território angolano e dos povos que habitam nessa terra, o narrador-personagem de Ruy Duarte de Carvalho repete a mesma atitude estimulando o leitor a encontrar traços comuns entre ambos e a supor que a narrativa seja uma espécie de desvio, de manobra do narrador-personagem para falar de si mesmo: “Ou então não era eu que

vinha ali, era o sujeito da minha própria ficção?” (CARVALHO, 2007, p. 109). No processo de elaboração do romance, o autor aciona a etnografia para alcançar, também, uma dimensão subjetiva do texto ancorada na vivência com o outro. Mas, apesar de refletir a experiência do contato, a etnografia oferece recortes precários e parciais, inscrevendo-se num jogo de representações em que apreensão da “realidade da África” torna-se tarefa ilusória.

Ambos os romances nos fazem constatar o que há de construção no que tomamos aparentemente por realidade. Dito de outra forma, os romances *Os papéis do Inglês* e *Nove noites* sugerem que, ao nos situarmos com relação a nós mesmos no confronto com o outro, recorremos a elaborações imaginativas que se aproximam de ficções que utilizamos para representar o mundo. O real seria construído por representações que utilizamos para significar, classificar e ordenar as coisas e para nos adequarmos aos papéis sociais que assumimos no dia a dia. Mas, sobretudo, representações são construções, por isso, devemos ter o cuidado de não naturalizá-las e, sim, colocá-las em contexto. Representar, nesse sentido, é um ato político. Em *Os papéis do Inglês*, seu autor pretende desconstruir representações sobre a África e seus habitantes para dar lugar a outras representações, agora, elaboradas pelos africanos, que podem falar de si. Não se trata, portanto, de apresentar uma representação mais verdadeira (a verdade sobre os índios ou africanos), mas de conjugar e visibilizar representações. Comunicá-las em sua acepção mais democrática.

Com a leitura desses romances, estaria sugerida que, na tarefa de compreendermos o outro e a nós mesmos, recorremos a elaborações ficcionais, pois dessa maneira podemos nos situar e decodificar os sentidos do mundo. Mas o que se faz preciso é desconstruir certas representações para que não se sobreponham a outras. Tarefa sempre penosa, mas necessária. A relação colonial afirma uma imposição de representação do outro, que vigorou por muito tempo como legítima, mas estava longe de ser transparente e total. Colonizar constitui mesmo o ato de dizer sobre o outro, de não ouvi-lo, de falar por ele.

Todavia, nos deparamos com a instabilidade e precariedade em produzir considerações sobre o outro, empreitada por vezes violenta, como vimos nas narrativas de Ruy Duarte e Bernardo Carvalho. Falar do que se desconhece requer postura um tanto autoritária, investigativa, curiosa, a instigar o que é da privacidade e do direito do outro. O escritor e o antropólogo lidam com a tarefa dupla de fazer conhecer e fazer-se conhecer num jogo complexo

de projeções em que algumas armadilhas são lançadas para confundir um e outro. Os romances abrem espaços para novas construções, para que seus narradores possam revisitar o passado para recontar uma história. Estão a desfazer mal ditos e malfeitos. Lançam mão da Antropologia para assegurar à narrativa alguma factualidade, para ancorar a escrita no campo da experiência, atestando, assim, uma fala que parte sempre de um lugar.

Sendo os narradores personagens antropólogos, os romances encenam o processo de elaboração de uma etnografia, confirmando a dimensão subjetiva de seu trabalho, sua contingência e todas as mediações que o separam (ou ligam) a seu objeto de estudos. O que os romances parecem propor é que tanto a etnografia como a ficção oferecem recortes imprecisos num jogo de representações (que são variadas e, por vezes, conflitantes). Esse jogo não é, porém, isento de responsabilidades política e moral. Ao problematizar as relações da Antropologia com os colonialismos, ao parodiar e ironizar a Literatura colonial, especialmente, o romance de Ruy Duarte desfaz representações correntes das sociedades tradicionais africanas. Evidenciando a parcialidade e a contingência dessas representações, o romance evita oferecer uma representação da África, continente sobrevivendo na modernidade (numa espécie de redenção final e promissora); convida, ao contrário, o leitor a suspeitar de tais representações atestadas por discursos científicos – das etnografias, dos registros da “oratura” e, ainda, das teorias literárias produzidas a partir dos relatos de viagem.

A atividade do antropólogo em performance em *Os papéis do inglês* desconstrói a concepção naturalista de se recorrer a materiais etnográficos para a “comprovação” da tese de que a “África tradicional” se inscreve na Literatura escrita. O romance rejeita, assim, a expectativa de que a “ficção africana” seja um documento da “realidade africana” (ou, mais modestamente, de que a “ficção angolana” seja reflexo da “realidade angolana”). Ao se contrapor às representações produzidas a partir das relações coloniais, o romance de Ruy Duarte de Carvalho não parece oferecer uma “representação mais verdadeira” da África, de Angola, ou dos kuvalas, mas sim a contradição inerente à noção de representação, que se caracteriza tanto pela construção quanto pela referencialidade.

Investindo na perspectiva antropológica, estariam os narradores dos romances autorizados a falar sobre o outro a partir de um posto de vista menos ilusório? Não se trata de renegar a realidade, mas de expô-la, de duvidá-la, tornando-a possível a partir de outras vozes, outras *personas*,

outros gêneros, na criação de novos patamares de diálogo entre os textos produzidos, condições da sua produção e os sujeitos que escrevem.

Apelar ao discurso antropológico pode corresponder a certa expectativa de referência do real que, dessa forma, estabilizaria todos os sentidos advindos do texto, como se correspondessem a uma realidade factível que se faz plenamente revelada pelo autor. Por essa via, o recurso a materiais etnográficos submeteria a própria Literatura à ciência ou, mais precisamente, à “realidade”, que se supõe revelada pelo discurso da ciência, realidade esta supostamente “verificável” pelos fatos e pela experiência. Todavia, a etnografia nos revela, também, as inconsistências do discurso e os limites de tradução do real.

Nesta medida, atestamos como a ficção e o discurso etnográfico se aproximam: é comum que, mesmo diante de um romance ou um conto, a expectativa do leitor diante das literaturas de outras sociedades e outros costumes, como a africana e a indígena, por exemplo, seja de que estas deem a conhecer sociedades distintas da sua, deslizando o literário para o domínio da etnografia. Esse fluir da ficção para a etnografia pode ocorrer já no âmbito da produção do texto: o projeto literário consistindo na elaboração de um retrato dos costumes e das cosmovisões das outras sociedades. E, mais do que isso, a etnografia empresta ao texto literário um descolamento de si (do autor) para dar conta de outras perspectivas de si e de outro.

Aprendemos com a leitura desses romances que a tarefa muito particular do escritor do romance de pôr o outro à espreita não é muito distinta da do etnógrafo, que está sempre a observar entre os bastidores algum dado íntimo do outro. Mas se, com o romance, o escritor está desautorizado a cumprir com uma verdade do texto, não menos crível pode ser sua escrita. Nos dois romances, a vida real se torna matéria da ficção e põe tudo num novo começo. Retoma o princípio, reestabelece as causas, remontando o passado para tornar coerente este presente.

Referências

FOSTER, Hal.
(2014). *O retorno do real*. São Paulo, Cosac Naify.

CARVALHO, Bernardo.
([2002], 2006). *Nove noites*. São Paulo, Companhia das Letras.

(2001). A ficção hesitante (Resenho de Os papéis do inglês, de Ruy Duarte de Carvalho). *Folha de São Paulo*, 6 de janeiro.

CARVALHO, Ruy Duarte de.
([2000], 2007). *Os papéis do inglês ou o Ganguela do Coice*. São Paulo, Companhia das Letras

PERDIGÃO, Elaine Rodrigues.
(2016). *Estórias que contamos sobre os outros: etnografia e ficção em perspectiva*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio).

Recebido em
maio de 2017

Aprovado em
junho de 2017

Artigos

De memorias largas y cortas: Poder local y violencia en el Noroeste argentino

Ludmila da Silva Catela*

Resumén

En este texto propongo una mirada sobre las relaciones y diferencias entre dos planos de análisis al observar las memorias locales en torno a la represión política, del pasado reciente, en el noroeste argentino. Para esto a lo largo del trabajo se plantean dos niveles de comprensión sobre el tiempo: *memorias largas* y *memorias cortas*. Esta manera de mirar el pasado, desde las tensiones generadas por memorias locales sobre las memorias más encuadradas, permite descubrir las resistencias y estrategias de aquellos que portan menos capitales económicos y simbólicos para imponer sus relatos en el espacio público. Este análisis está basado en el trabajo de campo en las localidades de Tumbaya y Calilegua, donde se observan los contrastes que se producen con las representaciones y prácticas dominantes en torno a las violaciones a los derechos humanos y la memoria de la represión. Estos contrastes dan cuenta de formas particulares de hablar de la violencia que se restringe a un período corto (1976-1983) que impone, por un lado, formas de dominación simbólica sobre qué y cómo debe recordarse el pasado. Por otro lado, operan silenciando y olvidando períodos más largos y complejos, en relación a las vivencias de violencia, sus memorias y a otros actores involucrados en ellas.

Palabras llaves

Dictadura. Memorias locales. Argentina.

Resumo

Neste texto, proponho uma mirada sobre as relações e diferenças entre dois planos de análise ao observar as memórias locais sobre a repressão política do passado recente no noroeste da Argentina. Para isso, ao longo do trabalho, são propostos dois níveis de compreensão sobre o tempo: memórias longas e memórias curtas. Esta maneira de ver o passado, das tensões

* Ludmila da Silva Catela es Doctora en Antropología por la Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Investigadora Independiente de CONICET / IDACOR / UNC. E-mail: ludmilacatela@yahoo.es.(UFRJ). Email: luena.ufrjr@gmail.com.

geradas pelas memórias locais sobre as memórias mais enquadradas, permite-nos descobrir as resistências e estratégias daqueles que carregam menos capital econômico e simbólico para impor suas histórias no espaço público. Esta análise baseia-se no trabalho de campo nas localidades de Tumbaya e Calilegua, onde os contrastes que ocorrem com representações e práticas dominantes são observados em relação a violações de direitos humanos e a memória de repressão. Esses contrastes dão conta de formas particulares de falar sobre violência que é restrita a um curto período (1976-1983) que impõe, por um lado, formas de dominação simbólica sobre o que e como o passado deve ser lembrado. Por outro lado, eles operam silenciando e esquecendo períodos mais longos e mais complexos, em relação às experiências de violência, suas memórias e outros atores envolvidos neles.

Palavras-chave

Dictadura. Memórias locais. Argentina.

Abstract

This text intends to examine relations and differences of two analytical levels in order to observe local memories of political repression in Argentina's Northwest's recent past. Two levels for the understanding of time are proposed: long memories and short memories. This way of looking at the past, from tensions generated by local memories on more strictly framed memories, allows us to uncover resistences and strategies of those who have less economic and symbolic capital to impose their stories in public spaces. This analysis is based upon fieldwork in Tumbaya and Calilegua, where the contrast established against dominant representations and practices are observed in relation with human rights violations and the memory of repression. These contrasts reveal particular ways of talking about a kind of violence confined in a short period of time (1976-1983), one that imposes forms of symbolic domination on what can be remembered and how. These contrasts also operate through silencing and forgetting longer and more complex periods in their relation with violence experiences, their memories and other participants.

Keywords

Dictatorship. Local memories. Argentina.

Escena I

En los años 1872-1875 tuvo lugar un levantamiento de campesinos indígenas en las tierras altas de las provincias de Jujuy y Salta en el norte Argentino. Las características agrarias de la revuelta

fueron un ejemplo clásico de las tensiones y conflictos entre una clase de terratenientes y comunidades campesinas. Pero este hecho tuvo una característica y un interés adicional, por primera vez en la historia latinoamericana, los rebeldes fueron acusados públicamente de “comunismo” por los voceros de la clase gobernante.

(RUTLEDGE, 1992, p.239-240).

Escena II

El 10 y 11 de febrero de 1946 han sido los días más trágicos de esta huelga que hoy entra en su cuarto día. En efecto, los huelguistas... se dirigieron a los lotes en busca de indios para largarlos al asalto...” Hoy la situación siguió con un impresionante desfile. Se veía un panorama similar a los carnavales pues los indios con sus raros atavíos y sus adornos parecían más fantasía que realidad. Ahora se teme de un momento a otro que se asalte a los almacenes porque la indiada, al no tener qué comer, optará a no dudar por proveerse por la fuerza... la población esperaba hoy, ansiosa, la llegada de tropas del ejército...” Último momento: Acaba de llegar un contingente de indios cargados de latas de café, cuchillo, azúcar, harinas, alpargatas. Se ha sabido que ello es producto del asalto a los almacenes de los Lotes Enrique, Florencia y San Antonio”.

(Del corresponsal de “La Opinión” en Ledesma. *La Opinión*, 12 de febrero de 1946).

Escena III

“El problema mayor (...) fue el que atravesaron dos censistas enviadas al Ingenio Ledesma en 1966 (...) cuando Arrieta, propietario del ingenio, presionó (...) para que a la población kolla que vivía en el ingenio Ledesma se la discriminara de los matacos y guaraníes para no censarla. Los problemas comenzaron cuando los administradores del ingenio las denunciaron por “hacer preguntas comunistas”. En realidad, la “pregunta comunista” era aquella que inquiría: “En el caso de tener un día mucha plata, ¿qué haría usted con ella?”. Esta pregunta tenía su razón de ser en el marco del interés que los diseñadores del censo mantenían por los procesos de “aculturación”. La respuesta unánime de los censados, que irritaba tanto a los Arrieta, era que de contar con los recursos necesarios, comprarían un terreno para dejar el ingenio y obtener su independencia económica y personal”.

(LENTON, 2003, p.201).

A lo largo de la historia en el Noroeste Argentino (de aquí en más NOA)¹ la relación entre pobladores campesinos, indígenas y posteriormente obreros, frente a patrones y empresas, ha sido, de constantes sometimientos, enfrentamientos y represiones.² Una de las características más marcantes, y me voy a referir ahora específicamente a Jujuy, fue la dependencia y subordinación de las fuerzas represivas (policía y gendarmería) a los intereses de las elites económicas y políticas locales. Así, ingenios azucareros y minas usaron (y usan) a estas fuerzas del Estado, como un brazo más de sus empresas. Los poderes coercitivos del Estado pasaban y pasan a ser los poderes represivos de los señores locales, generando una verdadera y perversa simbiosis entre el poder político e instancias privadas de las elites económicas.³

Estas relaciones son recordadas por Avelino Bazán⁴ en relación al día que su familia fue expulsada de la mina Aguilar, frente a una discusión de su hermana con la esposa del gerente,

“Era una noche fría, oscura y donde no conocíamos a nadie. Aún ahora siento el frío y la desesperación de esa noche. No era de

¹ El Noroeste Argentina es la región de Argentina comprendida por las provincias Jujuy, Salta, Catamarca, La Rioja, Tucumán y Santiago del Estero. Es una de las zonas de mayor presencia indígena del país, con ciudades que mantienen sus trazos coloniales y prácticas culturales, musicales y sociales característica de la zona andina.

² Sobre los conflictos y formas de regulación de las relaciones hay trabajos ya clásicos para el NOA, podemos citar a Craviotti, Clara (1992); Karasik Gabriela (1994); Isla, Alejandro (1992) e Isla, Alejandro y Julie Taylor (1995).

³ Como bien apunta Kindgard (2001), en su trabajo sobre el peronismo en Jujuy, para poder entender esta particular simbiosis, hay que observar cómo queda cristalizada en la directa y apabullante injerencia de los “intereses azucareros en las estructuras del sistema político provincial, que reside en el especial interés que demostraron los industriales azucareros por influir en los centros mismos de la toma de decisiones, delineando las pautas de la política estatal en materia impositiva, laboral y de administración de los sistemas de irrigación, aspectos considerados de vital importancia para la maximización de las ganancias del sector” (KINDGARD, 2001).

⁴ Avelino Bazán desapareció, en manos de las Fuerzas Armadas, en 1978. Fue el principal referente del Sindicato Obrero Mina El Aguilar (SOMA). En 1958 había sido elegido secretario gremial del SOMA. En 1965 renunció a la mina y en 1966 fue electo diputado provincial y luego director municipal de Trabajo. A seguir comenzó a trabajar en la Dirección de Trabajo de San Salvador de Jujuy. En 1972, sus antiguos compañeros de la mina se rebelaron contra los patrones, el evento se conoció como “El Aguilarazo”. El 29 de marzo de 1976 fue secuestrado por primera vez y estuvo detenido hasta junio de 1978. El 28 de octubre de 1978 lo vuelven a secuestrar y desde ese momento está desaparecido.

extrañar el trato que mi familia había recibido, después supe que era habitual ese tipo de procedimientos para con el personal que se revelaba contra las disposiciones de la empresa, las cuales la policía se encargaba de hacerlas cumplir al pie de la letra, sea con el **calabozo** o a **rebencazos**. No eran pocos los que solíamos oír los gritos de dolor que se lanzaban desde dentro de la comisaría". (BAZÁN, 2011, p.25).

Las escenas del pasado, arriba relatadas, nos llevan a dos regiones de Jujuy: la Puna y el Ramal. Si nos trasladamos a la actualidad, en estas mismas zonas, esos acontecimientos no constituyen algo olvidado o silenciado, sino que pueden ser rastreados en el lenguaje cotidiano, en las representaciones que circulan sobre el *comunismo* y en las violencias físicas y simbólicas ejercidas por las elites económicas locales. Dan cuenta de una larga historia de violencia y represión, pero también de revueltas y luchas en la región.

En este texto me interesa plantear las relaciones y diferencias entre dos planos de análisis. Por un lado, la temporalidad de las memorias locales. Estas desplazan su construcción fuera del marco de las miradas dominantes que las posicionan a partir de la dictadura militar del 24 de marzo de 1976. Este trabajo sobre el pasado distingue en dos tiempos, las *memorias largas* y las *memorias cortas*.⁵ Por otro lado, se observará la tensión que surge de los relatos al poner en juego el testimonio oral frente al dominio de lo establecido por la escritura. Esta manera de mirar el pasado, desde las tensiones generadas por memorias locales sobre las memorias más encuadradas, permite descubrir las resistencias y estrategias de aquellos que portan menos capitales económicos y simbólicos para imponer sus relatos en el espacio público.

En las localidades de Tumbaya y Calilegua,⁶ es posible mirar los

⁵ Si bien fue el propio trabajo de campo el que me llevó a formular la relación entre memorias largas y cortas, posteriormente accedí al trabajo de Silvia Rivera Cusicanqui (2010), que discute la relación entre memorias largas y memorias cortas en relación a las luchas campesinas Aymara y Quechwa en territorio boliviano. En su análisis se refiere a la *memoria corta*, en relación a la insurrección popular de 1952 que marcó la Reforma Agraria y a la *memoria larga*, para dar cuenta de las luchas indígenas anticoloniales.

⁶ Calilegua y Tumbaya son dos pequeñas localidades de Jujuy. Calilegua está situada en la zona de las Yungas y pertenece a lo que se conoce como el Ramal. Es el pueblo dónde originalmente estaba localizada la "Sala" casa del Ingenio Azucarero, hoy conocido como "Empresa Ledesma". Tumbaya, está localizada en el inicio de la Quebrada de Humahuaca. Durante la década del setenta en ambas localidades hubo diversos episodios de represión. En la zona del Ramal, más específicamente en Calilegua y Libertador General San Martín en 1974,

contrastes que se producen con las representaciones y prácticas dominantes en torno a las violaciones a los derechos humanos y la memoria de la represión, que con su léxico y formas particulares de hablar de la violencia restringen a ésta a un período *corto* (1976-1983), con actores generalmente definidos en torno a las fuerzas represivas del Estado (FFAA, policía y gendarmería), y terminan por imponer formas de dominación simbólica sobre qué y cómo debe recordarse el pasado. Operan de alguna forma dejando de lado períodos más *largos* y complejos en relación a las vivencias de violencia y su memoria y a otros actores involucrados en ellas. Cuando me refiero a las representaciones y prácticas dominantes en torno a las violaciones a los derechos humanos, estoy pensando en los discursos cristalizados y los relatos dominantes que emanan tanto del Estado nacional y sus políticas de memoria (desde el Nunca Más a las innúmeras manifestaciones actuales desde el ámbito de la educación a proyectos como el Archivo Nacional de la Memoria o el Museo de la Memoria) como de los organismos de derechos humanos que desde Buenos Aires imprimen modelos para pensar el pasado y su violencia.

En las formas que adquiere la construcción de las memorias no se ubica, en este contexto territorial, a la última dictadura militar como una “modificación” en los regímenes de violencia, sino más bien como un episodio, con sentido variable, de modos de producción y circulación de la violencia simbólica y física que se corresponden con estados anteriores (y también actuales) de la configuración social, política y económica de la región. Dentro de esta configuración, lo que se comprende, al incorporar en el análisis a las *memorias largas*, entre otras cosas, es que la violencia no es observada ni pensada como un episodio pasajero u extraordinario, sino constituyente y constitutivo de las relaciones políticas, sociales y económicas de la región.

400 personas fueron detenidas y encarceladas, principalmente sindicalistas y adherentes que protestaban contra las condiciones de trabajo en la Empresa Ledesma. Luego en julio de 1976 se produjo el episodio de represión conocido como Apagón de Ledesma, donde en una noche se cortaron las luces de Calilegua y fueron detenidas 30 personas, 10 de las cuales permanecen desaparecidas. En Tumbaya, durante el año 1976 se produjeron tres episodios de secuestros, en uno de ellos se secuestraron 20 hombres, todos afiliados al Partido Comunista, seis de los cuales permanecen desaparecidos. Tumbaya contaba en ese momento con 150 habitantes.

Violencia, memoria y derechos humanos: continuidad e incorporación.

Cuando comencé mi trabajo de campo en Jujuy,⁷ más específicamente en Calilegua, muchos aspectos me sorprendieron. Entre aquellos que me provocaron una mayor reflexividad, estuvieron los relativos a las diferentes maneras en que se producían y transmitían los relatos sobre el pasado reciente. Habituada a realizar entrevistas con familiares de desaparecidos en las grandes ciudades o con ex presos y militantes políticos de La Plata (Da Silva catela, 2001), me llevó un tiempo comprender que existían otros sistemas de clasificaciones que no se correspondían con las maneras de construcción de las memorias sobre la represión tantas veces escuchadas. ¿Cómo podía ser, por ejemplo, que en este contexto de tanta represión, la palabra centro clandestino de detención no hiciera ningún sentido a aquellos que habían pasado por ellos?

Hubo dos ejercicios en el trabajo de campo que funcionaron como indicios en relación a la presencia de las memorias cortas y largas. Por un lado, al releer las entrevistas realizadas comencé a percibir cómo, frente a mis preguntas sobre la dictadura militar, las personas de Calilegua y Tumbaya, sobre todo aquellas que habían estado presos, concentraban el relato en períodos anteriores y no usaban el año 1976 o el 24 de marzo como un marco de quiebre o de referencia. A decir verdad en la mayoría de las entrevistas no se habla de esta fecha ni se enuncia el golpe de Estado. El segundo elemento importante fue el trabajo de campo en Tumbaya. Allí

⁷ En el año 2000 comencé mi trabajo de campo en Jujuy, más específicamente en Calilegua y a continuación en Tumbaya. El mismo se prolongó hasta el año 2008 y fue retomado en el año 2016. El objetivo central de la etnografía en la zona, fue relevar y analizar las memorias locales ligadas a familiares de desaparecidos cuyos seres queridos habían trabajado en el Ingenio Azucarero de Ledesma y en la Mina de Tumbaya. En mis estadias realicé observación participante de actos y rituales, entrevistas y registros visuales con los familiares de desaparecidos y con ex presos y presas políticas, charlas con los vecinos, recolección de documentos de archivos personales, relevamiento de fuentes históricas y de diarios y revistas de la zona. También entrevisté a referentes políticos de Jujuy que participaban de los actos relativos a las memorias de los desaparecidos de la región y a abogados que llevaban las causas de juicios de lesa humanidad en relación a la represión en estas dos poblaciones. Al trabajar con memorias locales, el trabajo de campo, me permitió desarmar las categorías consagradas de las memorias centrales para generar una mirada crítica sobre las concepciones dominantes y los marcos temporales establecidos para pensar el pasado reciente en Argentina.

comprendí que las experiencias de vivencias frente a la violencia y la desaparición de personas planteaban componentes diferenciales entre la ciudad y los pueblos; entre las memorias dominantes y las subterráneas; entre las formas del relato y la pertenencia a clases sociales diferentes y principalmente una clara continuidad en el tiempo en relación a las violencias vividas. Había así una tensa relación entre las memorias largas y las memorias cortas, entre los ejercicios de recuerdos encuadrados por los relatos oficiales (cristalizadas por ejemplo en el Nunca Más o en las políticas de memorias del Estado que recorta claramente el horror a partir de 1976) y otros subterráneos y encuadrados por esquemas culturales tradicionales, que no se restringen solamente a las referencias de la última dictadura.

Por comparación, se puede analizar como muchas palabras, que yo misma había naturalizado, como Centro Clandestino de Detención (CCD), desaparecidos, tortura, terrorismo de Estado, no significaban nada o cosas muy disímiles a las que había registrado por años en mis otros trabajos de campo, nacidas y consagradas por las memorias de la represión que circulan, sobre todo, en las grandes ciudades en Argentina. Por otro lado, palabras como subversión, terroristas, que raramente eran enunciadas entre los familiares de desaparecidos de La Plata a no ser para hacer referencia al tipo de clasificación de los propios militares, entre los familiares de desaparecidos de Tumbaya y Calilegua, eran corrientes para clasificar o acusar a los “otros”, a los “culpables”.

El discurso que se enhebra sobre los derechos humanos en la Argentina actual remite a un lenguaje nuevo e incorporado que generalmente da cuenta de una memoria de la represión “corta” centralizada en los episodios de los años 70, controlada y encuadrada en una serie de clasificaciones y sentidos sobre lo que se puede decir, lo que se debe decir y lo que no y sobre todo, con el aprendizaje y la incorporación de una serie de “nuevas palabras” que delimitan claramente este período represivo de otros, pero que requieren además de destrezas lingüísticas y de capitales culturales, simbólicos y políticos para poder expresarlas públicamente. Sin embargo aquellos que pasaron por episodios de violencias (uso el plural para dar cuenta de diversas violencias vividas) arrastran el uso de otras palabras y representaciones para expresar sus vivencias frente a las violencias. Gerónimo Lamas, quien fue secuestrado en Tumbaya en 1976 y permaneció preso por un año en diversas dependencias del Estado, relata lo siguiente.

G: Pero lo criminalista (para referirse a “lo criminal”) ha sido que se me ha agarrado, se me ha tomado, ¿no?... Porque es lo que he estado casi un año preso, en la casa de detención, totalmente incomunicado, durísimo, triste y sólo como dicen, en una celda, sólo, tan sólo era lugar que ni podía salir al baño... Nos apaleaban, nos tiraban al suelo como troncos, sin un lugar donde poder hacer las necesidades. Y lo peor, lo peor fue... recibir la comida como un perrito, fría o caliente, como un perro.
(Entrevista, 25 de julio de 2004).

“Ser apaleado”, “tratado como un perro”, “tirado al suelo como un tronco” no significa, lo mismo que torturado, simplemente porque entre aquellos que me lo relataban, este tipo de violencia sufrida sobre el cuerpo no se inició en 1976 (como bien demuestra Bazán en su relato sobre los rebencazos, en un contexto previo no dictatorial), ni terminó en 1983. Las nociones más generales sobre la violencia sufrida en carne propia e infringida por parte de las elites locales sobre los cuerpos de campesinos y obreros de la región, dan cuenta de memorias de la represión más “largas”, con rupturas temporarias que no tienen que ver con dictaduras o democracias, sino con conflictos locales y ejercicio de las violencias por parte de aquellos que controlan el poder y la disciplina en relación a las fuentes de trabajo y el dominio político.⁸ Lo que me interesa remarcar es que en los relatos sobre la dictadura o los testimonios de cómo eran tratados en sus lugares de trabajo, no hay discontinuidad en relación a la violencia sufrida. Es interesante que cuando indago a Ávalos, un obrero de la mina de Tumbaya, sobre la situación vivida frente a la policía que lo secuestró en 1976, él traza un rápido nexo con las relaciones conflictivas y previas a la dictadura con el capataz de la Mina.

L: La policía lo acusaba de qué, ¿de montonero o de comunista?

E: De comunismo, de... “usted era del comunismo”, “usted tiene armas” me decían. ¿Para qué? Nada, no han sacado y no nos han comprobado nada, absolutamente nada porque no éramos

⁸Sólo a modo de ejemplo en el año 2004 en Tumbaya fue asesinado a golpes, por enfrentamientos políticos entre radicales contra peronistas, un joven del lugar. Inicialmente la muerte fue caratulada como “suicidio”, siendo que todo el pueblo sabía que hubo cuestiones políticas en el asesinato. Luego de muchas marchas y demandas por parte de los familiares, los asesinos (todos conocidos del muerto) fueron presos.

nada... Tan sólo por defender la clase obrera, más por eso, y más porque Carlos Jeczmienski fue el que nos denunció, él era comisionado municipal. Y cómo yo los defendía a los obreros, cuando él era capataz de la mina, él tenía rabia con eso. Era terrible trabajar en la mina: ni la ropa nos daba, no nos pagaban el salario, nos trataban como a animales. Por eso digo, ellos tenían que llevarse directamente a Carlos Jeczmienski adentro, porque él ha usurpado mucho con los obreros, no nos ha pagado las horas, no nos han dado la ropa. Exactamente hemos trabajado diez horas y no nos ha dado ni una horita de descanso, al menos. Es decir, era este hombre el que tenía que estar bien guardado y no nosotros. Después nos llevan a Humahuaca, me han pisoneado, me han metido las armas por la espalda, nos han tirado al suelo, nos ha andado pisoneando. Hijos de puta!, nos decían. ¡Pisando la espalda! Pero ha sido una injusticia. Todo injusto. (Entrevista trabajo de campo, 24 de julio de 2004).

En varios de los relatos, indagué si habían sido torturados, a los que me respondieron que no. Luego comparando las entrevistas, percibí que esa palabra no hacía mucho sentido en estos contextos. Don Narvaes, ex obrero y gremialista en la Empresa Ledesma, preso en 1976 en Guerrero, en medio de su relato me dice:

"...Después nos sacaron y nos metieron adentro en piezas, calabozos, no sé bien por qué no he podido ver y ahí me han tenido 10 días. Esa tarde, esa noche misma me han metido un golpe, porque al que se le corría la venda o se le aflojaba tenía que avisar, se le ha corrido y se le ha salido la venda y bueno serían como las 2 de la tarde -uno se daba cuenta porque ahí tenían la radio prendida- entonces yo llamo y le digo: "guardia, se me bajó la venda" "bueno ya va" contestaban, al rato cayó. Porque si no avisaban lo sorprendían y le daban una paliza, como le llaman a esto cuando los apalean... represión

- Ludmila: Lo torturan

- Don Narvaes: Tortura, eso exactamente y había que avisar porque si no ya lo aporreaban. Bueno yo le aviso y entonces dice el tipo "a quién se le salió" y nosotros estábamos tirados así boca abajo, agarro me levanto y digo "a mí". "No mire, hijo de puta -dice- Agachate" y me han levantado y me la han atado. Y me han dejado ahí y al rato vuelve "¿no tenés ganas de orinar?" "sí" le digo, "vení vamos al baño" me dice y me agarra de aquí y me

ha levantado a los tropezones, porque todos los otros compañeros estaban tirados ahí como troncos.

(Entrevista trabajo de campo, 21 de julio de 2001).

Hay un punto central, que me gustaría resaltar y se refiere a los límites entre el trato humano y no humano. Más allá de los discursos construidos o de las definiciones normativas sobre lo que sea una violación a los derechos humanos, lo que Don Gerónimo y Don Ávalos, y la mayoría de los entrevistados, afirman es que lo trataron como a perros, cómo animales, los deshumanizaron en nombre de la traición a la Patria, pero también y sistemáticamente, en las relaciones de trabajo en la mina y en el ingenio. La noción de ser "apaleados" o "azotados" con rebenques (los cuales se usan para los caballos) aparece en todos los relatos de los que estuvieron presos y es la imagen más elocuente sobre la animalización de sus cuerpos.

Las metáforas en relación a la animalización de los cuerpos expuestos a la violencia nos desafía a pensar los procesos de alteridad que se ponen en juego y que nos remiten a un sistema de símbolos que cruza la idea de la nación Argentina, en la consigna civilización y barbarie.⁹ Salvajes, indios, subversivos, comunistas, parecen conformar una línea que no debe cruzarse frente a la civilización y la "buena sociedad", que usa los mecanismos represivos como medio de regular esa frontera, animalizando al "otro" con mecanismos de minimización, lo que posibilita su destrucción y consumo simbólico (URIBE ALARCÓN, 2004).

La imposición de discursos y la utilización de las categorías nacidas en relación a la lucha por los derechos humanos violados a partir de 1976, puede reducir las memorias a un capital político intercambiable y aplicable a todos los contextos sin tonalidades ni diferencias, dejando de lado u opacando memorias más complejas, cargadas de tonalidades y zonas grises.

Violencia y represión: el lugar del Estado y de las élites locales.

La violencia ejercida por las elites locales y la violación a los derechos humanos provocada por el terrorismo de Estado de la última dictadura

⁹ La noción de civilización o barbarie es constitutiva de la conformación de la nación Argentina. La obra que tematizó esta oposición fue "El Matadero", escrito por Esteban Echeverría entre 1838-1840.

militar, son eventos diversos, sin embargo en contextos locales como Calilegua, Tumbaya, pueden observarse como una continuidad y no como una ruptura.

Una característica que se repite y constituye un indicio fuerte, es que el Estado raramente se enuncia como aquel que protagonizó la violencia o es culpable de lo que pasó. Contrariamente, son los “patrones”: la Empresa Ledesma o el interventor que era el gerente de la mina de Tumbaya, los que aparecen una y otra vez como los causantes de las desapariciones y la violencia de la última dictadura militar. Así, la violencia sufrida es localizada con nombre y apellido y puede ser visitada y revisitada a lo largo de una historia que no es contada linealmente, ni por períodos históricos determinados, ni a partir de un sólo tipo de relato.

La cuestión es que el Estado, sobre todo en el caso de Calilegua y Tumbaya, está al servicio de las elites económicas locales. La gendarmería y la policía están situadas al lado del Ingenio y en la Mina, en el discurso y las prácticas no se diferencian de la “empresa”. La intervención en Tumbaya fue vivida como una continuación de la difícil relación con el capataz de la Mina y no como una acción del Estado. Así, me interesa resaltar, por un lado el uso de la violencia por parte de las elites locales como un continuum en la regulación de las relaciones sociales y cómo ha quedado registrada en las memorias comunitarias la idea que todo el pueblo ha sido estigmatizado con la imagen de un lugar peligroso: Tumbaya fue bautizado por el interventor militar como la “Tucumán chiquita” y Calilegua fue tildada de “pueblo subversivo”. Me cuenta Gerónimo, una historia que es repetida por cada uno de los entrevistados:

Jeczmienski, que fue el capataz de la mina y luego el interventor en Tumbaya, y le ha puesto el nombre de Tucumán chiquito, así le decían a Tumbaya. Claro, porque él decía que se había arriado la bandera del Partido Comunista acá en Tumbaya, que habíamos izado nosotros, y nosotros nunca la habíamos izado. Pero él lo dijo en un discurso, que aquí se había arriado la bandera del partido Comunista. Y fue él el que ha entregado a los changos, él los ha entregado. Era capataz, administrador de la mina, la empresa de Romero {actual gobernador de la provincia de Salta}. Él fue quien los entregó.

(Entrevista trabajo de campo, 25 de julio de 2004 y 23 de julio de 2005).

En relación al Apagón de Calilegua Ángela Córdoba, hermana de dos desaparecidos, reflexiona:

Fue una noche muy triste, prácticamente a Calilegua como que le pusieron tinta roja como pueblo guerrillero, porque hasta el año pasado, recién creo que lo sacaron ahora, estaba con lápiz rojo, adentro de la misma municipalidad Calilegua como pueblo subversivo.

(Entrevista trabajo de campo, 24 de julio de 2004)

Si volvemos a las escenas con las que inicié este texto, vemos que un siglo después de la revuelta en la tierras de la puna jujeña, nuevamente el poder local, con sus representantes en el Estado, acusa a todo un pueblo de comunista y treinta años después de la primera gran huelga realizada a al Ingenio Azucarero de la Empresa Ledesma se marca a Calilegua, no ya como un bando de indios salvajes, sino como a un pueblo subversivo, guerrillero. Tanto el ser tachado de comunista, como de guerrillero, tuvo altos costos para aquellos que se vieron tocados por estas “marcas”. Ningún familiar de desaparecido de Calilegua, por lo menos hasta que terminé mi trabajo de campo, había conseguido trabajo en la Empresa Ledesma y, con el retorno de la cárcel, los presos de Tumbaya que trabajaban en la municipalidad, no lograron retornar a sus lugares de trabajo o al ser echados de la mina no consiguieron que se les pague una indemnización.

Los juicios: la tensión entre la tradición oral y el documento escrito.

En el año 2011 fui llamada a testimoniar en el juicio de lesa humanidad que se llevaba adelante en Jujuy. Durante el trabajo de campo había entrevistado, desgravado las entrevistas, filmado y entregado las copias de las mismas a cada uno, pero persistía la demanda para que escriba un libro.

Tanto don Federico como don Gerónimo, en diversas oportunidades me dijeron: “Usted tiene que escribir la historia de lo que pasó en Tumbaya”. Como antropóloga, escribí algunos textos, que publiqué en territorios exóticos para la comunidad, artículos analíticos y distanciados, críticos y enredados en las lógicas de la academia. Se los llevé, los miraron y volvieron a repetir: “tiene que escribir un libro Ludmila, la historia”. En ese momento no comprendí la importancia y el peso de la noción de HISTORIA que me demandaban.

Cuando fui llamada como Testigo de Contexto, entre las diversas causas que se acumularon estaba la de Tumbaya. Este mecanismo de los testigos de contexto es una práctica muy común en los juicios en Argentina, en general cumplen este rol historiadores con sus libros o periodistas con sus investigaciones. Muchas veces ante la falta de documentos funcionan como legitimadores de un discurso que garantiza fidelidad de los hechos, como si la confianza estuviera puesta en los signos externos de la escritura, aunque mayoritariamente lo que han hecho fue volver en libros las mismas entrevistas que los jueces han escuchado de los testigos. Cuando la querrela me convocó como testigo, me explicaron que los testigos de Tumbaya “habían hablado poco”, que sus intervenciones se habían resumido a respuestas breves y que pocos habían contado sus experiencias de secuestro. Durante mi intervención relaté lo que conocía sobre Tumbaya, pero sobre todo ofrecí las más de 50 horas de entrevistas que tenía, para lo cual me fue demandado por parte de los defensores que explique la metodología de trabajo y la intención con la cual las había realizado. Finalmente el tribunal me preguntó: “usted escribió un libro de historia con las entrevistas”. Mi respuesta fue que tenía todas las entrevistas desgravadas, que había escrito artículos, etc. Pero el tribunal denegó la posibilidad de aportarlas como prueba por que no tenían rigurosidad histórica: No estaban publicadas.

Este episodio permite comprender las nociones variantes y las relaciones de poder cuando se utilizan las nociones de memoria o de historia para validar o denegar las experiencias en torno al pasado. La justicia, como espacio de poder y portadora de un positivismo ingenuo, cargó de valor a la HISTORIA pensada como un LIBRO donde ésta puede fijarse y registrarse objetiva y exhaustivamente y en el mismo acto desestimó a la memoria por peligrosa y subjetiva. En ese momento comprendí profundamente los pedidos de don Gerónimo y don Federico, sabedores de que el valor de sus palabras, de su tradición oral, de sus experiencias y saberes podía validarse en su comunidad pero que perdían eficacia y poder fuera de ella, que la HISTORIA debía ser traducida en un LIBRO. Con sus pedido se estaban anticipando a las acciones que pesarían sobre sus dichos, inestables, inseguros, pero también estratégicos en función del miedo que pesa sobre sus vidas aún hoy. Un libro de historia hubiera validado sus escasos capitales políticos y simbólicos en la esfera pública, hubiera tornado sus palabras, porque como dice Jak Goody:

“...todo documento tiene en sí un carácter de monumento y no existe una memoria colectiva bruta. En este tipo de documento la escritura tiene dos funciones principales: «Una es el golpe imprevisto de la información, que consiste en comunicar a través del tiempo y del espacio, y que procura al hombre un sistema de marcación, de memorización y de registro», mientras la otra, «asegurando el pasaje de la esfera auditiva a la visual», consiste en permitir «reexaminar, disponer de otro modo a la memoria”. (GOODY, 1996, pág. 78).

En el extremo este caso muestra que aquellos que fueron “negados” por siglos por LA HISTORIA - los indígenas- fueron también doblemente desaparecidos. Por un lado, la obra totémica por excelencia en Argentina, el *Informe Nunca Más*, no los incluyó en su relato y cuarenta años después demandan esta visibilidad y lo hacen en nombre de ser incluidos en el relato de la nación. Por otro lado, sus memorias subterráneas permanecieron intactas, pero para poder validarlas necesitan el reconocimiento y la posibilidad de pertenecer al mundo que circula y se visibiliza a través de las letras, que otorga poder por medio de los libros y que se transforma en verdad por la Historia. O sea, para decirlo con otras palabras, aquella que legitimó y cristalizó a las memorias encuadradas y dominantes centradas en la violencia del mundo urbano, con una temporalidad histórica determinada y con eventos del pasado conocidos y validados en el espacio público.

Tensiones finales

En este artículo he perseguido los aprendizajes conseguidos durante el trabajo de campo, en torno a las memorias locales y en el mismo giro, el cuestionamiento a las categorías consagradas de oralidad y escritura; historia y memoria; memorias largas y memorias cortas. En una y otra instancia, me interesó comprender las diversas conceptualizaciones nativas en torno a sus vivencias y experiencias de violencia política.

Durante el trabajo de campo tuve que girar la mirada, en diversas oportunidades, para repensar una y otra vez algunos ejes que aparecían como demasiado cristalizados y sacralizados. Por un lado, la noción de verdad/verdades y por otro, la multiplicidad de temporalidades que se presentaban. Las respuestas a mis preguntas por parte de los hombres y mujeres con los que interactúe, me hicieron volver a mirar con lupas las categorías teóricas consagradas de memoria e historia.

Los estudios de memoria, en general, afirman y dan cuenta de la importancia de la reconstrucción del pasado para su uso político en el presente, frente a la necesidad de soportar los dolores y los traumas nacidos de las situaciones extremas vividas. En menor medida, se cuestionan sobre el impacto que los trabajos de las ciencias sociales generan en los contextos locales, donde esas memorias se traducen en testimonios, actos y rituales. El trabajo de campo en territorio jujeño, permitió abrir nuevos niveles de percepción sobre los modos de construcción de las memorias. Ya no centradas en una temporalidad histórica corta, ligada al pasado reciente, sino a múltiples tiempos donde los cuerpos fueron violentados más allá de los marcos coyunturales de democracias o dictaduras. Un tiempo largo, que da cuenta de diversas formas de represión desde el Estado o desde las élites económicas locales. Por otro lado, si bien como etnógrafa fui formada para estar atenta a los múltiples sentidos sobre el pasado, al momento de traducir esto en formato determinado y en espacios particulares, pasé a instituir una verdad, construí una visión que, en el extremo, puede ser leída como única. De allí que el intercambio de puntos de vista con quienes interactué en el campo, me permitieron comprender las formas variables de pensar las nociones de memoria e historia.

También, permite cuestionar y visitar esos conceptos instalados en el canon de los clásicos y llevar al extremo las nociones que reproducimos una y otra vez en nuestros *papers*. La tensión entre historia y memoria muestra un espacio de inscripción que necesita ser completado e impreso con significados una y otra vez. Es justamente sobre la superficie de las memorias locales, donde se da cuenta de este lugar de inscripción diverso, conflictivo, creativo. Permite mostrar otros tiempos, intercambiando una y otra vez el sentido de los conceptos de historia y memoria en relación a las narrativas orales o a las demandas de su escritura. En el mismo juego, es la experiencia etnográfica, el encuentro con el “otro” lo que me permitió observar que las memorias pueden o no ser liberadoras; que la Historia puede o no ser sinónimo de opresión. Permitieron ver con claridad la relatividad de estos conceptos muchas veces sacralizados en los estudios y perspectivas teóricas consagradas. De la misma forma, la relación entre oralidad y escritura, pudo ser observada como complementaria, donde la escritura y más específicamente los libros pasan a ser un territorio de demanda legítima por parte de los grupos con los cuales trabajé. Los libros son pensados como espacios de inscripción contra el olvido y lugares de memoria donde pueden legitimarse sus relatos subterráneos y muchas

veces denegados, sobre todo en aquellos grupos que necesitan imponer sus experiencias “marginales” (como las indígenas) para que sean audibles e incluidas desde su valor de experiencias y saberes.

Referencias

- BAZAN, Amelino,
(2011) *El porqué de mi lucha. 30 años en la vida gremial del pueblo aguilaraño*. Colección Memoria en Movimiento. Buenos Aires, Secretaria de Derechos Humanos de la Nación.
- CRAVIOTTI, Clara.
(1992). *Azúcar y conflictos en el Norte argentino*. Buenos Aires, Centro Editor de América Latina.
- DA SILVA CATELA, Ludmila.
(2001). *No habrá flores en la tumba del pasado*. Las experiencias de reconstrucción del mundo de los familiares de desaparecidos en Argentina. La Plata, Editorial AL Margen.
- GOODY, JACK
(1996). *Cultura escrita en sociedades tradicionales*. Buenos Aires, Gedisa.
- ISLA, Alejandro.
(1992). *Sociedad y articulación en las tierras altas jujeñas*. Crisis Terminal de un modelo de desarrollo. Buenos Aires, Asal / MLAL.
- ISLA, Alejandro; TAYLOR, Julie.
(1995). Transformaciones y fragmentación de identidades bajo el terror en el Noroeste Argentino. En *Revista Andina*, año 13, nº2. Cusco. Perú.
- KARASIK, Gabriela.
(1994). *Cultura e identidad en el Noroeste Argentino*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- KINDGARD, Adriana.
(2001). *Los orígenes del peronismo jujeño*. Jujuy, UNJU.
- LAPIERRE, Nicole
(1989). *Le silence de la mémoire*. Paris, Éditions Plon.
- LENTON, DIANA.
(2003). Todos éramos desarrollistas. La experiencia del primer censo indígena nacional. *Revista Etnía*, 46-47, 187-210.
- URIBE ALARCON, María Victoria.
(2004). *Antropología de la inhumanidad. Un ensayo interpretativo sobre el terror en Colombia*. Grupo Norma Editorial.
- RIVERA CUSICANQUI, Silvia.
(2010). *Oprimidos pero no vencidos. Luchas del campesinado campesino Aymara y Qhechwa. 1900-1980*. La Paz, La Mirada Salvaje.
- RUTLEGDE, I.
(1992). La rebelión de los campesinos indígenas de las tierras Altas del Norte Argentino. En: Alejandro Isla; *Sociedad y articulación en las tierras altas jujeñas. Crisis Terminal de un modelo de desarrollo*. Buenos Aires, Asal / MLAL.

Recebido em
setembro de 2016

Aprovado em
março de 2017

Os Mercados e os Dilemas da Autenticidade. Uma análise do Mercado Central de Belo Horizonte¹

Luciana Andrade*

Resumo

Nas últimas décadas, os mercados de abastecimento, presentes em muitas grandes cidades brasileiras, passaram por uma crise e uma nova significação, em função da concorrência com as recentes formas de comércio a varejo. Vários foram fechados, e outros conseguiram sobreviver a partir da narrativa de lugar autêntico e do seu reconhecimento como patrimônio e atração turística. Este artigo propõe discutir essas novas representações dos mercados, assim como os seus dilemas a partir de um caso ocorrido no Mercado Central de Belo Horizonte. Criado em 1929 e situado na área central da cidade, em 2007, o Mercado ocupou as esferas públicas de discussão quando veio a público o fato de que uma antiga loja de alimentos a granel, fechada por decisão de seus proprietários, seria substituída por outra de uma grande rede de eletro-eletrônicos. Com base nesse episódio discutem-se as dimensões patrimoniais e turísticas dos atuais mercados ancoradas no discurso da autenticidade. Para tanto, ele se estrutura em três partes. Uma primeira analisa a construção de uma narrativa de autenticidade em torno de bens urbanos, a segunda situa historicamente o Mercado Central, e a última analisa a polêmica desencadeada a partir do fechamento e substituição de uma das suas lojas.

Palavras-chave

Mercado. Autenticidade. Patrimônio.

Abstract

In recent decades the supply markets, in many large cities, have gone through a crisis and through a new significance due to rivalry with newer forms of retail trade. Several were closed and others managed to survive from an authentic place's narrative and from their recognition as heritage and tourist attraction. This article aims to discuss these new representations of the

¹ Agradeço aos valiosos comentários dos pareceristas. Este artigo dialoga com pesquisa em curso financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com bolsa de Produtividade e pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

* Luciana Teixeira de Andrade é Socióloga, Professora do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC - Minas). É também Pesquisadora do Observatório das Metrôpoles. E-mail: lucianatandrade1@gmail.com.

markets and their dilemmas from the case occurred in the Central Market of Belo Horizonte. Created in 1929 and located in the central area of the city, in 2007, the market held attention of the public discussion sphere when it became known that the place where there used to be an old store that sold food in bulk, and which had been closed by its owners decision, would be replaced by another store, from a large electronics retail chain. From this episode we discuss the heritage and touristic dimensions of current markets anchored in the authenticity speech. Therefore it is structured in three parts. The first analyzes the construction of an authenticity narrative around urban goods, the second historically situates the Central Market and the last analyzes the controversy triggered from the closure and replacement of one of its stores.

Keywords

Markets. Authenticity. Heritage.

Introdução

Nas últimas décadas do século passado, o mercado global de varejo das grandes cidades passou por mudanças profundas, com a disseminação dos hiper e supermercados, dos *shopping centers* e das grandes redes de lojas. Essas mudanças atingiram de formas diferenciadas os mercados de abastecimento, cujas marcas são a diversidade de produtos ofertados em pequenas lojas ou bancas por comerciantes individuais.² Parte deles não conseguiu sobreviver à concorrência, parte se renovou e continua a funcionar, com maiores ou menores dificuldades de adaptação aos novos tempos, enquanto outros surgiram acompanhando uma nova cultura de consumo, como os mercados de produtos orgânicos (BROMLEY, 1998; WATSON; STUDDERT, 2006; ZUKIN, 2008).³

Em muitas cidades brasileiras (BITAR, 2016; SILVA, 2015), como no caso

² Na Europa a literatura aponta o século XIX como o período no qual esse tipo de mercado urbano prolifera nas grandes e médias cidades; já no Brasil esse fenômeno ocorre a partir do final do século XIX (SILVA, 2015).

³ Essas são apenas algumas tendências dos atuais mercados. Uma análise que se pretendesse mais abrangente teria que contemplar a diversidade dos mercados e a tradição diferenciada das cidades, com distintas estratégias diante dos efeitos homogeneizantes da globalização do comércio.

de Belo Horizonte aqui analisado, os mercados surgiram como uma decisão da administração pública para garantir o abastecimento de alimentos. Atualmente, alguns permanecem públicos; outros foram privatizados ou funcionam em arranjos mistos. Uma transformação mais recente se deu no campo das práticas e significados. De espaço de abastecimento de bens de primeira necessidade e voltados preponderantemente para o consumo local, os mercados foram investidos de significados socioculturais, turísticos e patrimoniais, justamente no momento em que sua existência começou a ser ameaçada. Essas mudanças tiveram vários desdobramentos, entre os quais o seu reconhecimento e valorização como espaços públicos de interações sociais face a face, distintas da impessoalidade preponderante nas formas hegemônicas do comércio de varejo; o seu valor turístico, em função da representação das culturas locais, e o seu reconhecimento como patrimônio imaterial.

O que me motivou a escrever este texto foram os fatos desencadeados em 2007, com a notícia de que seria aberta no Mercado Central de Belo Horizonte uma loja de uma grande rede de eletroeletrônicos. A partir de então, as mudanças que já vinham ocorrendo no Mercado passaram a ser discutidas em distintos foros, como internet, meios de comunicação locais e instâncias de proteção ao patrimônio.

À época eu participava do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural de Belo Horizonte (CDPCBH) como membro da sociedade civil e fui designada para apreciar um pedido do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, que tinha sua origem nas reações da sociedade civil diante da notícia da inauguração da referida loja de eletroeletrônicos. Essa loja seria aberta onde antes havia uma mercearia que comercializava produtos alimentícios a granel, fechada um tempo antes por decisão de seus antigos proprietários, que, já idosos, não tiveram mais condições de mantê-la em funcionamento. O pedido do Ministério Público recomendava à Secretaria Municipal Adjunta de Regulação Urbana que se abstinhasse da emissão de alvará para qualquer loja no interior do Mercado, sem a prévia manifestação do CDPCBH. Requisitava, ainda, que a Gerência de Patrimônio Histórico Urbano (GEPH) efetuasse vistoria no Mercado Central e enviasse ao Ministério Público, num prazo de 45 dias, relatório técnico indicando os estabelecimentos que estivessem em desconformidade com a proteção ao patrimônio cultural, em seus aspectos material e imaterial, indicando ainda as medidas necessárias para a sua adequação.

O pedido era em parte inusitado, uma vez que o Mercado não era um

bem protegido pelo CDPCBH, havendo apenas uma indicação para a sua proteção, como será explicitado adiante.

Como desdobramento do parecer, passei a integrar uma comissão de representantes do CDPCBH e do Mercado, com o objetivo de se chegar a um acordo sobre a sua proteção, uma vez que a associação dos lojistas do Mercado vinha reagindo contrariamente a qualquer tentativa de proteção.

Esses acontecimentos também repercutiram na Superintendência Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Com representação no CDPCBH e uma política em curso de proteção a outros mercados e feiras, o Iphan se mobilizou em prol da proteção ao Mercado. Entre as ações desse órgão, que objetivava fazer o registro do Mercado como bem imaterial, acompanhei um seminário realizado nas suas dependências, cuja intenção era sensibilizar os diretores da associação e demais comerciantes.

Dois anos antes concluí a orientação de uma dissertação de mestrado sobre o Mercado (COSTA, 2006), posteriormente transformada em livro (COSTA, 2007). As fontes deste artigo foram, portanto, a minha experiência com as tentativas empreendidas de preservação do Mercado, a proximidade com o tema em função da orientação da dissertação de mestrado, visitas ao Mercado para observação da sua rotina, consulta aos trabalhos acadêmicos produzidos, assim como o próprio *site* do Mercado e de algumas empresas relacionadas com o seu processo de proteção.

O texto se divide em três partes. A primeira se dedica a uma apresentação das narrativas de autenticidade vinculadas à vida urbana. A segunda apresenta um pouco da história do Mercado e de suas transformações ao longo do tempo. A terceira analisa a polêmica em torno da nova loja e as tentativas frustradas de proteção do Mercado.

Os Dilemas da Autenticidade

A autenticidade vem sendo estudada e problematizada como uma moderna categoria do pensamento que pode ser aplicada a pessoas e coisas; e a busca por experiências autênticas como uma característica da sociedade moderna (TRILLING, 1971; HANDLER, 1986; GONÇALVES, 1988; ZUKIN, 2010). A autenticidade já foi um patrimônio dos museus, mas atualmente é também associada a experiências cotidianas nas quais formas tradicionais de viver, produzir e consumir estejam presentes (McCANNELL, 1973; MULLINS, 2012; ZUKIN, 2012).

O que está em questão nessas concepções é a dimensão não aurática da autenticidade inspirada em Walter Benjamin (1980) e, portanto, mais centrada na experiência do que na contemplação, como ocorria com as obras de arte originais⁴ Segundo Gonçalves (2012), a autenticidade não aurática não mantém um vínculo orgânico com o passado e, dessa forma, abre espaço para recriações, para novos usos e sentidos, como se observa na renovação de centros históricos para usos atuais e turísticos.

Com o patrimônio imaterial ou intangível (TAMASO, 2005; ARANTES, 2009), houve um deslocamento do foco da identidade nacional, tradicionalmente construída como única e autêntica, para a incorporação de novas práticas e atores.⁵ Consequentemente, emergem distintas formas de conflito e de negociações (FONSECA, 2003).

O patrimônio, no entanto, não é o único campo em que a autenticidade é debatida. MacCannell (1973), por exemplo, analisa a procura pela autenticidade como um fenômeno da época moderna presente em alguns tipos de turistas que almejam uma experiência ao mesmo tempo real e autêntica. Uma forma de consegui-la é adentrar as regiões de fundo, ou os bastidores, como as definiu Erving Goffman (1999). Ao assim fazerem, os turistas recusam o papel de simples audiência, situação na qual apenas a fachada é acessível.⁶

Sharon Zukin chama a atenção para os vários sentidos da autenticidade. Um deles articula autenticidade a algo original porque novo; já nos estudos vinculados aos processos de valorização de partes antigas da cidade prevalece o sentido de algo original porque antigo e histórico. Esse último sentido vincula autenticidade a um tipo de cultura urbana que valoriza a convivência em espaços tradicionais e históricos das cidades, sejam eles comerciais (ZUKIN, 2012), residenciais ou mistos (ZUKIN, 2010). Zukin

⁴ Segundo Walter Benjamin, a reprodutibilidade técnica tira dos objetos a sua aura, ou seja, “a aparição única de uma coisa distante por mais perto que ela esteja” e substitui a existência única (a aura) pela sua reprodução (BENJAMIN, 1980).

⁵ Segundo o decreto que instituiu no país a proteção aos bens imateriais, esses podem ser de quatro tipos: saberes, celebrações, formas de expressão e lugares. Isso acarretou uma significativa ampliação dos bens passíveis de proteção.

⁶ MacCannell (1973) adverte que nem todos os turistas se interessam pelas regiões dos bastidores, uma vez que o turismo é um fenômeno plural, além de uma entre várias outras atividades em que a busca da autenticidade se faz presente.

(2012) também não compartilha de uma visão aurática da autenticidade como um valor intocável, ao contrário, analisa-a como uma construção baseada nos novos valores da cultura urbana.

Ao se referir às manifestações pela preservação da autenticidade, Zukin (2009) diferencia dois tipos de ação. Em um deles a autenticidade se conecta à retórica do crescimento, o que pode resultar em dinâmicas de expulsão de pessoas e de suas práticas. Em outro, a autenticidade é politizada em uma plataforma de coalizões amplas que reivindica o direito moral de se viver e trabalhar em um espaço, evitando assim as expulsões.

O estudo de Sharon Zukin (2012) sobre uma rua comercial de Amsterdam interessa-nos, pois, apesar das diferenças (trata-se de uma sofisticada rua comercial), as pequenas lojas e a relação de conhecimento pessoal entre os comerciantes e seus fregueses a aproximam do Mercado Central de Belo Horizonte, apresentado a seguir.

No seu estudo sobre a *Utrechtsestraat*, Zukin (2012) identificou no espaço e nas interações entre os comerciantes e seus clientes um exemplo de patrimônio cultural vernacular e intangível, ligado à cultura do dia a dia, em oposição ao patrimônio monumental e oficial. A importância desses espaços deve-se à sua capacidade de evocar o sentimento de pertencimento social, de identidade local e de continuidade histórica. Sentimento nutrido pelo longo tempo de existência das lojas e pelas relações face a face entre clientes e comerciantes.

Na perspectiva sociológica, são essas questões de pertencimento e de integração social que estão na base dos estudos sobre as mudanças que ocorrem nos espaços de moradia, como os bairros; de consumo, como os mercados e de lazer, como os espaços públicos.

Mais recentemente, os estudos sobre a gentrificação vêm mostrando uma nova face dessas mudanças e da questão da integração social num contexto de mercantilização das cidades (RIBEIRO; SANTOS JÚNIOR, 2015) e de espetacularização dos seus patrimônios (LEITE, 2010). A gentrificação, identificada inicialmente por Ruth Glass (1964) nos bairros londrinos, diz respeito à expulsão de grupos sociais dos seus espaços de moradia e/ou consumo, decorrente da entrada, nesses mesmos espaços, de grupos sociais com maior poder econômico e cultural (SMITH, 1996; BIDOU-ZACHARIASEN, 2007; SLATER, 2011; LESS et al., 2008; RUBINO, 2009). A autenticidade é uma das narrativas presentes na valorização desses espaços.

O Mercado Central de Belo Horizonte

O Mercado Municipal de Belo Horizonte foi inaugurado em 1900, três anos após a inauguração da cidade, como uma iniciativa da prefeitura, visando ao abastecimento da população com produtos hortifrutigranjeiros. Sua primeira sede ficava na área central, mais especificamente na Avenida Afonso Pena, onde hoje existe o Terminal Rodoviário. Nessa época a cidade contava com 13.472 habitantes (COSTA, 2007). O Mercado foi um entre vários outros tipos de serviço que precisaram contar com a ação do Estado não apenas para a sua regulação, mas para a sua criação e organização. Destaque-se ainda a preocupação da municipalidade com o controle do comércio ambulante nas ruas da cidade e com as normas de higiene que deveriam reger uma cidade moderna como a planejada capital do estado (ANDRADE, 1987). Seu aspecto nos primeiros anos mais se assemelhava às atuais feiras livres, com os produtos expostos em tabuleiros e sem cobertura. Por isso, enfrentava problemas com a comercialização dos alimentos, principalmente aqueles relacionados à organização e à higiene. Isso motivou sua primeira reforma em 1913, que buscou organizar a venda de produtos perecíveis, como carnes e peixes. No final da década de 1920, as instalações do Mercado não comportavam mais a demanda de uma população que ultrapassava cem mil habitantes.

Em 1929, o Mercado foi transferido para um terreno de 14.000m² em outra parte da área central da cidade, nas proximidades da Praça Raul Soares, onde continua até os dias de hoje. Na metade da década de 1940, Costa (2007) relata que a prática dos prefeitos de liberarem vagas para os seus afilhados políticos e a abertura do comércio para outros produtos que não os tradicionais alimentícios ensejaram em alguns comerciantes antigos o sentimento de que o Mercado estava se descaracterizando. Em 1964, diante do seu crescimento e dos problemas relacionados à sua gestão, a prefeitura alegou não ter mais como administrá-lo e colocou o seu terreno à venda. Com a finalidade de mantê-lo, os lojistas criaram uma cooperativa, que adquiriu o terreno da prefeitura. Durante a negociação, foi-lhes exigida a construção de uma cobertura. Desde então, o Mercado passou a ser fechado, teve seu nome alterado para Mercado Central e é administrado por uma associação dos comerciantes eleita a cada quatro anos (COSTA, 2007; FILGUEIRAS, 2006).

Durante toda a sua história, o Mercado passou por várias reformas em sua estrutura física, como a substituição dos tabuleiros por lojas, ou os

chamados boxes. Foi também construída uma cobertura que mais adiante passou a ser utilizada como estacionamento. Atualmente, o Mercado conta com cerca de 400 lojas no andar térreo, e o superior é destinado a um estacionamento com aproximadamente 400 vagas, capela e sede da administração. Entretanto, as suas principais alterações não foram físicas.

Com o surgimento dos supermercados e depois dos chamados sacolões, voltados para a venda de verduras e legumes por um preço fixo e, em geral, mais baixo do que os praticados no Mercado Central, esse tipo de produto foi significativamente reduzido no Mercado. Paralelamente, surgiram as lojas de produtos naturais, de suplementos alimentares e de produtos para musculação. Já os bares cresceram em unidades e em números de frequentadores.

Não sendo mais a principal instituição de abastecimento da capital, o Mercado foi conquistando outro lugar na vida da cidade, atraindo novos frequentadores para o consumo de produtos dificilmente encontrados nos supermercados, mas também para atividades ligadas ao lazer e ao turismo. Essa atratividade se relaciona principalmente com a manutenção de um comércio tradicional, ainda que não se deva desconsiderar o papel das novas lojas no atendimento das atuais necessidades dos consumidores locais e dos turistas. Um exemplo são os caixas eletrônicos.

Em 2017, o *site* do Mercado Central listava mais de 400 lojas divididas em 81 categorias. Entre o comércio tradicional e de produtos não facilmente encontrados nas grandes lojas do comércio de varejo estão aqueles de diferentes regiões do estado de Minas Gerais, como os queijos (36 lojas), artesanato (32 lojas), ervas e raízes (22), temperos e condimentos (17), cachaças (4), fumo de rolo, comercializado nas tabacarias (5), além de produtos religiosos (5), esotéricos (2), para capoeira (1), frutas e outros produtos alimentícios regionais não cultivados em grande escala. Entre os novos destacam-se os produtos para musculação (11), acessórios/telefonia (2), agência de turismo (1) e caixas eletrônicos.

Se alguns produtos perderam espaço no Mercado, os bares se expandiram a ponto de a direção não permitir a abertura de novos.⁷ E, ainda que alguns

⁷ Segundo os diretores do Mercado, há uma preocupação em manter a diversidade de produtos comercializados, evitando-se a expansão desequilibrada de certas lojas e ramos. Entre essas estão os bares. Apesar de seu número não ser muito alto (11), a aglomeração de pessoas no seu entorno (os corredores do Mercado) gera problemas de circulação, principalmente nos dias de grande movimento, como os finais de semana. Para tanto, foram colocadas barreiras físicas que delimitam o espaço reservado aos fregueses.

bares tenham se adaptado à forma de restaurantes com mesas e cadeiras, a maioria ainda mantém a antiga forma de atendimento aos fregueses (em pé) no balcão, o que gera um clima informal, propiciando a interação entre os fregueses, que ficam muito próximos uns dos outros.

Além das mudanças na organização do mercado de varejo e nos hábitos e costumes dos consumidores, algumas lojas enfrentam o problema de continuidade quando os herdeiros não se interessam pela atividade comercial. Nesses casos, a venda pode implicar uma mudança de ramo, como aconteceu com o caso analisado na terceira parte deste artigo.

Com funcionamento de segunda a sábado de 7 às 18 horas e aos domingos e feriados de 7 às 13 horas, o Mercado ocupa um quarteirão inteiro na área central da cidade, com sete portões que facilitam o seu acesso por importantes e movimentadas ruas do centro da cidade.⁸

Alguns dados da pesquisa realizada por Costa (2006) com 700 frequentadores do Mercado⁹ mostram outras dimensões da diversidade social. Em relação às faixas etárias, há uma distribuição bastante equitativa entre os entrevistados, o que mostra a capacidade do Mercado de atrair diferentes públicos, com menor participação das crianças e adolescentes. Para os primeiros, há uma parte de animais domésticos que desperta muito a atenção; para os adolescentes, o Mercado não oferece grandes atrativos. Em relação à escolaridade, a pesquisa detectou uma presença expressiva de pessoas com nível superior, 33%, mas a educação fundamental e média estão bem representadas, respectivamente, 22% e 44%. Quanto à periodicidade da frequência, há tanto aqueles que o frequentam diariamente (14%), semanalmente (34%), quinzenalmente ou mensalmente (26%) e ocasionalmente (26%). Isso revela diferentes hábitos, desde os pertinentes aos que ali vão à procura dos produtos do dia a dia, até os que só o frequentam ocasionalmente, provavelmente em busca de produtos especiais e/ou de lazer. Hipótese reforçada pela resposta a outra pergunta,

⁸ A área central da cidade abriga hoje um comércio menos sofisticado, dado o deslocamento do comércio mais sofisticado para a região da Savassi, outra centralidade surgida na década de 1970, e para os *shopping centers*. O fato de o Mercado estar situado na área central favorece a frequência de grupos de menor poder aquisitivo e de diferentes regiões da metrópole, uma vez que as principais linhas de ônibus da cidade e da região metropolitana passam pelo Centro.

⁹ A pesquisa foi realizada durante os meses de dezembro de 2005 e janeiro, abril e maio de 2006 em diferentes pontos do Mercado e em diferentes dias e horários (COSTA, 2006).

sobre o motivo da visita: 54% responderam fazer compras e 44,2% para lazer e encontrar amigos.

O que se depreende desses dados é que o Mercado conseguiu sobreviver à concorrência das novas formas globalizadas do comércio de varejo, abrindo-se para algumas inovações, mas mantendo a tradição das lojas individualizadas, com distintos tipos de produto, o que lhe confere ao mesmo tempo diversidade e unicidade, importantes fatores para a atração da população local e dos turistas que visitam a cidade.¹⁰

Em relação às representações do Mercado, encontradas no seu *site* e em guias e *blogs* turísticos, destaca-se a ideia do Mercado como uma síntese da cultura mineira e, por isso mesmo, como um lugar autêntico. Ir ao Mercado é uma forma de conhecer e experimentar a pluralidade mineira, por meio de produtos e manifestações culturais (artesanato, culinária) de diferentes partes do estado.

Quem quiser conhecer e vivenciar a diversidade e a pluralidade cultural de Minas Gerais, em um único espaço, deve visitar o “Mercado Central” – onde será possível respirar a cidade, conhecer, fruir e comprar objetos característicos da cultura mineira. Caminhar pelos corredores do Mercado e pela região que circunda esse espaço significa percorrer parte importante da história e da cultura mineira.

(Site da Belotur – Disponível em: <http://www.roteirosdebh.com.br/?id=66#lnk-roteiro>).

Tal narrativa também se faz presente nas propagandas do Mercado. Em 2005, foi lançada a campanha: *Tá procurando? Vá ao Mercado Central que você encontra!* (COSTA, 2007). Seu site veicula distintas chamadas, nas quais a combinação entre tradição e turismo é a mais recorrente: “*Tem coisas de Minas que, reunidas, só se vê no Mercado Central de BH* ou, ainda: “*‘queijim’ de tudo quanto é tipo e sabor...*” (<http://www.mercadocentral.com.br/>). Na

¹⁰ Belo Horizonte nunca foi considerada uma cidade com grandes atrativos turísticos, mas como local de passagem para as cidades históricas e, mais recentemente, para o museu do Inhotim. Pesquisas realizadas pela agência oficial de turismo da cidade, a Belotur, mostram que a inauguração de vários museus, o festival de Comida de Buteco e o renascimento do carnaval vêm atraindo um maior número de turistas, a maioria do próprio estado, com o objetivo de lazer, superando, pela primeira vez em 2015, o turismo para negócios. Entre as atrações da cidade, o Mercado figura como uma das principais, tanto no guia da Belotur, como no TripAdvisor, Guia BH, entre vários outros.

área do estacionamento, alguns *outdoors* divulgam as seguintes mensagens, sempre precedidas da expressão Mercado Central:

Comércio, turismo e cultura, Bom lugar para se conviver / O ponto de encontro dos mineiros / Temperos, aromas, sabores, crenças, cores: todas as características mais marcantes da cultura mineira dão charme e muita personalidade ao mercado mais querido de Belo Horizonte.

Em *blogs* e guias turísticos, a autenticidade aparece vinculada à própria concepção da forma mercado como um lugar de consumo contraposto aos supermercados e aos *shopping centers* e como síntese da cultura mineira. Nesse sentido, o Mercado é um local único, pela capacidade de reunir a diversidade presente no estado, mas também porque os produtos dessas distintas partes do estado são considerados como os mais representativos da cultura mineira.

No *blog* de viagens de uma jornalista, estabelecimentos como o Mercado Central aparecem como um exemplar dessa categoria:

Mercados são os meus lugares preferidos nas cidades. São uns dos lugares obrigatórios nas minhas viagens, pois é neles que eu procuro *entender como funciona a dinâmica local*, os hábitos das pessoas e o que elas comem! Fujo dos mercados muito turísticos e procuro o *que há mais de regional na cidade* – quase toda aglomeração de pessoas tem um mercado, afinal, desde antes da invenção do *supermercado impessoal*, sempre foi preciso comprar comida e coisas do dia a dia em algum lugar.

(Eu sou atoa. Dicas para o viajante independente – Grifos meus).

Em seguida, ela sugere a compra de alguns produtos considerados como representativos do *gosto autêntico* de Minas: São eles: queijo, cachaças, biscoitos, artigos para casa típicos do estado e doces regionais (*Eu sou atoa. Dicas para o viajante independente*).

Essa contraposição do Mercado, considerado como um lugar autêntico, com os *shopping centers* e supermercados é recorrente nos *blogs* e nos comentários dos leitores. Apesar de a maioria elogiar o Mercado e seus produtos, há também algumas avaliações críticas que acusam o mercado de estar perdendo o seu caráter com a entrada das novas lojas:

“O Mercado Central está morrendo. Precisamos salvá-lo. Antes que seja tarde. Mercado é lugar de se comprar comidas, bebidas e

bugigangas. Não é lugar de se comprar suplementos alimentares industrializados nem móveis e eletroeletrônicos de grande porte. O mercado já foi maravilhoso e imperdível”.

(Comentário postado no *web site Férias Brasil* em setembro de 2008).

O *blog* turístico Guia BH destaca a diversidade de produtos, laticínios e doces mineiros, artesanato regional, ervas medicinais e a comida: “(...) a comida típica mineira servida nos bares e restaurantes populares” (Guia BH, Mercado Central). Outro *blog* turístico, Sou BH, destaca o que chama de atmosfera mineira: “Ao passar pelos corredores do Mercado Central, é possível degustar comidas típicas, assistir a manifestações artísticas, ver artesãos criando novas peças...enfim, viver um pouco a atmosfera mineira” (Sou BH).

A autenticidade aparece nessas narrativas como algo ligado à tradição do estado, mas que prima pela raridade, por se tratar de formas de fazer artesanais, algumas em vias de extinção. Esse é um dos fatores que faz o Mercado Central ser representado como um lugar autêntico em contraposição a outras formas de comércio tidas como inautênticas por comercializarem produtos industrializados e globalizados.¹¹

Ir ao Mercado propicia uma experiência gustativa, olfativa e visual em função da forma como os produtos são apresentados, muitos deles sem embalagens plásticas e facilmente acessíveis aos olhos e ao consumo no local. Propicia também o contato com uma diversidade de pessoas e a possibilidade de interação social com os comerciantes e outros consumidores (ROCHA; OLIVEIRA, 1997; COSTA, 2006).

Não é intenção deste artigo investigar a origem dessa narrativa de lugar autêntico. O mais provável é que diversos discursos de diferentes fontes, institucionais ou não, contribuíram para a sua existência. Importante registrar que o Mercado já foi objeto de duas dissertações de mestrado aqui citadas (FILGUEIRAS, 2006; COSTA, 2006), de artigos acadêmicos (ROCHA; OLIVEIRA, 1997; NETTO; DINIZ, 2004), de várias monografias de estudantes de graduação, principalmente de turismo, de um livro escrito pelo compositor Fernando Brant (2004), além de vários artigos em jornais e de figurar em vários guias e *blogs* sobre a cidade.

¹¹ Nos últimos anos apareceram na cidade cafeterias, queijarias e cachaçarias, para citar apenas alguns exemplos, voltadas para o comércio de produtos antes só encontrados no Mercado.

Além disso, a narrativa da autenticidade, baseada na cultura mineira e reunida em um só e único lugar, é hoje parte essencial do *marketing* do mercado.

A Proteção ao Mercado

Em 2004, foi promulgada em Belo Horizonte uma lei municipal para proteção dos bens de natureza imaterial. A intenção do vereador proponente era inaugurar a aplicação da lei com o registro imaterial do Mercado Central, mas sua proposta foi rejeitada pela diretoria da associação dos lojistas do Mercado. Nesse mesmo ano, o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCMBH) aprovou a abertura de estudos do Conjunto Urbano da Praça Raul Soares, Avenida Olegário Maciel e adjacências. A partir desses estudos, a Gerência de Patrimônio indicou o tombamento das edificações consideradas polarizadoras do conjunto, entre elas o Mercado Central, mas, em razão da resistência da associação de lojistas e de outras questões administrativas internas à prefeitura, o processo não avançou.

Em sua dissertação, Filgueiras (2006) identificou, a partir de entrevistas com membros da diretoria da associação e com os lojistas, uma disputa interna em relação ao futuro do Mercado. O grupo que compunha a diretoria à época da sua pesquisa e também do conflito que será aqui relatado era a favor da modernização. Ainda que se apresentasse como tendo uma posição intermediária, era visto, pelos defensores da manutenção da tradição, como modernizadores. Apostavam na abertura do Mercado à renovação e eram contrários a qualquer relação com o poder público, considerando-a como uma ingerência num bem privado. Já o outro grupo apostava no turismo e era mais aberto a uma aproximação com o poder público. De toda forma, havia o argumento de que qualquer mudança mais significativa no Mercado deveria passar pela decisão da associação, mas, em alguns casos, como o que se relatará a seguir, uma demanda pode parar na diretoria e não chegar até o conjunto dos lojistas.

Em 2007, a discussão sobre a necessidade de proteção ao Mercado voltou à tona com a notícia de que uma das suas mais antigas e tradicionais lojas, uma mercearia que vendia alimentos a granel, já fechada à época, seria substituída por outra de uma grande rede de eletroeletrônicos, muito conhecida na cidade, em especial por suas propagandas na televisão. O espaço da antiga loja era o maior espaço contíguo disponível no Mercado,

com 111m². A reação se dirigiu à nova loja, vista como moderna e do ramo dos eletroeletrônicos, atributos que desafiavam as ideias de tradição e autenticidade do Mercado, como discutido anteriormente. Segundo mensagem que circulou nas redes sociais: “É consenso geral que uma loja de eletroeletrônicos descaracteriza o caráter do mercado - descaracterização que acontece de forma lenta, porém contínua. E que agora será escancarada pelo caráter moderno inerente a uma loja de eletroeletrônicos”.¹² Além disso, havia o temor de que com essa nova loja se abrisse a possibilidade de entrada de outras semelhantes, o que poderia levar o Mercado a perder as suas características de um aglomerado de pequenas lojas e se transformar em um *shopping center*, como mostra a seguinte passagem retirada do mesmo *e-mail*. “Sabemos (...) que, com o precedente, outros comércios semelhantes serão ali criados, transformando, brevemente, aquele local em outro *SHOPPING CENTER*” (Grifo no original).

Além desse *e-mail*, que conclamava a população a boicotar a loja, o fato ensejou outras reações, como a intervenção do Ministério Público, que resultou na suspensão temporária do alvará de instalação da nova loja até a manifestação favorável do CDPCMBH. Já a associação dos lojistas do Mercado, como vimos, manifestou-se contrariamente ao tombamento, assim como a qualquer intervenção pública nos seus negócios.

Em reunião do CDPCBH, realizada em 26 de março de 2008, o parecer dizia que o Conselho não tinha como se manifestar sobre uma loja em específico e propunha a continuidade do processo de tombamento aberto em 26 de dezembro de 2007, assim como a manutenção do diálogo com a associação dos lojistas. Diante do impasse e seguindo a sugestão de diálogo do parecer, foi formada uma comissão de conselheiros e membros da associação de lojistas do Mercado para a condução do processo. Era consenso, entre os conselheiros e os técnicos da Gerência de Patrimônio, que o Mercado deveria ser protegido como um bem de natureza imaterial. Essa opção justificava-se em razão de o seu principal patrimônio ser identificado com os produtos ali comercializados, como também com a sociabilidade que ele proporciona, ainda que o espaço não devesse ser desconsiderado. Havia igualmente uma preocupação com a preservação

¹² O conteúdo desse e-mail ainda pode ser encontrado em alguns grupos na internet: <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/batistao96/conversations/topics/202>; <http://abanja.blogspot.nl/2008/02/como-sabido-estava-fora.html>; e <https://br.groups.yahoo.com/neo/groups/psicologosufmg/conversations/messages/758>.

do comércio em pequenos boxes, o que permite a diversidade de produtos e de comerciantes. A possibilidade de junção de lojas poderia significar a abertura para a entrada de grandes lojas e a consequente expulsão dos pequenos comerciantes.

As reuniões da comissão, no entanto, não foram bem-sucedidas, dado que a diretoria da associação de lojistas não aceitava nenhuma forma estatal de proteção. Posteriormente, o órgão nacional de patrimônio, o Iphan, iniciou um processo de aproximação com a diretoria da associação com o intuito de fazer o inventário do Mercado como patrimônio imaterial, como já havia feito com a feira de Caruaru em Pernambuco e outros mercados regionais. O projeto *Mercado Central: memórias e perspectivas*, desenvolvido pela superintendência do Iphan em Minas Gerais, objetivava o registro das memórias que conformavam o Mercado como um lugar de referência e a sua salvaguarda como bem cultural. Para tanto, realizou entrevistas com lojistas, promoveu um seminário no próprio Mercado Central, tratando do patrimônio imaterial e de outras experiências de proteção de mercados no Brasil, como forma de sensibilizar os lojistas. No entanto, diante da resistência da diretoria, os técnicos do Iphan nem chegaram a apresentar a proposta aos associados. Como ocorrido com a comissão municipal, os trabalhos não progrediram, porque a proteção ao patrimônio imaterial, diferentemente do patrimônio material, só se realiza com a concordância daqueles mais diretamente envolvidos com o bem a ser protegido. Como resultado, o Iphan publicou um livro/CD com os depoimentos coletados nas entrevistas (IPHAN, 2010).

Nesse momento, a loja da rede de eletroeletrônicos já estava instalada, mas de uma forma diferente das suas outras filiais na cidade. Na vitrine, em vez de cartazes anunciando os preços, foram colocados eletroeletrônicos antigos. Um ano depois, a loja fechou as suas portas, alegando baixo retorno de vendas, comparativamente às suas outras lojas em *shopping centers* e em outras partes da cidade. No lugar foi instalada, em 2012, uma loja de uma rede local de vinhos, o que não chegou a gerar reações. O interessante aqui é que as duas lojas fazem parte de redes, ainda que a de vinhos, até mesmo em função do produto que comercializa, seja relativamente menor (seis lojas em Belo Horizonte) do que a de eletroeletrônicos (280 lojas em três regiões do Brasil, Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste). Apesar de o vinho não fazer parte dos produtos tradicionalmente comercializados no Mercado, até porque não é um produto regional, diferentemente da cachaça, por exemplo, a sua aceitação evidencia como os valores da autenticidade não

aurática possibilitam essa abertura à negociação.

Um ano depois, pelos mesmos motivos da loja de eletroeletrônicos, a casa de vinhos fecharia suas portas. A solução foi dividir o espaço em três lojas: uma peixaria, uma loja de produtos naturais e outra de peças decorativas. Interessa agora compreender as reações contrárias à instalação da loja de eletroeletrônicos diante dos valores da autenticidade.

A reação causada pela instalação da loja da rede de eletroeletrônicos tem a ver com uma *incompatibilidade de representações* entre os valores associados a essa loja e a produção de autenticidade vinculada ao Mercado que, por sua vez, não colidiu com a loja de vinhos. A rede de eletroeletrônicos constrói sua imagem a partir da ideia de preços baixos e novidades. O preço baixo carrega o valor da indistinção: ele não seleciona, ao contrário, procura a todos incluir. Já o Mercado tem fama de ser caro. O Mercado comercializa produtos artesanais e pouco padronizados. O *marketing* da loja de eletroeletrônicos é bastante agressivo sonora e visualmente. Além disso, seus anúncios passam a ideia de urgência na compra em função de constantes promoções: queima de estoque, limpa loja etc. Já o Mercado faz uma publicidade mais discreta, no seu próprio *site*, em cartazes colocados nas suas dependências e em anúncios nas rádios locais. As relações com os clientes também são muito distintas. O Mercado, ao comercializar produtos do dia a dia, mas também produtos raros, mantém uma relação de fidelidade e ou personalidade com os clientes. Já a loja de eletroeletrônicos disputa seus clientes num mercado muito competitivo, em que o que conta é o preço, uma vez que comercializa produtos de grandes marcas disponíveis em várias outras lojas concorrentes. Sua estratégia comercial tem como foco o preço para o consumidor e ganho de vendas em escala. Outra estratégia da loja é mostrar no seu *site* a foto do seu proprietário com o seguinte *slogan*: “Aqui tem dono”, transmitindo uma ideia de personalidade no atendimento, o que só pode ser interpretado como um simulacro de personalidade, impossível de se concretizar em 280 filiais espalhadas pelo País.¹³

¹³ Estratégia semelhante é utilizada pela rede de cafés Starbucks. Apesar de comercializar em várias partes dos Estados Unidos e nas principais cidades do mundo um produto globalizado e padronizado, seu *marketing* passa a ideia de originalidade e singularidade, propagando a experiência única com cafés de qualidade de várias partes do mundo, em um ambiente descontraído e com atendimento personalizado, que inclui o registro do nome do cliente nos produtos. Como analisa Rippin (2007), trata-se de um simulacro da personalidade e da invenção de um lugar.

O que se pretendeu discutir aqui, a partir desse conflito, não foram as lojas em particular, até porque outras semelhantes já existem no Mercado e outras ainda podem vir a se instalar aí. Como se procurou mostrar, a mudança de ramos faz parte da dinâmica do comércio varejista, mas também da história pessoal dos seus proprietários.

O que aconteceu com o espaço que gerou toda essa discussão é representativo também de uma inexorável mudança entre diferentes gerações. O antigo proprietário do armazém, já muito idoso, não estava mais em condições de continuar à frente da sua loja, e seus filhos não manifestaram interesse pelo comércio, uma vez que já estavam envolvidos em outras profissões. Dilema esse também presente nas lojas estudadas por Sharon Zukin, em Amsterdam. Ainda que em contextos diferentes, a rua de lojas sofisticadas de Amsterdam mantém, como as do Mercado, a característica comum de lugares de comércio ancorados em pequenas lojas, muitas delas muito antigas, pertencentes às mesmas famílias e operadas no dia a dia pelos próprios proprietários, mas que, de tempos em tempos, enfrentam problemas de continuidade geracional e a pressão das marcas e das tendências globalizantes. Em 2008, uma loja que, por vários anos, abrigou um comércio de móveis de uma mesma família, foi alugada pelo dobro do preço para a rede de lojas transnacional American Apparel e, em 2012, a Starbucks e mais dois restaurantes de franquia abriram suas lojas na tradicional rua de pequenas e individualizadas lojas (ZUKIN, 2012).

Por fim, cabe concluir a discussão da autenticidade com alguns paradoxos e desafios às políticas patrimoniais, ou seja, com uma conclusão em aberto.

Um desafio, apresentado aqui na forma de uma pergunta, é se a manutenção da diversidade social e do tipo de comércio individualizado presentes no Mercado Central pode depender apenas do seu reconhecimento social contido nas narrativas da autenticidade, ou se é necessária uma proteção oficial. Ainda que o discurso da autenticidade seja apropriado pelos comerciantes como uma forma de defesa desse tipo de comércio, ele é suficiente para se contrapor às forças comerciais das grandes redes e à consequente descaracterização do comércio, da sua sociabilidade e unicidade?

Por outro lado, o fechamento das duas lojas e a divisão do espaço em três podem revelar que o Mercado não é (pelo menos até o momento) um ambiente propício a esse tipo de loja. Do ponto de vista comercial, esse caso mostrou que as lojas de redes são mais rentáveis se situadas em outros

lugares da cidade do que no interior do Mercado, indicando a continuidade da vocação desse para o pequeno comércio, a diversidade e o turismo.

Apesar de os órgãos governamentais não terem tido sucesso nas suas tentativas de proteção do Mercado, não se deve desconsiderar os efeitos da mobilização da sociedade civil e do próprio estado. As manifestações e a politização da autenticidade não aurática reforçam a manutenção do mercado com a sua diversidade de produtos, comerciantes e públicos, mas não se fecham completamente a algumas mudanças, como as que ocorreram em toda a sua história e, ao que parece, continuarão a ocorrer.

Referências

- ANDRADE, Luciana Teixeira. (1987). *Ordem pública e desviantes sociais em Belo Horizonte (1897-1930)*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Geral (UFMG).
- ARANTES, Antonio Augusto. (2009). Sobre inventários e outros instrumentos de salvaguarda do patrimônio cultural intangível: ensaio de antropologia pública. *Anuário Antropológico*, v. 2007-8, p. 173-222.
- BENJAMIN, Walter. (1980). A obra de arte na época de suas técnicas de reprodução. *Os pensadores*, 48.
- BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. (2007). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de 'revitalização' dos centros urbanos*. São Paulo, Annablume.
- BITAR, Nina Pinheiro. (2016). Projetos urbanísticos, mercados populares e processos de patrimonialização na cidade do Rio de Janeiro. *Estudos Históricos*, v. 29, p. 261-282, Rio de Janeiro.
- BRANT, Fernando. (2004). Mercado Central. Belo Horizonte, Conceito.
- BROMLEY, Rosemary D. F. (1998). Market-place trading and the transformation of retail space in the expanding Latin American City. *Urban Studies*, v. 35, n. 8, p. 1.311-33.
- COSTA, Eduardo. (2007). *Mercado Central: a convivência entre iguais e diferentes*. Belo Horizonte, Editora do Autor.
- COSTA, Eduardo. (2006). *Mercado Central de Belo Horizonte: a convivência entre iguais e diferentes*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (UFMG).
- FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro. (2006). *Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).
- FONSECA, Maria Cecília Londres. (2003). Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Regina Abreu; Mário Chagas (Org.); *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro, DP&A Editora. p. 56-76.
- GLASS, Ruth. (1964). Introduction: aspects of change. In: Ruth Glass – Centre for Urban Studies (Ed.); *London: Aspects of Change*. London, MacGibbon and Kee.

- GOFFMAN, Erving.
(1999). *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis, Editora Vozes.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos.
(2012). As transformações do patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente. In: Izabela Tamaso; Manuel Ferreira Lima Filho (Orgs.); *M. Antropologia e patrimônio cultural: trajetórias e conceitos*. Brasília, ABA. p. 59-73.
- GONÇALVES, José Reginaldo.
(1988). Autenticidade, memória e ideologias nacionais: o problema dos patrimônios culturais. *Revista Estudos Históricos* 1 (2), p. 264-275.
- HANDLER, Richard.
(1986). Authenticity. *Anthropology today*, v. 2, n. 1, p. 2-4.
- IPHAN.
(2010). *Mercado Central: memórias e perspectivas*. Belo Horizonte, IPHAN / Tradição Planalto Editora.
- LESS, Loreta; SLATER, Tom; WYLY, Elvin.
(2008). *Gentrification*. Nova York, Routledge.
- LEITE, Rogério Proença.
(2010). A exaustão das cidades: antienobrecimento e intervenções urbanas em cidades brasileiras e portuguesas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais* v. 25, n. 72, p. 73-88.
- MACCANNELL, Dean.
(1973). Staged authenticity: Arrangements of social space in tourist settings. *American journal of Sociology* 79 (3), p. 589-603.
- MULLINS, Paul.
(2012). *The Death of Authenticity and the Outsider: Consumption and Hipsters*. Disponível em: <https://paulmullins.wordpress.com/2012/12/08/the-death-of-authenticity-and-the-outsider-consumption-and-hipsters/>. Acesso em 10 julho de 2016.
- NETTO, Marcos Mergarejo; DINIZ, Alexandre Magno.
(2004). Articulações socioespaciais do Mercado Central de Belo Horizonte. *Caderno de Geografia da PUC - Minas*, v. 14, n. 22, p. 70-88.
- RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos.
(2015). *Governança empreendedorista e megaeventos esportivos: reflexões em torno da experiência brasileira*. In: Orlando Alves dos Santos Júnior; Christopher Gaffney; Luiz Cesar de Queiroz Ribeiro (Orgs.); Os impactos da Copa do Mundo 2014 e das Olimpíadas. Rio de Janeiro, E-papers.
- RIPPIN, Ann.
(2007). Space, place and the colonies: re-reading the Starbucks' story. *Critical Perspectives on International Business*, v. 3, n. 2, p. 136-49.
- ROCHA, Gilmar; OLIVEIRA, Silvana Seabra.
(1997). Cidade à deriva. *Caderno de Ciências Sociais*, v. 5, n. 8, p. 35-65, dez.
- RUBINO, Silvana.
(2009). Enobrecimento urbano. In: Carlos Fortuna; Rogério Proença Leite (Orgs); *Plural de cidades: novos léxicos urbanos*. Coimbra, Almedina.
- SILVA, Diego Vernilleda.
(2015). Mercados municipais de São Paulo: Equipamentos essenciais ou excentricidade urbana? In: *Anais do XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano (ENANPUR)*. Belo Horizonte, Brasil.
- SLATER, Tom.
(2011). Gentrification of the city. In: Gary Bridge; Sophie Watson (Eds.); *The New Blackwell Companion to the City*. Blackwell Publishing.
- SMITH, Neil.
(1996). *The new urban frontier: gentrification and the revanchist city*. Londres / New York, Routledge.
- TAMASO, Isabela Maria.
(2005). A Expansão do Patrimônio: novos olhares sobre velhos objetos, outros desafios. *Série Antropologia*, v. 390, p. 1-31.

TRILLING, Lionel.
(1971). *Sincerity and authenticity*. Cambridge,
Harvard University Press.

WATSON, Sophie; STUDDERT, David.
(2006). *Markets as sites for social interaction*.
Bristol, Policy Press for the Joseph Rowntree
Foundation. Disponível em: [www.jrf.org.uk/
bookshop/eBooks/1940-markets-social-
interaction.pdf](http://www.jrf.org.uk/bookshop/eBooks/1940-markets-social-interaction.pdf). Acesso em 12 de novembro
de 2014.

ZUKIN, Sharon.
(2012). The social production of urban cultural
heritage: identity and ecosystem on an
Amsterdam shopping street. *City, Culture and
Society*, v. 3, p. 281-91.

ZUKIN, Sharon.
(2011). Reconstructing the authenticity of
place. *Theory and Society*, v. 40, p.161-5.

ZUKIN, Sharon. (2010).
*Naked city: the death and life of authentic urban
places*. New York, Oxford University Press.

ZUKIN, Sharon.
(2009). Changing Landscapes of Power:
Opulence and the urge for Authenticity.
*International Journal of Urban and Regional
Research*, Volume 33.2 June, p. 543-53.

ZUKIN, Sharon.
(2008). Consuming authenticity. From outposts
of difference to means of exclusion. *Cultural
studies*, v. 22, n.5, p. 724-48.

Web Sites consultados:

<http://www.mercadocentral.com.br/>

<http://www.casarioverde.com.br/>

www.ricardoeletro.com.br

<http://eusouatoa.com/>

[http://www.belohorizonte.mg.gov.br/
categorias/belotur-0](http://www.belohorizonte.mg.gov.br/categorias/belotur-0)

<http://www.feriasbrasil.com.br/>

[http://www.oquesefaz.com/2011/06/24/o-
mercado-central-de-belo-horizonte/](http://www.oquesefaz.com/2011/06/24/o-mercado-central-de-belo-horizonte/)

Recebido em
julho de 2016

Aprovado em
março de 2017

E a luta continua! #OCUPATUDO: Potência e dilemas da ação política

Ana Luisa Fayet Sallas*

Resumo

O presente artigo elabora uma análise dos processos políticos recentes que foram protagonizados por jovens estudantes no contexto das ocupações de escolas do Ensino Médio e universidades públicas em 2016 no Brasil. Analiso esse processo sobre a duas perspectivas: a das relações entre gerações e juventude na contemporaneidade com suas estratégias de ação política diferenciadas das formas convencionais e estabelecidas; e de seu possível vínculo com contexto mais amplo que envolveu o reconhecimento dos jovens e das juventudes como atores políticos, com a criação de dispositivos e instâncias institucionais que promoveram e incentivaram a participação política por meio das Conferências Nacionais de Juventude ocorridas em 2008, 2011 e 2015. Minha hipótese é que os conflitos relacionados ao tema da Educação Pública Superior ganharam centralidade nesse contexto de lutas, bem como sua vinculação a outras bandeiras de reconhecimento como as ligadas às questões raciais, de gênero e LGBT. Procuo recuperar quais foram as demandas gestadas ao longo das Conferências, assinalando o lugar que o tema da Educação Pública Superior ocupou nesse processo e como ganhou centralidade diante do processo regressivo e repressivo desencadeado com o impeachment da Presidenta Dilma Roussef e emergência de grupos políticos que vem colocando o direito à Educação Pública, sob ameaça e objeto de disputa entre grupos/movimentos conservadores como o Escola sem Partido e o Movimento Brasil Livre (MBL).

Palavras-chave

Movimentos estudantis. Ocupações. Democracia.

* Ana Luisa Fayet Sallas é Professora Titular do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná (UFPR). É Pós-Doutorada em Sociologia no Centro de Sociologia do Colégio do México (2012), Doutora em História pela Universidade Federal do Paraná (1998) e Mestre em Antropologia Social pela Universidade de Brasília. E-mail: analuisa@ufpr.br.

Abstract

This paper analyzes recent political processes staged by young students in the context of schools and public universities' occupations in Brazil in 2016. The analysis proceeds along two perspectives: relations between generations and youth in contemporaneity with its particular strategies for political action which differ from more conventional and established forms; and its possible link to a broader context which included recognition of young people as political actors through the creation of dispositives and institutional instances that promoted and stimulated political participation through the Youth National Conferences that took place in 2008, 2011 and 2015. The hypothesis is that conflicts related to Public Undergraduate Education came to occupy a central place in this context of struggles, which was also the case with its linkage to other recognition demands such as those connected with racial, gender and LGBT issues. The paper makes an inventory of the demands produced during these Conferences. It also discusses the role the issue of Public Undergraduate Education has played in this process and how it became crucial in face of the regressive and repressive process unleashed by President Dilma Rousseff's impeachment and the emergence of political groups that have been threatening the right to Public Education, turning it into an object of conflict between conservative groups/movements such as Escola sem Partido and Movimento Brasil Livre (MBL).

Keywords

Student movements. Occupations. Democracy.

Para nos situar

No final do ano de 2016, ocorreu um movimento político inédito no Brasil com as ocupações de escolas públicas de Ensino Médio e universidades por estudantes mobilizados contra os pacotes de reformas que o governo Temer propunha, atingindo diretamente o sistema educacional brasileiro: a MP 746 e Emenda Constitucional 241/16 – PEC 241. A primeira propunha mudanças na estrutura do Ensino Médio, e a segunda congelar, os investimentos sociais por 20 anos.

A MP 746 redesenha o Ensino Médio, alterando sua carga horária de 800 horas anuais para 1.400, transformando-o em tempo integral. Entre outras coisas, propõe a mudança da estrutura do ensino em áreas de Ciências Naturais, Ciências Humanas e Formação Técnica, tornando facultativas disciplinas como História, Filosofia e Sociologia, além de Artes e Educação

Física. Naquele momento, a maior crítica dos estudantes secundaristas era o caráter dessa formação, que seria mais técnica, restringindo as opções de uma formação mais crítica e lúdica, além de outros elementos que envolviam a forma autoritária como fora proposta, não levando em conta os elementos já estabelecidos no Plano Nacional de Educação (2014-2024), aprovado em 2014 e assinado pela presidente Dilma Rossef.

Conforme Maria da Glória Gohn (2017), referindo-se aos dados da União Nacional dos Estudantes (UNE), em outubro de 2016, 134 *campi* universitários e mais de mil escolas e institutos federais estavam ocupados. O Estado do Paraná teve o maior número de escolas estaduais ocupadas (p.100). Segundo a página do Uol Notícias, foram mais de 850 escolas do Ensino Médio ocupadas em todo o Estado do Paraná, de um total de 2.100 da Rede Pública¹.

A estratégia de luta desenvolvida pelos estudantes secundaristas foi a da ocupação das escolas. Os estudantes universitários recorreram também a esse recurso, contando com um apoio parcial ou expressivo de professores e técnicos das universidades públicas em seus diferentes contextos locais (em alguns, as ocupações se somaram às ações já desencadeadas por técnicos e docentes em greve). Como estratégia de luta, as ocupações não são propriamente novas no âmbito da ação política de diferentes grupos sociais organizados, como indígenas, sem terra, entre outros. A particularidade do fenômeno que ocorreu nas escolas públicas foi a da inserção dessa estratégia das ocupações, de início ainda em 2015, nas escolas públicas de São Paulo².

Os estudantes secundaristas tiveram sua ação política orientada pelo manual elaborado pelos estudantes secundaristas chilenos, que utilizaram essa estratégia de luta durante os anos de 2011, mobilizados pela gratuidade do ensino e pelo passe livre. Esse aspecto é relevante, porque marca os componentes de conectividade e dos translocalismos próprios dessa ação política juvenil. Nesse documento³, que foi também utilizado

¹ Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/educacao/2016/10/1827222-justica-da-ordem-para-estudantes-desocuparem-25-colegios-no-parana.shtml>>. Acesso em 25 de setembro de 2017.

² Emergiram de um processo de reformulação das escolas (pela separação dos níveis de Ensino Básico e Ensino Médio), além de fatores ligados às denúncias de desvio de recursos da merenda escolar pelo Governador do Estado Geraldo Alkimin.

³ “Como ocupar um Colégio?”. Disponível em: <https://gremiolivre.wordpress.com/2015/10/21/como-ocupar-um-colegio-versao-online/>. Acesso em 11 de setembro de 2017.

por estudantes argentinos e traduzido para o português, destacam-se todos os aspectos envolvendo a ação política, como organização das assembleias, comunicação interna, realização de atividades dentro das ocupações, alimentação, segurança (em que se destacam a necessidade de todos os estudantes da ocupação terem em mãos suas identificações, já que qualquer ação da justiça ou polícia só pode ser feita com a presença do Conselho Tutelar), limpeza, comunicação externa, apoio dos professores, pais, coletivos e comunidade em geral.

Essa estratégia, que orientou e ajudou na mobilização dos estudantes em escolas pelo Brasil todo, teve seguramente um caráter diverso em relação a outros movimentos estudantis, já que especificamente naquele momento foram os estudantes secundaristas que tiveram um papel protagônico em relação aos estudantes universitários, que vieram a realizar as ocupações das universidades públicas em meados de outubro de 2016, quando grande parte das escolas públicas já estava ocupada desde o início daquele mês.

Para alguns analistas, o “despertar”⁴ da juventude brasileira já havia ocorrido durante as chamadas “Jornadas de Junho de 2013”, quando saíram às ruas com seus cartazes de “*Não é só por 20 centavos*”, “*Vem pra Rua*” e “*Saimos do Facebook*” e “*Agora a revolução é nossa*”, entre outros slogans⁵. Grande parte das pesquisas que foram realizadas, tentando compreender aquele momento, destacam o caráter heterogêneo e difuso das mobilizações e que funcionou como um balão de ensaio para o que viria a seguir, como as mobilizações “patrióticas” de 2015/2016 contra a corrupção e pela cassação da presidente eleita Dilma Roussef.

Neste ensaio, procuro refletir sobre essa nova geração e sua forma de fazer política marcada pela conectividade e por ser socializada num espaço inovador de participação política institucional que emergiu no marco das Conferências Nacionais de Juventude. Dessa forma, apresento aqui num primeiro momento o conceito sociológico de geração e de culturas juvenis, para finalmente tratar das questões que foram apresentadas pelos jovens nas Conferências Nacionais de Juventude dos anos 2008, 2011 e 2015, em que o tema da Educação Pública Superior ocupou um papel central.

⁴ No meu ponto de vista, essa ideia de “um despertar” está associada a uma visão limitada dos jovens, desconhecendo as suas estratégias de ação política que não estão vinculadas necessariamente a grandes bandeiras políticas. No entanto, vale ressaltar que, nos eventos de junho de 2013, o Movimento Brasileiro do Passe Livre teve um papel protagônico.

⁵ Vários autores analisaram esse fenômeno, como Gohn (2014; 2017).

Uma nova geração e uma nova forma de fazer política

A obra de Carles Feixa “De La Geración@ a la #Geración – La Juventud em la era Digital” (2015) traz contribuições importantes sobre a forma como podemos compreender as novas gerações e suas formas de ação política. No pensamento sociológico clássico, o conceito de geração elaborado por Mannheim (1927) traz uma reflexão para o estudo das mudanças sociais em que os tempos das biografias e históricos se entrecruzam. Os vínculos geracionais são aqueles marcados por acontecimentos que rompem a continuidade histórica e marcam um “antes” e um “depois” na vida coletiva. Por outro lado, essas descontinuidades são experimentadas por membros de um grupo de idade num ponto formativo, em que o processo de socialização ainda não esteja totalmente concluído, permitindo que essas experiências históricas configurem como “experiências juvenis”. (FEIXA, 2015, p. 51-52).

Da reflexão de Mannheim (1927) cabe destacar que, para ele, nem todo novo é a expressão do revolucionário e avançado, já que é possível a existência de jovens com um perfil conservador que convivem num mesmo tempo histórico. Vale lembrar que esse primeiro escrito dele foi elaborado no contexto da emergência da juventude nazista na Alemanha do entreguerras. Ser jovem em um contexto histórico determinado não significa aderir necessariamente às visões mais avançadas expressas em sua época.

No aprofundamento dessa perspectiva de Mannheim, o sociólogo inglês Philip Abrams (1982) propõe vincular o conceito histórico-social de geração ao de identidade. A individualidade e a sociedade se constroem socialmente, havendo a necessidade de se pensar nas relações de interdependência entre essas duas dimensões. Também para ele, a identidade é resultado da consciência do entrelaçamento entre a história individual e a história social. Uma geração no sentido sociológico é o período de tempo durante o qual uma identidade se constrói sobre as bases e recursos de significados que social e historicamente se encontram disponíveis. Assim, as novas gerações criam novas identidades e novas possibilidades de ação.

Conforme assinala Feixa (2015), de comum, Mannheim e Abrams partem de um princípio de que uma nova geração é marcada por descontinuidades do mundo histórico e institucional dominante num determinado momento. Uma outra dimensão associada ao conceito de geração é o de experiência, que está vinculado à ideia de “consciência geracional”, que demarca uma

dimensão reflexiva, em que as relações intergeracionais convertem no domínio de uma elaboração subjetiva⁶.

Na atualidade, Ulrich Beck e Elizabeth Beck-Gernsheim (2006) propuseram a noção de uma “geração global” – na formulação da ideia das “constelações geracionais cruzadas”, já que a experiência da uma geração global, que se globalizou, é, ao mesmo tempo, marcada por profundas diferenças e contrastes, definidos por fatores cosmopolitas. Essas constelações geracionais, segundo esses autores, são demarcadas por três elementos: as gerações das migrações (transnacionais); a geração aprendiz (marcada por processos de precarização do trabalho) e a geração *patchwork* (marcada por processos de hibridização cultural). Nessas três áreas - demográfica, econômica e cultural - as gerações mais jovens teriam o papel de atuar como barômetro das novas tendências. (FEIXA, 2015, p.62-63)

Para Carles Feixa, contemporaneamente, observamos um trânsito geracional do que ele designou como Geração@ para Geração#. A primeira é a geração da emergência da internet e das redes e que teve uma socialização inicial com *games* e o acesso a uma educação digital não formal, que prefigurou a cultura de interação que caracteriza a rede. Já a Geração# é a geração das redes e da *web* social com o uso intensivo do Facebook, das plataformas de microblogs, como Twiter, num contexto de crise econômica e social. Do ponto de vista tecnológico, a Geração# supõe um *reset* das chaves de acesso à sociedade de conhecimento, baseada na tendência à universalização da conectividade e generalização do uso dos celulares e smartphones, supondo assim a deslocalização das conexões (FEIXA, 2014, p. 322).

Para ele, os dilemas da Geração@ com seus desdobramentos intensificados na Geração# serão demarcados pela presença de alguns elementos:

1. Espaço global *versus* espaço glocal: se a Geração@ experimentou a globalização do espaço mental e social dos jovens, a Geração# o está experimentando em espaços mais personalizados, próximos e familiares, com a construção de novos espaços híbridos unindo o local ao global.

⁶ Essa dimensão reflexiva da experiência geracional associada à questão da identidade é o que temos identificado no contexto da pesquisa coordenada por Simone Meucci – *Sentidos e Sentimentos das Ocupações* (2016) – que emergiu nas entrevistas realizadas com jovens que participaram ativamente daquele processo.

2. Tempo virtual *versus* tempo viral: na Geração@ houve um entrelaçamento entre o tempo virtual e os ritmos cotidianos, em que o calendário, o ciclo vital e o tempo histórico assemelhavam-se a um iô-iô flexível, com fases expansivas e contrativas. Já a Geração# experimenta um tempo viral da mesma forma com as informações que se constroem na rede, marcando alterações nas temporalidades juvenis, combinando transições clássicas com formas intransitivas produzidas pelas culturas juvenis e as formas virais produzidas pela *web social*.
3. Nomadismo *versus* translocalismo: se na Geração@ foram experimentadas as identidades nômades, a Geração# se organiza de forma translocal, marcada pela mobilidade constante, a desvinculação de identidades sociais, culturais e profissionais fixas, o domínio do efêmero jogo de papéis, que leva a mobilidades físicas e virtuais e de novas conectividades (Facebook, Skype, WhatsApp). A cultura juvenil sobrepassa a juventude, tornando possível uma cultura juvenil sem jovens, segundo a expressão de Canevacci (2000).
4. Rede *versus* rizoma: se a Geração@ participa politicamente através do modelo da “sociedade de rede”, a Geração# o faz através do modelo da “rede social” (CASTELLS, 2012). O rizoma é um ramo subterrâneo com várias gemas que cresce de modo horizontal, criando novas raízes e novos brotos. Foucault e Deleuze usaram esse conceito para analisar as formas de dominação microfísica, capilar e que podem ser utilizadas para interpretar as novas formas de participação e mobilização política dos jovens na contemporaneidade. Nesse sentido, o próprio conceito original passa a ser resignificando, adquirindo o sentido de estratégias de resistência política. (FEIXA, 2014, p. 323, 327)

Cada um desses elementos tem concorrido de forma diferenciada para a agência dos jovens na construção de novas formas de mobilização e ação política que nos desafia a reelaborar nossos marcos conceituais num horizonte complexo e de intensas transformações.

De toda forma, para além das definições conceituais que utilizamos, compartilho com Carles Feixa a ideia de que existe um jogo de espelhos entre as imagens que cada geração de jovens projeta sobre a sociedade adulta, e o retrato muitas vezes deformado que ela lhes devolve parece manter um rito

de eterno retorno: nós, adultos, julgamos os jovens à luz de nossa própria juventude. Esse julgamento pode ser a adoção de uma atitude autoritária diante deles, baseada na crença de que o tempo passado foi melhor, ou ainda num outro extremo, uma adulação acrítica, baseada na ideia de que o futuro sempre tem razão. Entre essas visões, é necessário assumir que cada geração vive de forma distinta a aventura de fazer-se adulto.

Culturas juvenis e democracia

Ao aprofundar a compreensão da relação entre a Geração# que atuou de forma inovadora e determinada no Brasil com as ocupações das escolas públicas e das universidades, resta contemplar aqui a dimensão identitária que tem marcado de forma significativa essas ações. As reflexões de Rossana Reguillo (2000) sobre as culturas juvenis no final do século XX em suas estratégias políticas de visibilidade e reconhecimento, do meu ponto de vista, seguem vigentes. Para a autora, no mundo contemporâneo, as culturas juvenis marcam: a) uma percepção distinta da política; b) sua percepção do espaço, e c) sua percepção do futuro (marcada por diferenças de gênero, classe, raça). Essas três dimensões irão concorrer para a construção da ação política construída a partir dos seguintes elementos:

1. O debate tem se ampliado para a ideia de uma cidadania “cultural”, dimensão que torna visível as lutas políticas de minorias e de excluídos dos circuitos dominantes, no reconhecimento de pertencer a uma comunidade específica.
2. A visibilização se converte em nova estratégia política. Performances que carnalizam os protestos, a dramatização dos referentes identitários, a imaginação capaz de chamar a atenção dos meios de comunicação, transformando os modos de fazer política.
3. A irrupção na cena política de dimensões da vida privada e cotidiana e a visibilização crescente do discurso da diferença cultural como componente indissociável das democracias modernas.
4. Os debates em torno da cidadania apontam para a necessidade de renomear um conjunto de processos de incorporação e reconhecimento social que não se limitam a pertencer a um território, ao direito do voto e à segurança social, mas se articulam com a reivindicação da diferença cultural como meio de impulsionar a igualdade (REGUILLO, 2013, p.117).

Se a cidadania se define pelo fazer, é nas práticas o território privilegiado para explorar a participação juvenil, para além dos âmbitos formais. A complexidade de sentidos com que os jovens habitam o espaço público apresenta pistas para entender o futuro de nossas sociedades. Aprofundar o conhecimento sobre as culturas juvenis é fundamental para a construção de um projeto político em que a diferença e a diversidade não sejam instrumento retórico de dominação e de violência.

Identifico nesses elementos o que grande parte das pesquisas sobre o movimento das ocupações tem observado: os jovens estudantes procuraram criar um espaço de ação política distanciado dos partidos políticos convencionais e que, além das demandas pela garantia dos direitos sociais como aqueles que envolviam impactos diretos sobre a da Educação Pública, se vincula a outras demandas, como o direito à diferença, presentes nas reivindicações identitárias de gênero e raciais⁷.

Para Rossana Reguillo, pensar os dilemas que os jovens vivenciam na contemporaneidade e seu papel protagônico num contexto de intensas mudanças sociais requer contemplar três dimensões fundamentais: 1) os processos de precarização-informalização das biografias, as dinâmicas, os circuitos e os imaginários juvenis; 2) a reconfiguração do Estado social e o fortalecimento do Estado punitivo; e 3) o descrédito das instituições modernas – a escola, os partidos políticos, os sindicatos, as empresas –, como garantia de incorporação, de socialização “exitosa” (2013, p.136).

Até o momento, esbocei neste ensaio algumas pistas para o avanço das minhas reflexões: o tema das gerações, da experiência e da identidade articulada às questões das culturas juvenis, que permitem avançar na compreensão daquele movimento político juvenil que foram as ocupações das escolas públicas e universidades em 2016. Na sequência, vamos adentrar o campo da ação política institucional, observar como ele foi constituído e quais foram suas possibilidades e limites como espaço de ação política juvenil.

⁷ No momento, oriento uma dissertação de mestrado sobre o tema das ocupações e no Grupo de Pesquisa de Pensamento Social, coordenado por Simone Meucci e Alexandro Trindade, temos mais duas dissertações e uma tese de doutorado que contemplam o tema das ocupações das escolas públicas no ano de 2016.

Juventudes e seu lugar no processo político contemporâneo brasileiro: as Conferências Nacionais de Juventude

O primeiro decênio do século XXI no Brasil foi marcado por avanços significativos na constituição de um espaço próprio de institucionalização das políticas públicas para a juventude brasileira representada por mais de 50 milhões de jovens entre 14 a 29 anos. Desde a criação do Conselho Nacional de Juventude, em 2005, da Secretaria Nacional de Juventude, das Conferências Nacionais de Juventude até a promulgação do Estatuto da Juventude em 2013, observou-se um esforço de estabelecimento de uma agenda de participação com os jovens na construção das políticas e de suas prioridades nos vários espaços da sociedade.

Regina Novaes, antropóloga, pesquisadora e primeira presidente do Conselho Nacional de Juventude (2005-2006), observa de forma precisa que:

“Os desafios no reconhecimento dos direitos dos jovens são muitos. O mais difícil de ser superado é a própria dubiedade advinda das contraditórias representações sociais sobre a condição juvenil. Não é exagero afirmar que a sociedade contemporânea é, paradoxalmente, juventudocêntrica, ao mesmo tempo em que é crítica da juventude. Em outras palavras, nos aspectos da vivência pessoal e da consciência coletiva, ser jovem é um estado de espírito, uma dádiva, um dom de um momento passageiro da vida que não deveria passar, por ser o mais interessante e vibrante. Desse modo, ser jovem é ser empreendedor, expressar força, ter ânimo, se aventurar, ser espontâneo, ter uma boa apresentação física, ser viril, se divertir acima de tudo, priorizando o bem viver em detrimento das responsabilidades mesquinhas da vida. Contudo, no âmbito profissional, no aspecto do compromisso cidadão ou no tocante à participação nos processos de tomada de decisão, inclusive nas esferas políticas, ser jovem é residir em um incômodo estado de devir, justificado socialmente como estágio de imaturidade, impulsividade e rebeldia exacerbada. Nesse caso, é possível afirmar que o jovem é aquele que ainda não é, mas que pode ser, ou que será. Em síntese, são dois lados da mesma moeda. Os mesmos estereótipos que constroem um imaginário social de valorização da juventude são aqueles que a impedem de uma participação social plena”. (NOVAES, 2006, p.5).

Ao destacar os paradoxos da condição juvenil, revela a multiplicidade de formas em que essa condição é efetivamente vivida, que envolve a

combinação de processos formativos pela escolarização com desenhos de trajetórias no mundo do trabalho, em experimentações e na definição das identidades em processos constantes de mudanças que passam pela sexualidade, pela adesão a diferentes grupos juvenis, pela sociabilidade e participação em diferentes espaços do mundo social. Para Regina Novaes, cinco são os geradores/mobilizadores da participação política juvenil: 1. as apropriações juvenis do ideário ecológico; 2. os novos sentidos do casamento entre “educação e trabalho”; 3. as novas versões das lutas pelos Direitos Humanos; 4. a arte e cultura na construção do espaço público e 5. os efeitos e potencialidades das novas tecnologias de informação (NOVAES, 2006, p.35).

Esses elementos assinalados pela autora emergiram no âmbito do processo de participação juvenil representado pelas Conferências Nacionais de Juventude que aconteceram entre os anos 2008 a 2015. Foram três grandes conferências marcadas por um processo de participação ativa dos jovens desde a base, orientados por uma metodologia inovadora, em que tiveram papel protagônico, construindo uma forma de participação mais horizontal e criativa. Para a realização da I Conferência Nacional de Juventude, que teve por lema “*Levante sua bandeira*”, foram mobilizadas mais de 400 mil pessoas. Um dos eixos de debates era Juventude, Democracia e Participação. Como um dos elementos estruturantes desse processo estava na indicação dos representantes municipais para a Conferência Nacional, não é de estranhar que os grupos juvenis que estavam organizados (em partidos políticos – 50% do total dos participantes)⁸ tivessem um papel de maior representatividade. Esse elemento pode ser constatado pelas definições votadas como prioridades presentes no documento final. A principal bandeira levantada foi a da *Luta pela Educação* para 22% dos participantes.

Das 70 Resoluções aprovadas no documento final, a educação superior apareceu em primeiro lugar:

1. Defendemos que a ampliação do investimento em educação é fator imprescindível para construirmos uma educação de qualidade para todos e todas e que consiga contribuir para o desenvolvimento

⁸ Aqui está um ponto importante a discutir – que vai além do proposto neste artigo – que é sobre os mecanismos de participação em nível local, regional, estadual, nacional. Só chegam no nacional as organizações de base nacional. Com isso, muitas questões/demandas que podem aparecer na base “somem” na Conferência nacional.

do país. Para tanto, defendemos o investimento de 10% do PIB em educação. Para atingir este percentual reivindicamos o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) e a derrubada dos vetos ao PNE (Plano Nacional de Educação). Reivindicamos que 14% dos recursos destinados às Universidades Federais sejam destinados exclusivamente à assistência estudantil por meio da criação de uma rubrica específica. Defendemos também a ampliação dos recursos em assistência estudantil para estudantes do Prouni e para estudantes de baixa renda de universidades privadas. Garantir a transparência e democracia na aplicação dos recursos.

2. Garantir o acesso e permanência dos estudantes excluídos priorizando as cotas, os programas que garantem a inclusão dos jovens ao ensino superior e aperfeiçoamento do Prouni. Expansão e interiorização das universidades públicas (municipais, estaduais e federais) considerando a realidade regional, visando às demandas das comunidades do campo e tradicionais, tendo em vista a ampliação e oferta de cursos noturnos diversificados, bem como a implementação de política de assistência estudantil (restaurante universitário, bolsa permanência, transporte e moradia estudantil) e a valorização dos profissionais de educação.
3. Democracia nas universidades: com eleições paritárias para reitoria, com o fim da lista tríplice, eleições universais para demais unidades acadêmicas e cargos eletivos, composição paritária dos conselhos e espaços decisórios das instituições, e garantia de organização do movimento estudantil com livre trânsito dos diretores das entidades no âmbito público e privado (2009, p.281).

Mas palavras de Regina Novaes, é preciso compreender esse “ator juvenil” do século XXI em sua relação/e construção das políticas públicas de juventude (distributivas, reconhecimento e participação), programas de ações plurais (múltiplas, simultâneas, diferenciadas) assinalando a necessidade de combinar os princípios da igualdade com os da diversidade, que não excluem a construção de uma agenda política com vistas à superação das desigualdades sociais, especialmente ligadas à questão racial e de gênero. (2009, p.14)

No livro elaborado por Mary Castro e Miriam Abramovay (2009), as quais sistematizaram o processo de participação juvenil ocorrido na I

Conferência Nacional de Juventude bem como o perfil dos participantes, observa-se o seguinte quadro: foram 1.857 participantes respondentes ao questionário realizado durante a conferência, bem como 30 grupos focais com os mais diversos segmentos da sociedade ali representados.

É importante destacar que a grande maioria dos participantes dessa primeira conferência eram jovens, já que 45% deles estavam na faixa de 19 a 25 anos (feminino - 44,5% / masculino 46,9%) e 21,4% de 26 a 29 anos (feminino - 17,3% / masculino 24,0%). Observou-se que do total de participantes 60,5% eram homens. Quanto à inscrição sexual (heterossexuais - 89,5%), foram apresentadas algumas alternativas de orientação sexual, além de homossexuais (4,4%), bissexuais (2,4%). Na autoidentificação em termos raciais, do total dos participantes 45,3% eram brancos, 32,3% eram negros, 11,3% pardo/mestiço, 4,7% indígena. A grande maioria dos jovens estuda e trabalha - 57,4%; só trabalham - 24,3% e só estudam 15,2%, e não trabalham nem estudam - 2,4%. Note-se ainda que o nível de escolaridade dos participantes era: Ensino Fundamental - 6,2%; Ensino Médio - 26,8%; Ensino Superior Incompleto - 38,2%; Ensino Superior Completo - 28,8%. Quanto ao nível de renda individual: menos de 1 SM - 19,7%; 1 a 3 SM - 43,0%; 4 a 6 SM - 21,2%; 7 a 9 SM - 9,4%; 10 ou mais SM - 6,7%.

Em relação à participação política, observou-se o seguinte: partido político - 50%; movimentos sociais - 31,1%; movimento estudantil - 30,4%; ONGS - 26,1%; instituição religiosa - 24,5%; redes, foros e coletivos - 15,5%; instituição de estudo e pesquisa - 14,1%; sindicato - 9,9%; outra - 9,0%; não participa de nenhuma organização - 7,9%. Quanto à participação em movimentos: movimento estudantil - 39%; movimento secundarista - 37%. Daqueles que participam de instituição religiosa (24,5%): são católicos - 53,7% e evangélicos - 17,7%.

Esses dados assim expostos expressam algumas percepções das autoras quanto a um questionamento da apatia e falta de participação dos jovens em comparação com a geração de 1968; um questionamento de estudos que enfatizam as novas formas de participação juvenil - mais horizontais e mais centrados na questão de identidades - que decretam a falência das formas clássicas de participação (movimento estudantil, partidos políticos, sindicais). Puderam observar que longe da existência de universos separados e antagônicos, entre aqueles que lutam pelo "aqui agora" e pelas questões mais gerais referentes aos rumos da sociedade, encontraram a partir da pesquisa na I Conferência que muitos jovens combinam frentes de lutas específicas com debates mais gerais referentes às questões da desigualdade,

da violência, de gênero, raciais e sexuais.

Ao mesmo tempo, verificam a emergência desse jovem individualista (mas não atomizado), na medida em que consideram o pessoal como político fazendo um trânsito entre questões vividas individualmente e a luta por mudanças no plano coletivo, como questões de racismo, sexismo, homofobia, emprego decente, educação pública de qualidade (CASTRO, 2009, p. 63).

A II Conferência Nacional de Juventude de 2011 teve por lema *Conquistar Direitos Desenvolver o Brasil!* No documento final com as propostas aprovadas, aparece no Eixo 1: Desenvolvimento Integral o tema da Educação Inclusiva em primeiro lugar e o direito à Educação Superior em segundo lugar, como demanda específica do aumento de vagas no sistema público e concomitantemente a interiorização das vagas, políticas de acesso e permanência, cotas e a extinção do vestibular como forma de acesso.

Já no documento-base que orientou a temática da Educação para a realização da III Conferência Nacional de Juventude em 2015, que teve por lema *“As várias formas de mudar o Brasil”*, podemos observar os seguintes aspectos que o orientaram:

- A pesquisa *Agenda Juventude Brasil: Pesquisa Nacional sobre Perfil e Opinião dos Jovens Brasileiros 2013*, realizada pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em 2013, aponta que os/as jovens brasileiros/as nutrem grandes expectativas sobre suas trajetórias educativas. O estudo indica que 42% dos/as pesquisados/as depositam seus sonhos de realização na construção de trajetórias educativas mais longas, crendo que suas vidas vão melhorar porque terão melhores credenciais educativas e mais condições de inserção no mundo do trabalho. O estudo mostra, ainda, que 63% reconhecem a “possibilidade de estudo” como o que há de mais positivo no Brasil. Ao mesmo tempo, 98% dos jovens acham que a educação é um desafio para o país, enquanto 23% acreditam que o tema é preocupante, ficando atrás apenas de questões como violência, emprego e saúde.
- Expansão do Ensino Superior pelo aumento do número de matrículas. Em 1994, as matrículas em cursos presenciais no ensino superior brasileiro somavam pouco mais de 1,6 milhão. Em 2004, esse número saltou para 4,1 milhões e, em 2013, para 6,1 milhões, reflexo do esforço empreendido.

- Crescimento expressivo da rede pública, em especial nas cidades do interior do Brasil (REUNI). No entanto, as instituições privadas continuam sendo as principais ofertantes de vagas no ensino superior brasileiro, como se observa na Tabela abaixo com o total das matrículas em cursos presenciais por organização acadêmica entre 2004-2013 (p. 40 do documento-base):

	2004	2013	Crescimento Total	Crescimento em %
TOTAL	4.163.733	6.152.405	1.988.672	47,8
PÚBLICO	1.178.328	1.777.974	599.646	50,9
FEDERAL	574.584	1.045.507	470.923	82,0
ESTADUAL	471.661	557.588	85.927	18,2
MUNICIPAL	132.083	174.879	42.796	32,4
PRIVADO	2.985.405	4.374.431	1.389.026	46,5

Fonte: Elaboração própria, a partir de dados do Censo Escolar - Ensino Superior, INEP/MEC.

- Papel da sociedade civil organizada no processo de democratização do acesso e inclusão social nas universidades devido à Lei 12.711/2012, que instituiu a política de reserva de vagas em universidades e institutos federais de educação, ciência e tecnologia. “Lei de Cotas”, a iniciativa garante a reserva de 50% das matrículas em todos os cursos e turnos para candidatos/as egressos/as do ensino médio público, contemplando um percentual de vagas específicas para jovens de baixa renda, de negros/as e indígenas.
- *Programa Universidade Para Todos (ProUni)*: Implementado pelo governo federal em 2005, o ProUni tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo para que jovens de baixa renda acessem cursos de graduação oferecidos por instituições de ensino superior privadas, que, em troca, recebem isenções fiscais de tributos que antes recolhiam. Segundo dados do Ministério da Educação, até o processo seletivo do segundo semestre de 2014, mais de 1,4 milhão de estudantes tinham sido contemplados/as pela iniciativa, sendo 70% com bolsas integrais de estudo.
- A Portaria MEC nº. 389, de 9 de maio de 2013, cria o Programa de Bolsa Permanência, destinado à concessão de bolsas a estudantes de

graduação de instituições federais de ensino superior, em situação de vulnerabilidade socioeconômica, com a finalidade de minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para a sua permanência e diplomação.

- A partir desses resultados, é possível afirmar que a atual geração de jovens brasileiros/as experimenta os paradoxos de uma sociedade que, nos últimos 20 anos, ampliou as oportunidades educacionais para o conjunto da população, estendendo direitos e condições de acesso à educação básica – especialmente no que se refere ao ensino fundamental e médio – e, mais recentemente, ao ensino superior, sem, contudo, equacionar o conjunto de questões que afetam, de modo desigual, as possibilidades de os/as jovens terem uma formação de qualidade.
- Nesse sentido, o processo de democratização e de inclusão social na universidade deve ser analisado também em termos dos cursos e do tipo de universidade (pública ou privada) acessada pelos/as jovens. Há, ainda, necessidade de romper com ciclos de reprodução de privilégios historicamente consolidados no país, que reservaram aos grupos dominantes o acesso a determinadas carreiras e instituições.
- Proposta de destinação de 10% do PIB para a Educação. Em 2014, a presidente eleita Dilma Rousseff sancionou o PNE (Plano Nacional de Educação – 2014-2024). Nos primeiros cinco anos – 7% do PIB e nos seguintes 10%. Essa meta tem sido bandeira de luta de grupos juvenis e de movimentos sociais associada a demandas de melhoria da qualidade da educação básica.
- O que é essencial de ser aprendido na escola? Não há consenso. De um lado existem aqueles que advogam que a escola deve preparar os jovens dentro de parâmetros de eficiência e competitividade, apresentando resultados mensuráveis. De outro lado, há uma tendência à formulação de uma visão mais crítica da educação, fundada nos pressupostos de uma educação capaz de tratar das questões relativas aos processos de reprodução das desigualdades sociais, capaz de construir espaços de participação democrática, dos direitos humanos e do respeito à diversidade racial, de gênero, sexual...

Da leitura desses pontos que aqui destaco, observa-se que é no debate sobre o Ensino Médio que essas visões antagônicas se apresentaram com mais força, como podemos notar pelas propostas de Reforma do Ensino Médio, polarizadas nas perspectivas a partir de movimentos como o da “Escola sem Partido” e o “Movimento Brasil Livre”⁹.

No documento com a Resolução Final da 3ª Conferência aparece a educação, cujo teor é o seguinte: “Reformulação do Ensino Básico e Médio desde a matriz curricular à formação dos professores, democratizando e humanizando as escolas, incluindo debates como gênero, igualdade, justiça social e liberdade; ampliando a carga horária de disciplinas tais como: *filosofia, sociologia e história*, possibilitando, assim, o senso crítico e político dos estudantes”. (2016, p. 9 – negrito da autora). Cabe destacar que essa demanda já figura no primeiro item do documento final com as propostas aprovadas na II Conferência Nacional de Juventude.

Da leitura desse documento e no olhar aos eventos que ocorreram em setembro de 2016, logo após a posse de Temer, percebe-se com clareza os campos em disputa com relação às propostas de Reformulação do Ensino Médio apresentadas por ele quase que imediatamente à tomada de poder, completamente distante daquilo que fora pactuado durante um processo intenso de participação e mobilização dos atores juvenis durante a Conferência de 2015. A hegemonia em torno da Educação Pública revela-se um campo de disputa e de intensa luta política.

É interessante observar que, em outubro de 2016, o Programa Porvir¹⁰ divulgou sua pesquisa “Nossa Escola em (Re) Construção”, com o objetivo de apresentar o que os jovens pensam da Escola e como gostariam que ela fosse. Tiveram a resposta de 132 mil jovens entre 13 a 21 anos de idade

⁹ O Movimento Brasil Livre é uma organização multinacional, financiada pela Atlas Network, que desenvolve ações no marco de uma agenda “liberal” em vários países da América Latina com organizações de “Estudantes pela Liberdade”. Ver matéria sobre esse tema em originalmente publicado na Agência Pública. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/a-nova-roupa-da-direita-4795.html>>. Acesso em 19 julho de 2017.

¹⁰ O Programa Porvir é uma iniciativa do Instituto Inspirare, uma organização não governamental, que tem por missão desenvolver uma “Educação Integral Inovadora”. É dirigido pela família Gradin, com sede em São Paulo. Foi fundado em 2011. Segundo informação em seu site <http://inspirare.org.br/category/porvir>, ele é mantido integralmente com recursos da família Gradin. Acesso em 10 de agosto de 2017.

de diferentes regiões do Brasil, mas predominam os respondentes da região Sudeste. Vários resultados ali presentes expressam a necessidade de mudanças nas escolas em termos de sua infraestrutura, da estrutura curricular, da compatibilização em formação profissional e formação de laços e acolhimento.

Essa pesquisa é interessante porque assinala pontos importantes quando se colocam as questões de reformulação da atual estrutura do Ensino Médio. A principal é que as mudanças são necessárias, mas elas não podem ser realizadas sem que envolvam diretamente setores da sociedade civil que atuam no campo educacional de forma ativa com estudantes, professores, pesquisadores da área e outros atores sociais envolvidos com o tema. É fundamental ouvir os jovens e, sobretudo, levar em conta o que eles têm a dizer sobre o seu cotidiano de vida nas escolas e universidades, numa situação em que seu agenciamento passou a ser reconhecido no espaço da vida pública e política no seu mais amplo sentido.

Para encerrar

Creio que é interessante analisar muito brevemente a Sinopse do Censo da Educação Superior de 2015. Temos do total de matrículas em Curso de Graduação, Presenciais e à Distância a seguinte situação: total 8.027.297; Bacharelado (5.516.151); Licenciatura (1.471.930); Tecnólogo (1.010.142). Desse total, temos 6.075.152 em instituições privadas e apenas 1.952.145 em públicas (Federal, Estadual e Municipal). Ou seja, praticamente 80% das matrículas estão em instituições privadas. Embora a Educação apareça nos discursos como uma expressão generalizada e unânime de solução para os problemas do país, ela tem-se mantido como um excelente negócio.

Esses números em confronto com as demandas elencadas nas Conferências Nacionais de Juventude ressaltam o fosso existente na sociedade brasileira na atualidade de cumprir com as metas estabelecidas em 2014 pelo PNE, já que as mudanças em curso no Ensino Médio e na Universidade Pública seguem avançando numa direção em que pouco restará de uma agenda de demandas por acesso e democratização da Educação que foram construídas de forma democrática e participativa por jovens de todos os setores sociais da nossa sociedade. Por outro lado, revelam esse aprendizado que vem criando outro patamar das experiências políticas e das formas de participação juvenil para a construção de uma sociedade que, no momento, transforma a palavra democracia numa

miragem.

A complexidade da situação contemporânea exige manter o âmbito da cultura e da comunicação articulado ao campo da reflexão e da ação política. Essa articulação será encontrada no centro das mobilizações juvenis, como as ocupações de 2016, em que, por um lado, o uso das redes sociais, Facebook, Whatsapp teve um papel importante no ativismo político desencadeado, e, ao mesmo tempo, permitiu a percepção de que os jovens haviam também borrado as fronteiras entre o público e o privado, entre o subjetivo, o pessoal, as emoções e o cotidiano em sua ação política. Longe de se constituírem como dimensões separadas, elas emergem indissociadas. Assim como as feministas avançaram em suas mobilizações ao proclamarem que o “pessoal é político”, os jovens estudantes do Ensino Médio que participaram das ocupações nas escolas públicas em 2016 viveram a experiência de luta e de derrota, mas descobrindo numa dimensão viva e reflexiva suas identidades, lugares de vida e de sentido. Se estou correta na hipótese que orientou minhas reflexões, foi aquele ambiente criado de participação ao longo da última década e meia que permitiu a gestação de novos atores *ocupados* de fato com suas vidas, sua escola, seu futuro.

Referências

- CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. (2009). *Quebrando mitos: juventude, participação e políticas*. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude. Brasília, RITLA.
- FEIXA, Carles. (2014). *De la Generación@ a la #Generación* – La juventude en la era digital. Barcelona, NedEdiciones.
- GOHN, Maria da Glória. (2017). *Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade*. São Paulo, Cortez.
- NOVAES, Regina, CARA, Daniel, SILVA, Danilo, PAPA, Fernanda <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior> (Orgs.) (2006). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo, Conselho Nacional de Juventude / Fundação Friedrich Ebert.
- REGUILLO, Rossana. (2006). *Emergencia de culturas juveniles – Estrategias del desencanto*. Colombia, Grupo Editorial Norma.
- REGUILLO, Rossana. (2015). *Culturas Juveniles – Formas políticas del desencanto*. Buenos Aires, Siglo Veintiuno Editores.
- INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (INEP) (2016). *Sinopse Estatística da Educação Superior 2015*. [Atualizado em 20/10/2016]. <http://portal.inep.gov.br/web/guest/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>. Acesso em 14 julho de 2017.
- DIREITOS DA JUVENTUDE – Subsídios para um debate. (2015). 3@ Conferência Nacional de Juventude. Disponível em: <http://juventude.gov.br/>

articles/participatorio/0011/0369/secaoII_juventude_e_educacao_OK.pdf >. Acesso em 12 julho de 2017.

RELATÓRIO FINAL NOSSA ESCOLA EM (RE) CONSTRUÇÃO – Program Porvir (2016). Disponível em: http://s3.amazonaws.com/porvir/wp-content/uploads/2016/10/06150937/RelatorioCompleto_NossaEscolaEmReConstrucao_Final.pdf>. Acesso em 4 de outubro de 2016.

RESOLUÇÃO FINAL DA 3ª CONFERÊNCIA NACIONAL DE JUVENTUDE. (2016). “As várias formas de mudar o Brasil” – Prioridades aprovadas na etapa nacional. Conselho Nacional da Juventude. Brasília. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0017/5777/relatorio-final-3-conferencia.pdf>>. Acesso em 12 julho de 2017.

Recebido em
janeiro de 2017

Aprovado em
maio de 2017

Tradições de agressividade, disciplina e sistema de internação de jovens em Alagoas (1980-2015)¹

Fernando Rodrigues*

Resumo

Propõe-se uma análise do curso de tradições de agressividade e disciplina expresso no perfil de monitores do sistema de internação alagoano nas últimas quatro décadas. Destaca-se a relação entre aspectos da distribuição de poder político – policial e eleitoral – e a reprodução de instabilidades administrativas no sistema socioeducativo, repercutindo na padronização de práticas e ideais disciplinares entre monitores. Aborda-se o recente movimento de intensificação do encarceramento juvenil em Alagoas e a oscilação na direção da gestão disciplinar das unidades, ora pendendo para uma perspectiva de monitores socioeducadores ora tendendo para uma orientação de agente penitenciário.

Palavras-chave

Agressividade. Disciplina. Sistema de Internação de Adolescents.

Abstract

It is proposed an analysis of the course of aggression and discipline traditions expressed in the security agents profile from alagoasian juveniles houses of custody in the last four decades.

¹ Este artigo é resultado de pesquisa apoiada pelo CNPq, através de Edital Universal, processo 481611/2013-4. Também contou com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), através de edital PDPP, processo nº 60030 000686/2016. As contribuições de meus orientandos se fazem presentes nesse texto, muitas delas elaboradas nas reuniões semanais de discussão dos materiais. Sou grato a elas e eles pela experiência colaborativa. São eles: Andréa Laís Barros Santos e Beatriz Souza Vilela – Mestras em Sociologia, Ada Rízia, Alana Barros, Rangel Fidéles e Leonardo Prentse – graduandos em Ciências Sociais. Agradeço aos Juízes da Vara da Infância e Juventude, Fernando Tourinho e Ney Alcântara, pelas autorizações necessárias à condução desta pesquisa. Também agradeço aos diferentes superintendentes, educadores, assistentes sociais, psicólogas e, particularmente, aos monitores e jovens internos pela participação nos depoimentos e por tornar esta pesquisa possível.

* Fernando Rodrigues é professor do Instituto de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Líder do GRUPPAES (Grupo de Pesquisa Periferias, Afetos e Economias das Simbolizações). E-mail: ferssa@gmail.com.

Its focus is on the relationship between aspects of political power distribution – in police institutions and in the electoral system – and the reproduction of administrative instabilities in the social-educational system, which are reflected upon the standardization of disciplinary practices and ideals among instructors. Attention is directed to the recent increase of juvenile incarceration in Alagoas and the oscillation in the disciplinary management of this systems' units between a social educational perspective and a penitentiary approach.

Keywords

Agressiveness. Discipline. Juvenile Detention Center.

Introdução

As direções dos impulsos de agressividade e de destruição manifestadas por um indivíduo são moldadas de maneira entrelaçada a todas as dimensões de sua vida afetiva. Elas são forjadas com outros e, sob esse condicionamento, forjam a personalidade de um indivíduo, com a qual age sobre si mesmo, e também opera consequências na vida dos outros (ELIAS, 1978; WINNICOTT, 2005). Os relatos de impulsos de brutalidade expressas por jovens encarcerados nas unidades de internação em Alagoas, onde faço observações e entrevistas, deu-me a oportunidade de problematizar a relação entre formas de agressividade e maneiras disciplinares praticadas em instituições de internação expressas nos vínculos entre jovens sob medida de internação e monitores de unidades.

Apesar do crescimento de pesquisas e publicações que tratam das dinâmicas disciplinares em sistemas penitenciários e socioeducativos no Brasil (DIAS et alli, 2013; SALLA, 2006; MISSE, 2007; MALLART, 2011; SANTOS e FREITAS, 1989; POTENGY, 2007; OLIC, 2009), ainda parece ser um desafio formular modelos que integrem as dinâmicas interacionais de agressão e cuidado entre populações encarceradas e agentes de estado e processos de transmissão intergeracionais de padrões de controle e autocontrole das emoções, especialmente aquelas que associamos a agressões e maus-tratos.

Os fenômenos de brutalidade que redundam, muitas vezes, no fim da vida de um indivíduo e das interações que o circundam são gestos humanos gerados sob atos e pressões advindas das relações entre indivíduos. A adequação de qualquer compreensão precisa levar em conta a concepção de que as agressividades de um indivíduo estão amarradas por gestos e

símbolos a uma rede de pessoas (TILLY, 1969; ELIAS, 2002; MENNELL, 2007). Enxergar que as redes de pessoas que estruturam formas de cuidado e agressão de uma determinada situação pode ser compreendida por tendências processuais é um desafio que sofre fortes obstáculos. Alguns deles são as intensas polarizações sociais que facilmente fazem com que as tentativas de teorização tenham de assumir um comprometimento com posicionamentos político-sociais e assim com quadros bem definidos de certo e errado (SPIERENBURG, 1987, p. 439).

No estágio de desenvolvimento em que a sociedade brasileira se encontra, as guarnições policiais, as delegacias, o sistema judiciário e o “sistema de encarceramento” de adolescentes constituem algumas dessas dimensões da vida global que moldam as estruturas afetivas de jovens incriminados, moradores de bairros representados sob pesadas camadas simbólicas de rebaixamento de suas reputações. Também forjam os repertórios de expressões afetivas desses jovens os empreendimentos altamente criminalizados de entorpecentes e armas que proliferaram em periferias urbanas brasileiras na segunda metade do século XX. Tanto os atos de assassinatos, agressões físicas e torturas perpetrados por jovens contra adversários quanto as formas de repressão e controle de funcionários estatais, como juízes, policiais, agentes penitenciários e agentes socioeducativos sobre os jovens, tais como castigos físicos humilhantes, assassinatos sem legítima defesa, execuções sumárias ou outras formas de admoestações que reforçam fronteiras morais (MISSE, 2008) são expressões emocionais de indivíduos ligados por uma mesma configuração abrangente.

Os funcionários de unidades e jovens sob suas custódias formam uma rede de interdependências que fazem parte do processo, em curso, de estatização da sociedade brasileira e, em particular, da alagoana. Portanto, pode ser compreendida como uma dimensão estruturada da rede social da qual tanto os jovens quanto os funcionários fazem parte. Entender as maneiras como jovens e funcionários lidam com as pressões mútuas a que são submetidos por fazerem parte de um mecanismo de controle das liberdades em um sistema com função de punição e, normativamente, de estimular novos aprendizados pode ser útil para esclarecer as cadeias sociais de transmissão das agressividades em uma rede humana. As pressões advindas da restrição à liberdade mais ou menos padronizadas em práticas disciplinares não nos dizem apenas das afetividades de quem está preso e de quem realiza o controle. Diz-nos também de padrões sociais vinculados a pessoas que não estão diretamente ligadas ao “sistema”, mas que pelos

diferentes vínculos entre as pessoas deste e de fora dele podem nos trazer uma visão sobre as estruturas de poder e das emoções da sociedade mais abrangente. Especialmente, acerca de como seus membros lidam com o cuidado e com a punição daqueles que são vistos como uma ameaça. Afinal, há diferentes maneiras sociais de lidar com os medos que se afiguram aos nossos olhos. Uma das formas de lidar com a questão é investigar mais detidamente as figurações das ameaças e nossas ligações sociais com elas. Uma parte de como os brasileiros, e os alagoanos em particular, direcionam os seus medos sobre os grupos humanos párias estão condensados em unidades de internação.

Como ficará mais nítido a seguir, ao longo de mais de três décadas tem se retroalimentado um conjunto de tensões e ambivalências relacionadas às lutas por cargos estatais e à condução do sistema de internação alagoano, com implicações nas direções da padronização das práticas disciplinares dos monitores em relação aos jovens internos. Desde os anos 80, tem se reproduzido uma ambivalência de direções institucionais, estruturada por oscilações nos tipos de comando da superintendência socioeducativa, ora subordinada a concepções lúdico-educacionais ora sob condução militar-penitenciária. Tal oscilação reverberou na heterogeneidade das lógicas de recrutamento e de treinamento ao longo dessas últimas décadas, redundando na coexistência de monitores que reproduzem agonisticamente diferenças nos sentidos de disciplina que poderíamos representar como uma convivência tensa entre dois *habitus*. De um lado, monitores que se reconhecem ou afirmam-se como educadores sociais, de outro, aqueles que se reconhecem ou se portam como um agente de segurança penitenciário.

Essa percepção se deu durante a pesquisa de campo. Desde 2012, frequente diferentes unidades de internação em Alagoas, nas quais pude fazer observações e entrevistar jovens internos e monitores. No interior das unidades não havia uma padronização da indumentária dos agentes de segurança. Tinham a liberdade para se vestirem de acordo com seus gostos, desde que estivessem de camisas e calças. Atualmente, os monitores trabalham uniformizados, mas do ponto de vista da identificação de diferenças de concepções e práticas disciplinares tal liberdade me permitiu observar uma regularidade. Alguns monitores utilizavam uniformes de segurança pretos semelhantes aos do batalhão de operações policiais, o BOPE da polícia militar de Alagoas, e outros vestiam roupas civis, geralmente calças, tênis, camisas polo e bonés. Ademais, ao longo das visitas, pude observar que entre os monitores uniformizados era comum maneiras

mais formais e hierárquicas de se dirigir aos jovens, exigindo posição que demonstrasse respeito à autoridade, enquanto entre os que frequentemente vestiam trajes civis era mais comum observar um comportamento menos formal, expressando menor distância hierárquica entre o monitor e o jovem. Essa diferença de *hexis* corporal e de *habitus* disciplinar parece ganhar contornos mais nítidos ao mostrar um depoimento de um dos monitores entrevistados, indicando um senso prático de diferença que sentia como educador social em relação ao que considerava um agente penitenciário:

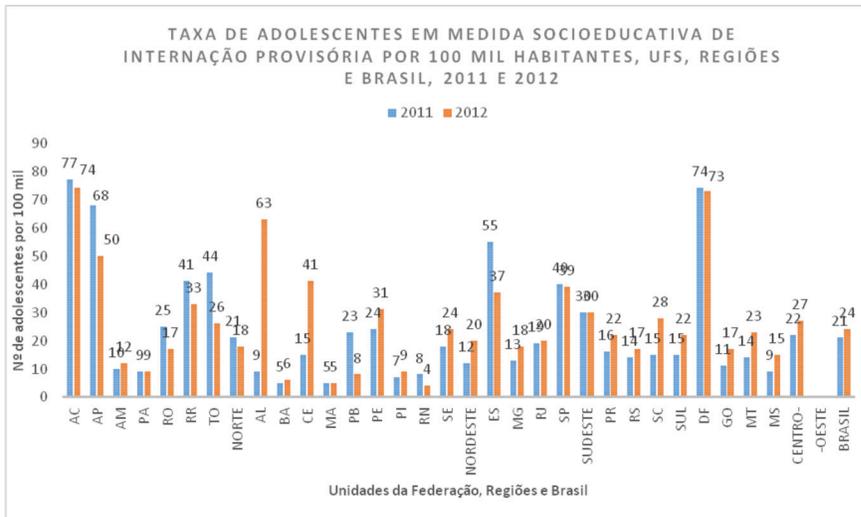
“Logo quando eu entrei no sistema nos foi dado umas camisas azuis que tinha atrás “agente de proteção”, em outras tinha “educador social”. Quando o sistema socioeducativo se juntou com o sistema penitenciário, aí os agentes tudo com a camisa SGAP, SGAP, GESP, quer dizer, os cara têm a ilusão com isso, que eu não tenho ilusão nenhuma. Mas tem gente que tem ilusão com isso. [...] Eu disse pra eles: “ó bicho, eu não consigo andar igual a você não”. Os caras tudo com os aparato, camisa preta, calça rip-stop, coturno, não sei o quê, tal. Eu tenho uma botazinha, uma calça jeans e uma camisa. Aí os caras começaram a se sentir agente penitenciário porque unificou [os sistemas socioeducativos e penitenciário] Só que os agentes penitenciários cuidam de reeducandos, cumprindo penitência. Não é medida socioeducativa. É diferente. Os caras têm que separar isso. Nós somos agentes socioeducativos. E somos educadores sociais. Tem monitor que não deixa nem o cara ir na porta do alojamento conversar com o menor. Na verdade, o menor quer uma palavra”. (Monitor “a” em depoimento ao pesquisador).

A percepção de diferença de perfis entre monitores que se consideram educadores sociais e aqueles que se reconhecem como agentes penitenciários serviu de porta de entrada para um conjunto de discussões a ser tratado neste artigo. Por que ao longo dos últimos 20 anos coexistiram entre os monitores diferentes sentidos de seus papéis funcionais e das práticas disciplinares no gerenciamento dos jovens nas unidades? Quais as relações entre a configuração mais abrangente da sociedade alagoana que permitiu tal coexistência e as alterações nos padrões de agressividade de jovens internos, expressas em rebeliões, assassinatos de colegas de “celas”, e outras formas de agressividade contra monitores?

Vale a pena notar que as variações dos estados do Espírito Santo e Alagoas destoam das de todos os outros estados do país, mesmo se considerarmos os aumentos expressivos nas taxas de encarceramento juvenil nos estados de Santa Catarina (42%), Pernambuco (44%), Maranhão (46%), Rio Grande do Norte (55%), Amazonas (88%) e Minas Gerais (88%). Esses dados, entretanto, dizem respeito aos jovens reclusos em penitenciárias, não sujeitos às obrigações legais de serem submetidos a ações de “ressocialização” inscritas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Quando voltamos para os dados sobre o encarceramento de adolescentes, por atos criminalizados de acordo com o ECA, os dados para o estado de Alagoas reforçam a ideia de que aumentou a percepção de crescimento da participação de adolescentes em mercados ilícitos, através de roubos e atividades associadas ao tráfico de entorpecentes, e, igualmente, do crescimento da atuação de vigilância e aprisionamento policial sobre essas atividades e esse público na última década.

Ao olharmos a variação da taxa de adolescentes em medidas socioeducativas de internação, observamos o crescimento de 16% no período 2011-2012, algo significativo, mas não acompanha de perto os estados com as maiores variações, Ceará e Paraíba, ambos com aumentos de 85% (Anuário Brasileiro de Segurança Pública e Waiselfiz). Adicionalmente, o dado não mostra correspondência com a posição do Estado de Alagoas no encarceramento penitenciário de jovens.

Entretanto, quando observamos os dados sobre a variação na taxa de adolescentes que cumprem medida socioeducativa de internação provisória, as evidências de aumento da percepção da participação de adolescentes em mercados ilícitos e do crescimento da vigilância e punição da polícia e do judiciário sobre adolescentes moradores de periferias urbanas são nítidas. Destoa inteiramente de todos os estados da Federação. Vejamos a tabela:



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública e Waiselfiz. Elaboração do autor.

A variação da taxa de internos provisórios em Alagoas, no período 2011-2012, aponta crescimento de 601%, saindo de 36 para 252 internações. Se relacionarmos esse dado com a variação de encarceramento juvenil penitenciário do Estado de Alagoas no período 2007-2012, de 135%, ambas as maiores do país, temos elementos plausíveis para apontarmos uma alteração significativa e recente na vida de jovens alagoanos de “periferias” urbanas no que tange ao aumento de suas participações em lógicas específicas de mercados ilícitos (MISSE, 2011) e do aumento da vigilância e punição policial e judiciária nos espaços urbanos onde esses mercados ilícitos proliferam.

Um dos resultados não previstos da concorrência desses dois fenômenos foi o colapso das já precárias unidades de internação de jovens e adolescentes do Estado de Alagoas. Em 2013 e 2014, seguiram-se rebeliões, assassinatos de internos uns pelos outros (GAZETA DE ALAGOAS - ORGANIZAÇÕES ARNON DE MELLO, 2013, 2014), tentativas de fuga e o escape de grandes grupos em curtos espaço de tempo (GAZETA DE ALAGOAS - ORGANIZAÇÕES ARNON DE MELLO, 2015), destruindo inteiramente algumas unidades. Ainda em setembro de 2013, a divulgação dos fatos chama a atenção do CNJ, que envia dois juízes para vistoriar o “Sistema”, e afirmam constatar em seus relatórios um agravamento da situação em relação aos anos de 2011 e 2012 (G1 - GRUPO GLOBO, 2013). O Juiz da Vara da Infância e Juventude de Maceió, mediante pedidos da Defensoria Pública e do Ministério Público, decidiu pela intervenção nas

unidades em diferentes momentos daquele ano, visando pressionar o poder executivo estadual a fazer algo (GAZETA DE ALAGOAS, 2014b). Aumentou-se a tensão entre a então denominada Secretaria da Promoção da Paz (SEPAZ) e a Vara da Infância e Juventude, culminando com a decisão desta última pelo fechamento da Unidade de Jovens e Adultos (18-21anos), em junho (GAZETA DE ALAGOAS, 2014a), e da Unidade de Internação Masculina (15-17) em dezembro, após uma fuga de grande quantidade de internos, proibindo, naquele momento, o encarceramento de novos jovens (GAZETA DE ALAGOAS - ORGANIZAÇÕES ARNON DE MELLO, 2014). As medidas foram tomadas sem uma solução alternativa em foco. Visava-se forçar o poder executivo estadual a buscar alguma maneira de enfrentar o problema.

Acompanho esse curso de eventos desde 2012, quando iniciei a visitação a unidades de internação, observando algumas de suas dinâmicas e entrevistando funcionários e “socioeducandos”. Ouvi relatos de depredações de “celas” lotadas, sucessivas tentativas de fuga, dificuldades de gerentes de unidades e fiscais conseguirem separar jovens que já tinham vínculos de rivalidades, por falta de espaço, vendo-se obrigados a improvisar novas “carceragens”. Em alguns dias, algum monitor faltava, não informava ao fiscal que, por sua vez, não tinha como substituir a pessoa na equipe, diminuindo o contingente. Havia indícios de lutas internas ao sistema sobre a direção a ser tomada, com a intensificação de animosidades e desconfianças mútuas entre monitores, educadores sociais, equipe técnica, gerentes das unidades. Também éramos focos dessa desconfiança. Não foi possível entrar na unidade em diversas ocasiões, devido à tensão entre funcionários e internos. Sob essas condições, assim, reduziram-se as atividades socioeducativas devido à falta de lugares e condições adequadas quanto ao dever de evitar fugas e rebeliões, para que mais de uma turma de jovens pudesse participar de diferentes atividades simultaneamente. Ademais, em alguns períodos, ouvi relatos de comida de baixa qualidade, de redução do quadro de monitores, por diferentes motivos, abandono de emprego, demissões², resultados de sindicâncias que constataram

² Diferentemente do sistema penitenciário de Alagoas, que aumentou significativamente seu contingente de funcionários através de concursos públicos nos últimos anos, o “sistema” de unidades de cumprimento de medidas “socioeducativas” é composto de funcionários com direitos trabalhistas restritos e precários. Monitores, fiscais, advogados, psicólogos e assistentes sociais são contratados como se fossem terceirizados. É importante ressaltar que Estados como o do Rio Grande Sul, nos anos 80, já realizavam concursos para o provimento de psicólogos sociais no seu sistema de unidades de internação. Ver (SANTOS; FREITAS, 1989).

aplicações de punições ilícitas violentas. Entretanto, não houve reposição dos demitidos durante aquele período. Cresceu a tensão entre a Secretaria da Paz (SEPAZ), então responsável pelo Sistema de internação, e a Secretaria de Defesa Social, que passou a participar informalmente da administração, ainda em 2012. Houve a transferência de alguns agentes do sistema penitenciário para gerenciar unidades de internação, o que, como veremos a seguir, faz parte de um curso institucional que alimentou uma reiterada ambivalência entre direções da administração de jovens internos e dos seus regimes disciplinares. A preocupação principal, naquele momento, parecia ser, primordialmente, impedir as rebeliões e fugas. Ainda assim, tive oportunidades de iniciar a pesquisa, ter a colaboração da superintendência, gerentes, fiscais, monitores e funcionários da equipe técnica, dividindo seus espaços, muitas vezes precário, passando por diferentes alterações ao longo daquele ano, devido ao que seria o início de reformas prediais na unidade pela qual comecei as investigações [em 2012], até hoje [2015] não finalizadas.

À medida que ia conseguindo fazer entrevistas com os funcionários³ - alguns com 16, 17, 18 anos trabalhando em unidades de internação - e, alternadamente, com os jovens, foi-se abrindo uma dimensão do passado do sistema socioeducativo e do que, precariamente, poderia assinalar como expressão de tradições de administração e disciplinamento de jovens no sistema de internação alagoano. Cotejando esses depoimentos com as minhas observações, informações de arquivos e outras advindas de pesquisas do Serviço Social, chamou-me a atenção a luta entre diferentes grupos pela imposição de uma direção institucional para o sistema socioeducativo de internação desde os anos 80, quando podemos apontar a emergência da configuração atual das unidades com a criação do CRM (Centro de Recuperação de Menores), vinculado, à época, à Secretaria de Segurança Pública.

Entre as diferentes lutas, algumas envolvendo cargos, outras atreladas a possibilidades de poder político-partidário e de reforço de alianças pessoais, um conjunto desses embates poderia ser simplificado como uma disputa entre ideais de institucionalização de práticas de disciplina durante

³ É sempre relevante assinalar que é uma dimensão aberta por pessoas ainda sujeitas às incertezas dos equilíbrios de poder no “sistema” de unidades e nas secretarias de estado às quais estão atualmente submetidos, com vínculos de emprego altamente precários. Apesar de muitos deles terem se disponibilizado a conceder entrevistas, essas incertezas estimulam um comportamento de elevado autocontrole na exposição de fatos da vida que o vinculam ao sistema.

o internamento dos jovens. De um lado, segmentos defensores do que genericamente muitos denominavam educação social, e de outro, grupos que defendiam práticas disciplinares existentes no sistema penitenciário alagoano, o que, na prática, e um tanto silenciosamente, significava a extensão do regime disciplinar de presídios administrados historicamente por membros do exército brasileiro e da polícia militar estadual. A questão em relevo está relacionada à percepção de que, ao longo de quase 40 anos desde o início da “distensão” ditatorial e a “redemocratização” (ZALUAR, 2012), as práticas disciplinares nas unidades não parecem ter adquirido uma padronização sedimentada, seja em uma direção seja em outra, conhecendo sucessivos movimentos entre um polo e outro. Essa ambivalência de direções entre os polos “educação social” *versus* “disciplina penitenciária” pode servir para representar as práticas de monitores e do gerenciamento de seus trabalhos nas unidades de internação em Alagoas. Uma evidência da persistência dessa ambivalência sem que o processo assuma uma direção clara é um relato de um monitor que trabalha na unidade de internação há duas décadas:

Antigamente, assim, a gente vinha trabalhar era com um pensamento. **Hoje o cara vem trabalhar diz assim: “Tem carteira? Pode usar arma?”. Hoje...**

[...]

Cê vê... [apontando para um colega vestindo um uniforme preto, à semelhança de um policial do BOPE.] É pintado de preto.

Eu num trabalho desse jeito, num gosto.

Entendeu? Trabalho aqui: “Vamo pra horta!”, antigamente a gente acordava seis e meia da manhã. O adolescente, arrumava o alojamento, furrava, saía, tomava o café e ia pá atividade. Na época aqui a gente num tinha uma escola, tinha, era um refeitório. Uma professora dava aula, só, num precisava de muito. [...] E era quarenta adolescente. Já trabalhei cum cento e cinco adolescente, cum oito monitores. Na cidade hoje tem sessenta e pouco, tem doze monitores e ainda é pouco.

[...]

F- O que que mudou do jovem?...

- [...] **Do jovem, assim, hoje tá mais ou menos assim: o adolescente tá mais organizado hoje, hoje é mais tráfico. Antes era mais o quê? Era homicídio, era o furto, era o roubo... Hoje não, PI: além de ser tráfico, ele comanda.**

[...]

- **Além de ser traficante, comanda. Do comando.**

(Monitor “b” em depoimento ao pesquisador – Grifos meus).

Do relato, destaco dois fenômenos entrelaçados ao desenvolvimento do sistema de unidades de internação de Alagoas desde fins dos anos 90. De um lado, o fato de que o perfil de quem vem trabalhar nas unidades mudou, ressaltando a primazia atual de candidatos e indicados na busca por prestígio e insígnias profissionais aproximadas das de um agente penitenciário ou policial militar: a carteira, a arma e um uniforme de segurança parecido com os usados por policiais do Batalhão de Operações Especiais, o BOPE de Alagoas. O posicionamento do monitor expressa a distância social que mantém da concepção de outros monitores empregados no sistema, associados a uma concepção de disciplina penitenciária e policial, reconhecendo-se como um agente que expressa uma afinidade com ideais de um educador social. Um dos aspectos principais desse conjunto de ideais é a busca por reduzir índices de distância social e hierarquização entre monitores e jovens, expressa nas roupas e nas possibilidades de conversa e aconselhamentos entre monitores e jovens dentro das unidades, enfatizando a exigência de disciplina pelo que denomina “mútuo tratamento de respeito”.

De outro, destaco em sua fala a mudança no perfil dos jovens que, segundo seu relato, estariam mais organizados, mais ligados ao tráfico de entorpecentes e mais dispostos a se orientarem por padrões de organização e de liderança mais coletivas e menos instáveis. Dessa menção, inferi que se referia a uma acentuação da associação entre senso de pertencimento grupal e padrões de agressividade armada ligados a sociabilidades de jovens que gravitam em torno de bocas de fumo e residências de aluguel em “periferias”, como pude observar em entrevistas com internos, onde se concentram homens jovens traficantes que, de algum modo, rompem seus relacionamentos doméstico-familiares e passam a expressar sentidos de pertencimento à “facções”. O tipo de afirmação anteriormente citado não foi isolado. Encontrei-o em diferentes falas de interlocutores que trabalhavam nas unidades, o que me alertou para uma diferença geracional entre funcionários do sistema de internação que poderia condensar uma diferença entre configurações das instituições estatais de Alagoas no tempo.

Em foco, está a percepção de monitores mais antigos de que, aproximadamente no início dos anos 2000, as unidades eram mais orientadas por monitores com um *ethos* de “educador social” e que, na segunda metade dos anos 2000, a tendência foi o recrutamento de pessoas com uma predisposição a um *ethos* de monitoramento nas unidades com afinidade com o de um agente penitenciário, com uma visão de mundo

próxima ao estilo de postura, indumentária e *hexis* corporal de um policial militar, ainda que sem passagem por centros de treinamento diferenciados, como as academias de polícia, ou seja, com ainda mais baixa formalização de seu aprendizado profissional. Nos depoimentos entre os mais velhos, também encontrei a percepção de mudança da atitude do jovem no espaço das unidades. Antes, haveria mais convivência e espaços de conversas entre monitores e jovens. Aconselhamentos, confidências, participação em jogos de futebol ou relações de mestre-artesão. Alguns deles indicaram também uma mudança no tipo de comportamento pelo qual os jovens passaram a ser incriminados, destacando-se o vertiginoso crescimento de jovens encarcerados por comportamentos tipificados como tráfico, que, para as periferias urbanas de cidades nordestinas, particularmente de Alagoas, é um fenômeno específico dos anos 2010.

Como clara evidência da mudança nas potenciais ligações das vidas de jovens das “periferias” maceioenses “recrutados” pelo sistema judiciário e socioeducativo nos anos 2000, temos, por contraste, uma pesquisa realizada pelo Núcleo Temático da Criança e do Adolescente da UFAL, no ano de 1994, na Delegacia da Criança e do Adolescente. O tráfico de drogas sequer aparece como uma categoria autônoma de classificação das apreensões que, entre janeiro e junho daquele ano, produziram 1183 ocorrências assim sistematizadas:

Motivos das apreensões

APREENSÕES	Abs	%
Atentado ao patrimônio (Furto arrombamento, depredação, receptação de furto e pichação de muro)	675	57
Atentado aos costumes (desordem, drogas, sedução, difamação, porte de arma e identidade falsa)	367	31
Motivos triviais (desocupado, fugitivo, perdido, achar documento, namorando, viajando pra casa, entre outros)	77	6,5
Atentado à pessoa humana (lesão corporal, homicídio, acidente de trânsito)	29	2,5
Outros	15	1,3
S/inform.	20	1,7
TOTAL	1183	100

Fonte: Malta e Veras (1998, p. 49) - Pesquisa documental NTCA/UFAL-Janeiro/Junho/1994. Delegacia da Criança e do Adolescente.

Essa tabela nos dá uma visão do repertório normativo das concepções policiais da sociedade maceioense dos anos 90 e também do tipo de preocupação de pesquisadores do Serviço Social sobre “jovens infratores” do período. Adicionalmente, nos dá uma dimensão sobre o baixo percentual de ocorrências policiais associadas à apreensão de jovens capturados por atos de agressividade letal. O tráfico de entorpecentes e o homicídio estão entre as tipificações policiais de comportamento de jovens com menor ocorrência no período, o que nos permite inferir que não era algo que tomava a atenção prioritária dos policiais e pesquisadores. Naquele contexto, estavam prioritariamente orientados para as formas de repressão do estado e a situação de vulnerabilidade social de crianças e adolescentes que moravam nas ruas de Maceió.

Para entendermos a configuração que gesta o aumento intenso do encarceramento juvenil nos anos 2000 em Alagoas, em parte associado ao aumento do tráfico e da criminalização do tráfico de entorpecentes, é importante lançarmos um olhar sobre a feição do estágio de desenvolvimento do estado em Alagoas nos anos 90. Assim, podemos posicionar o problema das direções ambivalentes das práticas disciplinares do sistema socioeducativo, associando-o à intensificação da informalidade urbana, ao tipo de centrifugação do uso da força armada em curso naquele momento e ao curso subsequente do colapso fiscal e administrativo do estado alagoano conhecido no governo Suruagy, em 1997, após adoções sucessivas de diretrizes neoliberais para o já enfraquecido estado alagoano.

O colapso fiscal do estado de Alagoas, informalização da economia urbana e forças centrífugas de violência: as mudanças no sistema de internação alagoano no final dos anos 90 e início dos anos 2000

A oposição que encontrei entre monitores que se identificavam com um *ethos* de educador social e monitores que se identificavam com um *ethos* de agente penitenciário e policial, convivendo e desempenhando funções de vigilância nas unidades de internação, levou-me à busca por compreender a existência de tal configuração. Detectei que os mais velhos, entre os quais encontrei mais frequentemente a avaliação de que “antes” – no início dos anos 2000 – “tinha uma maneira melhor de se trabalhar”, haviam majoritariamente ingressado no “sistema” durante o primeiro governo Ronaldo Lessa (1998-2001) e no primeiro governo Theotônio Vilela Filho

(2006-2009). Ronaldo Lessa havia alcançado a liderança do estado com o apoio de uma coligação de partidos reconhecidos como de esquerda e que, durante o mandato, conheceu uma desagregação de sua base parlamentar, reconfigurando o arco de alianças político-partidárias, com reverberações na execução de políticas nas secretarias de estado (VASCONCELOS, 2003; CARVALHO, 2015).

As condições de recrutamento dos monitores, entretanto, seriam muito deficientemente representadas se buscássemos razões unilaterais associadas a bandeiras partidárias, sem que tornemos evidentes as dinâmicas práticas que vinculavam as associações de poder político partidário para assegurar “governabilidade” e as direções concretas de execução de políticas nas secretarias de estado.

Uma associação de fatores para o recrutamento de monitores no período que antecede o governo Lessa está relacionada com o colapso da estrutura burocrática do Estado de Alagoas que culminou, em 1997, com um tiroteio entre forças policiais e do exército e a queda do governador Divaldo Suruagy. Entremeados a esse curso de eventos, se desconstruíram diferentes órgãos estatais. O estado e sua burocracia conheceram uma bancarrota expressa em atrasos salariais de mais de seis meses, o aumento significativo de suicídios e o aumento de prestação de serviços ilegais por agentes do estado, buscando fontes alternativas de dinheiro. O principal braço do funcionalismo que liderou o levante contra o governo foi a polícia militar, que também conhecia os efeitos da desorganização e da falência das finanças do estado (ALVES, 1998)⁴. Ademais, foi também no seio da polícia militar que surgiu e proliferou durante os anos 80 e 90 um grupo paramilitar conhecido nacionalmente como a “gangue fardada”, especializada em prestação de serviços ilegais, incluindo assassinatos mediante pagamento, para lideranças econômicas e políticas estaduais. Esses grupos expressavam o elevado gradiente de centrifugação das forças armadas na resolução dos conflitos e das ameaças sociais entre diferentes setores da sociedade alagoana.

⁴ Em 1997, antes de se afastar do governo do estado, Divaldo Suruagy sofreu diversas pressões da alta cúpula federal do governo Fernando Henrique Cardoso para que rompesse o acordo de renúncia fiscal com os usineiros, condicionando uma ajuda financeira federal a uma intervenção informal em seu governo, através da escolha do Presidente da República de nomes para a administração das secretarias da Fazenda, Planejamento, Segurança Pública e Administração.

Uma parte da vida dos jovens que vivia nas ruas, reconhecidos por concepções não coincidentes entre si, como “menores carentes”, “menores abandonados” ou “menores infratores”, estava nas mãos de grupos policiais que prestavam serviços ilegais de assassinatos. A descentralização do uso da força contra jovens era tão elevada que podia ser vista na atuação de grupos paramilitares, ligados a membros da polícia, organizados como batalhões de guardas-mirins. Havia uma exploração econômica dessas crianças e adolescentes por indivíduos da corporação. Um relato de Malta em 1990 é bastante elucidativo:

“A novidade era então, a ação repressiva dos policiais-mirins. Eram meninos, moradores da periferia, recrutados e treinados na função de guardas-mirins em uma entidade não-governamental dirigida por um policial, recebendo fardamento e posterior contratação pelos comerciantes de lojas do comércio e do mercado municipal para manterem a ordem, evitarem pequenos furtos e prestarem apoio na repressão aos meninos de rua [...] Até finais de 93 já se constituíam cinco batalhões mirins e juvenis com idades de 12 a 17 anos, desenvolvendo atividades de vigilância patrimonial e policiamento para dar segurança aos comerciantes, adotando inclusive regras hierárquicas rígidas e uniformes. Prestavam serviços específicos do poder público, como o de prender, reprimir e ainda espancavam e perseguiram meninos em situação de rua. Estavam sujeitos à mesma disciplina dos quartéis. Patrulhavam as ruas de segunda a sexta-feira, durante todo o horário comercial ou ficavam parados nas portas das lojas como “sentinelas”. Após uma série de denúncias envolvendo esses “soldados-mirins” em vários conflitos, a ponto de um juiz estadual proibir que usassem cassetetes ou qualquer tipo de arma, o presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança denunciou essa situação à OAB e pediu à Procuradoria da República a extinção dos cinco batalhões, convencido de que por trás dos meninos estavam adultos oportunistas, que usavam o clima de insegurança como meio de ganhar a vida. Denunciou também, o presidente do Conselho, que os “soldados dos batalhões” da polícia-mirim faziam prisões arbitrárias e não podiam ser responsabilizados porque eram menores e, por outro lado, não dispunham de garantias trabalhistas, o que infringia o Estatuto da Criança e do Adolescente”.

(MALTA, 2009, p. 48).

O trecho é uma evidência de como o uso da força se subordinava a uma configuração com elevados gradientes de descentralização, ainda que,

de um ponto de vista de maior duração, marcados por um processo de aumento da gravitação das oportunidades de poder militar em torno da polícia estadual, se comparado a décadas anteriores. O padrão de dispersão tinha um limite, que era a capacidade de membros da corporação militar arregimentar fidelidades em nome de negócios em nome próprio mas que, em última instância, se lastreava na possibilidade de intimidação ligada ao temor da mobilização de membros da corporação para a proteção de tais negócios ilegais. A questão fiscal é um dos fatores para se compreender o tipo de distribuição do uso da força e desse tipo de economia emocional agressiva associada a membros das polícias militares.

Apesar de boa parte de analistas da imprensa e das universidades responsabilizarem a falta de capacidade do governo Suruagy, que já havia governado o estado outras duas vezes, além do mandato em que foi deposto, a crise institucional mostra-se incompreensível sem uma avaliação da falência fiscal do estado. Em grande parte, foi decorrência da aliança entre diferentes segmentos das elites econômicas alagoanas em torno da renúncia tributária sobre os principais produtos e serviços de Alagoas. O setor sucroalcooleiro perdeu a proteção do governo federal angariada durante os governos militares, através de programas como o Proálcool e as facilidades de crédito rural por meio do Banco do Brasil, muitas dívidas desses empréstimos tendo sido anistiadas (SANTOS, 1999, pp. 52-55). Esse movimento se deu em meio ao complexo e intrincado processo de redemocratização (ZALUAR, 2012) e, muito menos falado, de reformulação do equilíbrio entre as unidades federativas, entre os anos 80 e 90, fazendo com que os grupos usineiros perdessem espaço para as usinas paulistas. Aqueles buscaram amenizar as perdas através de pressões para que o Estado de Alagoas reduzisse a pressão do fisco sobre suas atividades, ainda no início dos anos 80, tendo esse acordo sido fortalecido no governo estadual de Collor de Mello, que agravou a situação fiscal aplicando medidas orientadas por um horizonte de ideais econômicos “neoliberais” combinadas com tradições de recrutamento de funcionários públicos estáveis por indicações pessoais que perdurariam até o governo Geraldo Bulhões. Concretamente, tais movimentos redundaram na combinação entre redução fiscal, aumento do funcionalismo público sob o regime jurídico único, e o incremento de novas formas de endividamento público, criadas pelos governos militares, que repercutiram em um enfraquecimento dos estados diante da União (ALVES, 1998; LOPREATO, 2002). O rumo dos eventos fez convergir o declínio da economia sucroalcooleira e o da arrecadação sobre o setor, corroendo o

tecido social vinculado à burocracia do estado de Alagoas. Isto ajudou a intensificar a polarização entre setores sociais que culminou com o colapso de inúmeras autarquias, dentre elas, o órgão responsável pela assistência social e pela internação de crianças e adolescentes: a FUNDAC. O processo de estatização da vida de jovens familiarmente vulneráveis em uma direção psicológico-educacional encontrou um revés. Tal destruição institucional se entrelaçou ao fortalecimento relativo de um sistema prisional em expansão, fazendo com que o equilíbrio de poder entre funcionários estatais pendesse para os agentes penitenciários. Estes estavam se organizando como classe de funcionários estatais a partir do primeiro concurso público nos anos 2000. Os funcionários do sistema socioeducativo, diferentemente, passaram a ser regularmente contratados sob regimes jurídicos “precários”. Assim, as “crises” enfrentadas pelo sistema socioeducativo a partir dos anos 2000 frequentemente foram “tratadas” com a eventual intervenção de funcionários do sistema prisional, gerenciando unidades ou até mesmo a superintendência.

Como destaca Malta (2009), a FUNDAC, criada em 1992, era uma continuação da mesma estrutura existente na antiga FEBEM-AL, órgão estadual que, legalmente, deveria seguir as diretrizes e princípios fornecidos pela FUNABEM, entidade federal. Efetivamente, entretanto, os recursos se concentravam na organização da FEBEM do antigo Distrito Federal, no Rio de Janeiro, e as fundações estaduais se desenvolviam sob uma configuração altamente descentralizada e sem integração nacional, não havendo quaisquer formas de controle das atividades segundo os termos federais inscritos na lei⁵. Dessa forma, a organização da FEBEM-AL, que já existia em 1976, como consta no documento da CPI do menor realizada naquele ano, estava inteiramente subordinada à configuração política e administrativa estadual. Isso significa dizer que, efetivamente, estava submetida às pressões emocionais moldadas prioritariamente por uma estrutura de divisão de poder altamente centrífuga e bastante instável. As principais forças de constrangimento e de autoconstrangimento estavam vinculadas às alianças entre os grupos que ocupavam a assembleia estadual e negociavam as posições em secretarias, com lideranças do executivo, visando a oportunidades políticas, econômicas e de prestígio. O horizonte

⁵ Ver CPI do Menor (1976).

de avaliação dessas oportunidades e as tradições de negociação e resolução dos conflitos por poder eram moldadas por redes de compromissos familiares e clientelistas que interligavam pessoas de diversas cidades do interior e de Maceió, uma capital muito pressionada pelas forças centrífugas expressas em redes de fidelidades de parentesco e patronagem formadas em municípios do interior do estado, geralmente subordinados às conexões afetivas que gravitavam em torno de plantações de cana e de usinas na zona rural. A ocupação de cargos do funcionalismo estadual estava subordinada a essa estrutura. As alterações na distribuição de poder significavam mudanças nas hierarquias no interior das secretarias, e as oscilações nas redes de alianças estaduais reverberavam no interior das autarquias. Por divergências entre grupos, um funcionário podia continuar recebendo, mas afastado de qualquer atividade estatal, evitando que tivesse interferência em um governo sob liderança de algum adversário. Projetos iniciados eram finalizados subitamente, novos projetos eram elaborados, ou simplesmente reproduziam o hábito burocrático, criando um efeito de trava institucional. Os conflitos entre grupos de funcionários, homólogos às redes clientelistas que haviam tornado possível seus recrutamentos, reproduziam-se constituindo diferentes forças centrífugas em relação às tentativas de padronização e autonomização de ideais e práticas autárquicas. As fidelidades políticas, emergidas das do clientelismo e do parentesco, mantinham as tensões entre grupos de funcionários em níveis elevados, muitas vezes, impedindo a institucionalização de práticas e de diretrizes de funcionamento das autarquias.

É plausível pensar que a centrifugação relativa do controle do uso da força no estabelecimento de punições, como os observados em corpos paramilitares de vigilância e punição em bairros “periféricos” controlados por membros da polícia, também estivesse presente nas delegacias da criança e do adolescente e unidades de internação da FEBEM no final dos anos 80. Em um relatório de pesquisa com crianças e adolescentes de rua, elaborado em 1989 pelo mesmo NTCA-UFAL, são apontados os tipos de abordagem policial indicados pelos entrevistados: “maus-tratos, espancamentos, bolos, choque e pau-de-arara e péssimas condições de alimentação, de higiene (“com mijos de rato, baratas e cheiro de urina”) e de alojamento, já que dormiam no chão” (MALTA, 2009, p. 39).

Qual é a origem, então, da lembrança de alguns monitores de que no final dos anos 90 e início dos anos 2000 a concepção de trabalho era “melhor”, no sentido de que seguia princípios de educação social e não de

práticas penitenciárias, tais como habituamos a associar práticas de tortura e castigos punitivos?

Ela está relacionada com o desmantelamento da FUNDAC e de outras autarquias do estado de Alagoas, e à transformação nas redes de alianças políticas propiciadas pelo colapso fiscal do Estado de Alagoas entre o final dos anos 90 e o início dos anos 2000. Ademais, tais lembranças foram formadas após o declínio vertiginoso da configuração de elites locais e regionais propiciadas pela perda relativa de importância das economias da cana e do fumo na formação das estruturas das emoções e das formas de agressividades. Alguns dos padrões de controle e o autocontrole dependentes da vigilância exercida sob um “regime de segurança” dominado quase que diretamente pelos usineiros, de feição miliciana, passará a ser exercido mais pronunciadamente por guarnições e batalhões de polícia, que gradativamente deixam de ser fornecedores de indivíduos para milícias de grupos políticos e econômicos, e se torna um polo gravitacional de organização de empreendimentos privados e “centros centrífugos” da implementação de “justiça” em bairros de periferia. Em outros termos, a memória de alguns monitores diz respeito a um conjunto de episódios recentes que, quando posicionados numa perspectiva de maior duração, expressam pressões de mudança de direção nas estruturas de repressão do estado de Alagoas sobre práticas ilícitas de jovens em uma cadeia de pressões mais sedimentadas de uso não regulamentado da força nas dinâmicas de punição e disciplinamento de jovens sob custódia do estado de Alagoas.

As oscilações na administração do sistema de internação e as direções ambivalentes de agressividade e de cuidado entre funcionários do estado sobre os jovens encarcerados

As eleições de 1999 expressaram com nitidez as alterações profundas de desconstituição da rede de alianças políticas e econômicas do estado vigentes desde o início da ditadura militar (CARVALHO, 2015). A corporação policial não estava tão próxima dos grupos políticos que controlavam o poder estatal como antes, como expressa a desintegração da gangue fardada nos anos 90. Os grupos da elite política haviam perdido uma boa parte de seu prestígio com a bancarrota estatal conhecida sob seu poder. Aumentou-se a importância cultural e política de diferentes

grupos de classes médias cidadinas de Maceió, ligados às igrejas católicas e protestantes, à universidade e a agentes emergentes do judiciário, como promotores e advogados, que também mantinham muitas diferenças e conflitos entre si (VASCONCELOS, 2003). A ascensão de Ronaldo Lessa, o único prefeito eleito de Maceió que se tornou governador de Alagoas, expressava o crescimento do poder político de grupos citadinos não detentores de poder militar. Durante um período de seu governo, a administração das unidades de internação deixou de estar nas mãos de grupos do sistema policial-penitenciário, ficando alocada na recém-criada Secretaria de Justiça e Cidadania (Sejuc), especialmente a partir de 2001, sob a condução do secretário Tutmés Airan. A FUNDAC não mais existia, tendo muitos de seus funcionários solicitado transferência para outras autarquias ou aderido ao Plano de Demissão Voluntária. Assim, abriu-se espaço para que indivíduos formados sob ideais jurídicos e educacionais “dos direitos humanos” assumissem a superintendência de medidas socioeducativas, conduzindo também um novo ciclo de contratações de monitores. Como efeito das políticas de reforma do estado, os funcionários contratados não tinham mais estabilidade. Seus contratos eram a título precário, sem direitos previdenciários ou seguros sociais.

Oriundos de diversas redes de contatos pessoais, através das quais as vagas na secretaria eram divulgadas, os contratados passaram por um conjunto de treinamentos, incluindo a formação em direitos humanos e a transmissão de um conjunto de princípios de que a monitoria estava associada a atividades de “educação social”. O depoimento de dois monitores é expressivo sobre algumas das atividades desenvolvidas por eles, nesse período:

Eu já levei menino pra praia, pro circo...

Isso foi em 2005, 2004. Marco Frota, quando veio aqui, levei pro circo...

[...]

Pá praia, Praia do Saco...

[...]

Pro cinema...

[...]

Porque assim? as pessoas que assumia era, tinha, acho que você conhece a Maria da Graça...[...] Ela era, assim, a pessoa que tinha o pensamento diferenciado aqui. Olha c’os outros olhos. E o tratamento também, entendeu? com adolescente. Mesmo que eles são infrator, mas se você dá respeito...

[...] E olhe, quando chega adolescente meu aqui no meu plantão, eu sempre pergunto: “Qual o seu direito? Cê sabe seu direito?”, “Não...”, “Ser respeitado.”, ele olha assim pra mim: “É um direito seu: ser respeitado.”. Começo a conversar sobre deveres, se você dá respeito, você recebe respeito. [...]

Hoje, se você conversar com o adolescente, [algun colega] vai dizer: “Oxe, qué isso? tá conversando com vagabundo?!”, [olha o] pensamento, a mente...

(Depoimento do monitor “b” ao pesquisador)

Outro monitor relatou:

“A gente fazia muito curso na época do Tutmés Airan, com psicólogo, com assistente social, com oficiais da PM, com secretário. [...] Aí sempre o psicólogo falava pra mim que a arma mais necessitada para um homem, para ele próprio, era a língua. Saber convencer uma pessoa de que ela estava errada. [...] A arma, de cintura, de fogo, ou bastão, pra se defender, como defesa pessoal, isso só em último caso. Só se a gente fosse agredido, mas primeiro era a conversa. Isso foi mais ou menos em 2000, 2001. [Tutmés Airan assume a secretaria em 2001] tinha curso de seis em seis meses. Demorava uma temporada, e vinha outra etapa. Defesa pessoal, primeiros socorros, tinha tudo isso naquela época, hoje não tem mais. [...] Trabalhar com adolescente menor infrator é um trabalho diferente do pessoal do presídio”.

(Depoimento do monitor “d” ao pesquisador)

O curso de padronização de um *ethos* de educador social entre os monitores que administravam a vida de jovens sentenciados por atos ilícitos conheceu diferentes reveses. O principal deles está relacionado com o funcionamento temporário das unidades de internação de menores conjuntamente com o sistema penitenciário em 2005, após a saída de Tutmés Airan da Secretaria de Justiça e Cidadania. O sistema socioeducativo passou a funcionar sob os mesmos padrões do sistema penitenciário, subordinado à Secretaria de Ressocialização, aumentando os espaços de comunicação entre presidiários e adolescentes “internos”, incluindo a participação em mercados ilícitos de drogas e sexo no interior das penitenciárias, dependente de funcionários. Nesse sentido, o sistema de internação voltava a alinhar-se com o curso de desenvolvimento do sistema policial e penitenciário estadual. Essa aproximação entre sistemas durou algo em torno de 2 anos. O recrutamento de funcionários das unidades de internação sofreu alteração. A rede de

educadores que exercia poderes de contratação cedeu lugar a grupos vinculados ao sistema penitenciário, com ligações indiretas com setores da polícia militar. O próprio sistema penitenciário passava por intensas transformações, com setores que lutavam entre si, um pela manutenção do recrutamento associado às indicações políticas, outro reivindicando o recrutamento por concurso público. Um dos monitores entrevistados relata:

Monitor - Desde quando era... Quer dizer, desde que... Não... De Fundac. É, desde Ronaldo Lessa. Desde Ronaldo Lessa, quando passou Fundac. Porque antes era Sejud, depois era Fundac. A Fundac foi extinta. Passou pra Sejud. Aí, quem tomou conta da Sejud era a administração do Sistema Penitenciário. Aí, mudou o perfil do monitor. Houve a migração dos agentes pra cá, aí, já chegou o diretor pra mim e disse: "Num quero não monitor conversando com adolescente", aí, disse: "Você vai ficar medindo força, é?".

F- Entendi. Mas qual era o perfil do pessoal que chegou depois?

Monitor - Rapaz, o critério era de segundo grau, formação. Tem de todo jeito...

F- Mas eu falo assim: os padrinhos, eles tavam ligados à polícia, ao sistema penitenciário?

Monitor - Não, antes era mais setor civil, assim, no meu caso, quem m'indicou foi um professor de capoeira [...] Hoje, a gente passou um tempo pra cá, quem assumiu foi coronel.

Com o recrutamento de novos monitores avaliados por superintendências vinculadas ao ponto de vista da tradição penitenciária brasileira, misturou-se dentro das unidades funcionários com pontos de vista de educadores sociais e de agentes penitenciários. Essa aproximação deu-se em uma configuração na qual novos agentes jurídicos angariaram mais poder para pressionar os poderes públicos para reduzir práticas brutais de uso da força física, especialmente promotores e juizes da infância e juventude, após a nova constituição de 1988. Ambos os tipos de agentes da justiça aumentaram as suas participações na vigilância do sistema de internação decorrente do aumento das forças de integração nacional em torno da padronização de ideais e práticas que reprimissem e contivessem a brutalidade física de agentes estatais como maneira de punição e exercício da disciplina, expressa pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente. Essas pressões também repercutiram no perfil de secretários responsáveis pelo sistema de internação. Entretanto, uma parte importante da administração do sistema socioeducativo ainda estava nas mãos de agentes do sistema

penitenciário. Formava-se, assim, uma estrutura de interdependências pessoais e institucionais altamente instável no interior do sistema de internação que tendeu a reproduzir a ambivalência do direcionamento das práticas disciplinares entre as equipes de monitores que se sucederam nos governos seguintes.

Fora das unidades, aumentava-se a pressão de diferentes setores de sociedade alagoana para lidar com o crescimento de eventos brutais perpetrados por jovens em bairros periféricos e, concomitantemente, sobre os agentes do sistema. Eles que recebiam o aumento intenso das pressões por encarceramento da polícia e do judiciário e igualmente representadas sob pesadas camadas de rebaixamento de seus valores humanos. Setores da sociedade alagoana exigiam reformas no sistema de internação, outros setores exigiam redução da maioria penal, e assim, mais prisões de jovens. Assim, a consequência foi o aumento do encarceramento juvenil em um contexto de aumento da instabilidade entre funcionários do sistema, em instalações precárias e submetidos às pressões e padrões do sistema penitenciário de então.

Não parece ter sido um episódio isolado e sem conexões prévias a rebelião de 2005 no sistema de internação, no antigo presídio de São Leonardo, hoje fechado e transformado em uma colônia industrial, que, a partir das lembranças de monitores mais antigos, foi a mim relatado como a primeira grande rebelião organizada dentro da unidade de internação. A peculiaridade dessa rebelião estaria na direção da agressividade dos jovens encarcerados, que miravam os funcionários, mostrando algum nível de organização entre os internos. Nos relatos desses monitores, as confusões e brigas nas unidades nos anos 90 estavam circunscritas a rivalidades entre os jovens, ou tentativas isoladas de fuga, que redundavam em eventos brutais, como a morte de adolescentes (DRYBREAD, 2014). De seus pontos de vista, as rebeliões de unidades inteiras, eventos vistos nas FEBEMs de São Paulo nos anos 80 e 90, transmitidas por televisões nacionais, que reivindicavam direitos em uma linguagem jurídica, visando a melhorias nas condições de encarceramento, de tratamento por funcionários das unidades (FELTRAN, 2010; OLIC, 2009), foi algo conhecido por eles apenas após 2005, quando a unidade de internação passou a funcionar conjuntamente com o sistema penitenciário.

Apesar da aproximação durante dois anos, não ficou sedimentado entre as lideranças do executivo estatal que o sistema de internação ficaria sob responsabilidade de funcionários amadurecidos nas tradições de vigilância

e disciplina penitenciária. Desde 2005, o sistema mudou de secretaria diferentes vezes e, associado a essas mudanças, os sistemas de recrutamento e as direções de padronização do trabalho de equipes técnicas e monitores dentro das unidades.

A aproximação de funcionários com tradições de pensamento e práticas diferentes aumentou a tensão entre eles no interior das unidades, que se viam como partes compartimentadas que se ameaçavam mutuamente. Os períodos após as trocas de governo ou de secretários de estado, com potenciais implicações na alteração da política socioeducativa e nas lógicas de demissões e contratações, parecem ter sido um terreno fértil para o aumento das tensões entre funcionários, com repercussões na administração disciplinar dos jovens internos, muitas vezes utilizada como recurso de pressão dos monitores contra a superintendência e coordenadores de unidades. Isso fica evidente em um depoimento de outro monitor que havia ingressado no sistema durante o governo Theotônio Vilela Filho:

“Depois de 7 meses que o projeto [de implantação do educador social] estava funcionando dentro das unidades começou a ter problemas entre o educador e o agente de segurança [monitor]. Os educadores começaram a entrar aos poucos. Não entraram em todas as unidades ao mesmo tempo. A intenção do secretário era tirar os agentes de segurança violentos, deixar o mínimo, só para fazer a segurança, e os educadores tomarem a frente de tudo, inclusive para acabar com a violência, pra acabar com qualquer coisa que tivesse viciado dentro do sistema. O educador fazia todo o serviço que o monitor faz hoje. O educador pagava o almoço, acompanhava a enfermeira na medicação, fazia listagem de quem queria falar com as técnicas. Os educadores acompanhavam eles do alojamento até as técnicas. Os educadores acompanhavam eles durante o almoço, no refeitório. Cada equipe tinha em torno de seis a sete educadores sociais. Foram dispensados muitos agentes de segurança. Em 2012 começou o problema. Os agentes começaram a boicotar o serviço do educador, com medo de perder o emprego. O educador já entrou recebendo mais do que os agentes em termos de salário. Na época, o agente de segurança recebia 640 reais e o educador era pra entrar com 1000 [reais]. Só que a política se mete no assunto e o educador acabou ganhando 740 [reais], mas foi suficiente para gerar o problema. Como eles já chegaram dizendo que queriam aumentar o salário do educador e o salário do monitor já estava a dois anos defasado então eles começaram a cruzar os braços e não estavam querendo nem fazer o serviço de segurança deles. Quando o projeto chegou na UIM, colocaram

o coordenador dos educadores sociais como gerente da unidade. O superintendente o colocou como gerente, que era o projeto do secretário tirar os agentes penitenciários de dentro das unidades do sistema de menores e começar a colocar educadores que foram selecionados todos com nível superior. Eram educadores mas que eram psicólogos, assistentes sociais, educador físico, estudante de direito. As pessoas capacitadas como educadores não eram de nível médio, eram de nível superior. Só que os próprios agentes criaram uma situação pra tirar ele. Então eles incentivaram os adolescentes a fazer rebelião, pra poder botar fogo na unidade toda, pra não aceitar ele como gerente, pois sabiam que ele não tinha experiência na área de segurança. Um ótimo educador mas não era um agente penitenciário. Então, como chamam, fizeram uma “cocó”, um “arrumadinho” pra ele. Aí ele perdeu o cargo de gerente dele. E ele ficou tão revoltado com o acontecido que ele saiu do sistema. Esse acontecimento da UIM foi o estopim da confusão. Quando essa confusão começou aí já se sabia que o projeto de educador social ia acabar porque o secretário não segurou. Pareceu um dominó caindo. O sistema antigo derrubou o novo. Os gerentes eram do sistema de adultos, eles não queriam perder o cargo comissionado deles e os monitores não queriam perder o emprego deles. O educador tava tirando aquele monitor que batia, aquele leão de chácara que tava tratando o adolescente com violência. Eles estavam sendo localizados e estavam saindo da unidade”.

(Depoimento do monitor “c” ao pesquisador).

O depoimento é revelador do tipo de equilíbrio de poder existente entre os funcionários do sistema socioeducativo vinculados às medidas de internação na qual estavam, e em grande medida ainda estão, a raiz da instabilidade do processo de padronização das práticas disciplinares dos monitores sobre os jovens e da direção institucional do sistema socioeducativo. Um equilíbrio tenso entre agentes que acreditam na violência como meio pacificador contra aqueles que professam a crença na possibilidade de disciplina sem violência física. Ambos os segmentos, entretanto, estão pressionados pela lógica de poder da negociação de mercadorias políticas, tal como Misse tem destacado os mecanismos de seu funcionamento (MISSE, 2010). Isso é importante para não idealizarmos simplificadamente a posição social dos agentes que fazem parte do sistema a partir apenas de sua crença disciplinar. Pode-se notar que, tal como em um determinado período do governo Ronaldo Lessa, tentou-se implementar em um determinado período do governo Theotônio Vilela Filho uma

padronização das ações de disciplinamento dos jovens no interior das unidades numa direção de treinamento do funcionário estatal sob a égide de um *ethos* do educador social, em oposição às práticas associadas a um *ethos* de agente penitenciário. É curioso notar que dentro de um mesmo governo deu-se uma alteração na balança de poder que passou a pender para o lado dos crentes na disciplina penitenciária, com a superintendência de um mesmo secretário, que se viu obrigado a ceder aos funcionários do sistema carcerário que estavam administrando o núcleo socioeducativo. Esse equilíbrio de poderes pendente para o lado dos agentes do sistema penitenciário perdurou durante dois anos, quando, no final de 2014, após visitas do CNJ, e tendo conhecido uma intensificação sem precedentes do processo de encarceramento, o sistema de internação conhece a bancarrota. Com fugas em massa e depredação de vários prédios do sistema, o juizado da infância e juventude decide pela intervenção, no final de 2014, proibindo novos encarceramentos, gerando a necessidade de improvisação de um novo espaço para o funcionamento de diferentes unidades. Ademais, a superintendência socioeducativa é mudada de secretaria no final do governo Theotônio Vilela Filho, indo para a Defesa Social, sob administração do sistema penitenciário. A superintendência das unidades de internação ficou sob essa arquitetura institucional entre janeiro e setembro de 2015, até que, já depois de iniciado o governo Renan Filho, há uma nova reformulação das diretrizes do sistema socioeducativo. As principais foram a substituição da secretaria responsável pelo sistema, agora subordinada à recém-criada SEPREV, um desdobramento da antiga SEPАЗ, e da superintendência, anteriormente composta por agentes do sistema penitenciário, que passou às mãos de uma psicóloga, assessorada também por um psicólogo, oriundo da equipe de consultores em segurança pública da Fundação João Pinheiro e do CRISP da UFMG.

As reformas que começaram a ser implementadas a partir de setembro de 2015 são enunciadas como tendo por finalidade implementar uma direção de treinamento de monitores sob a concepção de práticas socioeducadoras. Mais uma vez, muda-se a direção da administração do sistema socioeducativo de Alagoas rumo ao polo oposto em relação ao qual vinham sendo gerenciadas as unidades. De diferentes agentes, ouvi afirmações – algumas receosas outras mais entusiastas – de que o Ministério Público e o Juizado da Infância e do Adolescente estavam fazendo esforços para investigar atos de violência física cometidos por alguns monitores, visando retirá-los do sistema. É bem possível que com o aumento dos

temores de parte dos monitores sobre seus empregos e situações jurídicas, aumente-se a tensão no interior das unidades, fazendo com que a maneira de lidar com essa tensão seja um aspecto decisivo dos rumos subsequentes do sistema, altamente dependente dos monitores.

Conclusão

Estudos sobre as práticas disciplinares no interior das unidades de internação são crescentes (OLIC, 2009; MALLART, 2014) ainda que mais rara sejam as pesquisas sobre direções de padronização social de tais práticas numa escala mais ampla de tempo. O foco em percursos de maior duração poderia ajudar a observar tanto transformações intergeracionais quanto lógicas sociais de agressividades que se reproduzem, algumas expressando redução das distâncias e conflitos entre monitores e jovens, outras indicando suas intensificações, repercutindo em experiências de sofrimento e gratificação para ambos os setores que costumam assumir a feição de rebeliões e crises de violências súbitas publicitadas em notícias de jornais, rádios e TV's.

Um dos aspectos tratados no artigo é o fato de as ambivalências de concepções disciplinares no interior do sistema de internação alagoano terem se tornado um ponto de instabilidade entre superintendências, educadores e monitores ao longo de quase quatro décadas, culminando, nas décadas de 2000 e 2010, com diferentes ciclos de rebeliões, fugas e depredações dos edifícios do “sistema”. Ao construir um esboço dessas tendências de oscilação entre sentidos disciplinares incorporados nas práticas de monitores e fiscais ao longo desse período, indica-se que as dinâmicas de agressividades transmitidas nas relações abrigadas sob o “sistema” mantêm relações com alguns movimentos mais abrangentes da sociedade alagoana, especialmente os relacionados com as lutas entre grupos sociais pela concentração do poder de violência física no estado, particularmente membros da polícia, do sistema penitenciário, do judiciário e do Ministério Público. Sugerimos que as oscilações não são cíclicas; elas, a cada novo movimento pendular – entre os polos do educador social e do agente penitenciário – baseiam-se em um novo estágio da configuração da distribuição de poder de uso da força armada e simbólica que, como indicam as recentes taxas de letalidade policial, de encarceramento juvenil e de processamento de jovens em varas da infância e juventude, apontam para novas dinâmicas de transmissão social da agressividade, a requerer

uma análise mais atenta sobre o significado das dinâmicas de refreamento de impulsos letais expressas nesses movimentos. Até onde consigo alcançar com as informações da pesquisa, o aumento dos conflitos entre jovens e monitores relacionados ao aumento do encarceramento juvenil e ao aumento da incriminação policial de jovens está relacionado com uma relativa redução das distâncias sociais de caráter econômico e de sentidos de dignidade entre jovens de periferia e grupos mais próximos do financiamento estatal, possibilitada pela expansão dos mercados ilícitos e de redes de proteção estatal em Alagoas, algo recente. Ambivalentemente, entretanto, parece que Alagoas conhece um processo de aumento relativo da centralização do poder do uso da força em torno de grupos ligados a corporações policiais, sem que haja uma expropriação elevada do acesso a armas por grupos que buscam oportunidades de poder econômico, honra e valor humano em mercados ilícitos em “periferias urbanas”. Tal situação parece apontar para uma longevidade de tradições de agressividade envoltas por linguagens militares de superioridade humana, criando grandes constrangimentos para a expansão de um tipo de cultura disciplinar civil-democrática, na qual as agressividades decorrentes da busca por reconhecimento e valor humano sejam canalizadas para camadas de linguagens reivindicatórias sob a forma de diálogo e de gestos de criação de imagens-denós mais abarcantes, tanto entre aqueles que detêm o poder de disciplinar quanto entre aqueles que acabam por ocupar a posição de serem disciplinados. Os receios mútuos retroalimentam as potencialidades para a violência física em uma cadeia que parece interminável.

Um dos problemas fundamentais a serem enfrentados, portanto, é a relação entre as linguagens de agressividade disponíveis na cadeia intergeracional do sistema e da sociedade alagoana, de maneira mais abrangente. O curso do sistema, em grande medida, está ancorado nas relações monitor-socioeducando, e o foco apenas em um desses polos isoladamente ainda não nos dirá o suficiente sobre alternativas concretas de buscas civilizatórias para propostas de reeducação.

Referências

ALVAREZ, Marcos César; SALLA, Fernando; DIAS, Camila Nunes. (2013). Das Comissões de Solidariedade ao Primeiro Comando da Capital em São Paulo. *Tempo Social*, v. 25, n. 1, p. 61-82.

BRASIL. (1976). Resolução nº 21, de 23 de junho de 1976. Aprova o Relatório e as Conclusões da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar o problema da Criança e do Menor carentes do Brasil. *Diário do Congresso Nacional*, DF, 29 de junho.

- CARVALHO, Cícero Péricles de.
(2015). *Formação histórica de Alagoas*. Maceió, Edufal.
- DRYBREAD, Kryten.
(2014). Murder and the Making of Man-Subjects in a Brazilian Juvenile Prison. *American Anthropologist*, v. 116, n. 4, p. 752-764.
- ELIAS, Norbert.
(1978). On Transformations of Aggressiveness. *Theory and Society*, Vol. 5, No. 2, pp. 229-242. Springer. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/656698>. Acesso em 22 de setembro de 2012.
- (2002). *Teoria simbólica*. Oeiras, Celta Editora.
- FELTRAN, Gabriel de Santis.
(2010). Crime e Castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. *Cadernos CRH*, Jan-Abr, p. 59-73.
- PORTAL DE NOTÍCIAS G1 - GRUPO GLOBO.
(2013). *Sistema socioeducativo de AL está um absoluto caos*, diz juiz. CNJ. G1. Disponível em: <http://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2013/09/sistema-socioeducativo-de-al-esta-um-absoluto-caos-diz-juiz-no-cnj.html>. Acesso em 07 de junho de 2015.
- GAZETA DE ALAGOAS - ORGANIZAÇÕES ARNON DE MELLO.
(2015). Unidades de internação registraram fuga de 142 jovens no último ano. *Gazetaweb*, Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=393379&e=6>. Acesso em: 07 jun. 2015.
- (2014) Unidade de internação é interditada após fuga de menores. *Gazetaweb*. Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=257125>. Acesso em: 05 jun. 2015.
- (2014a). Em meio a impasse, Juiz da Infância determina que Uija seja lacrada. *Gazetaweb.com*, Disponível em: <https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0CB0QFjAA&url=http%3A%2F%2Fgazetaweb.globo.com%2Fnoticia.php%3F%3D371274%26e%3D13&ei=fQ50VeWBEMacNsP5g>
- tAH&usg=AFQjCNEadHdtec8DPm2mBr7_qwPvCwIRag&bvm=bv.95039771,d.eXY>. Acesso em 05 de junho de 2015.
- (2014b). Menores usam cerca de arame e fogem de unidade de internação. *Gazetaweb.com*, Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=376629&e=13>. Acesso em 06 de junho de 2015.
- (2014c). Após assassinato na UIM, juiz da Infância defende intervenção federal. *Gazetaweb.com*, Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=367125&e=13>. Acesso em 07 junho de 2015.
- (2013). Adolescente é estrangulado em Unidade de Internação de Menores. *Gazetaweb.com*, Disponível em: <http://gazetaweb.globo.com/noticia.php?c=345377&e=12>. Acesso em 06 junho de 2015.
- LIMA, Araken Alves de.
(1998). *A crise que vem do verde da cana*: uma interpretação da crise financeira do estado de Alagoas no período 1988-96. Maceió, EDUFAL.
- LOPREATO, Francisco Luiz Cazeiro.
(2002). *O colapso das finanças estaduais e a crise da federação*. São Paulo, Editora Unesp / IE Unicamp.
- MAJELLA, Geraldo de.
(2006). *Execuções sumárias e grupos de extermínio em Alagoas (1975-1998)*. Maceió, Edufal.
- MALLART, Fábio.
(2011). Salve geral: áreas urbanas, instituições prisionais e unidades de internação da Fundação CASA em comunicação. *Revista de Antropologia Social dos Alunos do PPGAS-UFSCar*, v.3, n.1, jan.-jun., p.293-314.
- MALTA, Cláudia Viana de Melo.
(2009). *A (in)visibilidade de crianças e adolescentes*. Maceió, Edufal.
- MALTA, Cláudia Viana de Melo; VERAS, Mariluce de Macedo.
(1998) *Caracterização da criança e do adolescente no município de Maceió*. Maceió, Edufal.

SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA E SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE.

(2015) *Mapa do Encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília, Presidência da República.

MENNEL, Stephen.

(2007). *The american civilizing process*. Cambridge, Polity.

MISSE, Michel.

(2011). *Crime e Violência no Brasil Contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lumen Juris.

(2010). *Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica da categoria bandido*. São Paulo, Lua Nova. p.15-38.

(2008). *Acusados & acusadores: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações*. Rio de Janeiro, Revan.

(2007). Notas sobre a sujeição criminal de crianças e adolescentes. In: Vanilda Paiva; João Trajano de Sento-se (Orgs.); *Jovens em conflito com a lei*. Rio de Janeiro, Garamond.

OLIC, Maurício Bacic.

(2009). A casa está na mão de quem? Hierarquia e relações de poder no interior de Unidades de Internação destinadas a jovens infratores. *Cadernos de Campo*, n. 18, p. 107-125.

POTENGY, Gisélia.

(2007). A descentralização do atendimento de jovens em conflito com a lei no Rio de Janeiro. In: Vanilda Paiva; João Trajano de Sento-Sé (Orgs.); *Jovens em conflito com a lei*. Rio de Janeiro, Garamond.

SALLA, Fernando.

(2006). As rebeliões nas prisões: novos significados a partir da experiência brasileira. *Sociologias*, jul/dez 2006, p. 274-307 v. 8, n. 16.

SANTOS, Fernando Antônio Agra.

(1999). *Crédito rural e produtividade na agricultura alagoana - 1973-94*. Maceió, Edufal.

SANTOS, Liane Pessin dos; FREITAS, Lia Beatriz de Lucas.

(1989). Na Febem é assim? A gente só aprende na porrada?. *Psicologia: ciência e profissão*, 09. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98>. Acesso em 06 de junho de 2015.

SPIERENBURG, Pieter.

(1987). From Amsterdam to Auburn: an explanation for the rise of the prison in seventeenth-century Holland and nineteenth-century America. *Journal of Social History*, 20 (3), p. 439-462.

TILLY, Charles.

(1969). Collective violence in european perspective. In: Hugh Davis Graham; Ted Robert Gurr. *The history of violence in America*. New York, Frederick A. Praeger / Inc Publishers.

WINNICOTT, Donald.

(2005). *Privação e delinquência*. São Paulo, Martins Fontes.

ZALUAR, A.

(2012). Juventude Violenta: Processos, Retrocessos e Novos Percursos. *Dados*, 327-365.

Recebido em

março de 2016

Aprovado em

maio de 2017

Dois Irmãos: No registro de memórias, a constituição da identidade

Juracy Assmann Saraiva *

Carlos Böes de Oliveira **

Marinês Andrea Kunz ***

Resumo

Este artigo analisa a construção da identidade do narrador em *Dois Irmãos*, romance do escritor amazonense Milton Hatoum. Ele salienta a importância da recuperação da oralidade e da observação como estratégias que possibilitam instituir a narrativa e conferir uma identidade ao narrador, que se constitui, simultaneamente, em observador e protagonista dos eventos relatados. Os referenciais teóricos utilizados sustentam a importância da narrativa e do papel do narrador e do leitor em sua construção, citando-se críticos como Paul Ricoeur, Walter Benjamin, Silviano Santiago, Juracy Assmann Saraiva, Umberto Eco e Wolfgang Iser. A análise permite concluir que as perguntas que fundam a narração sugerem diferentes interpretações, não apenas para o narrador, mas também para o leitor, que se situa diante de um romance aberto, cujos sentidos provocam uma nova e continuada leitura.

Palavras-chave

Narrador. Leitor. *Dois Irmãos*.

Abstract

This paper analyzes the construction of identity in the narrator of *Dois Irmãos*, novel from the amazon writer Milton Hatoum. It emphasizes the importance of oral tradition recuperation

* Juracy Assmann Saraiva é Pós-Doutora em Teoria da Literatura pela Unicamp, Professora e Pesquisadora da Universidade Feevale e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: Juracy@feevale.br .

** Caio Böes de Oliveira é Bolsista do Programa de Suporte à Pós-graduação de Instituições de Ensino Particulares (PROSUP) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) no Doutorado de Processos e Manifestações Culturais da Universidade Feevale e da University of New Mexico. E-mail: caio.boes@gmail.com .

*** Marinês Andrea Kunz é Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS), Professora e Pesquisadora da Universidade Feevale. E-mail: marinesak@feevale.br .

and observation as strategies that enable the narrative to be established as much as to bestow an identity to the narrator that is constituted, simultaneously, as an observer and protagonist of the events described. The theoretical references are used to sustain the relevance of the narrative and of the role of the narrator and the reader in its construction, quoting critics such as Paul Ricoeur, Walter Benjamin, Silviano Santiago, Juracy Assmann Saraiva, Umberto Eco and Wolfgang Iser. This analysis allows the conclusion that the questions that found the narration suggest different interpretations not only to the narrator, but also to the reader that is placed before an open novel, whose meanings provoke a new and continuous reading.

Keywords

Narrator. Reader. Dois Irmãos.

Introdução

“Eu não sabia nada de mim, como vim ao mundo,
de onde tinha vindo. A origem: as origens”.

Milton Hatoum

A epígrafe elucidada o conflito de Nael, narrador e personagem de *Dois Irmãos* (2006), romance de Milton Hatoum¹. À margem da vida, à margem do espaço familiar, incompleto, vivendo com as sobras dos outros, com as sobras da memória dos outros, com os silêncios e esquecimentos que habitam a memória desses outros, com restos como roupas, livros, cadernos, o narrador do romance tenta reconstituir sua história e sua identidade ao contar a trajetória dos que o cercam. E, nessa tentativa de busca da identidade, o leitor do romance absorve a sequência temporal das ações e o deslocamento espacial que assinalam o declínio e a transformação de uma família de origem libanesa, da sociedade amazonense e do país, enquanto, paralelamente, Nael se constitui como sujeito por meio do ato de narrar.

Paul Ricoeur registra a relevância do ato de narrar e sua correspondência com a experiência da temporalidade para o ser humano, que ganha forma

¹ Milton Hatoum é descendente de libaneses e conflitos de identidade relacionados aos grupos étnicos e questões de ordem pessoal são tema de suas obras. É autor de quatro romances premiados, *Relato de um Certo Oriente* (1989), *Dois Irmãos* (2000), *Cinzas do Norte* (2005) e *Órfãos do Eldorado* (2008), entre outros contos e crônicas. Sua obra foi traduzida em dez línguas e publicada em quatorze países.

por meio de narrativas:

[...] existe, entre a atividade de narrar uma história e o caráter temporal da experiência humana, uma correlação que não é puramente acidental, mas apresenta uma forma de necessidade transcultural. Ou, para dizê-lo de outra maneira: *o tempo torna-se tempo humano na medida em que está articulado de modo narrativo, e a narrativa alcança sua significação plenária quando se torna uma condição da existência temporal.* (2010, p.93 - grifo do autor).

Ao assinalar a relação fundamental entre a temporalidade e o narrar, Ricoeur refere, também, a importância das narrativas para os indivíduos, pois elas ajudam-nos a responder às suas inquietações diante da realidade, por apresentarem, de forma concreta e inteligível, situações humanas que a experiência cotidiana expõe de modo precário e confuso. Conseqüentemente,

“[...] imitar ou representar a ação, é, primeiro, pré-compreender o que ocorre com o agir humano, com sua semântica, com sua simbólica, com sua temporalidade. É sobre essa pré-compreensão, comum ao poeta e a seu leitor, que se ergue a tessitura da intriga e, com ela, a mimética textual e literária”. (2010, p. 101).

Com efeito, o desejo de compreender o lugar que a ele cabe no núcleo da família, constituída por Omar e Zana, move Nael a articular eventos a partir de um plano temporal marcado pela perturbação de sua própria memória, que se alimenta do olhar sobre o entorno e do relato de outras personagens. A relevância do ato narrativo e o desenho das circunstâncias da vida de Nael conduzem a análise a refletir sobre a concepção do narrador, cuja problemática “encaminha-se paralelamente às discussões teóricas que definem a especificidade da narrativa enquanto fenômeno estético, determinando o instrumental próprio à sua análise crítica” (SARAIVA, 2009, p.25).

A abordagem metodológica deste artigo ancora-se, pois, em teorias narratológicas que explicitam a importância do narrador e, sistematicamente, investem na do próprio leitor, visualizado como agente da produção textual. Sob o primeiro aspecto, destacam-se as contribuições de Walter Benjamin e de Silviano Santiago: para aquele, a “memória é a mais épica de todas as faculdades” (1985, p. 210) e a experiência é condição que confere

autoridade a quem narra, estabelecendo-se a proximidade entre o narrador e seu ouvinte por meio da autenticidade da narração; Silviano explicita os paradigmas que concernem ao fazer discursivo do narrador pós-moderno e a suas múltiplas facetas técnicas e atesta que esse narrador dá luz a experiências alheias, captadas pelo olhar, e não as que são expostas como tendo sido vividas, definindo-se uma relação de distanciamento entre o fato narrado e seus receptores.

Em *Dois Irmãos*, a composição da subjetividade narradora permite a convergência desses dois referenciais, e, em vista da complexidade de seu processo de narração, pressupõe a ativa participação do leitor. Se “um texto postula o próprio destinatário como condição indispensável não só da própria capacidade concreta de comunicação, mas também da própria potencialidade significativa” (ECO, 1979, p. 37), o leitor é desafiado a considerar a transposição de múltiplos pontos de vista, a preencher lacunas dos eventos relatados e, simultaneamente, a manter uma atitude de distanciamento diante deles.

O narrador híbrido de *Dois Irmãos*

O processo de narração de *Dois Irmãos* revela-se fulcro do entendimento da estrutura do romance, mas sua análise está condicionada à apreensão da diegese, que se situa na cidade de Manaus, no período que se estende de 1920 até 1970. Nesse lapso de tempo, ocorre a composição e a dissolução da família de Halim e de Zana. Essa é filha de Galib, de origem libanesa, proprietário de um restaurante chamado *Biblos*, especializado em comida libanesa com toques manauaras. O rapaz frequenta o restaurante e apaixona-se por Zana. Para aproximar-se de sua amada, Halim pede a seu amigo e poeta, Tannus, que componha um *abbas*, que ele declama para seduzir a jovem. O poema amoroso torna-se uma espécie de canto de acasalamento do casal, e a ele Halim recorre sempre que deseja encantar a esposa. Após casarem, o casal adota uma índia, procedimento que se caracteriza como uma transação financeira, e Domingas, a índia, é antes uma escrava do que uma empregada. Halim não queria filhos, mas a esposa insiste e geram três crianças. Primeiro vêm os gêmeos que dão título à narrativa, Yaqub e Omar, e logo depois nasce Rânia. Os gêmeos, embora idênticos fisicamente, possuem personalidades distintas: Yaqub é reservado e quieto, enquanto Omar, o caçula, é extrovertido, destemido e apresenta um comportamento errático e violento. Zana faz de Omar seu favorito, mimando-o e dedicando-se de

tal forma aos seus cuidados que o próprio marido se sente negligenciado, enquanto Domingas cuida de Yaqub. Na adolescência, uma briga entre os gêmeos gera um ódio mútuo que fará com que nunca mais se reconciliem. No período da adolescência dos gêmeos, nasce Nael, filho de Domingas, cuja paternidade jamais é esclarecida, instalando-se a suspeita de ter ele sido gerado por um dos irmãos. Os desacertos entre eles amarguram a vida de Halim e de Zana, consumindo-se não apenas a alegria do casal, mas também a fortuna que o comerciante acumulara. Paralelamente, a cidade de Manaus altera-se, e a vida urbana, alicerçada em um falso progresso, elimina a interação entre os membros da comunidade libanesa.

Estabelece-se, portanto, uma relação análoga entre a ruína familiar e sua completa desestruturação com a transformação da cidade de Manaus, a qual pode ser vista, pelos leitores, como um reflexo de forças híbridas que invadem os territórios familiar e geográfico. Assim, Nael, filho bastardo da família libanesa – que se orgulhava em manter as características culturais de seu país de origem – e de uma índia amazonense, passa a ser responsável por manter a “linhagem” da família, já que Yaqub mora em São Paulo e não se interessa mais em regressar; os outros descendentes, Rânia e Omar, não casam nem têm filhos declarados. Consequentemente, o representante da família é Nael, e sua figura cria um paralelismo com a própria cidade de Manaus: uma cidade em mudanças, onde a opacidade de histórias e origens impera e onde se enovelam discursos e fazeres estranhos. Nael é “filho” dessa Manaus, sendo um ser híbrido e multicultural, assim como a cidade em que habita.

Nos capítulos iniciais de *Dois Irmãos*, o leitor defronta-se com a dificuldade de identificar o tema central da trama bem como a instância narrativa, interrogando-se sobre o protagonismo das personagens e, até mesmo, sobre a proveniência do ângulo da narração. No capítulo quatro, o leitor tem acesso ao conflito nuclear – a busca da origem ou das origens de Nael – e à delimitação da subjetividade narradora:

“Eu não sabia nada de mim, como vim ao mundo, de onde tinha vindo. A origem: as origens. Meu passado, de alguma forma palpitando na vida dos meus antepassados, nada disso eu sabia. Minha infância, sem nenhum sinal de origem. É como esquecer uma criança dentro de um barco num rio deserto, até que uma das margens a acolhe. Anos depois, desconfiei: um dos gêmeos era meu pai”.

(HATOUM, 2006, p.54)

Em uma narração marcada pela ruptura da sequencialidade das ações, Nael expõe-se como um narrador que se concentra nos episódios que manifestam a inimizade visceral entre os filhos de Halim e de Zana, embora, deixe, também, suas impressões de filho bastardo, que desconhece a identidade do pai. A opacidade da origem de Nael é reforçada pelo silêncio em torno de seu nome, enunciado apenas uma vez na narrativa, e essa é uma das estratégias que invocam a participação do leitor, que se situa diante de uma situação narrativa ambígua em que o narrador assume o papel de testemunha, embora o conflito nuclear da diegese seja o de sua identidade. A necessidade de o leitor colaborar com a construção do texto presentifica a afirmação de Umberto Eco: “Portanto, prever o próprio leitor-modelo não significa ‘esperar’ que ele exista, mas significa também mover o texto de modo a construí-lo. O texto não apenas repousa numa competência, mas contribui para produzi-la” (ECO, 2012, p.40).

Nael, como narrador, utiliza-se dos relatos de outras personagens, principalmente de Halim e Domingas, para traçar sua origem e tentar descobrir quem é seu pai. Assim, é a partir de relatos cheios de imprecisões e silêncios, suscitados pela memória dos outros e por informações que eles estão dispostos a dividir, que Nael constrói, através da escrita, um mosaico em que se cruzam discursos vários, que revelam a estrutura familiar da casa libanesa, onde Nael e Domingas vivem à margem, como testemunhas mantidas à distância. Porém, a perspectiva do narrador não se restringe ao reduto familiar, pois, atuando como menino de recados, ele recolhe indícios dos processos de transformação da cidade de Manaus, de uma comunidade de imigrantes e de seu processo civilizatório, da decadência de uma antiga classe dominante, da condição social dos índios, da diversidade e da devastação do ambiente natural. O aviltamento dos indígenas reporta a Domingas, cuja comunidade é desmantelada, sendo ela alfabetizada, instrumentalizada para trabalhar como doméstica e colocada à “venda”.

A deterioração do espaço urbano fica visível na passagem em que Omar descreve as vicissitudes pelas quais a cidade de Manaus passa:

“O Café Mocambo fechara, a praça das Acácias estava virando um bazar. Sozinho à mesa, ele ia contando suas andanças pela cidade. A novidade mais triste de todas: o Verônica, lupanar lilás, também fora fechado. “Manaus está cheia de estrangeiros, mama. Indianos, coreanos, chineses... O centro virou um formigueiro de gente do interior... *Tudo* está mudado em Manaus”.

(HATOUM, 2006, p.167 - *grifo nosso*)

As mudanças de Manaus encontram paralelo na estrutura familiar que, como um microcosmo, reflete o macrocosmo, que é a cidade. A família libanesa, da qual Nael é filho bastardo, representa uma classe que havia adquirido certo prestígio, mas que, em consonância com a própria cidade, se transfigura e perde sua coesão, pelo esfacelamento dos laços étnicos e afetivos. Na passagem subsequente, os fundadores da família libanesa, Zana e Halim, já estão mortos, e o leitor presencia, a partir do olhar de Nael, o desmonte da estrutura física da casa, onde uma cultura identitária um dia se fizera presente:

“Ela morreu quando o filho caçula estava foragido. Não chegou a ver a reforma da casa, a morte a livrou desse e outros assombros. Os azulejos portugueses com a imagem da santa padroeira foram arrancados. E o desenho sóbrio da fachada, harmonia de retas e curvas, foi tapado por um ecletismo delirante. A fachada, que era razoável, tornou-se uma máscara de horror, e a ideia que se faz de uma casa desfez-se em pouco tempo”.

(HATOUM, 2006, p.190)

Portanto, Nael narra a partir do ponto de vista de um sujeito que não vivenciou a maioria dos acontecimentos, espelhando-se, nesse processo de comunicação narrativa, sua posição social: ele é um narrador à margem dos acontecimentos. É por meio da audição e da observação que ele constrói seu conhecimento para dar-lhe forma na escrita, com o intuito de desvelar a secreta história de sua origem.

Silviano Santiago, refletindo acerca do narrador pós-moderno, interroga:

“Quem narra uma história é quem a experimenta, ou quem a vê? Ou seja: é aquele que narra ações a partir da experiência que tem delas, ou é aquele que narra ações a partir de um conhecimento que passou a ter delas por tê-las observado em outro?” (SANTIAGO, 2002, p.40).

O narrador de *Dois Irmãos* se enquadra em ambas as tipologias, já que as ações permeiam um período de tempo que precede seu nascimento em algumas décadas, alcançam o período de sua vida adulta e se estendem para o momento da narração, quando várias personagens já estão mortas. Assim, Nael ora é o sujeito da enunciação de eventos que lhe foram narrados, ora é, simultaneamente, agente das ações e sujeito da enunciação.

Em suas interrogações, Silviano Santiago coloca em cheque a questão da

autenticidade do relato. Para o teórico, a autenticidade ou a fidedignidade é, por um lado, indiscutível quando o narrador é parte central das ações narradas e detém pleno domínio dos acontecimentos; por outro lado, ela deve ser questionada quando os acontecimentos narrados provêm da observação do narrador quanto ao que aconteceu a outras personagens (2002, p.40). Instala-se, nesse caso, a dúvida sobre a adequada percepção do narrador a respeito dos eventos, entretanto a falta de credibilidade do sujeito da enunciação não compromete a verossimilhança da narrativa, no âmbito da qual a estratégia da composição de um narrador dúbio pode atender à intencionalidade do texto². Paralelamente, por ter um papel secundário na evolução das ações e valer-se do narrar dos outros para compor os eventos que desconhece, Nael lida constantemente com imprecisões e lacunas, jamais alcançando seu objetivo, isto é, o conhecimento a respeito da identidade de seu pai. Esse mesmo problema é transferido ao leitor, cujas perguntas a respeito do dilema de Nael não encontram respostas conclusivas.

Logo no início da narrativa, quando o leitor ainda não sabe quem é o agente da narração e qual a posição dele no universo das personagens, há um comentário do narrador sobre sua condição de observador marginalizado:

“Isso Domingas me contou. Mas muita coisa do que aconteceu eu mesmo vi, porque enxerguei de fora aquele pequeno mundo. Sim, de fora e às vezes distante. Mas fui o observador desse jogo e presenciei muitas cartadas, até o lance final”.
(HATOUM, 2006, p.23).

A posição marginal do narrador-personagem amplia o escopo das incertezas, apresentando-se a narrativa como inconsistente no que tange à aceitação da veracidade do narrado, ainda que seja absolutamente verossímil.

Em *Dois Irmãos*, “[...] não encontramos um indivíduo confiante em sua capacidade de conhecer o passado com o mínimo de certeza. Isso não é uma transcendência em relação à história, mas sim uma inserção problematizada da subjetividade na história” (HUTCHEON, 1991, p. 156). A narrativa

² *Dom Casmurro*, romance de Machado de Assis, exemplifica uma estratégia narrativa embasada na ambiguidade do narrador, a qual exige o distanciamento crítico do leitor quanto à exposição dos acontecimentos.

sustenta-se, assim, sobre a memória e a imaginação, e esses elementos não se refletem apenas no processo de narração, mas incidem sobre o próprio leitor que reconstrói um relato incompleto. “A ficção pós-moderna sugere um reescrever ou reapresentar um passado na ficção e na história, é – em ambos os casos – revelá-lo ao presente, impedi-lo de ser conclusivo e teleológico” (Idem, 1991, p.147).

Há trechos em que o narrador explica o método narrativo, salientando sua imprecisão de observador, situado em uma posição exterior e marginal à ação, mas em que o prazer de narrar e de ser ouvido atuam como motivadores da instalação do fantasioso. Logo, estimulado pelas afirmações de Nael, o leitor levanta dúvidas acerca da veracidade e da precisão das observações do próprio Nael:

“O que me dava um pouco de folga e certo prazer era uma tarefa que não chegava a ser um trabalho de verdade. Quando as casas da rua explodiam em gritos, Zana me mandava zarelhar pela vizinhança, eu cascavilhava tudo, *roía os ossos apodrecidos dos vizinhos*. Era cobra nisso. Memorizava as cenas, depois contava tudo para Zana, que se deliciava, os olhos saltando de tanta curiosidade: “Conta logo, menino, mas devagar... sem pressa”. Eu me esmerava nos detalhes, *inventava, fazia uma pausa*, absorto, como se me esforçasse para lembrar, até dar o estalo”.

(HATOUM, 2006, p.64 - *grifo nosso*).

As estratégias utilizadas para espionar a vida dos vizinhos e a própria narração aguçam o prazer dos sentidos e estão presentes no modo como o receptor é envolvido na narrativa. O uso de silêncios, a investigação por meio do ouvir e do ver, a instalação de pressuposições são elementos marcantes no arco discursivo da narrativa de *Dois Irmãos*, cujas estratégias provocam sensações no leitor, induzindo-o a situar-se diante de uma encenação dramática.

Essa idiossincrasia transcende o paradigma do narrador pós-moderno, visto que as estratégias narrativas do romance de Milton Hatoum exemplificam constatações que Walter Benjamin faz sobre o narrador. Para este, a humanidade perdeu o contato com a arte de narrar, pois ela se relaciona com a troca de experiências pessoais, e essa se tornou tão pobre que já não há o que narrar.

“Por mais familiar que seja seu nome, o narrador não está de fato presente entre nós, em sua atualidade viva. Ele é algo de distante,

e que se distancia ainda mais” (BENJAMIN, 1994, p.197), devido ao declínio da troca de experiências entre os homens. Hoje, as pessoas não conseguem mais narrar a sua própria vivência, por isso “a arte de narrar está em vias de extinção. São cada vez mais raras as pessoas que sabem narrar devidamente”. (BENJAMIN, 1994, p.197).

Benjamin identifica dois tipos de narrador: o das tradições orais, aquele que transmite ao seu ouvinte um intercâmbio de experiências e conhecimentos e cuja narrativa tem um caráter prático e utilitário; e o narrador do romance, um indivíduo isolado, “que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los” (BENJAMIN, 1994, p.201). Segundo ele, o romance anuncia a morte da narrativa, visto que “ele nem procede da tradição oral nem a alimenta” (BENJAMIN, 1994, p.201), distinguindo-se, portanto, da essência da narrativa. O teórico registra, ainda, a presença de nova forma de comunicação, a informação, que deve ser plausível e, por isso, se opõe ao miraculoso, além de menosprezar o saber que vem de longe, dando evidência ao acontecimento próximo. Benjamin afirma que esse tipo de comunicação é “incompatível com o espírito da narrativa”, visto que se efetiva por meio de explicações, no que é secundado por Silviano Santiago: “[...] uma narrativa não deve estar interessada em transmitir o ‘puro de si’ da coisa narrada como uma informação ou um relatório. A narrativa é narrativa porque ela mergulha a coisa na vida do narrador para depois retirá-la dele” (SANTIAGO, 2002, p.46).

Confrontando a técnica narrativa da tradição oral, privilegiada por Benjamin, com a de *Dois Irmãos*, verifica-se que esta dialoga com aquela, ainda que apresente elementos peculiares ao processo de narração da pós-modernidade. A recuperação de relatos orais é necessária, para que Nael conheça o passado e suas origens, mas elas não são coincidentes, colocando em dúvida a informação. Apesar disso, as narrativas transmitidas a Nael por Halim, Zana, Domingas e outras personagens são fundamentais para que ele possa apreender sua história e a dos que o cercam. Nesta passagem, Halim descreve a Nael como Domingas, a mãe do narrador, veio parar na família:

“Uma menina mirrada, que chegou com a cabeça cheia de piolhos e rezas cristãs”, lembrou Halim. “Andava descalça e tomava benção da gente. Parecia uma menina de boas maneiras e bom humor: nem melancólica, nem apresentada. Durante um

tempinho, ela nos deu um trabalho danado, mas Zana gostou dela. As duas rezavam juntas as orações que uma aprendeu em Biblos e a outra no orfanato das freiras, aqui em Manaus”. (HATOUM, 2006, p.48)

Assim, por meio do intercâmbio de experiências e do conhecimento do passado de Halim, Nael pode conhecer um pouco da origem de sua mãe. Também em outras passagens, o narrador confirma o caráter oral de sua narrativa, descrevendo o modo como constrói a tessitura do passado, que lhe é exposta na forma de estilhaços:

Desta vez Halim parecia baqueado. Não bebeu, não queria falar. Contava esse e aquele caso, dos gêmeos, de sua vida, de Zana, e eu *juntava os cacos dispersos, tentando recompor a tela do passado.* “*Certas coisas a gente não deve contar a ninguém*”, disse ele, mirando nos meus olhos. Relutou, insistiu no silêncio. *Mas para quem ia desabafar? Eu era o seu confidente.* (HATOUM, 2006, p.101 - grifo nosso).

Dois aspectos pragmáticos, característicos das narrativas orais, estão presentes na passagem: o desabafo e o conselho. Quando Halim diz que “certas coisas a gente não deve contar a ninguém”, a narrativa parece sugerir aos leitores que a obediência a esse conselho é uma das estratégias discursivas do narrador. Assim cabe ao leitor indagar: Quanto Nael e os outros narradores ocultam da “tela do passado”? Lembrando que a incompletude é marca de todo e qualquer discurso, o leitor, no processo de leitura, como o próprio Nael, no ato de escrita, junta os cacos dispersos, tentando recompor essa tela do passado, que, contudo, deixa visíveis as fendas que constituem seu tecido.

Consequentemente, o reconhecimento da incompletude da narrativa torna-se peça fundamental para sua análise e para a reconstrução de seu sentido, uma vez que a verdade absoluta é inalcançável, particularmente devido ao distanciamento do narrador quanto aos fatos e à sua parcial ignorância em relação a eles. Privado dos traços próprios do narrador onisciente ou do narrador protagonista, Nael é um narrador imerso em dúvidas e, para ele, a verdade nada mais é do que uma possibilidade, o que é exemplificado na seguinte passagem:

“Talvez por esquecimento, ele [Halim] omitiu algumas cenas esquisitas, mas a memória inventa, mesmo quando quer ser fiel ao passado. [...] Omissões, lacunas, esquecimento. O desejo de esquecer. Mas eu me lembro, sempre tive sede de lembranças, de um passado desconhecido, jogado sei lá em que praia do rio”.
(HATOUM, 2006, p.67)

O objetivo do narrar em *Dois Irmãos* configura-se, dessa forma, em uma dúvida insolúvel para o leitor: Quem é o pai de Nael? Yaqub ou Omar? Ou talvez Halim? A resposta não é dada por nenhuma personagem e, assim, o leitor compartilha do dilema do narrador, cuja narrativa expressa sinais do pós-moderno: a reconstituição da história a partir de uma perspectiva marginal, a incompletude do narrado, a presença de inúmeras vezes discursivas, a pluralidade de pontos de vista.

Todavia, embora viva à margem da família e da própria instituição educacional, o que significa estar à margem da sociedade, Nael alcança sua autoafirmação por meio do estudo e da escrita. A escola que frequenta é chamada de “Galinheiro de Vândalos”, onde aqueles que são reprovados e indesejados em outras instituições acabam por aportar. Porém, mesmo sendo filho bastardo da família libanesa e “sentenciado” a serviçal da casa, posição similar à de sua mãe, Nael subverte sua condição social:

“Eu ia conseguir isso: o diploma do Galinheiro dos Vândalos, minha *alforria*. Sem que eu soubesse, Halim arrumava no meu quarto os manuais que o caçula desprezava e os muitos livros que Yaqub deixou ao viajar para São Paulo, em janeiro de 1950”.
(HATOUM, 2006, p.30 - *grifo nosso*)

A palavra *alforria*, de origem árabe, ganha, aqui, novas significações, agregando à ideia da liberdade individual, da independência financeira e intelectual – alcançada por meio da educação –, a do rompimento com a tradição “libanesa”, a que Nael se vira aprisionado desde o nascimento. Ou seja, ao tornar-se independente, ele não precisa assumir uma tradição que lhe pertence geneticamente, mas que lhe foi negada nos espaços de interação social, para se circunscrever aos manuais desprezados por Omar, aos livros deixados às traças por Yaqub, às memórias seletivas de Halim e Zana.

Todo texto é incompleto, por isso é necessário um leitor competente para relacionar os sentidos do texto com os contextos, tanto com o de *Dois Irmãos* como com o do próprio leitor. O papel do leitor em *Dois Irmãos* é

justamente recolher “os cacos” narrativos e compor uma tela discursiva. Umberto Eco lembra que o leitor “[...] é sempre postulado como o operador capaz de abrir, por assim dizer, o dicionário para toda palavra que encontre e de recorrer a uma série de regras sintáticas preexistentes para reconhecer a função recíproca dos termos no contexto da frase” (ECO, 2012, p.35). Para trabalhar com a narrativa em questão, o leitor precisa ter consciência do aspecto de incompletude que o texto apresenta e abstrair sentidos dos silêncios e não ditos da narrativa.

“Não-dito” significa não manifestado em superfície, a nível de expressão: mas é justamente este não-dito que tem de ser atualizado a nível de atualização de conteúdo. E para este propósito um texto, de uma forma ainda mais decisiva do que qualquer outra mensagem, requer movimentos cooperativos, conscientes e ativos da parte do leitor. (ECO, 2012, p.36).

O leitor, como Nael, recolhe cacos e fragmentos para tecer a tela da história, recompondo-a por meio da audição da voz de Nael e das vozes que a acompanham e da inscrição de imagens visuais que o olhar de Nael institui na narrativa. Assim, o narrador constrói a narrativa, sugerindo uma apreensão renovada dos acontecimentos, pois “sempre que alguém assume a posição do observador e olha para algo, esse algo muda, pois a posição interfere nisso que é observado e antes da observação não existia” (ISER, 1999, p.76). Portanto, a narrativa de *Dois Irmãos* recria essa condição duplamente: primeiro, na observação da realidade e na escrita pelo narrador Nael; segundo, nas operações do leitor, que, como o narrador, participa da construção da narrativa.

Wolfgang Iser discute o papel da literatura na auto-interpretação do humano e revela a importância da mediação entre fictício e imaginário na produção do texto literário e na construção da subjetividade (1999, p.66). Esse processo de auto-interpretação e mediação é operado por Nael e pelo leitor da obra, que participam de encenações para alcançar a realidade, ainda que essa seja limitada e, por vezes, impalpável (ISER, 1999, p.76).

A relação de Nael com a escrita – por meio da qual circunscreve uma identidade familiar e social de que fora privado pela negação da paternidade – ressalta, também, aspectos discutidos por Michel Foucault. Para o teórico, escrever sobre si mesmo exerce, para o sujeito, uma função de complementaridade, visto que lhe permite escapar da solidão e revelar

os movimentos interiores da alma. Além disso, a escrita de si instaura a presença de um confidente, já que, ao expor uma avaliação sobre o que fez ou pensou, o narrador expõe o respeito pelo outro e sua vergonha por ações não louváveis, situando-se como um duplo que, simultaneamente, registra e acolhe os eventos narrados. Escrever sobre si é, pois, mostrar-se, revelar-se ao outro, e dessa função confessional o leitor participa, ao se identificar com o receptor textual (FOUCAULT, p.145, 1997).

A mediação entre fictício e imaginário é condição para que o homem não permaneça estático e perceba a realidade e sua vida interior com novos olhos, podendo, então, conhecer-se mais profundamente. Nael concilia ficção e imaginação para compreender a realidade e, embora nunca descubra quem é seu pai, a escrita, ou a literatura, permite que ele conheça seu papel no mundo e encontre, por meio da narração, seu lugar na sociedade. Ao narrar, Nael se constitui como sujeito, que reflete sobre um contexto social e uma tessitura histórico-cultural, da qual também é fruto, comprovando que a literatura permite que o humano transcenda suas limitações.

Considerações Finais

Para a narração em *Dois Irmãos*, refluem diversas narrativas, formando um mosaico espaço-temporal em que significados podem ser comunicados, silenciados ou, até mesmo, apagados. Os sentidos construtores da narrativa são caracterizados pelo ouvir, pela presença do olhar, pela exposição da experiência do eu, mas também pela imprecisão. Isso ocorre porque Nael, o narrador, é uma personagem que, estando à margem da ação, assume o papel de observador, um observador dos outros, da casa, da vizinhança, da cidade, e, por fim, dele mesmo. Mas Nael é também um narrador que traduz o crucial dilema de não conhecer o nome do pai e de ignorar suas origens, dilema que ele tenta superar por meio da escrita, cujos traços reúnem a técnica de narrar, própria de um tempo passado, à dubiedade do dizer da pós-modernidade.

A transposição da oralidade, instituída por vozes múltiplas, a observação e a análise da experiência pessoal são recursos técnicos que compõem a subjetividade do narrador e a narrativa em *Dois Irmãos*. É por meio dessa estrutura, marcada pela linguagem coloquial dos contadores de histórias, mas também cheia de silêncios, ponderações, censuras e condicionamentos sociais, que o leitor recebe a narrativa e concebe sua compreensão, construindo uma rede de significados. Cabe ao leitor entrelaçar as diferentes

histórias, preencher as lacunas do narrador, restando-lhe, assim como a Nael, a sensação de incompletude e o desejo de retornar ao já dito.

Nas palavras de Benjamin, a “experiência que passa de pessoa a pessoa é a fonte a que recorreram todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos” (BENJAMIN, 1994, p.198). Já Santiago, retomando o posicionamento de Benjamin, afirma que a narrativa pós-moderna evidencia não só a pobreza da experiência, mas também da palavra escrita, enquanto processo de comunicação. Isso levaria escritores contemporâneos a conceberem narradores cujo saber é decorrente do olhar lançado sobre experiências de um outro, e não mais do mergulho em vivências próprias. A partir dessa perspectiva, a narrativa deixa de expor os acontecimentos narrados como “verdades”, mas instala a dúvida e a imprecisão, as quais lhe conferem, em um tempo marcado pela falência das certezas, a verossimilhança necessária à ativa participação do leitor.

Em *Dois Irmãos*, conjugam-se as duas técnicas de narrar: os relatos forjados no âmbito da vida e marcados pela oralidade chegam a Nael como histórias cheias de subentendidos que ele registra, combinando-as com sua própria experiência. Todavia, a pergunta que Nael formula não encontra respostas, e mesmo a leitura mais minuciosa e precisa não é capaz de solucionar o dilema que ele vivencia e que inscreve no texto. Questionamentos e dúvidas são, porém, um dos méritos da narrativa, cuja abertura garante a permanência na mente de seu receptor e a ele confere o desejo de voltar ao enigma da narrativa de Milton Hatoum.

Referências

- BENJAMIN, Walter.
(1994). *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, Brasiliense. p. 197-221.
- ECO, Umberto.
(2012) O leitor-modelo. In: Humberto Eco; *Lector in fabula*. São Paulo, Perspectiva. p.35-49.
- FOUCAULT, Michel
(1997) *O que é um autor?*. Lisboa, Ed. Vega – Coleção Passagens.
- HATOUM, Milton.
(2006). *Dois Irmãos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- HUTCHEON, Linda.
(1991). *Poética do pós-modernismo: história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro, Imago.
- ISER, Wolfgang.
(1999). O fictício e o imaginário. In: Cezar de Castro Rocha (Org); *Teoria da ficção: indagações à obra de Wolfgang Iser*. Rio de Janeiro, Ed. UERJ. p.65-77.

RICOEUR, Paul.
(1994). Tempo e narrativa, a tríplice mimese.
In: Paul Ricoeur; *Tempo e Narrativa*. Tomo I.
Campinas, Papirus. p.85-136.

SANTIAGO, Silvano.
(2002). O narrador pós-moderno. In: Silvano
Santiago; *Nas malhas das letras*. Rio de
Janeiro, Rocco. p. 44-61.

SARAIVA, Juracy Assmann.
(2009). O estatuto do narrador. In: Juracy
Assmann Saraiva; *O circuito de memórias*. São
Paulo, Edusp. p.25-40.

Recebido em
setembro de 2016

Aprovado em
maio de 2017

Ensaio

A degeneração e a repetição da origem: Análise da vivência mitológica da história nas sociedades melanésias

Robson Rocha de Souza Júnior*

Resumo

O principal interesse desse trabalho é esmiuçar a questão acerca da formação de trajetórias históricas em sociedades arcaicas com base na argumentação de neo-institucionalistas históricos (sobretudo Paul Pierson), tomando como referência de análise as especificidades da experiência histórica numa sociedade arcaica particular: os melanésios descritos por Malinowski no início do Século XX. Ao tratarmos de uma sociedade arcaica como a melanésia, o mais importante é analisar o modo como esses nativos atribuem sentido mitológico à sua realidade histórica, pois essa é, sem dúvida, uma das principais características da experiência histórica em sociedades arcaicas.

Palavras-chave

Melanésia. História. Mitologia. Dependência de trajetória.

Abstract

This paper focuses on the issue of the formation of historical trajectories in archaic societies. It is based on the arguments of neo-institutionalistic historians, such as Paul Pierson. It takes as its object the particularities of historical experience in one specific archaic society: the Melanesian people described by Malinowski in the beginning of the 20th century. The analysis is devoted to the way these natives attribute mythological meanings to their historical reality as one of the main features of historical experience in archaic societies.

Keywords

Melanesia. History. Mythology. Trajectory dependency.

* Robson Rocha de Souza Júnior é Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e Doutorando em Sociologia junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS / UFRGS). E-mail: robson.rocha.jr@hotmail.com.

Introdução

O que faz com que acontecimentos descontínuos se unam no curso histórico para formar uma série coerente em que cada acontecimento recebe sentido do seu antecessor e confere sentido ao acontecimento que lhe sucede? Segundo nos parece, os neoinstitucionalistas históricos (especialmente Paul Pierson) nos dão indicações importantes acerca dessa questão. A marca principal de sua argumentação pode ser definida como uma tentativa de considerar, ao mesmo tempo e de forma intercalada, a mudança e a estabilidade na análise de processos históricos com base num conceito de “causa histórica” que se refere a processos que geram dependência de trajetória e que se mantêm, porque estão baseados em mecanismos socioculturais específicos que permitem a formação de um *feedback positive*, baseada num arranjo institucional constituído que pressiona os atores a se ajustarem às suas regras estabelecidas. Mas será que essa mesma formulação tem validade para experiências históricas não ocidentais? Ou, dito de outro modo, como se formam as trajetórias históricas em sociedades tradicionais?

O interesse deste trabalho é esmiuçar essa questão com base na análise das especificidades da experiência histórica numa sociedade arcaica específica: os melanésios descritos por Malinowski no início do século XX. Para analisarmos a diferença relativa entre o curso histórico ocidental e o não ocidental, será fundamental nos valermos dos argumentos de Paul Pierson acerca das trajetórias históricas, pois, a partir dos pontos nevrálgicos de sua reflexão, ser-nos-á possível definir o que distingue e o que aproxima o modelo ocidental desse modo específico de dar significado à realidade histórica, o modo melanésio (1).

Primeiramente, deve-se destacar que, ao invés de conceberem o curso histórico como uma progressão de acontecimentos sucessivos, esses nativos o concebem como uma trajetória de degeneração que não é progressiva, mas sim abrupta. Para os melanésios, a perda desse elo com o passado mítico representou a degeneração dos homens na atualidade histórica, o que não pode ser refeito. Há, portanto, para esses nativos, uma espécie de *feedback negative*, que marca seu curso temporal, mas que não forma uma série progressiva de degeneração, e sim abrupta (2). Não obstante, além de uma separação abrupta entre a época mitológica e a época histórica, há também a noção de que esse passado mítico não fora perdido por completo e pode, por assim dizer, ser repetido por meio da magia. Sendo assim, a história para esses nativos não seria apenas um processo abrupto e negativo, mas

também parcialmente repetitivo, o que nos permite caracterizar o modo como concebem o curso histórico como um *feedback repetitive*. (3)

As trajetórias históricas

Voltamos então à questão: o que permite o estabelecimento da unidade entre acontecimentos históricos que resulta naquela totalidade que caracteriza os períodos históricos? É o que aborda Paul Pierson em *Politics in time* (PIERSON, 2004). O conceito central de sua argumentação, como já comentado alhures, é um conceito específico de “causa histórica”, a partir do qual ele intenta analisar variados complexos de acontecimentos históricos que articulam estabilidade e mudança, tomando-as como dois aspectos de um mesmo processo. Mas que tipo de causa histórica é essa?

O traço característico dessa causa histórica, ou do modo como ela opera na conjunção dos acontecimentos, é o fato de ela criar uma dependência de trajetória (*path dependence*), o que se refere ao autorreforço (*self-reinforcing*) ou *feedback positive*, que caracteriza os processos históricos. Logo, os períodos históricos se formam ao constituírem trajetórias que têm um aspecto causal que impele os acontecimentos posteriores a se enquadrarem à sua lógica. Essa forma específica de conceber o curso histórico aposta, portanto, na ideia de que determinados cursos de ação – sobretudo aqueles que têm peso histórico – uma vez que já estejam consolidados, tornam-se virtualmente impossíveis de serem revertidos, justamente pela determinação causal da trajetória. Ocorre que, quando uma trajetória é escolhida e adotada, os custos de revertê-la são muito altos, e os atores, ao invés de insistirem em sua mudança, tendem, na verdade, a seguir seus ditames e se adaptar a ela:

“Na presença de *positive feedback* a probabilidade de passos seguintes ao longo do mesmo percurso aumentam com cada movimento nessa trajetória. Isso porque os benefícios *relativos* da atividade corrente comparados com as opções outrora disponíveis são incrementadas com o passar do tempo. Posto de forma distinta, os custos da mudança para alguma alternativa anteriormente disponível aumentam”.

(PIERSON, 2004, p. 21)

Por isso, a cada passo em direção à consolidação de uma trajetória, mais difícil se torna reverter seu curso, o que significa que a história poderia ser definida como um processo irreversível com uma série de encruzilhadas.

Essa definição salienta as possibilidades de desvio e mudança dessa trajetória, proporcionadas pelas encruzilhadas; mas não deixa de acentuar sua peculiar resiliência à mudança, em virtude de sua irreversibilidade. Isso significa que toda sequência de acontecimentos históricos é marcada por uma dinâmica de autorreforço que apresenta uma grande instabilidade no início, condição que, com o passar do tempo, vai sendo superada até que se alcance uma estabilidade considerável, sobretudo após ter se consolidado numa trajetória.

Posto isso, como as trajetórias implicam determinado tipo de causalidade, o importante é desvelar os mecanismos mobilizados no estabelecimento desse autorreforço, pois esses são os fatores que permitem a formação e a manutenção das trajetórias históricas. É por isso que, para Pierson, os processos com *feedback positive* que geram dependência de trajetória resultam necessariamente da institucionalização de arranjos sociais, e são justamente esses arranjos que garantem estabilidade à trajetória. Posto isso, pode-se dizer que os diversos padrões de conexão temporal entre eventos (trajetórias históricas) estão baseados em mecanismos socioculturais específicos que permitem a formação de um feedback positive, de uma dependência de trajetória.

“Identificar processos de auto-reforço nos ajuda a compreender porque práticas organizacionais e institucionais são, com frequência, extremamente persistentes [...] Afirmar que o âmbito social pode estar permanentemente cristalizado [*frozen*] é fortemente crível, mas essa não é a alegação. A mudança continua, apesar de ser uma mudança limitada – até que algo corra ou inunde os mecanismos de reprodução que geram a continuidade”.
(PIERSON, 2004, p. 52)

O processo de institucionalização se refere a uma estabilização de equilíbrio interativo entre múltiplos atores, o que é possível apenas após um longo processo de amadurecimento histórico. Toda instituição está sustentada numa série organizada e coesa de normas, valores, e concepções – também institucionalizadas de algum modo – que orientam a ação dos atores e impedem mudanças bruscas. Uma trajetória é irreversível em virtude do poder exercido por essas regras institucionalizadas sobre a ação – sobretudo porque ela não apenas indica aquilo que deve ser feito, ou seja, que uma regra existe e que ele deve ser seguida; mas também que outra possibilidade qualquer sequer é possível, pois as escolhas feitas no passado

são relativamente irreversíveis e limitam o âmbito de escolha das ações futuras:

“Argumentos baseados no *positive feedback* e no sequenciamento apresentam um alicerce fundamental para alegações sobre por que e como a história importa. Em todos os estudos sobre sequências como dependência de trajetória, algumas sequências históricas particulares são importantes porque processos iniciais geram formas organizacionais e arranjos institucionais específicos, duradouros e altamente determinantes [*highly consequential*] que alteram as implicações de eventos ou processos posteriores”.

(PIERSON, 2004, p. 71)

Uma vez instituído, o arranjo institucional pressiona os atores a se ajustarem às suas regras estabelecidas, ao mesmo tempo em que facilita a formação de instituições que alimentam e complementam sua articulação basilar. Logo, à medida que um arranjo institucional se desenvolve, torna-se mais resistente à mudança, o que tende a promover um equilíbrio institucional profundo capaz de durar por um longo período de tempo. Isso porque em contextos de complexa interdependência social cada nova instituição que pode vir a surgir tende a se adaptar às instituições já consolidadas e ao todo articulado que elas formam. Mas como é possível que esse conjunto articulado de regras impeça a mudança?

Essa resiliência é possível em virtude do condicionamento exercido pelo arranjo institucional sobre a ação. Logo, é a partir da imposição institucional sobre a ação social que o curso histórico se estabiliza numa trajetória. Por isso, seu comportamento é, em grande medida, apenas um reflexo desse equilíbrio institucional, o que significa que os atores não têm qualquer incentivo para alterar seu comportamento já há muito adequado. As pessoas estão desde sempre adaptadas aos padrões institucionais, então elas tendem a estabelecer, inevitavelmente, uma série de compromissos baseados na expectativa de que essas regras institucionalizadas continuem a vigorar. E como essas expectativas projetadas são decisivas para cada indivíduo em particular, é muito provável que ele se oponha a qualquer possibilidade de mudança: seja porque ele já domina certas habilidades que são indispensáveis para a operação de atividades importantes em contextos institucionais específicos, seja por causa de seu relacionamento estabilizado com outros atores influentes nos arranjos institucionais específicos, em função, sobretudo, de sua posição social em cada contexto. Por ambos

os motivos, os atores vinculados a determinado arranjo institucional não têm motivos coerentes para romper com ele, o que os leva a manter sua expectativa de que a coordenação que constitui tal arranjo se mantenha. Como sustenta Paul Pierson, isso ocorre porque “Contextos sociais particulares constroem e habilitam os atores políticos e, na verdade, podem moldar muito a compreensão desses atores acerca de quem eles são e o que eles querem realizar.” (PIERSON, 2004, p.169).

Por isso, como sustentam Hall e Tylor, as organizações sociais podem ser definidas como “um complexo de instituições capaz de estruturar a natureza e os resultados dos conflitos entre grupos” (HALL; TYLOR, 2003, p. 195), ou seja, capaz de “estruturar as relações sociais de modo a engendrar situações políticas e econômicas próprias” (HALL; TYLOR, 2003, p.195). Toda organização social é, portanto, extremamente complexa e articula uma gama de instituições concorrentes. Ela é caracterizada por uma vinculação interpessoal preexistente que constitui sua configuração própria específica e que pode ser definida como uma rede de funções interdependentes pelas quais as pessoas estão ligadas entre si de maneira decisiva.

Já os padrões culturais apresentam outra característica. Como nos demonstra Geertz, trata-se de um sistema simbólico que modela o comportamento público (GEERTZ, 1989, p. 68) ao articular o estilo de vida de um povo (seu *ethos*) à sua visão de mundo (GEERTZ, 1989, p. 66-67). Todo padrão cultural está alicerçado, então, numa institucionalização do sentido e, por consequência, numa institucionalização da ação. Essa dupla institucionalização permite a formação de comportamentos rotineiros. O ator tende a seguir essas rotinas definidas pela visão de mundo específica que dá sentido e valor à realidade que ele vive e compartilha com outros atores, o que deverá se consolidar num estilo de vida, num *éthos* específico que reduz a ambiguidade da ação. Isso quer dizer que, ao agir, o ator não tem em mente prioritariamente os ganhos que sua ação pode promover, mas sim a sua conformidade às regras e valores estabelecidos. Sua ação segue uma rotina específica definida para cada situação, na medida em que a rotina se refere às “regras de procedimento que especificam um processo que deve ser seguido em determinadas circunstâncias.” (MARCH; OLSEN, 1989, p. 22). Ele tem, em suma, que identificar a situação em que está envolvido, que posição ele ocupa em tal situação e quais são as ações apropriadas para ele nessa situação.

Todo curso histórico alimenta, então, a consolidação de uma matriz institucional específica ao impor regras específicas aos agentes, estes

últimos, ao se adequarem a esse arranjo complexo, tenderão a mantê-lo muito mais do que a alterá-lo. Esse arranjo institucional reforça a trajetória histórica que o constituiu, contribuindo para sua manutenção ao longo do tempo. Agora podemos avaliar o caso não ocidental.

A degeneração do curso histórico e a repetição da origem através da magia

A questão acerca da diferença relativa entre a experiência histórica ocidental e a não ocidental parte de duas premissas: por um lado, a de que há uma diferença fundamental entre o modo ocidental de vivenciar a história e o modo como essas sociedades arcaicas o vivenciam, embora essa diferença não possa, por outro lado, ser exagerada. Para analisarmos essa diferença relativa, será fundamental nos valermos da explanação de Malinowski referente à experiência histórica específica dos melanésios. A análise de Malinowski será determinante, pois tem o mérito de levar a reflexão ao seu ponto central.

Malinowski trata da mitologia melanésia em *Os Argonautas do Pacífico Ocidental* (1976) em dois importantes capítulos: no Capítulo XII, no qual, além de uma reflexão teórica sobre a relação entre mito e história, também é considerada a mitologia associada ao Kula; e no Capítulo XVII, que complementa essa discussão, mas agora com o foco no importante papel da magia. Apesar de localizadas em partes distintas de seu livro, ambas as passagens estabelecem a mesma digressão. Vejamos como Malinowski trata do assunto.

Antes de tudo, Malinowski se questiona: o que é mito para os nativos? Qual é a sua concepção e sua definição de mito? Eles são demarcados da realidade? Se sim, como isso é feito? Para responder a essas indagações, Malinowski enumera, primeiramente, as cinco categorias de folclore reconhecidas pelos nativos: (1) *libogwo*, que representa o “falar antigo”, a tradição; (2) *kukwanebo*, que se refere aos contos de fada não verdadeiros destinados à diversão; (3) *wosi*, que são as diversas canções que possuem; (4) *yinavina*, que são cançonetas e folguedos; e, enfim, (5) *megwa* ou *yopa*, que são as fórmulas mágicas. Segundo Malinowski, contudo, o que de fato interessa para tratar daquelas questões é o *libogwo*, o “falar antigo”, a tradição. O *libogwo*, por sua vez, pode ser subdividido em duas categorias: os contos históricos, referentes aos feitos dos grandes chefes e às histórias

de naufrágio (a); e o que os nativos chamam de *lili'u*, que são justamente os mitos, narrativas nas quais os nativos acreditam, respeitam e que, por isso, têm grande influência sobre o seu comportamento (b).

O *lili'u* se refere a um tempo extremamente remoto. Mas é importante salientar que a história não é, para esses nativos, um desenrolar em tempos sucessivos. Na verdade, eles distinguem apenas os acontecimentos que aconteceram no âmbito de sua própria memória e de seus pais e, além dessa demarcação, todos os acontecimentos se aglomeram num único plano. O passado seria, portanto, um vasto acervo de acontecimentos não sucessivos. Por isso, apesar de haver uma distinção entre mito e história, essa diferença não é formulada através das mesmas demarcações temporais que os ocidentais reconhecem. Ocorre que, para eles, a história não se desenrola numa evolução constituída de uma série de mudanças sucessivas e progressivas, já que a terra e a humanidade foram, são e serão sempre as mesmas: eternamente jovens. Não por acaso, tanto na realidade como nos mitos, as pessoas possuem os mesmos interesses e preocupações:

“As personagens míticas das lendas nativas, como veremos em breve, moram no mesmo tipo de casas, comem o mesmo tipo de alimentos, usam o mesmo tipo de armas e implementos que estão em uso atualmente. Nós, por outro lado, em qualquer um de nossos relatos históricos, lendas ou mitos, encontramos todo um conjunto de condições culturais diferentes, que nos permitem coordenar qualquer acontecimento com uma determinada época e que nos faz perceber que um acontecimento histórico distante – e, mais ainda, um acontecimento mitológico – ocorreu num cenário de condições culturais inteiramente diversas daquelas em que ora vivemos”.

(MALINOWSKI, 1976, p. 231).

Ora, mas se isso é assim, por que, então, se valer do argumento de Paul Pierson para analisar essas tribos que não reconhecem o curso sucessivo da história? Ou, dito de outro modo, se essas sociedades não vivenciam a história como um desenrolar progressivo que produz um tipo de causa histórica que exige o enquadramento dos acontecimentos do presente aos ditames dos acontecimentos do passado, de que tipo é, então, a causa histórica que determina o curso temporal dessas sociedades? De fato, a aplicação *pari passo* do argumento de Pierson é inapropriada, mas sua utilização não é de todo descabida e nos exige apenas alguns ajustes.

O primeiro ajuste a ser feito baseia-se no argumento de Malinowski

de que há uma diferença marcante, para esses nativos, entre aquilo que é histórico e o que está no âmbito do lendário. Isso, porque, apesar de possuírem os mesmos costumes, as personagens dos mitos viveram fatos que já não podem mais ser vivenciados e eram dotados de poderes que os nativos atuais, bem como seus ancestrais, não possuem mais. Sendo assim, valendo-se do argumento de Pierson, ao invés de conceberem o curso histórico como uma progressão de acontecimentos sucessivos, esses nativos a concebem como uma trajetória de degeneração. Além disso, essa degeneração não é progressiva, mas sim abrupta, pois o que impede os homens atuais de realizarem todas essas proezas descritas nos mitos consiste no esquecimento dos encantamentos que permitiam essas façanhas. Perder esse elo com o passado mítico representou a degeneração dos homens atuais, o que não pode ser feito, pois não é possível recuperar o que já foi perdido, o que significa que há, para esses nativos, uma espécie de *feedback negative* que marca seu curso temporal, mas que não forma uma série progressiva de degeneração, e sim abrupta. Uma situação narrada por Malinowski revela bem essa diferença:

“Um professor-missionário, vindo das ilhas Fiji e sediado em Omarakana, estava falando sobre as máquinas voadoras do homem branco. Os nativos me perguntaram se o que ele dizia era verdade, e quando corroboréi o relato do missionário de Fiji e lhes mostrei fotografias de aviões numa revista ilustrada perguntaram-me se isso acontecia nos tempos atuais ou se era um *lili'u*”.
(MALINOWSKI, 1976, p. 231).

Há, então, uma diferença nítida entre a realidade histórica e a realidade mitológica para esses nativos, apesar de haver também uma íntima, vívida e verdadeira ligação entre ambas, o que nos leva à segunda ponderação a ser feita em relação ao argumento de Paul Pierson. Como já fora demonstrado a partir do relato de Malinowski, para esses nativos todo mito é rotulado como *lili'u* e sempre possui caráter sobrenatural. Mas é aí que advém o caráter mais interessante dessa relação, pois, apesar de distinguir os dois âmbitos, os nativos concebem um modo de acessar os poderes sobrenaturais das épocas míticas: os encantamentos mágicos. Ocorre que, por um lado, é verdade que os conhecimentos genuínos e completos dos encantamentos de outrora se perderam, o que impede que os homens se transformem em animais e as canoas voem. Mas, por outro lado, partes incompletas desses encantamentos foram legadas pelos ancestrais mitológicos aos homens

atuais, o que lhes permite reproduzir, de maneira inacabada e imperfeita, as façanhas dos heróis mitológicos. É nisso que reside a importância da magia, pois ela permite a recuperação parcial do tempo mitológico, o que dá poderes sobrenaturais a quem conhece suas fórmulas.

Por isso, além de uma separação abrupta entre a época mitológica e a época histórica, o que caracteriza o processo histórico como um salto negativo e degenerativo, há também a noção de que esse passado mítico não fora perdido por completo e pode, por assim dizer, ser repetido por meio da magia. Sendo assim, a história para esses nativos, sobretudo no que se refere à sua vinculação com a realidade mitológica, não é apenas um processo abrupto e negativo, mas também parcialmente repetitivo, o que caracteriza seu curso histórico como um *feedback repetitive*. É em virtude dessa repetição dos mitos na realidade histórica, impetrada em função da magia que realiza a ponte entre ambos (mito e realidade), que a realidade histórica dessas sociedades vivencia também um tipo específico de causa histórica, que é, obviamente, distinta da causa histórica das sociedades ocidentais, apesar de essa diferença ser relativa, e não absoluta. É nesse ponto que as reflexões de Malinowski no Capítulo XVII devem ser explicitadas, pois é justamente nesse capítulo que o antropólogo aprofunda a análise do papel desempenhado pela magia na associação da realidade cotidiana ao âmbito mitológico, papel que permite a formação do *feedback repetitive* responsável pelas coagulações temporais que caracterizam a sociedade melanésia.

Antes de tudo, cumpre assinalar que a magia possui raízes muito sólidas na tradição, consistindo no item mais valioso e imutável do legado deixado pelas gerações anteriores. Além disso, ela também está assentada numa base sociológica, pois se trata de um legado deixado através do mecanismo da hereditariedade, o que justifica sua vinculação a determinados subclãs. Por fim, a magia é também algo essencialmente humano e representa a afirmação do poder intrínseco do homem sobre a natureza. Algo que, apesar de ter sido doado aos homens por um ser antropomórfico, está sob a posse dos homens e fora trazido por eles desde quando a humanidade saiu do subsolo para ocupar a superfície da terra. Logo, caso associemos essas definições de uma forma sintética, pode-se dizer que a magia representa, segundo a definição de Malinowski, a continuidade, mantida pela tradição, da época mitológica na época presente. Entretanto, a magia na atualidade, apesar de ser idêntica em natureza à magia que mobilizava forças sobrenaturais nos eventos míticos, possui, não obstante, poder e eficácia consideravelmente reduzida. Como afirma Malinowski:

“Conforme já mostrei nesse capítulo, a magia nunca é considerada como uma invenção nova, mas é idêntica em natureza ao poder sobrenatural que constitui a atmosfera dos eventos míticos. Parte deste poder provavelmente se perdeu antes de chegar aos dias atuais; mas nunca se acrescentou nada a ele. Não há nada na magia de hoje que não tenha estado nela desde os tempos remotos e veneráveis do mito”.
(MALINOWSKI, 1976, p. 298).

Em suma, portanto, Malinowski afirma que a magia, por representar o elo entre o mito e a realidade, possui, por um lado, o caráter supranormal das ocorrências míticas, mas está associado, por outro lado, a toda atividade humana praticada na atualidade, e é justamente por permitir essa associação entre o caráter sobrenatural dos mitos e a cotidianidade das atividades humanas que o mito pode permitir a formação daquele *feedback repetitive* que marca o curso histórico das sociedades melanésias. Ocorre que, como fora salientado, de um lado, o âmbito mitológico, definido pelos melanésios pelo termo *lili'u*, está apartado da realidade histórica atual de modo inexorável, o que impede os homens atuais de realizarem as mesmas proezas dos heróis míticos. Por outro lado, porém, a realidade mitológica não difere tanto assim da realidade atual, pois a terra e os homens foram e são sempre os mesmos, apesar de os homens atuais terem perdido a potência dos tempos mitológicos. Não obstante, aos homens atuais é reservada a possibilidade de acessar parcialmente essa potência perdida através dos encantamentos mágicos que lhes foram legados por seus ancestrais mitológicos. A associação dessa degeneração abrupta com a possibilidade de repetição ritual das origens é o que marca o curso histórico das sociedades melanésias:

“Para resumir, a distinção entre os *lili'u* e a realidade atual ou histórica é feita com firmeza e há, definitivamente, uma linha divisória entre as duas. Prima facie, esta distinção baseia-se no fato de que todo mito é rotulado como *lili'u* e conhecido por todos os nativos como tal. Outro sinal distintivo do mundo dos *lili'u* está no caráter sobrenatural, de certos acontecimentos neles incluídos. Os nativos acreditam que o sobrenatural é verdadeiro, e essa verdade é sancionada pela tradição e pelos diversos sinais e vestígios deixados pelas ocorrências míticas e, de maneira especial, pelos poderes mágicos transmitidos pelos ancestrais que viveram na época dos *lili'u*. Essa herança mágica é sem dúvida o elo mais palpável entre o presente e o passado mítico”.
(MALINOWSKI, 1976, p. 232).

O mito da canoa voadora de *Kudayuri*

Para completar essa digressão, parece-nos pertinente apresentar um mito e sua relação com a cotidianidade das sociedades melanésias como exemplo demonstrativo dessa característica do curso histórico na melanésia. Escolhemos para tanto o mito da canoa voadora de *Kudayuri*, que constitui a base mitológica que dá sentido à série de rituais mágicos associados à construção da canoa utilizada nas expedições *kula*, estes que visam dar-lhe velocidade e estabilidade.

Kitava, distrito posicionado entre Wamwara e Tewara, é o centro da magia da canoa *masawa*, utilizada nas expedições *kula*, além de ser o distrito de ocorrência do mito da canoa voadora de *Kudayuri*, uma das aldeias de Kitava. Nesse mito, o protagonista principal é Mokatuboda, membro do clã Lukuba e nativo da aldeia de *Kudayuri*. Segundo o mito, ele, seu irmão mais novo, chamado *Toweyre'i*, e suas três irmãs – *Kayguremwo*, *Na'ukuwakula* e *Murilmweyri'a* – emergiram do solo em *Labikewo*, também um lugarejo presente no distrito de Kitava. Eles foram os primeiros possuidores (*u'ula*) do encantamento *ligogu* e do encantamento *wayugo*, ambos associados à magia da canoa.

Certa vez, os nativos de Kitava decidiram fazer uma expedição *kula* à *Koya* e, por conta disso, iniciaram a montagem de suas canoas. Enquanto as aldeias do distrito de Kitava decidiram montar suas canoas na praia – o que era costumeiro, já que as canoas eram pesadas – os nativos da aldeia de *Kudayuri* decidiram montar sua canoa dentro da aldeia, em função da ordem de seu líder, *Mokatudoba*. Após todas as canoas estarem preparadas, *Mokatudoba* esperou que elas partissem em sua expedição e então realizou seu encantamento especial sobre sua própria canoa, o que a fez voar. Assim ele pôde ultrapassar as outras canoas pelo ar, chegando antes delas em *Koya*, aldeia do distrito de *Dobu*. Quando as outras canoas desembarcaram, lá estava a canoa de *Kudayuri*, de onde saía o cão *Tokulubweydogo*, animal mitológico que representa o clã Lukuba. Por conta dessa aparição inesperada, todos reconheceram *Mokatuboda* e se espantaram com o fato de que ele, apesar de ter partido posteriormente e de sua canoa estar ainda na aldeia quando partiram, chegara primeiro em *Dobu*. Onde teria passado? Como chegaram tão rápido? Sem respostas, os nativos resolveram partir para *Vakuta* e depois para *Gumasila* e novamente a canoa de *Kudayuri* chegou primeiro, o que deixou os nativos de Kitava perplexos.

Isso se repetiu por toda a expedição, até que seus companheiros perceberam o motivo do sucesso da canoa de Mokatuboda, já que sua canoa podia voar, e se zangaram com isso. Não obstante, Mokatuboda também dominava a magia maligna do clima, o que lhe permitira trazer chuva apenas para a sua roça, prejudicando seus companheiros. E foi justamente após ter aplicado essa magia climática que os outros nativos se cansaram de sua supremacia e decidiram planejar uma vingança contra Mokatuboda: desejavam assassiná-lo. Entretanto, apesar de todos os nativos de todas as aldeias de Kitava estarem sedentos por vingança, foram justamente os irmãos e os sobrinhos maternos de Mokatuboda que o assassinaram. Com isso, apesar de serem os herdeiros legítimos de seus conhecimentos mágicos – o que permitira a Mokatuboda fazer sua canoa voar e trazer a chuva para a sua roça – seus irmãos e sobrinhos não puderam obter os encantamentos especiais.

Como acreditavam que, por dominarem os conhecimentos de Mokatuboda, também poderiam fazer sua canoa voar, na expedição seguinte, seu irmão mais novo, chamado Toweyre'i, decidiu construir a canoa dentro da aldeia, e não na praia, com a esperança de que conseguiria fazê-la voar assim como seu irmão assassinado conseguira. Os mesmos processos se repetiram até que Toweyre'i entrou em sua canoa e se preparou para voar. O problema é que Toweyre'i não conhecia devidamente o encantamento que permitira Mokatuboda fazer sua canoa voar e, portanto, não obteve sucesso. Sua canoa não voou e, ao contrário de todas as outras aldeias de Kitava, a aldeia de Kudayuri não pôde realizar o *Kula*.

Sobre o mito cumpre assinalar, antes de tudo, que as condições das personagens narradas no mito não diferem em nada das condições dos nativos na atualidade. Todos eles respeitam as mesmas regras de parentesco quanto à herança dos conhecimentos mágicos e das posições de liderança; todos se preocupam na mesma medida com a realização das expedições *kula*; todos precisam realizar os mesmos encantamentos e adotarem as mesmas técnicas nas construções das canoas utilizadas na expedição. No entanto, o conhecimento mágico possuído por Mokatudoba lhe permitira fazer com que sua canoa voasse, o que somente ele era capaz de realizar. Esse legado teria sido passado para seus descendentes diretos, já que eles eram seus herdeiros legitimamente reconhecidos pela tradição, mas eles o assassinaram antes que Mokatudoba o fizesse. Como somente ele os conhecia, o que era já um legado de seus antepassados, esse encantamento se perdeu no tempo e, por isso, as canoas de Kudayuri, apesar de possuírem

uma velocidade extra em comparação com as demais, hoje não voam mais.

Assim se revela que as proezas narradas no mito, primeiramente, não podem ser repetidas perfeitamente nos tempos atuais, em virtude do equívoco do irmão mais novo de Mokatudoba, que o assassinara sem obter o encantamento original que permitira fazer sua canoa voar. Contudo, por outro lado, ele também mantém uma íntima relação com a realidade atual, pois, ainda que de modo imperfeito, os nativos de Kudayuri ainda conseguem imprimir velocidade extra às suas canoas em virtude de seus conhecimentos incompletos do encantamento de Mokatudoba:

“O conto de Kudayuri, por um lado, descreve minuciosamente as condições sociológicas dos heróis, suas ocupações e preocupações – que não diferem em nada das atuais. Por outro lado, nos mostra o herói dotado de poderes verdadeiramente sobre-humanos, através de sua magia da construção da canoa e da magia da chuva. Nem seria possível afirmar, de maneira mais convincente do que se afirma nessa narrativa, que o conhecimento completo da magia apropriada era o único fator responsável por esses poderes sobrenaturais”.

(MALINOWSKI, 1976, p. 241).

Malinowski destaca também que, apesar de ter causado inveja em todos os nativos de seu distrito, foram justamente seus parentes consanguíneos – irmãos e sobrinhos – que o assassinaram, certamente em virtude do fato de almejavam assumir sua posição de liderança. Por isso, seu irmão mais novo, que assumira sua função de liderança, só se lamentaria pela morte do irmão ao perceber que fora ludibriado por ele e que, portanto, não possuía a magia que lhe permitiria fazer sua canoa voar. É justamente esse equívoco de Toweyre’i que justifica a imperfeição dos encantamentos atuais, pois já não é mais possível reproduzir o sucesso de Mokatudoba, uma vez que seu encantamento especial se perdeu definitivamente após sua morte. Logo, por um lado, é possível repetir de forma incompleta as proezas de outrora, através dos encantamentos mágicos que perduraram com o passar do tempo (*feedback repetitive*). No entanto, por conta desse assassinato e da perda que ele representa, as épocas atuais não são capazes de reproduzir as proezas da mitológica canoa de Kudayuri, o que justifica a degeneração dos tempos atuais em relação ao tempo mitológico, em virtude de um acontecimento que separa a ambos através de um abismo (*feedback negative*):

“No mito da canoa, por exemplo, o vôo, conquista supranormal da canoa de Kudayuri, é concebido apenas como o mais alto grau do poder da velocidade que ainda hoje vem sendo infundido nas canoas pela magia. O legado mágico do clã Kudayuri existe até hoje, fazendo com que as canoas naveguem velozmente. Se tivesse sido transmitido em sua totalidade, qualquer canoa de hoje, como a canoa mítica, poderia voar”.

(MALINOWSKI, 1976, p. 249).

Conclusão

Ao longo deste artigo nos ocupamos em demonstrar as peculiaridades da trajetória histórica melanésia. Sua experiência histórica não é marcada por um processo de formação de trajetórias lineares que apresentam um grau elevado de irreversibilidade. Pelo contrário. Sua experiência histórica é circular e está baseada numa contínua associação entre o mito e a realidade, o que concede a marca própria de sua experiência, que não é progressiva e linear, mas sim degenerativa, abrupta e circular. Deve estar claro, contudo, que as conclusões tiradas deste artigo não devem servir apenas à compreensão dessas sociedades arcaicas, mas também para que possamos compreender com mais profundidade o que as distingue das sociedades modernas. Isso porque compartilhamos com Dumont a convicção expressa em seu *Homo aequalis* (DUMONT, 2000) de que a sociedade moderna é uma derivação das sociedades tradicionais, o que significa que seu modo próprio de vivenciar o fluxo histórico está alicerçado por uma ruptura estabelecida pelos modernos em relação às sociedades tradicionais e arcaicas. Mas essa deve ser apenas uma indicação, pois essa reflexão supera já o intento deste artigo.

Referências

- DUMONT, Louis.
(2000) *Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica*. Bauru / SP, EDUSP.
- HABERMAS, Jürgen.
(1987). *Teoria de la Accion Comunicativa*. Madrid, Taurus.
- GEERTZ, Clifford.
(2007). *O Saber Local*. Petrópolis / RJ, Editora Vozes.
- HALL, Peter.; TAYLOR, Rosemary.
(2003). *As Três Versões do Neo-Institucionalismo*. *Lua Nova*. n. 58.
- (1989). *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, LTC Editora.
- LÉVI-STRAUSS, Claude.
(1982) *As Estruturas Elementares do Parentesco*. Petrópolis / RJ: Editora Vozes.

MARCH, James; Olsen, Johan.
(1989). *Rediscovering Institutions: The Organizational Basis of Politics*. New York, The Free Press.

NORTH, Douglas.
(1990). *Institutions, Institutional Change and Economics Performance*. Cambridge, Cambridge University Press.

PIERSON, Paul.
(2004). *Politics in time: History, Institutions, and Social Analysis*. New Jersey, Princeton University Press.

SIMMEL, Georg.
(2011). *Ensaios sobre Teoria da História*. Rio de Janeiro, Contraponto.

(1890). *Über sociale Differenzierung*. Leipzig, Verlag von Duncker & Humblot.

THERET, Bruno.
(2003). As instituições entre as estruturas e as ações. *Lua Nova*, n. 58.

Recebido em
abril de 2015

Aprovado em
março de 2017

Resenhas

A batalha pela alma política da Europa em tempos de crise

Slavoj Žizek; Srećko Horvat. (2015). *O que quer a Europa?* Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa, Relógio D'Água. 195p.

Há um adágio cunhado por Felipe González, um dos principais responsáveis pela repaginação da marcha comunitária europeia entre os anos 1980 e a década de 1990, que afirma ser a Europa concomitantemente um museu e um laboratório (González, 2010, p.129). A obra “O que quer a Europa?” retoma este último aspecto ao ter por fio condutor a reflexão sobre os variados desafios e eventuais alternativas à frente do processo de integração continental. Reunindo diversos artigos do pensador esloveno Slavoj Žizek e do filósofo croata Srećko Horvat, o livro conta ainda com prefácio do atual primeiro-ministro da Grécia Alexis Tsipras e com transcrições de uma entrevista e de um debate com os três personagens. As análises e as constatações dos referidos autores fornecem um poderoso diagnóstico das vicissitudes da Europa atual e propõem um ousado receituário para o futuro da União Europeia.

De fato, a preocupação com o estado da arte do processo europeu de integração faz sentido. A situação econômica do continente se mostrava a pior em várias décadas. Apenas considerando os casos mais emblemáticos (Irlanda, Portugal, Espanha, Grécia e Itália), é possível notar as dificuldades para a materialização de um viés constante de crescimento econômico – com picos recessivos superiores a 5% do PIB em alguns períodos do quinquênio 2009-2014¹. No mesmo lapso temporal, todos os países mencionados mais a França, que detinham taxas de desemprego abaixo dos 10% da população economicamente ativa, passaram a apresentar tal indicador na casa dos dois dígitos². Em tal contexto, as eleições diretas de 2014 para o Parlamento

¹ Disponível em: http://graphics.thomsonreuters.com/F/09/EUROZONE_REPORT2.html. Acesso em: 20 de abril de 2015.

² No caso da Grécia e da Espanha, tal índice foi acima dos 25%. Disponível em: http://graphics.thomsonreuters.com/F/09/EUROZONE_REPORT2.html. Acesso em: 20 de abril de 2015.

Europeu mobilizaram apenas 42% do colégio eleitoral³, o menor resultado desde que o sufrágio popular foi adotado como método de escolha dos parlamentares do bloco em 1979. A baixa participação nas eleições da principal instância representativa da União Europeia (UE) evidencia um descrédito na roupagem institucional vigente e denota certa descrença acerca da capacidade da UE de aplacar os principais problemas da região.

“O que quer a Europa?” assume como ponto de partida esta indissociabilidade entre a crise econômica e os limites das instâncias de deliberação política da UE, explorando de que forma os solavancos dos mercados acentuam as mazelas da governança política do processo de integração. Com uma vertiginosa prosa, o texto trabalha inúmeros aspectos do momento delicado vivido pelo bloco, analisando os impactos da crise e de sua gestão nos âmbitos da imigração, dos direitos sociais, das respectivas identidades nacionais, da recepção da Turquia na UE, entre vários outros temas. Para tanto, a obra vale-se de referências que emulam a música clássica, cânones literários e até a cultura pop, além de um amplo repertório teórico que contempla de Max Horkheimer a Naomi Klein.

O pano de fundo da análise engendrada pelos autores é o reconhecimento do estágio avançado em que se encontra o processo de erosão do protagonismo europeu no cenário internacional (p.21). O esfacelamento da primazia e do prestígio do Velho Continente na senda global coloca em perspectiva certos traços identitários da própria organização social europeia – algo que a grave crise econômica em tela acentuou drasticamente. Assim ocorre no caso do questionamento sobre a viabilidade de manutenção do *Welfare State*, verdadeiro paradigma da relação entre o aparato estatal e a respectiva sociedade em boa parte da região ao longo do pós-2ª Guerra Mundial. Ainda que seja necessário respeitar as diversas particularidades das experiências nacionais, fato é que o modelo da previdência social “é ou tornou-se parte fundamental daquilo que a Europa representa” (Giddens, 2007, p. 17).

A obra ora resenhada aponta para a existência de uma amplamente orquestrada tentativa de desmantelamento do *Welfare State*, abandonando uma tradição política de décadas em nome da “adaptação às regras da nova ordem mundial” (p.93). O mote da conexão entre o endividamento

³ Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/elections2014-results/en/election-results-2014.html>. Acesso em: 20 de abril de 2015.

dos Estados-membros e os gastos do modelo previdenciário europeu ensejou um cabedal de reformas envolvendo direitos trabalhistas e serviços públicos (Degryse; Jepsen; Pochet, 2013, p.37) – movimento aos auspícios da controversa trinca composta pelo Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia. O advento desta “Europa da austeridade” (p.159) repropõe a gramática política tanto das cenas nacionais quanto do próprio processo de integração, além de tencionar laços sociais já intensamente esgarçados pelo continente afora (p.41).

Em essência, é a esta disputa sobre a alma política do projeto de integração que “O que quer a Europa?” remete. A exploração de tal tema ocorre frente a um sintomático e incontornável caso de estudo: a crise na Grécia e seus desdobramentos. Como veremos abaixo, em vários momentos do texto a questão grega aparece como emblema da urgência de uma reinvenção política da União Europeia e como *locus* por excelência desta transformação. Trata-se de uma opção paradigmática já que possivelmente nenhuma outra sociedade do continente tenha sofrido mais do que a grega com os efeitos da referida *débâcle* econômica: queda do PIB em mais de 20% no período de cinco anos, maior taxa de desemprego do país em sete décadas e uma relação dívida/PIB superior a 170%.

Ademais, há de se notar que as dimensões mitológicas da crise na Grécia foram intensificadas pela desastrosa condução das medidas de resgate pela já referida *troika*⁴. Os severos sacrifícios impostos à população pelo desmantelamento do *Welfare State*, aliados à ausência de melhora dos indicadores econômicos, colocaram em xeque de forma definitiva a governança tecnocrática tão característica do projeto integracionista europeu. Assim, surgiram as condições para o fortalecimento de iniciativas políticas de intensas tintas contestatórias (como o helênico Syriza e o espanhol Podemos), sobretudo face ao mote de que “a Europa será democrática e social ou deixará de ser Europa” (p.170).

Com textos anteriores à eleição do Syriza como sócio majoritário do governo grego (mas contemporâneos à escalada de popularidade da agremiação), a obra aponta que a possibilidade de resgate do bloco passa pela refundação das práticas políticas nacionais – iniciando-se pela grega

⁴ Para uma *mea culpa* acerca do tema, vide INTERNATIONAL MONETARY FUND. Greece: Ex Post Evaluation of Exceptional Access under the 2010 stand-by arrangement. *IMF Country Report n.13/156*, 2013.

(p.11 e p.14). De fato, há a necessidade de reformatar a relação entre o bloco e sua base social continental uma vez que é nítido o desaparecimento de um aspecto central da legitimidade dos projetos de integração: o compartilhamento de um fulcro ideológico-valorativo a orientar o avanço comunitário, ainda que seja um ideário restrito e de difícil verificação fática (Weiler, 2012, p.256). Para tal rejuvenescimento, seria imperioso um drástico descolamento da práxis política vigente: “só operando uma cisão sectária que rompa com o legado europeu estabelecido, só cortando-nos do cadáver em decomposição da velha Europa, podemos manter vivo um legado europeu renovado” (p.94).

Ainda que o trecho acima ecoe parcialmente a reflexão de Bauman (2006), fato é que os autores identificam este movimento exclusivamente com o redesenho das cenas políticas nacionais (p.111, 162-63). Esta postura não parece corroborar o advento de uma esfera pública continental, tradicional recurso da retórica europeísta. Defendida especialmente por Habermas (2002, 2012) a noção de uma esfera pública continental enfrenta diversos rechaços teóricos e fáticos (Carvalho, 2012, p.39-40). Seguindo uma linha de certa forma já explorada por Fraser (1990, 2007) sobre os escritos de Habermas, “O que quer a Europa?” afirma que a compreensão habermasiana não dialoga com o “problema real” do processo de integração (106): a desarticulação entre a atuação dos canais institucionais no patrocínio das ações de austeridade e o alheamento do corpo social – revelando o quanto é ficta a crença em uma Europa transnacional democrática uma vez que inexistente a dinâmica de aproximação, esclarecimento e consenso pelo uso público da razão frente à inicial divergência de posicionamentos.

Aqui, contudo, reside a principal crítica à análise trazida por Žižek e Horvat já que há uma ausência de qualquer formulação sobre como se daria a proposta de superação da realidade vigente com a energização da cena política da integração por meio de experiências nacionais. Um mecanismo que talvez possa aclarar tal processo toma como pressuposto a progressiva europeização dos debates públicos nacionais. Abordagens empíricas demonstram que as agendas nacionais de fato incorporam cada vez mais temas da integração continental (Pereira, 2010). O fortalecimento de tal tendência não significa a inevitabilidade e a promoção daquela ampla esfera pública europeia, homogênea e voltada ao consenso – tão ao gosto habermasiano. Ao contrário, esta apropriação dos temas europeus pelas cenas nacionais cria um cenário de embates e conflitos vigorosos, que exige outro referencial teórico.

Desta forma, há de se reconhecer que o traço definidor da política não é a busca pela concórdia, mas a manifestação da divergência (Rancière, 1996, p.368). A vitalidade de uma determinada experiência deliberativa é dada essencialmente pela presença da interlocução e do litígio: o dissenso corporifica a lógica organizativa da política. Tal reflexão tem ampla aderência à contemporaneidade do bloco europeu, sendo “possível pensar na autoridade política nacional como pavimento para a identidade continental, na medida em que a política pressupõe o alargamento da divergência” (Carvalho, 2012, p.41).

Ainda que o curto afastamento histórico não permita a confecção de uma análise mais elaborada, os desdobramentos da questão grega ao longo de 2015 parecem referendar esta análise. O tema teve repercussões próprias, reflexões peculiares e tratamentos específicos nas diversas cenas políticas dos Estados nacionais (sobretudo considerando as características de cada caso individual, vide Alemanha, Espanha, França, Itália, Portugal e, claro, Grécia) o que acabou influenciando decisivamente a atuação dos respectivos governos no plano regional e permitiu a ocorrência de um choque aberto de discursos e posições dos representantes de cada membro do bloco. Considerando os apontamentos do parágrafo anterior, vale notar que este embate aguerrido não implode os canais institucionais da UE e sim os fortalece – na medida em que a conversão do aparato burocrático em estrutura objeto de disputa aberta tem por requisito a assunção da possibilidade de apropriação, expressando reconhecimento e valorização. Esta parece ser a mais clara herança do tumultuoso período vivido recentemente pelos gregos e de seus correlatos efeitos em todo bloco.

Desta feita, as dificuldades atuais da governança da União Europeia e a luta pela alma política da Europa antevêm um horizonte de intensa experimentação na cena pública continental. Confirmando a mencionada alcunha de “laboratório” conferida por González à política do processo de integração, tal dinâmica consiste verdadeira condição de permanência e de relevância futura do bloco – além de, em um sentido mais amplo, ser um imperativo da reinvenção da própria democracia.

Daniel Campos de Carvalho*

* Daniel Campos de Carvalho é Professor Adjunto C da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Doutor e Mestre em Direito (área de concentração: Direito Internacional) pela Universidade de São Paulo (USP). E-mail: dccarva@uol.com.br; dccarvalho@unifesp.br .

Referências

- BAUMAN, Zygmunt.
(2006). *Europa*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- CARVALHO, Daniel Campos de.
(2012). A pluralidade de sentidos da noção de esfera pública em face ao projeto europeu de integração comunitária e os desafios jurídicos correlatos. In: Fabia Fernandes Carvalho Veçoso (Org.); *Direito Internacional em Contexto*. São Paulo, Saraiva.
- DEGRYSE, Christophe; JEPSEN, Maria; POCHET, Philippe.
(2013). The Euro crisis and its impact on national and European social policies. *European Trade Union Institute Working Paper*, n. 2013.5.
- FRASER, Nancy.
(2007). Transnationalizing the Public Sphere: On the Legitimacy and Efficacy of Public Opinion in a Post-Westphalian World. *Theory, Culture & Society*, v.24, n.4, p.7-30.
- (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, n.25-26, p. 56-80.
- GIDDENS, Anthony.
(2007). *A Europa na era global*. Lisboa, Presença.
- GONZÁLES, Felipe.
(2010). *Mi idea de Europa*. RBA, Barcelona.
- HABERMAS, Jürgen.
(2013) Greece: Ex Post Evaluation of Exceptional Access under the 2010 stand-by arrangement. *IMF Country Report*, 13/156.
- (2012). *Um Ensaio sobre a Constituição da Europa*. Lisboa, edições 70.
- (2003). *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro.
- (2002). *A inclusão do outro*. São Paulo, Edições Loyola.
- INTERNATIONAL MONETARY FUND.
(2013) Greece: Ex Post Evaluation of Exceptional Access under the 2010 stand-by arrangement. *IMF Country Report* n.13/156
- PEREIRA, Fabrícia Monteiro de Almeida.
(2010). *A Europa nos Média – Estudo de caso sobre a Europeização da Esfera Pública Portuguesa*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais – Área de Especialização em Estudos Europeus – apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- RANCIÈRE, Jacques.
(1996). O dissenso. In: Adauto Novaes (Org.); *A crise da razão*. São Paulo, Companhia das Letras.
- WEILER, Joseph Halevi Horowitz.
(2012), Europe in Crisis – on “Political Messianism”, “Legitimacy” and the “Rule of Law”. *Singapore Journal of Legal Studies*. p. 248-268.
- Recebido em**
março de 2016
- Aprovado em**
março de 2017

Empreendedorismo violento.**Ou como o “crime organizado” ajudou a construir o capitalismo na Rússia pós-soviética**

VOLKOV, Vadim. (2002). *Violent entrepreneurs: the use of force in the making of russian capitalism*. Ithaca: Cornell University Press.

O livro não é dos mais recentes. Lá se vão 14 anos desde que foi publicado, em 2002. Tampouco já foi traduzido para o português. Ainda assim, *Violent Entrepreneurs: the use of force in the making of russian capitalism* merece ser apresentado aos leitores brasileiros. Não somente por suas qualidades intrínsecas, como também pelos potenciais - e profícuos - diálogos que pode vir a estabelecer com a sociologia brasileira sobre crime e violência urbana.

Com a queda da União Soviética, iniciou-se a introdução da economia de mercado na Rússia. Todavia, as transformações não foram acompanhadas de outras, de cunho político-institucional, que garantissem um ambiente de expectativas recíprocas e confiança nas relações de troca. Nesse vácuo, proliferaram atores privados que, através do uso e ameaça da violência física, seja ela legal ou ilegal, serão os responsáveis pela regulação do emergente capitalismo.

Violent Entrepreneurs investiga o papel da violência não estatal / paraestatal nesse processo, entre meados da década de 1980 até o começo dos anos 2000. Usa de suas fontes – 26 entrevistas semiestruturadas, complementadas com fontes documentais (notícias, relatórios, etc.) – para questionar como o que conhecemos por “crime organizado” foi, paradoxalmente, o principal responsável por fornecer segurança aos novos capitalistas russos – tanto os grandes quanto os pequenos. Resumida em poucas linhas, eis a tese: os empreendedores violentos estabeleceram os mecanismos de proteção da propriedade privada, solução de conflitos e garantia das obrigações contratuais nos primeiros anos da Rússia pós-soviética. Contudo, tal regulação não decorreu de um projeto de poder. Na verdade, a ordem social que daí emergiu foi o resultado agregado e inesperado das ações de diversos atores em interações conflituosas ao longo do tempo. Algo como um resíduo de múltiplas (re)ações sociais. Assim, quando Vladimir Putin chega ao poder no final dos anos 1990 com o projeto de edificar das ruínas do socialismo real o novo Estado russo, terá de enfrentar quem já estava estabelecido – e legitimado – no desempenho de funções estatais primordiais: o monopólio da violência e proteção das relações de troca.

Seis capítulos estruturam a demonstração. Os dois primeiros revisam a bibliografia, apresentam o método e os principais conceitos: o “empreendedorismo violento” (*violent entrepreneurship*) e, em tradução livre, a “pareceria forçada” (*enforcement partnersership*). Já os quatro seguintes descrevem os personagens. Os capítulos 3 e 4 tratam dos *bandits*: gangues de extorsão formadas por ex-atletas do regime soviético e veteranos da guerra do Afeganistão. Estes ainda fazem parte, junto aos ex-agentes dos principais órgãos de repressão, das agências privadas de segurança, as quais são caracterizadas no capítulo 5. Por fim, no capítulo 6, é a vez do Estado russo. Para Volkov, o Estado é apenas mais um empreendedor violento ao lado dos demais.

Tal “queda do Estado”, poderíamos dizer, deriva da estratégia metodológica. Sob forte influência de Charles Tilly (1985), principalmente de seus trabalhos sobre a formação dos Estados europeus, ela começa com o pressuposto de que o sentido da ação social precede logicamente sua tipificação em legal/ilegal. O que interessa primordialmente é o que se faz, e não como se classifica. Destarte, não será o “crime organizado” o objeto do livro. *Violent entrepreneurs* se debruça sobre a violência organizada, sem se importar com a legalidade de quem a pratica. Por meio desse expediente cognitivo é que Volkov consegue equalizar uma pluralidade de atores, legais e ilegais, todos engajados na mesma atividade: venda de proteção. Contudo, em modalidades, posições e com estratégias diferentes. Se as gangues dos *bandits* atuam mediante extorsão, o Estado age por tributação, enquanto as agências de proteção privada usam de contratos formais.

Além de Tilly, outras influências marcantes são os trabalhos de Diego Gambetta (1996)

sobre a máfia siciliana e os de Frederico Varese (2001) sobre a máfia russa. Contudo, Volkov discorda da premissa desses autores na medida em que haveria igualdade no mercado da proteção: um espaço sujeito às leis da oferta e da procura, em que compradores e vendedores estariam no mesmo nível. Para ele, essa perspectiva subestima o poder que uns têm de impor escolhas sobre os outros. Em suma, ela não aprecia o conteúdo político que contamina as interações econômicas.

É para dar conta dessa sinergia entre o político e o econômico, transitando pelas fronteiras do legal e ilegal, que emerge o “empreendedorismo violento”: a arte de converter violência em renda econômica. Mas não qualquer violência, e sim a violência socialmente organizada, aquela capaz de produzir atos de eficácia elocutória: sem recorrer à agressividade, apenas

mediante a fala, o empreendedor violento consegue o quer. Mas tal força só é possível porque atrás dela está toda a estrutura e reputação do grupo que a sustenta; algo construído ao longo do tempo mediante demonstrações explícitas de força, disputas vencidas contra os concorrentes e sucessos na resolução de conflitos.

Se o empreendedorismo violento começa como uma modalidade de extorsão, logo o seu sentido se modifica, conforme a disseminação desse modo de agir. Quando surgem outros grupos capazes de disputar o controle de um ou mais comerciantes, o que era extorsão vira segurança. De venda de proteção contra si mesmo, um empreendedor violento passa a vender proteção contra outros grupos, os quais podem ser piores do que ele para o empresário. Aos poucos, todos os agentes econômicos passam a ter os seus respectivos “tetos”, ou seja, seus respectivos “protetores”. Nesse cenário, sem poder se expandir através da coerção de novos comerciantes, o grupo de extorsão que deseje manter a sua renda a longo prazo não pode extrair demais de suas fontes, sob o risco de inviabilizar a atividade econômica. Por conseguinte, o aumento do ganho extorsionário só será possível concomitantemente ao aumento do lucro do comerciante. Da mera proteção à propriedade privada, o empreendedor violento agora passa a cobrar dívidas para os seus protegidos, resolver conflitos, angariar informações sobre os concorrentes, fornecer empréstimos, além de descobrir novas oportunidades de negócio. E daí, inesperadamente, toma forma um ambiente mais favorável aos negócios. É quando tal aliança, ainda que forçada, começa a aparecer, que o empreendedorismo violento se transforma em “parceria forçada” (*enforcement partnership*). O que era uma relação de poder vira dominação, uma vez que se estabelece reciprocidade de sentido entre quem extorque e o extorquido.

Após a apresentação dos principais conceitos nos três primeiros capítulos, no quarto Volkov analisa a carreira de três gangues de extorsão (*bandits*), das quais é possível retirar um modelo geral de evolução do empreendedorismo violento: 1) proliferação indistinta dos empreendedores violentos, o que gera disputas pelo privilégio de extorsão; 2) os vencedores do conflito tornam-se hegemônicos, a reputação de cada grupo se estabelece e eles adquirem eficácia elocutória; as relações se tornam mais pacíficas e o empreendedorismo violento começa a se transformar em parceria forçada; 3) os empreendedores violentos passam a controlar as decisões de seus protegidos e começam a legalizar suas atividades; ganham mais visibilidade na opinião pública, e, por causa disto, buscam se distanciar do passado de crimes; 4) avançada a transição para a legalidade, há o que o autor chama

de “desintegração vertical”: os postos mais altos das gangues de extorsão, responsáveis pela coordenação das atividades, não necessitam mais do baixo escalão, meros executores das táticas de coerção. Estes se tornam obsoletos e são logo dispensados. Acabam migrando para outras atividades criminosas, como o tráfico de drogas, prostituição e contrabando.

Dos três tipos de empreendedores violentos – gangues de extorsão, agências de segurança privada e Estado – o primeiro é o protagonista. Analisados em suas minúcias, são dos *bandits* que proveem os principais conceitos e modelos apresentados anteriormente. Já as agências de segurança privada ocupam papel apenas descritivo. No quinto capítulo, Volkov as compara com as gangues de extorsão, com o intuito de discriminar as semelhanças e particularidades de cada tipo de empreendedorismo violento.

Basicamente, há duas variedades de agências de segurança privada: Private Security Service (PSS) e Private Protection Company (PPC). A primeira consiste num departamento de segurança criado dentro de grandes companhias e instituições financeiras, enquanto a segunda é autônoma. Ou seja, ela atua como fornecedora de serviços para múltiplas empresas, sem ser subordinada a nenhuma em particular. Ambas as variedades são regidas por relações contratuais com seus clientes. Entretanto, apesar do estatuto legal, muitas delas acabam se envolvendo em práticas ilegais, pois no cotidiano de suas atividades têm de lidar com outros empreendedores violentos, notadamente as gangues de extorsão. Entre os *bandits* e as agências de segurança privada, ocorre uma divisão do mercado de proteção: aqueles ficam com os pequenos e médios comerciantes e elas levam as grandes empresas e bancos.

Concomitantemente às agências de segurança privada, o quinto capítulo também trata do desmantelamento dos órgãos de vigilância e controle social do Estado Soviético. Havia nos tempos da Guerra Fria, segundo Volkov, quatro ministérios cujo controle era prioritário para qualquer líder que quisesse se impor dentro (e fora) do Partido Comunista. Conhecidos como “Ministérios de Poder” (*Power Ministries*), eram eles o Ministério de Assuntos Internos (MVD), o Ministério de Assuntos Estrangeiros, o Ministério da Defesa e a KGB. Em conjunto, eles compreendiam as principais instituições de repressão e proteção do antigo regime. Sem eles, qualquer projeto de governo era inviável. Quando Boris Yeltsin assume o poder em 1991, não consegue controlá-los. Adota então a estratégia do dividir para conquistar. Desmembra-os, reduz drasticamente o número de seus funcionários e redefine suas respectivas esferas de atuação, contudo,

sem estabelecer limites claros entre eles, de tal maneira que a função de um se atravancava e terminava por entrar em confronto com a de outro.

O próprio governo, portanto, é quem enfraquece os principais órgãos de coerção e vigilância do Estado. Perde, por conseguinte, a capacidade de garantir a adequação às regras quando elas ameaçam se romper – algo vital num período de vertiginosa mudança social como o foram os primeiros anos da Rússia pós-soviética. Some-se a isso a ineficiência adjudicatória da justiça russa na solução de litígios comerciais com aparelho fiscal que não se coadunava com a nova economia política – e que, em alguns casos, chegava a taxar mais de 90% da renda dos pequenos comerciantes – e o resultado é que o Estado não só perde sua hegemonia de empreendedor violento como também sua legitimidade. Na suposição de que os comerciantes russos fossem livres para escolher entre a proteção do Estado ou das gangues de extorsão, como bons agentes racionais, prefeririam os criminosos, que lhes cobravam uma taxa menor dos seus rendimentos e eram mais eficientes.

Diante dessa constatação, Volkov se põe a seguinte pergunta: como o antigo Estado Soviético, tão forte em seus aparelhos de coerção, se enfraqueceu ao ponto de perder espaço para uma pluralidade de outros atores? Para responder a ela, o autor estabelece no sexto capítulo a distinção analítica entre a “dimensão substantiva” e a “dimensão estrutural” do Estado. A primeira compreende as instituições per se, as partes que compõem o todo. A segunda, por sua vez, é como essas partes se coordenam de modo a garantir o desempenho de uma violência organizada capaz de sobrepujar os empreendedores violentos não estatais e/ou paraestatais. Somente assim é que o Estado seria capaz de realizar sua atividade primordial de traçar fronteiras: distinguir o legal do ilegal, instituir regras e garantir que elas sejam respeitadas.

Eis, portanto, a resposta para o problema. Nos primeiros anos da Rússia pós-soviética, as instituições do Estado tinham força, mas elas eram estruturalmente fracas. Em outras palavras, elas eram fortes individualmente, mas não tinham entrosamento umas com as outras. Logo, foram incapazes de formular novas fronteiras, normas e definições do real, muito menos fazer com que elas fossem respeitadas no período de rápida mudança social dos anos 1990.

Se a estratégia metodológica do autor começa por suprimir as distinções entre legal x ilegal em prol do sentido da ação social, conforme afirmado anteriormente, ele as retoma no último capítulo. Na página 169, resume em figura uma tipologia dos tipos de proteção e seus respectivos empreendedores violentos. Ela é composta de dois eixos: *ilegal x legal*,

pública x privado. Na posição *ilegal + privado*, está a violência organizada das gangues de extorsão (*bandits*). No *legal + privado*, temos as agências de segurança particular. Por sua vez, na posição *legal + público*, está o Estado. Em último, temos a combinação *público + ilegal*. Tratada em passante ao longo do livro, ela é um tipo de proteção informal que tem lugar quando agentes do Estado usam da delegação de capacidade coercitiva que possuem para seus ganhos privados.

Fora seus méritos próprios, o livro de Volkov merece ser lido pelos possíveis e profícuos diálogos que pode vir a estabelecer com a sociologia brasileira. Em um plano geral, a sociologia do autor é herdeira de Charles Tilly, um autor que só agora começa a penetrar na academia brasileira. Contudo, voltada quase que exclusivamente para o estudo dos movimentos sociais e, em menor grau, das desigualdades sociais. Em um plano mais específico – da sociologia do crime e da violência no Brasil – o conceito de empreendedorismo violento guarda grandes semelhanças com o de mercadorias políticas, de Michel Misse (2014). Em que pese as particularidades de cada um, ambos tratam do mesmo fenômeno: a conversão da violência em valor-de-troca econômico, mecanismo essencial na (re) produção da ordem em mercados ilegais. Ambos ainda se complementam na medida em que o principal caso empírico de mercadoria política é a extorsão policial – tipo de empreendedorismo violento que Volkov aponta, mas não desenvolve. A ideia russa encontra ainda um outro interlocutor na sociabilidade violenta de Machado da Silva (2004), no que tange ao papel que a violência desempenha na regulação da sociabilidade. Destarte, a obra pode ajudar no aprofundamento dos conceitos brasileiros por meio da comparação entre os casos e síntese dos pressupostos que orientam tanto a produção nacional quanto a russa. Também não deixa de contribuir para uma melhor compreensão da sociologia do conflito tillyana, dada sua aplicação a um objeto que não lhe é comum – o “crime organizado”. Apesar do tempo e da distância, é por essas razões que *Violent Entrepreneurs: the use of force in the making of russian capitalism* merece a atenção da academia brasileira.

David Maciel de Mello Neto*

* David Maciel de Mello Neto é Bacharel em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Antropologia e Sociologia (PPGSA) / UFRJ e Doutorando na mesma instituição. É pesquisador associado ao Núcleo de Estudos em Conflito, Cidadania e Violência Urbana / IFCS / UFRJ. E-mail: davidmaciel2206@gmail.com .

Referências

- GAMBETTA, Diego.
(1996). *The Sicilian Mafia: the business of private protection*. Cambridge, Harvard University Press.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio.
(2004). Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. *Revista Sociedade e Estado*, v.12, n.1, p. 53-54.
- MISSE, Michel.
(2014). Mercadorias Políticas. In: Renato Sérgio de Lima; José Luiz Rattton; Rodrigo Ghiringhelli de Azevedo (Orgs.); *Crime, polícia e justiça no Brasil*. São Paulo, Ed. Contexto.
- TILLY, Charles.
(1985). War making and state making as organized crime. In: Peter Evans; Dietrich Rueschemeyer; Theda Skocpol (Orgs.); *Bringing the State back in*. Cambridge, Cambridge University Press.
- VARESE, Federico.
(2001). *The Russian Mafia: private protection in a new Market economy*. New York, Oxford University Press.
- VOLKOV, Vadim
(2002). *Violent entrepreneurs: the use of force in the making of russian capitalism*. Ithaca, Cornell University Press.

Recebida em
fevereiro de 2016

Aprovado em
março de 2017

Alcances e limites de *insights* do agonismo mouffeano para além das fronteiras nacionais
 MOUFFE, Chantal. (2013). *Agonistics: thinking the world politically*. Londres / Nova York, Verso.

Desde a década de 1980, Chantal Mouffe vem proporcionando reflexões voltadas à construção de um projeto democrático para a esquerda. Em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1987), obra escrita com Ernesto Laclau, Mouffe já percebia o distanciamento entre as teorizações marxistas sobre transformação societária e as práticas dos movimentos sociais que desafiavam as conformações hegemônicas dominantes. Na obra, foi redigida uma ancoragem para pensar lutas sociais contemporâneas apoiadas na radicalização do projeto democrático (LACLAU; MOUFFE, 1987 [1985]). Aproximando o conceito gramsciano de hegemonia à crítica pós-estruturalista, os autores apresentaram o *antagonismo* enquanto negatividade, impossibilidade de construção da sociedade como totalidade devido às diferenças entre identidades políticas; e também como constituinte da noção mais central de disputa pela *hegemonia* – entendida como a lógica do social expressada no conjunto de práticas articulatórias estabelecedoras de uma ordem contingente de relações de poder.

As noções de antagonismo e hegemonia foram centrais para Mouffe desenvolver, em obras subsequentes, o conceito de *agonismo*. A autora debruçou-se sobre Carl Schmitt e sua noção de relações amigo/inimigo para aperfeiçoar a abordagem de *antagonismo*. Para Mouffe, o agonismo se funda no antagonismo, mas representa a sublimação da relação entre inimigos para o estabelecimento, no terreno institucional democrático da política, de relações entre adversários (MOUFFE, 2013). No intento de demonstrar os alcances de sua abordagem para as relações internacionais, a autora publicou “*Agonistics: thinking the world politically*”. Na obra, ela apresenta ensaios aprimorados de seus *papers* apresentados em eventos e recupera escritos anteriores – tanto aquele com Laclau, como também “*Dimensions of Radical Democracy*”, “*On The Political*”, “*The Democratic Paradox*” e “*The Return of the Political*”.

Agonistics é dividido em seis partes. Na primeira, são retomadas as discussões prévias da autora sobre o modelo agonístico, em contraste com os modelos democráticos deliberativo e agregativo. Na segunda parte, são analisadas as relações internacionais contemporâneas e a emergência de

múltiplos polos de poder. Na terceira, a Europa é tomada como objeto de análise, considerando as potencialidades do aprofundamento do processo político de integração da União Europeia. Na quarta parte, teorias políticas radicais são apresentadas para verificar suas capacidades analítico-prescritivas sobre “*a política*” (âmbito institucional) e “*o político*” (âmbito do confronto antagonístico). A quinta parte discute práticas artísticas na construção de contra-hegemonias. A sexta parte do livro é conclusiva e também foi aproveitada pela autora para analisar insurgências populares de 2011 e 2012, em especial dos movimentos *Occupy* dos EUA, *Indignados* na Espanha, *Aganaktismenoi* e o partido *Syriza*, na Grécia.

O primeiro capítulo retoma conceitos fundantes do agonismo, distinguindo entre as visões mouffeana, de Hannah Arendt e de Nietzsche. A crítica de Mouffe aos dois autores e aos seguidores deles assemelha-se às demais tecidas pela autora a outros pensadores: faltaria reconhecer a centralidade do conflito, fundamental da relação entre agonismo e antagonismo, que estabelece fronteiras como nichos de inclusão/exclusão entre “*nós*” e “*eles*” e que pode desafiar a hegemonia dominante ao transformar relações de poder (pp.37-46). Os sentidos de antagonismo e agonismo, a distinção entre “*a política*” e “*o político*”, entre outros, também se apresentam no capítulo, que consiste em glossário indispensável para novos leitores de Mouffe.

Para trazer aqui um pouco dessas noções, recuperam-se em grosso modo algumas conexões e significações traçadas pela autora: a *natureza da luta* hegemônica se constituiria na esquerda contemporânea por meio da construção de uma *cadeia de equivalência*, articulando diversas demandas democráticas (p. 45). Tal luta se comporia num cenário de *antagonismo* que, se é inerradicável, deve ser sublimado junto com as paixões no exercício da política democrática (p. 33-36). Mais além, em contextos liberais pluralistas, seria na arena da política democrática que se tomam as decisões sobre o sentido das instituições sociais e da ordem, ou seja, da expressão de uma configuração de poder (p. 23). Nessas condições, o conflito é crucial, e sua ausência ameaçaria uma substituição por valores morais (ou identidades essencialistas) inegociáveis. Por sua vez, o consenso, tal como proposto pelo modelo democrático-deliberativo rawlsiano ou habermasiano, ou é projeto impossível ou é antidemocrático. Assim, só seria possível falar em *consensos conflituosos* (p.34), sempre contingentes, acompanhados por divergências e discordâncias, e que podem ser operados por *adversários* – atores que compartilham de uma identidade comum sobre os princípios

democráticos enquanto podem discordar de sua interpretação (p.32).

Na segunda parte do livro, a autora pergunta qual democracia deve ser empregada num mundo multipolar agonístico. O capítulo apresenta *insights* do modelo agonístico para o campo das relações internacionais. Em contraposição aos teóricos da democracia cosmopolita, Mouffe traz como tese central a falta de canais políticos voltados ao desafio à hegemonia do modelo neoliberal de globalização, que leva à proliferação de discursos anti-institucionalistas e contra a ordem internacional estabelecida (p.54). Mouffe se posiciona radicalmente contra teóricos cosmopolitas que, tal como David Held, reconheceriam uma pluralidade neutra de formas de pertencimento e de fidelidades definidoras de um padrão ético (p.57). Assim, Mouffe descreve autores como Mignolo (2003) e Bhabha (1998) como novos cosmopolitas que, apesar criticarem o eurocentrismo, partilhariam de um tom kantiano racionalista e universalista, ignorando o *político* em sua dimensão antagonística (p.57).

Entretanto, nessa crítica, Mouffe parece apresentar escasso conhecimento sobre o conjunto do pensamento dos autores que enquadra como novos cosmopolitas. Mignolo (2003) propõe um projeto societário parecido em vários pontos com aquele mouffeano, de construção de relações sociais pautadas por hegemonias múltiplas. Seu projeto considera razões subalternas emergentes de conflitos capazes de uma descolonização intelectual, política e econômica. O uso do termo “cosmopolitismo” em Mignolo, assim como em Bhabha (1998), antes de representar uma adesão acrítica ao modelo kantiano, é emblemático de uma prática comum entre autores das abordagens chamadas pós-coloniais ou decoloniais: a apropriação de um termo europeu para ressemantizá-lo com propósitos de hibridização e resistência, disputando novos sentidos para o signo. Em Sousa Santos (2008), é emblemático esse exercício no conceito de *cosmopolitismo subalterno*, que se expressaria em movimentos sociais do Sul. O conceito é fundante de seu projeto de globalização contra-hegemônica, alternativa ao que o autor chama fascismo social, que consistiria em processos de exclusão de sujeitos e grupos.

A proposta democrática de Mouffe pretende superar o modelo político e econômico neoliberal imposto ao mundo: seria apenas por meio da pluralização agonística de hegemonias que uma outra ordem mundial poderia se estabelecer (p.60). E diversos contornos democráticos poderiam levar o projeto da pluralização de hegemonias em conta, já que não se deve considerar a democracia liberal ocidental como a única forma legítima de

democracia (p.90). Entretanto, sua visão sobre as Relações Internacionais dá protagonismo ao Estado, e uma noção de sociedade civil global seria concebida como um desencontro com a realidade, já que não haveria comunidade política equivalente ao Estado em nível mundial para interlocução (p.61).

No terceiro capítulo, a preocupação está em discutir a integração europeia como uma estratégia possível para as esquerdas do continente. A autora discorda do euroceticismo (p.123), uma posição compartilhada por vários grupos de esquerda que simplificariam o processo de integração ao equivaler a União Europeia (UE) ao projeto neoliberal. Mouffe apoia a integração europeia por reconhecer que a UE tem como cerne histórico um acordo de garantia de paz no continente e por perceber que pode haver ali a implantação de um projeto sociopolítico com potencial para se colocar como alternativo ao neoliberal. A autora discute a importância da consideração das identidades nacionais, regionais e locais, que manteriam seu papel na dimensão continental. Recuperando a noção de *demoi¹-cracy*, de Nicolaïdis, o projeto de Mouffe compreende um “nós” para a integração dos diversos povos da UE moldado a partir do compartilhamento entre as diversas identidades num processo de governança multicêntrica – antes que multinível (p. 108-111). Com apoio dos escritos de Cacciari e Beaude, a União é pensada pela autora como um projeto federalista que mantém a existência política dos Estados-nacionais enquanto cria um tipo de identidade europeia que estabeleceria condições de autonomia organizadas em múltiplas relações (CACCIARI apud MOUFFE, 2013, p.114). Ao distinguir o projeto europeu do modelo neoliberal, a autora destaca a possibilidade de uma articulação de esquerda que vise superar o modelo econômico-financeiro que transborda para o modelo de desenvolvimento presente no mundo. Uma UE dotada de projeto sociopolítico democratizante radical seria necessária para a instauração de uma multipolaridade agonística que reconheça a pluralidade das formas de vida e modos de organização, em um contexto reduzido de confrontos antagonísticos (p.133-5).

Na quarta parte do livro, a autora critica os teóricos que fomentam os discursos que tendem a incitar a *retirada* dos movimentos sociais de espaços institucionais. Para ela, tal estratégia seria desempoderadora de quaisquer

¹ Do grego *demoi*, refere-se ao plural de *demos*. Destaca-se, com esse termo, a pluralidade dos povos.

propósitos de radicalização democrática. Em contraponto, ela compreende que o *engajamento* com espaços institucionais torna possível a participação da sociedade na criação de novas ordens hegemônicas (p.216-217). Mouffe apresenta em linhas gerais tanto as noções de *êxodo*, de Paul Virno, como as de *império* e *multidão*, de Hardt e Negri, para argumentar que a deserção em massa do Estado e a ausência de representação política para a fundação e um autogoverno de multidões seriam modelos vazios de política radical (p.146-148). Na crítica tecida, que passa por seu argumento mais geral de que Hardt, Negri e Virno não captam a dimensão essencial *do político*, Mouffe defende a centralidade do papel das instituições democráticas liberais para a construção de outras hegemonias possíveis. Na busca pela hegemonia de uma esquerda para além do projeto comunista e que combine movimentos sociais, partidos e sindicatos, o conflito não se daria meramente contra o capitalismo, mas sim pela direção dos pontos nodais de poder (p.156).

É nesse argumento que fica mais latente a ambivalência fundante da autora: seu propósito se realizaria ao superar o (neo)liberalismo por meio da negociação em consensos conflituosos com representantes de instituições, justamente, liberais. Se os autores que ela critica seriam cegos à dimensão essencial do político, ela pode ser criticada por ser, no mínimo, míope quanto às capacidades transformadoras da democracia pluralista (de contorno liberal-burguês). A autora subdimensiona o papel das articulações externas às instituições estatais de maneira semelhante a que Virno, Hardt e Negri subdimensionariam o papel dos canais político-institucionais de contestação. Dessa maneira, ela descarta o entranhamento do neoliberalismo às conformações das identificações dos sujeitos políticos e quase não se preocupa, para colocar em seus próprios termos, com o posicionamento dos atores estatais na relação entre adversários.

O quinto capítulo é sobre política agonística e práticas artísticas. A autora compreende que a arte ainda pode ter um papel crítico na sociedade, provocando o desenvolvimento de novas formas de relações sociais e de novas subjetividades (p. 175), para ela, num terreno privilegiado de lutas contra-hegemônicas para subversão do imaginário social (p.180). Mouffe recupera a discussão de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural para afirmar que ainda enxerga a possibilidade de produção autônoma, não subsumida pela estética capitalista. Ela aponta a relevância de espaços educacionais e culturais, como os museus, que (apesar de terem surgido com o aprofundamento da hegemonia liberal-burguesa (p.204) poderiam se tornar espaços de resistência. Ainda assim, o papel das práticas

artísticas seria inferior a outros de cunho mais institucional. A despeito de as práticas artísticas serem instrumentais para questionar o status quo (p.190), a resistência promovida pelos artistas e suas intervenções em espaços subvertidos e espaços públicos não seria suficiente para confrontar a hegemonia dominante.

Na sexta parte do livro, sob a luz da abordagem agonística, foram observados protestos ocorridos em vários pontos do mundo em 2011 e 2012. A autora inicia sua argumentação afirmando que, apesar de características similares como a ocupação de espaços públicos e o uso de redes sociais virtuais, as lutas insurgentes em países como o Egito, Tunísia, Líbia, Síria, França, Inglaterra, Israel, Grécia, Espanha, Chile e Estados Unidos foram bastante heterogêneas. O mal-estar com as instituições políticas, antes de se restringir as reações às medidas de austeridade, apontaria para a crise do modelo democrático, e também para distintas abordagens sobre a política – algumas das manifestações eram, inclusive, reivindicatórias do modelo democrático questionado por outrem (caso de várias vozes no Oriente Médio). Para Mouffe, entender que os movimentos anunciariam uma política de novo tipo, molecular, que visa deslocar as formas arcaicas de representação política, seria precipitado e problemático.

Conforme a autora, seria um erro considerar estudantes chilenos (de esquerda mais clássica, em organização mais formal com líderes, sem rejeitar filiações partidárias) na mesma categoria dos *indignados* da Espanha (que rejeitavam a democracia representativa e a vinculação a instituições políticas como partidos, eleições e sindicatos) (p. 216-7). O *Aganaktismenoi*, versão grega dos *Indignados* espanhóis, e muitos movimentos *Occupy* da Europa e dos Estados Unidos, tiveram postura semelhante e consideraram como *inimigas* as instituições financeiras (ou o 1% que oprime os demais 99%), correndo o risco de assumir posturas moralistas. Nesses casos, no início, os ativistas tiveram como foco estabelecer campos em praças públicas e, em uma segunda fase, teriam tentado diversificar suas formas de protesto para mais locais e organizadas em torno de questões distintas, como despejos, dívida, hipotecas. De acordo com a autora, o papel dos partidos não deveria ser desprezado. O caso grego é destacado devido ao fortalecimento do *Syriza*², um partido aglutinador de demandas de esquerda. Os protestos em

² Uma coligação de partidos de esquerda que insurgiu institucionalmente como partido em 2012, depois de oito anos de atuação como aliança. Em 2014, o partido elegeu o primeiro-ministro do país.

terreno europeu e norte-americano representariam uma recusa da ordem pós-política e deveriam ser tomados como uma chamada pela radicalização de instituições liberal-democráticas. As demandas seriam por formas de representação mais inclusivas. Para Mouffe, as identidades políticas coletivas seriam construídas por meio da representação, e quando as alternativas em processos representativos são pasteurizadas, a hegemonia dominante se fortalece. Seria necessária a emergência de esquerdas capazes de oferecer alternativas ao consenso liberal dominante. De tal modo, seria possível reestabelecer valores democráticos (p. 249), tudo isso no marco mesmo da democracia representativa.

Apesar das diversas afirmações de que a democracia liberal ocidental não configuraria o único modelo democrático possível, são inúmeros os argumentos da autora em sua preferência absoluta pelo caminho da democracia representativa liberal. Para nutrir a sensação de ambiguidade que paira na conclusão da leitura do provocante *Agonistics*, vale apontar que, apesar do apelo à centralidade do conflito para a superação da ordem política, o agonismo mouffeano parece não se sustentar (MIGUEL, 2014; ARDITI, 2008) nem em sua pretensão de assumir-se enquanto modelo democrático alternativo nem no seu destaque ao antagonismo para, então, abrandá-lo – em exercício que se assemelharia ao de autores que critica.

No que tange às relações internacionais, há outro paradoxo (ou, pelo menos, uma abordagem bastante parcial). Ao pretender pensar o mundo politicamente, foi ignorada pela autora a dimensão das consequências do capitalismo contemporâneo, que extrapola o controle de mecanismos democráticos estatais (e extrapolaria ao controle até mesmo da federação europeia imaginada por Mouffe). Enfrentando essa questão estariam diversas redes transnacionais de movimentos sociais (SCHERER-WARREN, 1999), articuladas com propósitos compartilhados de incidência transformadora sobre instituições internacionais e a economia, bem como em mudanças societárias de valores, projetos e identidades. E é sobre essas (e outras) questões que estão dissertando alguns dos chamados novos cosmopolitas, tão rapidamente desprezados pela autora.

Apesar de alguns artistas e museus serem nominalmente indicados e descritos por Mouffe, arenas como o Fórum Social Mundial são mencionadas sem nem mesmo serem percebidos, para usar os termos da própria autora, os *processos de identificação/exclusão* e as *cadeias de equivalência* entre os incontáveis grupos que compartilham de sentidos e práticas altermundistas. Essas ausências causam estranhamento, especialmente por tratar-se de uma

pensadora que incitou tantas reflexões sobre os novos movimentos sociais. Se, por um lado, é fácil concordar com a autora que o Estado continua sendo a arena principal da democracia e o ator principal das relações internacionais; por outro lado, ao se pensar o mundo politicamente, é bastante difícil ignorar que, para além da atuação nos canais de contestação democrática dos espaços locais, nacionais e regionais, é também possível e desejável que haja esquerdas articuladas transnacionalmente em torno de um projeto democrático de reencontro dos sentidos da política, tão promíscua e perversamente atrelada ao neoliberalismo.

Fernanda Natasha Bravo Cruz*

Referências

- ARDITI, Benjamin.
(2008). Sobre o "político": com Schmitt e apesar de Schmitt. *Cad. CRH*. Salvador, v. 21, n. 54, p. 423-438.
- BHABHA, Homi.
(1998). *O local da cultura*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal.
(1987). *Hegemonia y estrategia socialista: hacia una radicalización de la democracia*. Madrid, Ed. Siglo Veintiuno de España.
- MIGNOLO, Walter.
(2003). *Histórias locais/projetos globais*. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- MIGUEL, Luis Felipe.
(2014). Consenso e conflito na teoria democrática: para além do "agonismo". *Lua Nova*, v. 92, p. 13-43.
- MOUFFE, Chantal.
(2013). *Agonistics: thinking the world politically*. Londres / Nova York, Verso.
(1999 [1993]). *El retorno de lo político: comunidad, ciudadanía, pluralismo, democracia radical* (Introducción). Barcelona, Paidós.
- SANTOS, Boaventura de Sousa.
(2010). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. 3. ed. São Paulo, Cortez.
- SCHERER-WARREN, Ilse.
(1999) *Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização*. Rio de Janeiro, Hucitec.
- Recebido em**
fevereiro de 2016
- Aprovado em**
março de 2017

* Fernanda Natasha Bravo Cruz é Professora Adjunta da Universidade de Brasília (UnB), atuante no Departamento de Gestão de Políticas Públicas; e Doutora em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional pela mesma universidade. E-mail: fernandanatasha@gmail.com .